

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Cristiane Simões Netto Costa

**A EMPRESARIZAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES LOCAIS:
um estudo no município de São José do Norte/RS**

**Porto Alegre
2017**

CRISTIANE SIMÕES NETTO COSTA

**A EMPRESARIZAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES LOCAIS:
um estudo no município de São José do Norte/RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração. Área de concentração: Estudos Organizacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosimeri de F. Carvalho da Silva

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Cristiane Simões Netto

A Empresarização do Espaço em Cidades Locais: um estudo no município de São José do Norte / Cristiane Simões Netto Costa. -- 2017.

234 f.

Orientador: Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2017.


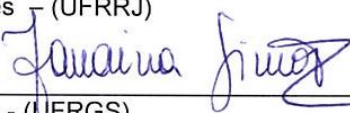

1. empresarização. 2. pensamento social brasileiro. 3. capitalismo dependente. 4. mito do progresso. 5. espaço. I. Silva, Rosimeri de Fátima Carvalho da, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO


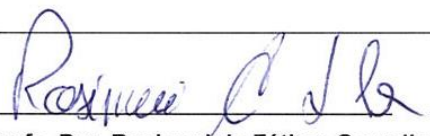
ATA DE DEFESA DE TESE

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de 2017, às 19h00min, na sala de reuniões da Escola de Administração da UFRGS, reuniu-se em ato público a Banca Examinadora de Tese de Doutorado da aluna **Cristiane Simões Netto Costa**, orientada pela Profa. Dra. **Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva** (PPGA/UFRGS) e composta pelos professores examinadores abaixo relacionados, ocasião em que se realizou a arguição da tese intitulada **“A Empresarização do Espaço em Cidades Locais: Um Estudo no Município de São José do Norte/RS”**. Concluídos os trabalhos, foram atribuídos os seguintes conceitos definitivos:

NOME	CONCEITO
Prof. Dr. Marcio Silva Rodrigues – (UFPEL) 	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Não Aprovado
Profa. Dra. Janaína Machado Simões – (UFRRJ) 	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Não Aprovado
Profa. Dra. Sueli Maria Goulart Silva - (UFRGS) 	<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Não Aprovado

Em anexo os pareceres individuais dos avaliadores.

OBSERVAÇÃO: Após o ato público da defesa da tese este documento deve ser encaminhado para a secretaria acadêmica a fim de ser feita a verificação do cumprimento dos requisitos regimentais pelo aluno e encaminhamento para homologação pela Comissão de Pós-Graduação. Assim sendo, esta ata não pode ser caracterizada como instrumento final do processo de concessão do título de doutor.

 Aluna: Cristiane Simões Netto Costa	 Profa. Dra. Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva Presidente da Banca Examinadora
---	--

Ao meu afilhado,
Talles Costa Garcia

AGRADECIMENTOS

Tenho muitos a quem agradecer pela realização e conclusão deste trabalho. É difícil relatar o nome e descrever as razões para cada um, mas sinto a necessidade de indicar alguns amigos, profissionais e participantes da pesquisa sem os quais ela não teria sido possível.

Agradeço inicialmente à minha amiga Janaína Simões por ter indicado um caminho que me parecia tão distante e que tantas transformações trouxe à minha forma de ver e compreender o mundo. Um caminho que foi fortalecido pelo meu ingresso no grupo de pesquisas Observatório da Realidade Organizacional, no Rio de Janeiro, onde foram construídas grandes amizades e onde fui apresentada àquele que viria a influenciar meus planos profissionais e sobre a área a que dedicaria meus estudos: o saudoso Professor Marcelo Milano. Além disso, agradeço à Janaína pelo apoio e amizade que são muito valiosos pra mim.

Sou especialmente grata à minha orientadora, Professora Rosimeri Carvalho, pelo rigor e carinho na condução deste trabalho, que extrapolou o âmbito da pesquisa, se estendendo para outras esferas da minha atuação profissional e pessoal. Fico muito feliz por poder contar com a sabedoria dessa professora, pesquisadora e grande mulher, que tanto admiro.

Agradeço à banca avaliadora, especialmente ao professor Marcio Rodrigues e à Professora Sueli Goulart, pelas valiosas contribuições que me permitiram acrescentar neste trabalho, desde a avaliação do ensaio de qualificação e durante a defesa do projeto de tese. Definições importantes para esta pesquisa como a categoria “empresarização do espaço” foram alcançadas com as suas colaborações.

Nesta pesquisa pude contar com a ajuda de amigos para a aproximação com o campo. Um deles foi o querido Moacir Rodrigues (*in memoriam*), que me acompanhou na primeira travessia entre Rio Grande e São José do Norte, o que foi para mim um momento de muito aprendizado. O Seu Moacir foi por muitos anos o jornalista responsável pela página de notícias sobre a cidade de São José do Norte no Jornal Agora, em Rio Grande, e com ele trabalhei como *designer* no mesmo diário local. Mesmo após muitos anos sem contato, fui por ele atendida prontamente quando mencionei meu interesse de pesquisa sobre os acontecimentos que vinham ocorrendo na cidade, tendo por ele intermediado o contato com alguns representantes da gestão municipal e da empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR). Agradeço também a outro amigo e ex-colega, que atualmente edita o jornal “O Nortense”, Cleber Dezotti, pelas contribuições e indicação de contatos para a pesquisa.

A acolhida pelos entrevistados foi muito importante para o trabalho, por isso agradeço especialmente à Bety e ao Jorge pelo carinho e cuidado que tiveram ao me receber e

conduzir a outros lugares, ideias e pessoas. Estendo meu agradecimento aos demais moradores e gestores entrevistados.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro, sem o qual não poderia ter realizado estes estudos e pesquisa.

Expresso minha gratidão aos professores e técnicos do Programa de Pós-graduação em Administração da UFRGS pela competência e seriedade com que conduzem suas atividades. Agradeço especialmente ao Professor Ariston Azevedo, pela riqueza do conteúdo das suas aulas e pela oportunidade que me permitiu por meio do trabalho como tutora, uma experiência profissional que foi muito importante pra mim.

As contribuições e o apoio de colegas também foram fundamentais, por isso minha gratidão àqueles que estiveram comigo nesta caminhada, especialmente à Cristina e à Almog, presentes nos bons momentos e nos momentos mais difíceis. Vocês alegraram meus dias em Porto Alegre, com muita cor, arte, beleza, boa comida e companhia. Agradeço também às amigas Patricia Tometich e Marina Gonçalves pelas discussões, pela companhia e pelo apoio, nos estudos e no dia a dia! Meu agradecimento também ao amigo Rodrigo Gameiro, sempre atento e solidário no compartilhamento de conhecimentos.

Sou grata também aos amigos que me acolheram em Porto Alegre, especialmente à Nara Elisa, que me recebeu com tanto carinho; às meninas da Casa Azul: Amália, Maria Alice, Ayana e Fabi, com quem tanto aprendi sobre conviver; ao Ian, pela amizade e confiança.

Minha alegria por também contar com familiares e amigos que mesmo quando distantes se fizeram presentes, especialmente minha mãe, minhas irmãs, minha prima-dinda e minhas amigas e irmãs de coração: Paloma Valério, Claudia Ribeiro, Bianca Moreira, Walquíria Raizer e Marcia Relvas; meus amigos queridos: Leonardo Darbilly, Bill Pereira e Daniel Lacerda. Obrigada por me ouvirem e aconselharem.

Agradeço (*in memoriam*) aos ainda mais distantes, mas presentes na minha lembrança, com muito amor: meu querido pai - Altro Costa e minha tia - Leonsina Costa.

Faço também meu agradecimento aos professores e aos alunos do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da FURG – Campus São Lourenço do Sul, com quem compartilhei o período de conclusão da pesquisa, especialmente à colega Adriana Peñafiel, pelo apoio nesse período e presença no momento da defesa.

Enfim, expresso aqui a minha gratidão a todos que contribuíram para a realização desta conquista que marca o início de uma nova jornada em busca de transformações e novos aprendizados. Muito obrigada!

O preço de uma coisa é a quantidade daquilo que eu chamarei vida que é requerida para ser intercambiada por essa coisa, imediatamente ou a um prazo mais longo.

Henry David Thoreau - Walden

... se desprecia al mercado interno y las tradiciones locales, sinónimas de atraso, mientras pueblos y tierras son sacrificados, en nombre de la modernización, al pie de los altares del mercado internacional.

Eduardo Galeano – Úselo y tírelo.

RESUMO

Esta tese teve como objetivo analisar como a empresarização se expressa na (re)organização do espaço de uma cidade local brasileira. A análise foi realizada a partir das transformações que vem ocorrendo em São José do Norte, uma cidade localizada no sul-sudeste do Rio Grande do Sul e que vem passando por um conjunto de mudanças marcado pela entrada e perspectiva de instalação de novos empreendimentos de grande porte. Para a análise proposta, partiu-se da teoria sobre a empresarização do mundo, pela qual se compreende que a empresa é a atual força organizadora da sociedade (SOLÉ, 2000, 2008; ABRAHAM, 2006). A partir dessa teoria realizou-se um exercício de apropriação ao contexto brasileiro, tendo por base as contribuições de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente. Para este estudo considerou-se também as contribuições de Santos (2008a; 2009a) sobre espaço, definido pelo autor como a inter-relação entre sistemas de objetos e de ações considerados em perspectiva histórica. Na pesquisa de campo, de natureza qualitativa, foram coletados dados secundários a partir de notícias sobre a instalação de grandes empreendimentos na cidade de São José do Norte e sobre o Polo Naval e *OffShore* do Rio Grande em jornais *online* e documentos, assim como dados primários, coletados por meio de observação, registro de fotografias, participação em eventos relacionados às atividades do setor naval, de energia e mineração, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes setores envolvidos nas propostas de desenvolvimento para a região. Para o tratamento dos dados coletados, realizou-se análise interpretativa, relacionada às teorias escolhidas. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2014 e 2017, sendo este um período de relevantes transformações no município. Os diferentes tipos de crescimento esperados para a cidade não se realizaram nas proporções anunciadas na mídia e nos eventos de apresentação dos projetos. Algumas situações vivenciadas pela população local, como a interferência da empresa nas condições de vida de moradores evidenciam os interesses a que serve o mito do progresso. Pelo menos três argumentos disseminados ao longo da instalação e operação de novos empreendimentos foram frustrados: a maior arrecadação tributária para o município, a dinamização econômica e a geração de emprego e melhor renda para a população da cidade e região. No caso da instalação do estaleiro EBR verificou-se a intensa atuação do Estado na garantia de condições para as operações do estaleiro, assim como a intensificação da dependência entre o local e a empresa. A geração de empregos não atendeu às expectativas geradas, na medida em que não houve o planejamento adequado e preparação das comunidades locais para a atuação nos novos empreendimentos. Conclui-se que isso ocorre porque as adaptações em termos de tecnologia, capacitação e organização das instituições não acompanham o ritmo e as especificidades que a empresa impõe, possibilitando que ela crie soluções que atendam seus interesses imediatos sem a ampla participação da sociedade, mas em acordo com algumas lideranças locais, o que evidencia a atualidade das proposições de Fernandes (1976, 2008) sobre o desenvolvimento do capitalismo no país e sua renovação, de forma que mantém seu caráter heteronômico.

Palavras-chave: empresarização; pensamento social brasileiro; capitalismo dependente; mito do progresso; espaço.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze how enterprisation is expressed in the (re)organization of the space of a Brazilian local city. The analysis was carried out as a result of the changes that have been taking place in São José do Norte, a city located in the south-southeast of Rio Grande do Sul, which has undergone a series of changes marked by the entrance and prospect of new large-scale developments. The proposed analysis was based on the theory of the world's enterprisation, by which one understands that the enterprise is the current organizing force of society (SOLÉ, 2000, 2008, ABRAHAM, 2006). From this theory an exercise of adequation to the Brazilian context was made, based on the contributions of Florestan Fernandes on the development of dependent capitalism. For this study we also considered the contributions of Santos (2008a; 2009a) on space, defined by the author as the interrelationship between object systems and actions considered in historical perspective. In the qualitative field research, secondary data was collected from news reports on the installation of large enterprises in the city of São José do Norte and on the Rio Grande Naval and Offshore Cluster in online newspapers and documents, as well as primary data, collected through observation, photo registration, participation in events related to the activities of the naval sector, energy and mining, as well as semi-structured interviews with representatives of different sectors involved in the development proposals for the region. For the treatment of the data collected, an interpretative analysis was performed, related to the chosen theories. Field research was carried out between 2014 and 2017, a period of relevant transformations in the municipality. The different types of growth expected for the city were not realized in the proportions announced in the media and in the projects presentation events. Some situations experienced by the local population, such as the interference of the enterprise in the living conditions of residents, show the real interests behind the myth of progress. At least three publicized arguments in favor of the installation and operation of new enterprises were frustrated: the increase in tax collection for the municipality, economic growth and the generation of higher income employment for the population of the city and local region. In the case of the installation of the EBR shipyard, it was verified the intense action by the State in guaranteeing conditions for the shipyard's operations, as well as the intensification of the dependence between the local region and the enterprise. The creation of jobs did not meet the expectations, and no adequate planning and preparation of local communities to work in new venture was made. We conclude that is because adaptations in terms of technology, training and organization of institutions do not keep up with the pace and specificities that the enterprise imposes, enabling it to create solutions that meet its immediate interests in agreement with some local leaderships, but without the broad participation of society. This evidences the current relevance of the proposals of Fernandes (1976, 2008) on the development of capitalism in the country and its renewal, in a way that maintains its heteronomous character.

Keywords: Enterprisation; Brazilian social thought; Dependent capitalism; Myth of progress; Space.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Capa e ilustração da edição especial da Revista Veja sobre oferta de empregos com salários superiores a R\$ 5.000 no Brasil, destacando-se o caso de São José do Norte 22
- Figura 2:** As relações entre cidades em uma rede urbana 79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Estaleiro EBR.....	30
Mapa 2: Localização da cidade de São José do Norte.....	101
Mapa 3: Localização do Bairro Mangueira, em Rio Grande/RS.....	118
Mapa 4: Áreas de Possível Exploração Mineral em São José do Norte.....	123
Mapa 5: Local do empreendimento em relação ao centro de São José do Norte.....	130
Mapa 6: Zona Portuária de São José do Norte.....	132
Mapa 7: Localização dos bairros Veneza, Cidade Baixa e Vila Nova.....	135

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Banner afixado pelo STIMMMERG, próximo à Hidroviária Municipal.....	29
Fotografia 2: Festa de Nossa Senhora dos Navegantes.....	104
Fotografias 3 e 4: Abrigo/Ponto de ônibus em Palmares do Sul e Mostardas/RS.....	107
Fotografia 5: Silos de arroz na região de Palmares do Sul/RS.....	108
Fotografia 6: Florestas de Pinus em processo de resinagem.....	109
Fotografia 7: Antiga PROGRASA – Prefeitura Municipal de São José do Norte.....	111
Fotografia 8: A antiga fábrica Moura Comércio de Pescados.....	111
Fotografia 9: Mina de exploração de metais em Mataraca/PB.....	123
Fotografia 10: Molhe Leste – São José do Norte (à direita).....	131
Fotografia 11: Obras de desvio da rodovia de acesso à Barra.....	131
Fotografia 12: Obras de Instalação do Estaleiro EBR.....	134
Fotografia 13: Vista aérea das obras de instalação do Estaleiro EBR.....	134
Fotografia 14: Obras de Instalação do Estaleiro EBR.....	135
Fotografia 15: Duas residências e veículo adquiridos pelas famílias de ex-moradores B e C	141
Fotografia 16: Pintura em referência às condições de moradia em Vila Nova	142
Fotografia 17: Trapiche construído por ex-morador de Vila Nova.....	142
Fotografia 18: Nova moradia e embarcações dos ex-moradores D e E.....	143
Fotografia 19: Antiga residência dos ex-moradores D e E, no bairro de Vila Nova.....	144
Fotografia 20: Nova residência e empreendimento da Ex-moradora F.....	147
Fotografia 21: Antiga residência e empreendimento da Ex-moradora F.....	148
Fotografia 22: Paisagem a partir do bairro de Vila Nova com estaleiro EBR em Operação	149
Fotografia 23: À esquerda, propriedade não inserida nas negociações de indenização.....	149
Fotografia 24: Vista a partir da BR 101 em direção aos bairros Veneza e Cidade Baixa.....	151
Fotografia 25: Reparo improvisado por morador da Rua Luiz Gautério.....	152
Fotografia 26: Reunião de moradores do Bairro Veneza com o Executivo municipal.....	153
Fotografia 27: Interrupção do fluxo de veículos em protesto realizado por moradores.....	153
Fotografia 28: Transporte hidroviário de cargas e passageiros.....	163
Fotografia 29: Lancha de transporte de passageiros em uso no ano de 2011.....	164
Fotografia 30: Lanchas em operação no terminal hidroviário de Rio Grande/RS. À esquerda, uma das lanchas fretadas pela empresa EBR para transporte exclusivo de funcionários entre a hidroviária de Rio Grande e o píer do estaleiro.....	165

Fotografia 31: Lancha fretada para o transporte de funcionários do Estaleiro EBR pela Empresa Navegantes – Desembarque e embarque no terminal hidroviário de Rio Grande...	167
Fotografia 32: Balsa – travessia de veículos e cargas entre Rio Grande e São José do Norte.....	168
Fotografia 33: Chegada ao terminal hidroviário de São José do Norte.....	169
Fotografia 34: Placa de inauguração da hidroviária revitalizada, com destaque para o selo com o slogan adotado pela Prefeitura Municipal de São José do Norte.....	169
Fotografia 35: Carroceiros transportam pequenas cargas trazidas de Rio Grande.....	170
Fotografia 36: Ponto de táxis, próximo à hidroviária.....	170
Fotografia 37: Fachada do Hospital Municipal de São José do Norte.....	171
Fotografia 38: Paisagem de São José do Norte até 2011.....	174
Fotografia 39: Paisagem de São José do Norte em 2017.....	174
Fotografia 40: Preparação e integração dos módulos à plataforma P-74.....	175
Fotografia 41: Rua Marechal Deodoro, ao fundo as obras da plataforma P-74.....	175
Fotografia 42: Prédio comercial, construído em meio ao anúncio de grandes empreendimentos no município.....	176
Fotografia 43: Prédio reformado para abrigar ponto comercial.....	176
Fotografia 44: Restaurante O Farol, construído após a instalação do estaleiro EBR.....	177
Fotografia 45: Restaurante Roberta, ampliado em 2015.....	177
Fotografia 46: Laboratório de Análises Clínicas Analisa.....	178
Fotografia 47: Antiga Intendência e, ao fundo, a fábrica Moura Comércio de Pescados.....	182
Fotografia 48: Solar dos Imperadores.....	182
Fotografia 49: Igreja Matriz de São José.....	183
Fotografia 50: Restauração do Sobrado Gibbon.....	183
Fotografia 51: Etapas de restauração do prédio da antiga Frigoria (à direita).....	184
Fotografia 52: Indicação de restauração do Cine-teatro Miramar	184
Fotografia 53: Hotel Swan (construção interrompida).....	191
Fotografia 54: Manifestação Contra a Mineração em São José do Norte.....	192
Fotografia 55: Manifestantes Contra a Mineração em São José do Norte.....	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da Proposta de Coleta dos Dados.....	95
Quadro 2 – Entrevistas realizadas.....	96
Quadro 3 – Condicionantes quanto às questões do meio antrópico referentes ao patrimônio	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Domicílios Particulares Permanentes.....	106
Tabela 2: Crescimento no Número de Domicílios Particulares Permanentes (%).....	106
Tabela 3: Transporte de Cargas EBR (número de carretas recebidas/a receber).....	152
Tabela 4: Admissões e demissões na indústria, em diferentes níveis.....	159
Tabela 5: Evolução do emprego por setor de atividade econômica no Brasil.....	160
Tabela 6: Transporte de Passageiros entre Rio Grande e São José do Norte.....	166

LISTA DE SIGLAS

- ABDI** – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
- AGEFLOR** – Associação Gaúcha de Empresas de Florestamento
- ANTAQ** – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- ANP** – Agência Nacional do Petróleo
- APL - Polo Naval e Energia** – Arranjo Produtivo Local do Polo Naval e de Energia/RS
- BM** – Banco Mundial
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CNPE** – Conselho Nacional de Política Energética
- EBR** – Estaleiros do Brasil Ltda.
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- ERG1** – Estaleiro Rio Grande 1
- ERG2** – Estaleiro Rio Grande 2
- FEPAM** – Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS
- FIERGS** – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- FLOPAL** – Florestadora Palmares Ltda.
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FMM** – Fundo da Marinha Mercante
- FURG** – Universidade Federal do Rio Grande
- GPD** – Grandes Projetos de Desenvolvimento
- GUD** – Global Urban Development
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IPTU** – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
- METROPLAN** – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PDP** – Política de Desenvolvimento Produtivo
- PITCE** – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
- RGM** – Rio Grande Mineração S. A.
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- RS** – Rio Grande do Sul
- STIMMERG** - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte
- UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E EMPRESARIZAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES LOCAIS	37
1.1 A DISSEMINAÇÃO DO MUNDO-EMPRESA SOB O MITO DO PROGRESSO	37
1.1.1 Adaptações do conceito de progresso e a permanência de um mito	44
1.1.2 O “élan de modernizar”: a empresarização sob o capitalismo dependente	55
1.2 O ESPAÇO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO MUNDO-EMPRESA	71
1.2.1 Compreendendo a dinâmica espacial	75
1.2.2 A empresa como forma e como norma de (re)organização do espaço	82
2 OBJETIVOS DA PESQUISA	89
2.1 OBJETIVO GERAL	89
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	89
3 MÉTODO DE PESQUISA	90
3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA	92
3.2 COLETA DE DADOS	93
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	97
4 A EMPRESARIZAÇÃO DO ESPAÇO EM UMA CIDADE LOCAL	100
4.1 SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA CIDADE LOCAL	100
4.2 O SONHO: EXPECTATIVAS GERADAS PELO ANÚNCIO DE INSTALAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS EM SÃO JOSÉ DO NORTE	115
4.3 IMPLICAÇÕES DA INSTALAÇÃO DO ESTALEIRO EBR NA (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DO NORTE	129
4.3.1 Compreendendo acontecimentos e novas dinâmicas de relações na cidade	136
4.3.2 A modificação no quadro de registros de empregos em São José do Norte	156
4.3.3 Mudanças observadas quanto ao comércio e oferta de serviços no município	163
4.3.4 A tensão entre inovação e preservação do patrimônio	181
4.4 FRUSTRAÇÃO E MEDO: A FORMAÇÃO DE UMA PSEUDOCIDADE?	185
5 CONCLUSÃO	196
Referências	201
ANEXO I – Ofício encaminhado pela Comissão de Moradores à SUPRG (reprodução)	212
ANEXO II – Acordo de cooperação - EBR e Prefeitura Municipal de São José do Norte (reprodução)	213

ANEXO III – Programa de Acompanhamento da [Realocação] das Moradias Localizadas na Área do Empreendimento (reprodução)	215
ANEXO IV – Cartilha da Negociação distribuída pela Defensoria Pública do RS	222
ANEXO V – Material de divulgação – Prefeitura Municipal de São José do Norte	227
ANEXO VI – Decreto 51.320 de 21 de março de 2014 – Governo do Estado do RS*	228
ANEXO VII – Ata de Reunião N° 18/2014, 21 de março de 2014 – Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS*	230
ANEXO VIII – Ofício 27/2014*	231
APÊNDICE A – Roteiro para as Entrevistas (semi-estruturadas)	234

INTRODUÇÃO

A expansão geográfica das empresas, uma das expressões da empresarização (SOLÉ, 2008), é facilitada pelo progresso tecnológico das comunicações e dos transportes, que ampliam possibilidades relacionadas ao fluxo, à localização e a fragmentação de suas atividades e regida pela busca de melhor rentabilidade. Nessa busca destacam-se pelo menos dois fenômenos: por um lado, a instalação de empreendimentos financeiros nas chamadas metrópoles, caracterizadas pela concentração de tecnologia atual, formando cidades globais, como define Sasse (2005) e, por outro, a opção pela instalação de grandes empreendimentos em locais onde o conteúdo tecnológico moderno ainda seja disperso - as cidades locais, na definição de SANTOS (2008b), seja pela abundância de recursos a serem explorados, seja pela oferta de áreas disponíveis para a instalação de suas plantas industriais, ou mesmo para fugir de possíveis problemas causados pela alta concentração de empresas, o que é uma característica das metrópoles.

A localização geográfica das empresas tem sido influenciada também pela intervenção do Estado por meio de políticas públicas de redistribuição, ou seja, pela gestão do território (CORRÊA, 1992), uma proposta de reversão das desigualdades econômicas entre as regiões. No Brasil, estas ações são pautadas principalmente pela redução de impostos ou outros subsídios a setores específicos, como a produção de energia, a mineração e a indústria naval, sob a forma de grandes projetos de investimento (VAINER, 2007). Correa (1992) considera a gestão do território como uma dimensão de um processo mais geral de gestão, tal como as dimensões política e social. É, segundo o autor, a sua dimensão espacial, “confinando-se ao espaço sob o controle de um Estado, um grupo social ou de uma dada empresa” (CORREA, 1992, p. 115). O autor sugere, ainda, uma definição sobre gestão do território:

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos, como concentração e dispersão espaciais, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial a viabilizar a existência e a reprodução da sociedade (CORRÊA, 1992, p. 115).

Constata-se então que a gestão do território envolve decisões em torno da instalação de novos empreendimentos, a definição de planos de desenvolvimento, a atuação do Estado, das empresas e da sociedade civil. Uma iniciativa de redistribuição, proteção e incentivo à produção industrial nacional em setores específicos no Brasil foi o Plano Brasil Maior, no qual

foram apontadas diretrizes de ação para o período de 2011 a 2014. Este plano foi lançado pelo Governo Federal em agosto de 2011 como uma proposta de aperfeiçoamento de políticas de desenvolvimento apresentadas em anos anteriores: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), referente ao período de 2003 a 2007 e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008 a 2010. O Plano Brasil Maior foi elaborado para desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias, entre as quais se inseriram propostas de investimentos na indústria naval (ABDI, 2011), após a descoberta das reservas de petróleo no chamado pré-sal¹.

Para o país, interessa contar não somente com uma poderosa companhia petroleira, mas também uma robusta indústria parapetroleira, cujo desenvolvimento e internacionalização poderão promover um processo de *upgrading* tecnológico, de consolidação corporativa e ampliação do mercado para as empresas brasileiras para além do mercado doméstico, em função do crescimento contínuo das operações de exploração e produção de petróleo *offshore* no mundo (ABDI, 2011, p.25).

Tratou-se de uma política de desenvolvimento orientada à consolidação da indústria nacional e que, entre outros desdobramentos, promoveu a descentralização da indústria naval, até então concentrada na região sudeste do Brasil. O plano foi subsidiado por financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e incorporou também uma política de proteção do conteúdo local².

A euforia de investimentos em estaleiros começou no governo Lula, com a descoberta do Pré-Sal pela Petrobrás. A partir daí, começaram a pipocar projetos de novos estaleiros em todo o litoral brasileiro, uma grande notícia para o governo que queria gerar emprego e turbinar a economia. Para quem aceitasse o maior percentual de conteúdo local nas embarcações, o governo se propunha a financiar até 90% do projeto. De 2007 para cá, algo em torno de R\$ 45 bilhões foram desembolsados do Fundo de Marinha Mercante (FMM) por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais bancos públicos e privados para financiar o setor (PEREIRA, 2017).

Ao passo que se definia o Plano Brasil Maior no âmbito Federal, foi proposto o Ciclo de Desenvolvimento para a Metade Sul pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul,

¹ Denominação dada à área de formação geológica posterior à camada de sal, localizada no litoral brasileiro, com possibilidade de exploração de petróleo. “No atual contexto exploratório brasileiro, a possibilidade de ocorrência do conjunto de rochas com potencial para gerar e acumular petróleo na camada pré-sal encontra-se na chamada província pré-sal, uma área com aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. As reservas dessa província ficam a 300 km da região Sudeste, que concentra 55% do Produto Interno Bruto (soma de toda a produção de bens e serviços do país). A área total da província do pré-sal (149 mil km²) corresponde a quase três vezes e meia o estado do Rio de Janeiro” (PETROBRAS, 2015).

² Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, instituído pelo Decreto 4.925, de 19/12/2003.

destacando-se a previsão de atendimento de demandas investidas pela empresa Petrobras por meio do Polo Naval de Rio Grande (SILVA, 2011).

Sempre se costumou dizer que a Metade Sul do Rio Grande do Sul era um problema, não se desenvolvia. Agora, a Metade Sul está integrada ao ritmo do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil, graças às políticas que o Governo Federal desenvolveu e que o Governo do Estado compartilha de maneira integral, com a nossa capacidade reguladora e de intervenção política (GENRO, 2013).

Foi nesse mesmo período, de euforia em torno das atividades de reativação ou construção de novos estaleiros pelo país, que se propôs a instalação da empresa Estaleiros Brasil Ltda. (EBR) em São José do Norte, um município da região sul-sudeste do estado. Com o estaleiro EBR, instalado em São José do Norte, o Estaleiro Honório Bicalho³, o Estaleiro Rio Grande 1 (ERG1) e o Estaleiro Rio Grande 2 (ERG2), instalados na cidade do Rio Grande, foi composto o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno. São José do Norte vem passando por um conjunto intenso e acelerado de transformações, evidenciadas a partir da instalação⁴ desse grande estaleiro no município e pela expectativa de novos empreendimentos. Um deles é o Projeto Retiro, que prevê a exploração⁵ de minerais pesados como Ilmenita, Rutilo e Zirconita, a ser implementado pela empresa Rio Grande Mineração S.A. (RGM) (CPEA; HAR, 2014), com licença provisória autorizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em junho de 2017. Outra proposta é a instalação de um complexo de parques eólicos, o projeto Ventos do Atlântico, proposto pelo Grupo Florestadora Palmares (FLOPAL), em fase de licenciamento ambiental.

A presença atual ou eminente desses empreendimentos refletiu-se em uma situação de expectativas de crescimento para o município e para região, tal como observado no início desta pesquisa, no ano de 2014. A valorização da ideia de que a empresa é propulsora do desenvolvimento está presente no slogan adotado naquele ano pela Prefeitura Municipal de São José do Norte: “Embarque nesse progresso”, como um convite a novos empreendimentos. A elaboração de material de divulgação sobre o potencial desenvolvimento advindo da instalação de grandes empreendimentos no município também marca o momento de transição para uma nova configuração esperada para a cidade e região: “São José do Norte – A caminho do desenvolvimento” (ANEXO V). Na parte I deste material de divulgação são destacados os

³ O estaleiro Honório Bicalho é administrado pelo consórcio QGI Brasil, formado pelas empresas Queiroz Galvão e Iesa Óleo e Gás e os estaleiros ERG 1 e ERG 2 pela empresa Ecovix-Engevix.

⁴ Como processo de instalação do estaleiro considera-se o início das negociações para a construção e preparação para as operações de integração de módulos ao casco da plataforma P-74, primeiro – e talvez único - projeto a ser executado pelo estaleiro.

⁵ Termo técnico utilizado na área de geologia para referir-se à extração de recursos naturais.

empreendimentos a serem instalados e os recursos naturais disponíveis: “Cidade de expansão do Polo Naval Gaúcho, geradora de energia eólica e área de exploração mineral”; na parte II são enunciadas as propostas de investimentos em diversas áreas, com a promessa de melhores serviços para a comunidade: “Infraestrutura, trânsito, segurança pública, saúde, assistência social e turismo”. Na parte III é destacado o necessário investimento em ensino, apoio técnico e preservação ambiental: “Investimento em educação, apoio à agropecuária e incentivo à valorização do meio-ambiente”.

Publicações na mídia local, regional e nacional valorizaram a importância de novos empreendimentos no município, como o despertar para novos sonhos a serem realizados por meio do acesso ao emprego e melhor remuneração para a população, acesso ao consumo e diferentes modos de vida, como ressaltado na edição especial da Revista Veja sobre os melhores lugares para trabalhar, exaltando as cidades que estavam recebendo investimentos para a consolidação da indústria naval no país (**Figura 1**). Na matéria publicada é destacado que “[a] construção de um estaleiro em São José do Norte está provocando uma revolução na economia e no modo de vida da pequena cidade gaúcha...” (MARCHEZAN, 2014, p. 101).

Figura 1: Capa e ilustração da edição especial da Revista Veja sobre oferta de empregos com salários superiores a R\$ 5.000 no Brasil, destacando-se o caso de São José do Norte



Fonte: Acervo digital da revista Veja, edição 2.362 de 26 de fevereiro de 2014.

Outras reportagens exaltam as possibilidades de mudança para o município, como a superação de um ciclo econômico predominantemente relacionado à agricultura por novas

atividades industriais, assim como a reversão de uma situação apontada como atrasada em relação a outras cidades da região e marcada por indicadores socioeconômicos muito baixos, tais como as destacadas a seguir:

“Hoje, o município é estritamente agrário, mais da metade da população apresenta renda média inferior a dois salários-mínimos e 15% é analfabeta. ‘A expectativa é de que o empreendimento alavanque o desenvolvimento do município’, avalia o presidente da FIERGS, Heitor José Müller”.

FIERGS, 16/01/2013.

“Estaleiro muda a face de São José do Norte: cidade da metade sul quer deixar para trás o ciclo da cebola e ingressar em uma nova fase de desenvolvimento”.

JORNAL DO COMÉRCIO, 17/02/2014.

Tal receptividade a novos empreendimentos indica a influência do mito do progresso, traço da empresarização do mundo já indicada na teoria da empresarização (SOLÉ, 2008), mas que no contexto de desenvolvimento sob o capitalismo dependente, como no caso brasileiro, é potencializado porque conta com uma pré-disposição para a transformação, o élan-modernizador, como aponta Fernandes (1976). No âmbito das cidades locais, essas mudanças são esperadas sob a aparência de transformação destas em metrópoles por meio da expansão da ideia de empresa e pela presença de mais empresas em seus territórios.

A expansão dos domínios da empresa é um dos temas da teoria da empresarização, pela qual se compreende que essa é a força organizadora do mundo ocidental moderno – e ocidentalizado⁶. Na perspectiva de Solé (2008), a história da humanidade pode ser compreendida como uma sucessão de mundos que são caracterizados por uma força organizadora central. Segundo o autor, a atual força organizadora, aquela que orienta seu conjunto de crenças, sua organização política e econômica, sua estética, suas relações com o tempo e com o espaço, é a empresa. A partir dessas considerações, o autor refere-se a este mundo como o Mundo-Empresa.

Segundo Solé (2008), a empresarização do mundo se expressa por aspectos como: a presença das empresas privadas em quase todos os países do mundo, o aumento da proporção entre trabalhadores assalariados em relação à população ativa, a expansão da empresa como

⁶ A compreensão sugerida por Solé (2008) contempla desde os países europeus e norte-americanos que compõem o núcleo do sistema econômico dominante até os países ocidentalizados, como é o caso brasileiro. Quase lugar nenhum no mundo escapa à empresarização, à tomada da empresa como padrão de organização, sua linguagem, sua relação com o tempo, etc. (SOLÉ, 2003).

forma de organização das mais variadas atividades e o aumento do poder das empresas sobre os indivíduos - dentro e fora delas. Entre essas características, duas parecem fundamentais neste trabalho: a expansão geográfica da empresa e, com ela, a expansão da ideia de empresa como modo de organizar as diferentes práticas e relações. O desenvolvimento técnico das comunicações e transportes possibilita a intensificação da disseminação da empresa nesses dois aspectos, por isso, para o autor, a globalização é uma das expressões da expansão da empresa no mundo (SOLÉ, 2008).

Um dos pilares dessa expansão é a percepção da sociedade sobre a empresa como fonte de felicidade - de tipo individualista e que está associada a fatores como o vínculo dos indivíduos com empresas por meio das relações de trabalho (SOLÉ, 2000, 2008). No Mundo-Empresa é necessário estar empregado, qualificar-se constantemente para ocupar melhores posições, que possibilitem melhor renda para atender às necessidades de consumo, estas definidas - também por empresas - como necessárias para a realização individual. Diante disso, promessas de geração de emprego, renda e melhores condições de vida para a população, representadas pelo acesso ao consumo, pela presença de mais opções de lojas e de outros tipos de comércio, mais carros e de outros elementos urbanos considerados atuais, apresentam-se como possibilidades que a presença de empresas nos seus territórios pode oferecer às cidades, indicando que o progresso por meio da empresa seja assumido como uma necessidade.

A expansão da empresa implica em diferentes dinâmicas da organização urbana - territorial, econômica e social. As teorias sobre espaço propostas por Milton Santos indicam um forte potencial explicativo para a compreensão dessas dinâmicas de organização urbana que ocorrem em função da interação entre grandes empresas globais e os locais onde operam, como se percebe ocorrer no caso de São José do Norte. Para tal compreensão, o autor considera o espaço como categoria analítica central, definindo-o como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados numa perspectiva histórica (SANTOS, 2009a). Por meio das teorias sobre espaço propostas por Milton Santos pode-se compreender a expansão da empresa como forma, na medida em que mais objetos do tipo empresa - e a ela relacionados - passam a compor os espaços urbanos; e como norma, pois os sistemas de ações passam a ser formalizados por regras, contratos, códigos e vocabulário empresarial, definindo o que se propõe aqui tratar como **empresarização do espaço**, uma categoria utilizada por compreender a expansão da empresa como forma e como norma de organização. Ela permite também a análise da dinâmica de transformações, tanto pela criação de novos objetos e novas relações como pela interação com as condições pré-existentes, já que propõe a compreensão do espaço como um processo de formação em uma perspectiva histórica.

Para Santos (1999), a dinâmica dos espaços no contexto de fluidez requerido pelo que chama de período técnico-científico-informacional depende da adaptação permanente de formas e normas, em referência às formas geográficas como objetos técnicos ou formas materiais de produção (tais como a empresa expressa fisicamente) e às normas como regulamentos jurídicos, técnicos e financeiros. Segundo o autor “essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas em vista da competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais” (SANTOS, 1999, p. 12), inclusive as normas públicas.

As teorias sobre espaço propostas por Milton Santos permitem também considerar as especificidades da formação socioeconômica nos chamados países periféricos. Santos (2008b) identifica a formação de dois circuitos econômicos nesses países: um circuito superior (capital intensivo) e um circuito inferior (trabalho intensivo). Esse modo de organização do espaço é marcado pela formação de diferentes tipos de cidades, caracterizadas pelo autor segundo a maior ou menor concentração de conteúdo tecnológico moderno, ou “formas modernas de vida econômica, social e política” (SANTOS, 2008b, p. 332). O autor faz referência, por exemplo, às implicações da modernização dos sistemas produtivos na agricultura e na pecuária para a organização espacial das cidades. As formas representativas de maior dispersão dos recursos tecnológicos do período histórico contemporâneo são definidas por Santos (2008b) como cidades locais, enquanto as formas de maior concentração desses recursos são definidas pelo autor como metrópoles completas.

De acordo com Santos (2008a, p. 88), a cidade local é uma unidade mínima de caracterização de um local como cidade, “a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Ainda conforme o autor, a cidade local encontra-se na periferia do sistema urbano e contrasta com os sistemas/circuitos superiores, caracterizados como intensivos em tecnologia atual, mas está a eles interligada e seus fluxos são modificados conforme as técnicas desenvolvidas e instaladas ao longo do tempo.

Considerando-se a concentração ou dispersão de recursos tecnológicos atuais como fator de diferenciação entre as cidades, é possível retomar aspectos característicos do processo de empresarização referentes à expansão da ideia de empresa como melhor forma de organização. A incorporação ao planejamento das cidades de um conjunto de definições relacionadas às empresas, como competitividade e eficiência, vem sendo considerada por sociólogos, geógrafos e urbanistas para analisar criticamente as chamadas cidades globais e orientadas ao crescimento (HARVEY, 1996; VAINER, 2000; ARANTES, 2002).

A partir dessas análises, destacam-se definições relacionadas ao planejamento das cidades, tais como: cidades como máquinas de crescimento (LOGAN; MOLOTCH, 1976); empresariamento urbano⁷ (HARVEY, 1996); cidade-mercadoria e cidade-empresa (VAINER, 2000); cidade-empresa-cultural (ARANTES, 2002); a cidade como negócio (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015). Entende-se que tais expressões enfatizam a ascensão do mundo empresa, uma vez que as cidades passam a ser predominantemente organizadas como empresas, em torno dos interesses de empresas, com base em medidas de desempenho análogas às de empresas e por um conjunto restrito de atores, que são, notadamente, grandes empresas. O Mundo-Empresa estabelece os critérios de hierarquização entre as cidades, estando estas em permanente disputa, seja por recursos públicos, seja por novos empreendimentos. Por isso a relevância de uma análise das dinâmicas de organização da cidade.

Essa disputa por recursos e novos empreendimentos Harvey (1996) chama de concorrência interurbana. Para Harvey (1996) o elemento central do empresariamento urbano é a noção de parceria público-privada, que implica no desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos pelo acirramento da concorrência interurbana sob quatro aspectos: (i) o da divisão internacional do trabalho, referente à disputa por investimentos por meio da oferta de vantagens locais para a produção de bens e serviços; (ii) a divisão espacial do consumo, pela qual as cidades buscam atrair recursos relacionados principalmente ao turismo, utilizando-se de mecanismos como o *City Marketing* de modo que pareça um lugar “inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (HARVEY, 1996, p. 55); (iii) disputas pelo comando financeiro e capacidade de processamento de informação, ou seja, pela posição de cidade global e, (iv) concorrência por recursos dos governos centrais. Seja sob o aspecto da divisão internacional do trabalho, do consumo ou da competição por recursos públicos, percebe-se que no centro de tais aspectos pelos quais as cidades competem está a empresa, ou a ideia de empresa.

Além das possibilidades de análise no âmbito das cidades, como as diferentes abordagens mencionadas, destacam-se as considerações apontadas por Fortuna (1997), para quem a cidade constitui-se como locus de representação de uma sociedade. As cidades foram

⁷ Diferentes traduções são apresentadas para o termo “*entrepreneurialism*”: na tradução para a revista Espaço & Debates o termo é traduzido como “empresariamento”, enquanto na versão do mesmo artigo publicada no livro *A Produção Capitalista do Espaço* (HARVEY, 2005), o termo é traduzido como “empreendedorismo”. O Professor Bob Jessop escreveu o artigo “*The Narrative of Enterprise and the Enterprise of Narrative: Place Marketing and the Entrepreneurial City*” (JESSOP, 2013), no qual utiliza diferentes definições de empreendedorismo. Em consulta feita por e-mail pela Professora Rosimeri Carvalho, Jessop esclareceu que o termo “*entrepreneurialism*” é referente às qualidades do empreendedor ou equivalente à ideia de espírito empreendedor, enquanto o termo “*entrepreneurship*” diz respeito à ação de empreender. David Harvey e seu grupo de pesquisadores também foram consultados para esclarecimento sobre as diferentes traduções e interpretações, mas não se obteve resposta. Compreendidas as diferentes abordagens como expressão da expansão do Mundo-Empresa, adota-se neste trabalho o termo proposto por Solé (2003; 2008): “*entreprisation*”, em referência à ideia de empresa como padrão de organização, por meio do uso da categoria empresarização do espaço.

também objeto de análise a partir de suas expressões estéticas durante a formação da sociedade moderna, como nos estudos realizados por Simmel (2003) sobre Veneza, Viena e Roma, ou sobre a relação entre as dimensões das cidades, seus fluxos, tempos e relações e o espírito humano, no início do século XX (SIMMEL, 2005).

As escalas de análise mais estritas, como as cidades, são apontadas por Goulart et al. (2010) como uma tendência da qual os estudos em administração não escaparam e para os quais as categorias da geografia poderiam dar um suporte representativo. Para Ramalho, Santos e Lima (2013, p. 176), “O peso atribuído às escalas regional, internacional e, principalmente, global, como espaços de decisão e ação econômica e política de grandes empresas, tem limitado o entendimento de que sua constituição efetiva passa pela localidade”, expressando a importância analítica do papel do território, sua influência e especificidades. Goulart et al. (2010) trataram mais detidamente do contexto brasileiro no período pós Constituição de 1988 e das possíveis contribuições da incorporação da categoria território às análises sobre desenvolvimento.

Neste estudo optou-se pelo uso da categoria espaço em referência à ideia de território usado, conceito trabalhado por Milton Santos e que incorpora as contribuições sobre o tema apontadas por David Harvey e as inter-relações entre as escalas de ação e decisão local e global. A (re)organização das cidades pode ser analisada, então, por meio da compreensão da (re)organização do espaço. Conforme Harvey (1996, p. 52), “[o] poder de organizar o espaço advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais”, esses agentes considerados tanto personalidades como instituições. Abordar a organização do espaço em conjunto com a teoria da empresarização pressupõe considerar que as forças mobilizadoras dessa organização são orientadas por uma lógica empresarial, até mesmo por parte do Estado. Cabe ressaltar que, para Solé (2008), a empresa pressupõe o Estado e o mercado, mesmo buscando a eliminação deste último.

A teoria da empresarização apresenta-se como possibilidades de explicação de causas dessa dinâmica organizacional em que a empresa passa a ocupar o lugar central, considerando-se um conjunto de modos de agir e pensar que favorecem a sua expansão, em diferentes contextos. Da mesma forma que o capitalismo se desenvolve de forma adaptativa em relação aos locais de interação, a empresarização não ocorre de forma homogênea e a teoria, elaborada no contexto europeu, indica a necessidade de apropriação ao contexto brasileiro, ou seja, requer um exercício de redução sociológica (GUERREIRO RAMOS, 1996). Inspirando-se na necessidade de apropriação defendida por Guerreiro Ramos (1996), mesmo sem a realização do método proposto pelo autor, realizou-se a busca de elementos da formação social e

econômica do Brasil a fim de identificarem-se especificidades da empresarização nesse contexto. Foram considerados estudos de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, caracterizado pelo autor como dependente e duplamente articulado - entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa (COSTA; SILVA, 2015). Por meio desse exercício de apropriação foi possível identificar algumas especificidades nos modos de agir e pensar que favoreceram a disseminação da empresa no país, como os relacionados ao mito do progresso, uma vez que este se revela no contexto dependente pela receptividade à tecnologia e à cultura do exterior e pelo estabelecimento de relações específicas, como a articulação entre elites econômicas e políticas internas e externas, como as destacadas por Fernandes (1976), as quais influenciam nossa formação econômica e social.

A valorização da ideia de progresso em cidades locais pode ser compreendida como um desdobramento do desenvolvimento do capitalismo dependente em convergência com as necessidades que se impõe no atual período técnico-científico-informacional – ou comunicacional (SANTOS, 2008a; 2009a). Segundo Santos (1999), três dados constitutivos – que são a um só tempo causa e efeito entre si – podem contribuir para a compreensão das transformações que caracterizam esse período: (i) a unicidade técnica, que inclui todos os subespaços no sistema produtivo, (ii) a convergência dos momentos e (iii) a universalização da mais-valia. Trata-se de um período no qual os países centrais e as chamadas cidades globais buscam locais rentáveis para a instalação de indústrias de produção e mantêm em seus territórios as atividades de conteúdo mais leve e dinâmico, como os serviços administrativos, financeiros e de informação.

Nessa dinâmica característica do processo de globalização, o qual Santos (2000a) chama de globalitarismo perverso, as cidades locais tendem a atender às demandas por tais condições, seja pelas reservas naturais ainda disponíveis ou pelos investimentos em infraestrutura ou outros subsídios fornecidos pelo Estado. Ao mesmo tempo, as condições caracterizadas como precárias nesse tipo de cidade, como a dispersão de conteúdo tecnológico que seja correspondente ao período histórico contemporâneo, potencializam o mito do progresso como propulsor da empresa, na medida em que esta é apontada como alternativa eficiente para reversão de tais condições, seja como forma, seja como norma.

O progresso ainda é apontado como uma necessidade, uma condição a ser alcançada para a promoção de melhores condições de vida, pelo qual se apresentam como aceitáveis relações entre empresas e lugares que promovam mudanças bruscas no âmbito local subordinadas às possibilidades de maiores ganhos aos acionistas das grandes corporações. Esse tipo de relação é viabilizado por meio da articulação entre os interesses de atores externos com

os atores que ocupem ou possam operar esferas de poder no âmbito local, tais como forças políticas, técnicas ou intelectuais, que venham a favorecer a sua atuação (FERNANDES, 1976).

A conformação dos interesses internos aos interesses externos pode estar vinculada à ideia de que é possível – e necessário – que todos os locais alcancem padrões de produção e consumo semelhantes aos dos chamados países centrais, o que, para Furtado (1974), corresponde ao mito do desenvolvimento econômico, um prolongamento do mito do progresso, que teria orientado o processo de industrialização após a Revolução Burguesa, na Europa. Para Dupas (2006), às noções de progresso como desenvolvimento técnico associado ao crescimento econômico foram sendo acrescentadas ao longo do tempo considerações a respeito de questões sociais e ambientais, por exemplo, de forma a manter sua legitimidade e, de acordo com a teoria da empresarização, para que a empresa siga orientando a produção dos principais sonhos e medos da humanidade.

Se, por um lado, a empresa se estabelece e se expande sob argumentos de que favorece o atendimento das necessidades da sociedade – seus sonhos, seja por meio das suas atividades-fim, das possibilidades de oferta de emprego-renda-consumo, ou, ainda, pela extensão de sua atuação a projetos e programas sociais, como os voltados à saúde, à educação e ao meio ambiente, por outro, a expansão da empresa reforça os medos relacionados à sua ausência. De acordo com Dupas (2005, p. 41, grifo do autor), a possibilidade de dizer não é o principal instrumento de poder das grandes corporações e do capital global: “saio, não entro, não fico mais”, o que se torna um mecanismo de pressão por recursos e condições para a sua instalação e permanência, como expressa a manifestação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMMERG) (**Fotografia 1**).

Fotografia 1: Banner afixado pelo STIMMMERG, próximo à Hidroviária Municipal.



Fonte: Acervo pessoal, registro em 23/02/2015

A possibilidade de interrupção das obras do estaleiro EBR, em função do envolvimento das empresas que compõem seu capital nas investigações sobre irregularidades em contratos com a Petrobras (VALOR ECONÔMICO, 2014) gerou apreensão na região. Tal situação reflete o que afirmam Solé (2008) e Dupas (2005) sobre o poder atribuído à empresa, tanto na mobilização de recursos para a sua instalação e operação quanto pela ameaça que representa a suspensão das suas atividades ou deslocamento para outros lugares.

A escolha do município de São José do Norte para a instalação do Estaleiro EBR é justificada pelos representantes da empresa em função de condições naturais de que dispõe a localidade quanto ao canal de acesso de embarcações de grande porte e pela possibilidade de dinamização econômica no município e região, por meio da geração de novos empregos e demanda por diferentes produtos e serviços. A disponibilidade de mão-de-obra especializada, em função da proximidade com o município de Rio Grande (**Mapa 1**) - onde já operavam outros estaleiros, também foi considerada favorável, como afirmou o Presidente da empresa EBR durante um congresso internacional do setor naval (PADILHA, 2014).

Mapa 1: Localização do Estaleiro EBR.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Norte – Divulgação “A caminho do desenvolvimento”

As falas de representantes da empresa e do poder público em eventos relacionados ao setor naval, materiais impressos de divulgação, bem como notícias veiculadas sobre a instalação do estaleiro indicam a busca de sensibilização da comunidade local para a recepção dos novos empreendimentos. Nesses meios de divulgação se expressa o vínculo destes com a ideia de progresso, ou seja, a busca de aceitação de possíveis transtornos causados no presente, sustentada em projeções de um futuro próspero. Vínculo que promove a possibilidade de transformação do espaço por meio da ideia de empresa e que controla possíveis movimentos contrários à entrada de grandes empreendimentos, como se qualquer ação nesse sentido fosse

um apelo à manutenção de condições consideradas precárias e atrasadas em comparação às de outras cidades do entorno.

Até o início da instalação do estaleiro EBR, São José do Norte poderia ser caracterizada como uma cidade local, com baixa concentração tecnológica contemporânea. Vinha sendo afetada pela empresa, mas de maneira que manteve sua forma mais relacionada aos aspectos rurais, preservando uma arquitetura urbana predominantemente horizontal (formada por casas e não por condomínios verticais), baixa densidade populacional e baixo fluxo de automóveis, entre outras características que diferenciam a cidade dos centros urbanos caracterizados como modernos ou desenvolvidos. Mesmo já expressando um processo de empresarização por um longo período de dinâmica econômica realizada em torno da produção de cebola, integrada a um sistema de distribuição do produto para outros locais e, num período mais recente, pela produção de pinus atrelada à indústria madeireira e de celulose, a ausência de grandes empresas no local pode ter influenciado na manutenção dessas características, pois mesmo algumas iniciativas de industrialização realizadas em períodos anteriores eram vinculadas a atividades difundidas na região, como a pesca e a agricultura.

A instalação do estaleiro EBR e o anúncio de novos empreendimentos, como a mineradora e o parque eólico, apresentam-se, então, como eventos significativos da valorização da empresa como forma e como norma orientadora das mudanças no espaço, na medida em que tornam mais evidente a presença e influência da ideia de empresa na dinâmica de relações que estabelecem novas configurações. Algumas modificações foram visíveis na cidade, como o aumento do número de registros de emprego - de 744 admissões registradas no ano de 2009 para 2.227 no ano de 2014 (CAGED, 2015), por exemplo. Uma inversão quanto aos setores em que vem ocorrendo esses registros de empregos também é acentuada. No setor da indústria, o número de admissões cresceu de 180, em 2009, para 823 em 2014, um número maior que nos demais setores.

A paisagem do município também começou a ganhar formas modernas, como a área de 1.500.000 m² onde foi construído o estaleiro EBR, a construção de novos hotéis e pousadas, destacando-se uma filial do Hotel Swan - o primeiro prédio vertical com tal estrutura no município, com cerca de 100 apartamentos, localizado em uma área próxima ao estaleiro. A entrada de novos empreendimentos, como redes de farmácias, lojas de eletrodomésticos e franquias também vem alterando a paisagem e o comércio na cidade. A pavimentação das ruas, projetos de ampliação das redes de energia, de água e esgoto estão sendo realizados, enquanto outros novos empreendimentos foram planejados, como o referente à construção de um novo

bairro residencial, a partir das expectativas de crescimento populacional no local (PLANO..., 2014).

A expectativa quanto à entrada de novos empreendimentos no município interferiu também na elaboração de novas leis, regulamentos e na representação formal do município em diferentes esferas de atuação política. Para a regularização da instalação do estaleiro foram feitas alterações no Plano de Zoneamento das Áreas do Porto Organizado de Rio Grande. Durante as alterações no plano de zoneamento foi criada uma cadeira para representação de São José do Norte no Conselho de Autoridade Portuária (CAP, 2011), indicando uma nova posição do município nas relações com as demais cidades da região e ampliando a representação do município em eventos e organizações relacionadas ao Polo Naval e ao Porto do Rio Grande.

Entre as mudanças que vem ocorrendo no município destaca-se também o deslocamento de aproximadamente 45 famílias – moradores, pescadores e veranistas – que habitavam a área onde foi construído o estaleiro EBR, no bairro Vila Nova. As obras foram iniciadas mesmo antes de uma definição sobre a realocação ou indenização dessas famílias. Essas negociações foram articuladas entre a empresa e representantes das diferentes esferas de governo e de negociações com agentes locais para a realocação/indenização dessas famílias, pressionadas pelo início das obras de terraplanagem e aceleração da construção do estaleiro. Foi formada uma Comissão de Moradores, orientada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e Comissão de Direitos Humanos, atores que interferiram na definição de valores para as negociações entre a empresa e os moradores. A área ocupada pelas famílias também foi um fator condicionante das negociações, na medida em que se tratava de Terrenos de Marinha⁸, o que gerou insegurança por parte dos moradores quanto à efetiva propriedade, mesmo para aqueles que já viviam há mais de cinco (5) décadas no local.

Moradores de outros bairros da cidade também foram diretamente atingidos pelo predomínio dos interesses em torno das atividades da empresa EBR, que teve assegurada a não interrupção das obras de construção do estaleiro, transportando peças e materiais pesados por meio da BR 101, passando por ruas do interior do município mesmo após o decreto de situação de emergência aprovado pelo Governo do Estado (ANEXO VI). Esse decreto foi assinado após comprovado prejuízo e risco aos moradores cujas casas passaram a apresentar grandes vincos e rachaduras causadas pelo fluxo intermitente de caminhões, após análise pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil no município, caracterizando a situação de emergência pelo colapso

⁸ Área demarcada ao longo da costa e às margens de lagoas e rios que tenham sofrido influência de marés, definidas como bens da União, conforme o Decreto-Lei 9.760, de 1946 (PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2017).

de edificações. O mesmo decreto, apesar de servir para a aceleração da construção de uma via alternativa de acesso entre a BR 101 e a zona portuária de São José do Norte, não foi suficiente para a indenização desses moradores, que ainda requerem via processo judicial o reparo financeiro pelos danos causados. Dias após a publicação do decreto de homologação da situação de emergência, moradores diretamente atingidos assinaram a Ata de Reunião nº 18/2014 (ANEXO VII), em que ficou acordada uma autorização para o fluxo reduzido e condicionado de caminhões, sob a justificativa de não serem prejudicadas as obras e operações do estaleiro e, conseqüentemente, mantidos os interesses de empregabilidade, dinamização econômica na cidade e de arrecadação tributária nas diferentes esferas de governo, como será detalhado no item 4.3.1.

Essas mudanças indicam a sobreposição dos interesses de uma burguesia local e uma burguesia externa, como se expressa no mencionado direcionamento dos recursos, com uma alta concentração destes para o atendimento das necessidades de operação de um grande empreendimento, enquanto parcelas significativas da população local são atingidas em suas necessidades fundamentais, como é o caso da moradia. Considerando-se que a priorização de tais interesses é um desdobramento de uma não ruptura com o caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo no país e que este se reflete em especificidades para a empresarização no contexto brasileiro, propõe-se a seguinte questão norteadora da pesquisa:

De que maneira a empresarização se expressa na (re)organização do espaço de uma cidade local brasileira, como São José do Norte?

Optou-se pela análise a partir das mudanças que vem ocorrendo em São José do Norte por suas características geográficas e sociais. Considerou-se o aumento e expectativa de ainda maior fluxo de pessoas e da entrada de novas organizações e ideias difundidas de maneira mais intensa a partir de então, o que poderia permitir o acompanhamento dessas mudanças e a análise de novas situações.

Com base em situações inicialmente identificadas no contato com o campo de pesquisa e por meio do referencial teórico escolhido para sua análise e compreensão, proponho a **TESE de que a (re)organização do espaço em cidades locais brasileiras reproduz relações características do desenvolvimento do capitalismo dependente e potencializa a disseminação do Mundo-Empresa sob o mito do progresso.**

A teoria da empresarização proposta por Solé (2000; 2008) e posteriormente desenvolvida por Abraham (2006) é uma teoria em formação, que, por essa característica, apresenta possibilidades de desenvolvimento teórico. Nesta pesquisa, procura-se desenvolver pelo menos três aspectos dessa teoria: (i) considerando a dimensão espacial, compreendendo a empresa como forma e como norma de organização; (ii) ampliando e atualizando as discussões sobre o mito do progresso e (iii) propondo a apropriação da teoria da empresarização ao contexto brasileiro, principalmente por meio da revisão de estudos elaborados por Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina, os quais contemplam as considerações de outros pensadores da formação socioeconômica do Brasil, como Caio Prado Junior e Celso Furtado.

As contribuições de estudos realizados anteriormente são consideradas, como as indicações de atenção às especificidades relacionadas ao contexto brasileiro quanto ao mito do progresso por meio da consideração de proposições de Celso Furtado sobre o mito do desenvolvimento econômico (RODRIGUES, 2013). Outros estudos mais recentes também sugerem avanços teóricos a respeito de traços, instituições ou relações considerados por Abraham (2006) e Solé (2008), como sobre as relações de assalariamento (TOMETICH; SILVA, 2016), ou ainda sobre a empresarização em setores específicos, como o futebol e a cultura. Este trabalho se apresenta como uma proposta de articulações teóricas de ampliem as possibilidades de análise no contexto brasileiro, como a consideração da categoria espaço e a análise sobre as características do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil.

Quanto à opção pela utilização de teorias sobre espaço, entende-se que estas podem contribuir para a promoção de uma melhor compreensão sobre as relações envolvidas na produção de acontecimentos que possam interferir na empresarização do espaço. Compreender o espaço é compreender os usos do território (SANTOS, 1980) e, dessa forma, compreender possíveis relações com a ideia de empresa. Os sistemas de objetos e de ações que compõe o espaço em um dado momento (como resultado e como condição para novas ações) podem revelar as intencionalidades que lhes deram forma. O mito do progresso pode ser compreendido como um dos “imperativos espaciais” (SANTOS, 2008a, p. 34), que se impõem sobre os homens em suas ações, orientando a realização de novos acontecimentos.

A análise por meio da articulação entre a teoria da empresarização e categorias indicadas por Milton Santos é proposta principalmente pelas contribuições do autor no campo da análise de formações espaciais periféricas e sua compreensão sobre os efeitos (des)organizadores das ações de atores hegemônicos, uma referência miltoniana ao mercado mundial e aos governos mundiais. Para Santos (2008a, p. 144), “os vetores de modernização

são entrópicos”, pois a ordem que criam é orientada por seus interesses, “[se] aumenta a coesão horizontal, isto se dá a serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo”. Sendo as cidades locais espaços receptivos à modernização (por meio da empresa), aqui entendida como empresarização, esses efeitos tendem a ser acentuados.

Considerar o espaço enquanto processo histórico de (re)organização é uma das contribuições das teorias sobre espaço desenvolvidas por Milton Santos para pesquisas na área de administração. Nos estudos organizacionais, análises que incorporam essas teorias têm sido trabalhadas como forma de superação da dicotomia entre objetividade e subjetividade (LACERDA, 2015), além de apropriadas em estudos sobre desenvolvimento (GOULART, 2006; GOULART *et all.*, 2010) e sobre a relação entre redes e acontecimentos no território (COSTA; GOULART, 2011).

Este trabalho é também uma forma de dar continuidade à pesquisa que realizei durante o mestrado, quando dediquei atenção sobre possíveis relações entre organizações culturais e (re)configuração do espaço urbano (COSTA, 2012), um trabalho que inseriu-se no redirecionamento da temática à qual passaria a dedicar-se a unidade carioca do grupo de pesquisas Observatório da Realidade Organizacional, coordenado pelo Professor Marcelo Milano Falcão Vieira até o ano de 2011. Outros pesquisadores do grupo deram prosseguimento a pesquisas na temática sobre participação das organizações na dinâmica espacial, analisando relações entre organizações públicas e favelas (BRULON; PECI, 2013; LACERDA; BRULON, 2013).

Retomo tal temática buscando compreender como ocorre a empresarização do espaço em uma cidade local. A complexidade das mudanças observadas atualmente no município de São José do Norte diante da instalação de um grande empreendimento e proposta de novos projetos pouco relacionados com as atividades primárias até então desenvolvidas no local apresenta-se como oportunidade singular de análise sobre como ocorre o processo de empresarização nessas condições. Identificar quais são as relações envolvidas, como e por que se estabelecem, pode revelar elementos que permitam caracterizar especificidades do processo de empresarização no nosso contexto. Voltar o olhar para o que vem acontecendo no município de São José do Norte é também uma maneira de dar visibilidade e voz para uma população por muito tempo marginalizada, no sentido de que tinha baixa representatividade nos espaços de decisão sobre distribuição de recursos e investimentos.

Ao mesmo tempo em que a aproximação entre as teorias aqui proposta indica modos de enriquecimento da análise por múltiplas abordagens, envolvem riscos na

interpretação, como a tendência ao encaixe da realidade observada aos conceitos pré-selecionados. A fim de minimizar esse risco, foram adotadas variadas fontes de dados, bem como múltiplos métodos de análise, como a análise interpretativa de entrevistas feitas com representantes de diferentes grupos de atores e de diferentes esferas de atuação e de documentos e notícias veiculadas em diferentes momentos marcados por acontecimentos representativos das mudanças ocorridas no local durante a pesquisa, realizada desde 2014 até 2017.

A seguir são apresentados: o referencial teórico que orienta as análises, os diferentes métodos utilizados na coleta e no tratamento dos dados, a análise sobre a empresarização do espaço em São José do Norte e algumas conclusões permitidas por este estudo.

1 DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E EMPRESARIZAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES LOCAIS

Meu interesse pela análise sobre as mudanças vinculadas à expansão do Mundo-Empresa, considerando a instalação de grandes empreendimentos numa cidade com as características até então observadas sobre São José do Norte/RS, conduziu-me às escolhas teóricas que proponho discutir neste capítulo. A partir da teoria da empresarização proponho a compreensão da disseminação do mundo-empresa principalmente por meio da discussão sobre o mito do progresso, traço fortemente relacionado à modernidade e à ideia de empresa. Considerando a história do conceito de progresso recupero da teoria sobre empresarização a necessidade de desnaturalização da centralidade da empresa, que engloba um conjunto de modos de agir e pensar desenvolvidos e naturalizados ao longo da formação da sociedade moderna. Busco a compreensão sobre como o conceito de progresso foi adaptado ao longo do tempo, de acordo com determinados objetivos e interesses e se mantém como um imperativo na atualidade. As categorias de análise sobre transformações no espaço que, na abordagem aqui adotada, tem como fundamento as proposições de Milton Santos, permitem um detalhamento da dinâmica da organização espacial como processo e na especificidade do contexto periférico no qual se insere o objeto em análise. Milton Santos indicou um olhar atento para as periferias e sobre sua capacidade criativa e, mesmo considerando a centralidade do mercado, não desprezou a força (des)organizadora da empresa sobre os lugares submetidos às suas decisões, aos quais sobrepõe sua tecnologia, sua cultura e seus interesses.

1.1 A DISSEMINAÇÃO DO MUNDO-EMPRESA SOB O MITO DO PROGRESSO

Se observarmos com atenção as nossas formas de agir no mundo, perceberemos que são as empresas que produzem tal maneira de viver, como afirma Solé (2008). Tanto Solé (2008) quanto Abraham (2006) preocupam-se com a falsa-evidência associada à empresa que, de tão presente e incorporada aos modos de ser e viver da sociedade moderna, nos é tão próxima e, por isso, difícil de ser questionada ou definida. Diante dessa dificuldade, a empresa apresenta-se como algo natural e necessário, não como algo construído social e historicamente.

Solé (2008) e Abraham (2006) propõem a reflexão sobre o fato de que a empresa não é algo natural e que, assim como surgiu e vem sendo assimilada e difundida como melhor modo de organizar, poderia não ter existido e pode, ainda, vir a não mais existir. Enquanto Solé

(2008) desenvolve sua argumentação em torno da questão sobre o que é a empresa e sobre como ela se torna um fator indispensável ao tipo de felicidade que caracteriza o mundo ocidental moderno, Abraham (2006) desenvolve as proposições colocadas por Solé (2008), questionando as condições que sustentam a centralidade da empresa na atualidade. Tal como sugere Abraham (2006), aceitá-la como natural seria tomá-la algo inevitável, enquanto desnaturalizá-la seria afirmar que os hábitos que ela engendra podem ser transformados ou substituídos por outros modos de agir e pensar - um passo importante se desejarmos um mundo diferente deste, “organizado por e para a empresa” (SOLÉ, 2008, p. 27), o qual tem produzido sob o argumento da promoção de melhores condições de vida o seu contrário para grande parte da humanidade.

Solé (2008) afirma que não há uma resposta segura para a pergunta “o que é a empresa?”. Ele, no entanto oferece uma possível resposta, entre muitas, afirmando que é “um conjunto de relações entre seres humanos (relações dos seres humanos com o tempo, com o espaço, etc.), novo na história humana” (SOLÉ, 2008, p.31). O autor então define empresa como uma forma singular de organização, nova na sociedade humana e tipicamente moderna, porque pressupõe um conjunto de características que são mais perceptíveis a partir desse período histórico. A empresa, de acordo com Solé (2000, p. 184), “é a face daquilo que o homem moderno sustenta como realidade fundamental, a ‘realidade econômica’”, mas não se restringe ao âmbito econômico.

A empresa não é somente uma estrutura social e econômica, é também uma estrutura de poder e diferencia-se de um projeto porque pressupõe certa perenidade das estruturas, pelas quais vários projetos semelhantes são realizados (SOLÉ, 2008). Sendo também uma estrutura de poder, amplia sua capacidade de atuação e controle de dentro para fora dos seus limites de operação, com mecanismos cada vez menos evidentes. O autor chama a atenção para a dinâmica de controle das empresas sobre os corpos, sobre os sentimentos, sobre as formas de pensar, sobre o tempo e sobre o espaço, um movimento impulsionado pelo tipo de relações que se estabelecem com a modernidade.

É a empresa a organização matriz do mundo que se chama de moderno, por isso, qualificar o mundo atual como moderno é uma tautologia, na medida em que moderno significa atual, contemporâneo (SOLÉ, 2003). Por isso, o autor prefere a denominação deste mundo como Mundo-Empresa. No centro da concepção atual de felicidade está a empresa, orientando maneiras de viver que reforçam a sua expansão. Sob esse aspecto as proposições de Solé (2008) se aproximam da concepção de empresa desenvolvida posteriormente por Abraham (2006), como instituição. Segundo Solé (2008), o Mundo-Empresa não é uma comunidade, mas uma

frágil associação entre seres humanos. Frágil porque, tal como as empresas, os seres humanos competem entre si: por emprego, por recursos, por reconhecimento, etc. Estando sempre frustrados nessa busca, integram uma dinâmica que é característica deste mundo: gerar necessidades e insatisfação, promovendo o consumo.

Em minhas pesquisas, cheguei à ideia de que um mundo (ou civilização) é uma concepção de felicidade, que cada novo mundo é uma reinvenção da felicidade. Com referência aos debates em filosofia, eu chamo de felicidade a melhor maneira de viver a vida, tomando o verbo em seu sentido mais amplo: viver para um ser humano é falar, comer, vestir-se, cumprimentar, fazer amor, acreditar, sonhar, etc. Segundo esta abordagem, a felicidade é uma boa maneira de falar, comer, vestir-se, cumprimentar, amar, acreditar, sonhar⁹... (SOLÉ, 2008, p. 45, tradução nossa).

No Mundo-Empresa, essa melhor maneira de viver está fortemente relacionada ao consumo e para grande parte da população a única maneira de obter o dinheiro necessário para o acesso ao consumo é a venda da própria força de trabalho. Segundo Solé (2008), trabalhar, vender a própria força de trabalho para uma empresa, é a condição mais frequente na sociedade moderna. O autor faz referência ao trabalho assalariado, mas hoje podemos falar da flexibilização dessa relação com a empresa por meio de contratos temporários com empreiteiras, cooperativas ou micro-empresendedores individuais. O que se mantém é a exploração da força de trabalho pela empresa, da maneira que mais lhe for conveniente para obter eficiência. Considerando essas mudanças e a precarização das relações de trabalho, Tometich e Silva (2016) propõem a substituição do assalariamento como traço característico do Mundo-Empresa - tal como definido por Solé (2008) - pela ideia de exploração do trabalho formalmente livre. Essas relações flexíveis produzem reflexos na vida do contratado, seja na busca de meios para manter-se diariamente, seja na fragilização dos vínculos que se estabelecem: com a empresa, com os colegas de trabalho, com a família ou com a cidade onde trabalham.

Além de desenvolver a ideia de que a empresa “é um evento antropológico”, sendo “muito mais do que uma entidade econômica, produzindo e difundindo uma nova concepção da felicidade na história humana” e a ideia de que a empresa é a “força organizadora” do mundo ocidental [e ocidentalizado] moderno, uma vez que “nosso mundo é organizado por e para a empresa e não por e para o mercado” (SOLÉ, 2008, p.27), pela teoria da empresarização se compreende que a empresa criou um novo homem, um perfil que se difundiu pela (quase)

⁹ *Dans mes recherches, j'en suis arrivée à l'idée qu'un monde (ou une civilisation) est une conception du bonheur, que chaque nouveau monde est une réinvention du bonheur. Me référant aux débats en philosophie, j'appelle bonheur la meilleure manière de vivre en prenant la verbe vivre dans son sens le plus large: vivre pour un humain, c'est parler, manger, s'habiller, saluer, faire l'amour, croire, rêver, etc. Selon cette approche, le bonheur est la bonne manière de parler, de manger, de s'habiller, de saluer, de faire l'amour, de croire, de rêver...*

totalidade. Mas como a empresa adquiriu esse *status* de “força organizadora” do mundo moderno e se consolidou como “a organização fundamental de um mundo, aquela que o caracteriza e impregna mais a vida de seus habitantes, suas relações, seus sonhos, seus medos” (SOLÉ, 2008, p. 42)? Buscando responder a essa questão, Solé (2008) revisa os clássicos sobre a formação da sociedade ocidental moderna em contraste com estudos sobre sociedades tradicionais. Também Abraham (2006) inspira-se nos clássicos para compreender os modos de agir e pensar que caracterizam a sociedade moderna e sustentam a atual centralidade da empresa. Entre eles, Abraham (2006) resgata o pensamento de Louis Dumont para compreender sobre a gênese e disseminação da ideologia econômica.

Dumont (2000) apresenta, após mais de vinte anos de pesquisa sobre a sociedade de castas, na Índia, um estudo no qual se propõe a esclarecer nosso tipo moderno de sociedade – a sociedade igualitária – a partir da sociedade hierárquica. Considerando diferentes relações possíveis, o autor afirma que o holismo implica na hierarquia e o individualismo na igualdade e na liberdade – uma liberdade condicionada pela propriedade, pois, tal como ressalta Dumont (1985, p. 91), “nem todos os cidadãos desfrutam igualmente da propriedade”.

Para Dumont (2000), há uma inversão de valores se comparadas as sociedades tradicionais com as sociedades modernas. A inversão de valores nas relações está intimamente ligada a uma nova concepção de riqueza, configurando-se em dois aspectos característicos da sociedade moderna. Sobre o primeiro, o autor afirma que “nas sociedades tradicionais, as relações entre os homens são mais importantes, mais altamente valorizadas do que as relações entre os homens e as coisas” (Dumont, 2000, p. 16). Sobre o segundo aspecto, afirma que “nas sociedades tradicionais em geral, a riqueza imobiliária é claramente distinta da riqueza mobiliária; os bens de raiz são uma coisa; os bens móveis e o dinheiro, outra” (Dumont, 2000, p. 17). Segundo o autor, é na sociedade moderna que a riqueza mobiliária (como os citados bens móveis e o dinheiro) não só ganha autonomia, como é valorizada enquanto forma superior de riqueza.

Conforme Dumont (1980), enquanto a maioria das sociedades do passado fundamentava-se na ordem social tal como a ordem natural das coisas, a sociedade moderna quer ser racional, rompendo com a ideia de ordem natural. Na sociedade moderna torna-se predominante um tipo de racionalidade que é ao mesmo tempo instrumental e especializada, ou seja, caracterizada por decisões pautadas em cálculos entre meios e fins em busca por resultados mais eficientes, para os quais as atividades e disciplinas especializadas apresentam-se como meios mais apropriados (DUMONT, 2000). Essa ordem social tem como fonte o

indivíduo, o qual se torna a medida de todas as coisas, resultando na disseminação do princípio igualitário.

Em contraste com as sociedades que acreditavam ser naturais, aqui é a sociedade que se quer racional. Enquanto a sociedade 'natural' foi hierarquizada, encontrando sua racionalidade na definição de si mesma como um todo dentro de um todo mais vasto, e não tinha conhecimento da sociedade 'individual', a 'racional', por outro lado, reconhece apenas o indivíduo, ou seja, vê universalidade, ou razão, somente no homem em particular, coloca-se sob o padrão de igualdade e não tem conhecimento de si mesma como um todo hierarquizado (DUMONT, 1980, 261).

Por comparação entre as sociedades modernas e outras sociedades em que a empresa é um fenômeno inexistente ou marginal, Abraham (2006) identifica formas de agir e pensar que tornaram possível ou mesmo necessária a empresa. Segundo Abraham (2006), a consolidação da empresa como força organizadora da sociedade moderna fundamenta-se num conjunto de condições que se inter-relacionam, como: a invenção da realidade econômica, o mito da escassez, a racionalidade moderna, a propriedade privada e necessidade de inovação (mito do progresso). Dessas formas de agir e pensar emergem relações que, no mundo ocidental moderno, se sobrepõem às relações tradicionais (com as relações por proximidade ou amizade, por exemplo): as relações funcionais, conflituais, impessoais, hierárquicas e concorrenciais.

Abraham (2006) compreende que a empresa pode ser pensada não como sinônimo de organização - um conjunto de relações internas e com o ambiente, mas como instituição, ou seja, “um conjunto de atos ou de ideias que os indivíduos encontram diante de si e que mais ou menos se lhes impõe” (FAUCONNET e MAUSS, 2005, p. 12), como hábito coletivo, dotado de forte poder coercitivo. A definição de empresa como instituição deriva do conceito de consciência coletiva (ou comum) tratado por Durkheim (1999, p. 50), definida pelo autor como “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade” e que “forma um sistema determinado que tem vida própria”, na medida em que “é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram”. É a certeza, por exemplo, de que é possível aceitar dinheiro em troca de uma mercadoria ou serviço e de que o dinheiro recebido poderá ser convertido em nova mercadoria ou serviço no futuro (ABRAHAM, 2006). O autor trata também das condições que permitem a disseminação da empresa como instituições, uma vez que são modos de agir e pensar amplamente compartilhadas na sociedade.

Ao retomar autores como Sahlins (1977) e Clastres (2013), Abraham (2006) propõe a reflexão sobre diferentes modos de viver que contribuem para a desnaturalização da empresa como algo necessário. Os autores analisam modos de organização característicos de sociedades em que outros hábitos coletivos eram reconhecidos e valorizados, diferentes dos que foram sendo escolhidos e disseminados ao longo da formação da sociedade moderna.

Para Sahlins (1977, p.13, tradução nossa), por exemplo, “assegurar que os caçadores eram opulentos significa então negar que a condição humana é uma tragédia decretada onde o homem é prisioneiro do trabalho árduo que significa a perpétua disparidade entre suas necessidades ilimitadas e a insuficiência dos seus meios¹⁰”, ou seja, significa negar a ordem econômica e desvelar o mito da escassez. Corroborando essa constatação, Sahlins (1977) afirma ainda que são possíveis dois caminhos para que se chegue à abundância: produzindo muito ou desejando pouco. Segundo o autor, termos caminhado no sentido da consolidação da ordem econômica, base da disseminação da empresa, foi uma decorrência da opção pelo primeiro caminho como o mais apropriado.

Os estudos de Clastres (2013) demonstram que a ordem econômica não é a única possível e que outras formas de organização são possíveis e se mantêm conscientemente apartadas de configurações igualitárias e individualistas. Ele ressalta as especificidades das sociedades “sem lei e sem rei”, que não podem ser caracterizadas como sociedades sem Estado ou sem economia, mas como sociedades que optam por outros tipos de organização, não hierárquicos. As sociedades primitivas são essencialmente igualitárias, não havendo o exercício do poder político pelo Estado, que poderia impor a substituição do lazer e recusa ao trabalho pelo gosto e necessidade de acumulação (CLASTRES, 2013). Segundo o autor, na ausência de possíveis imposições do poder político, “uma vez assegurada a satisfação global das necessidades energéticas nada poderia estimular a sociedade primitiva a produzir mais, isto é, alienar o seu tempo num trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a ociosidade, o jogo, a guerra ou a festa” (CLASTRES, 2013, p. 210).

A caracterização dessas sociedades sob o viés da falta: sociedades sem estado, sem escrita e sem história, dissimula um juízo de valor, na medida em que orienta à compreensão de que essas sociedades estão privadas de algo considerado necessário para que sejam percebidas como verdadeiras sociedades. Encobre, também, uma face etnocentrista da história, pois toma as sociedades tradicionais como sobreviventes anacrônicos, como representantes de uma etapa ultrapassada da história humana, esta tomada a partir de um desenvolvimento linear, da selvageria em direção à civilização (CLASTRES, 2013). Trata-se, em suma, da defesa do progresso como algo necessário.

Segundo Solé (2008, p. 30), “o tempo da empresa é concebido como uma flecha orientada para o futuro”, o que implica na lógica de acumulação e reinvestimento em inovação,

¹⁰ *Asegurar que los cazadores eran opulentos significa negar entonces que la condición humana es una tragedia decretada donde el hombre está prisionero de la ardua labor que significa la perpetua disparidade entre sus carências ilimitadas y la insuficiencia de sus médios.*

alimentando o furacão perpétuo de destruição criadora que caracteriza a dinâmica capitalista, como afirma Schumpeter (1961). Ao que Schumpeter (1961) chama de dinâmica capitalista, Solé (2008) prefere chamar de empresarização, por considerar que esse fenômeno extrapola aspectos econômicos, implicando outras dimensões, como a política, a cultural e a cognitiva, por exemplo. Ainda segundo Solé (2008), o Mundo-Empresa sustenta-se numa ideia de progresso, pois “... desejamos a mudança porque acreditamos que o que é novo é superior. Estamos convencidos de que as necessidades humanas são evolutivas e ilimitadas, nos movemos pelos nossos desejos e, como desejo é, necessariamente, uma falta, estamos constantemente frustrados” (SOLÉ, 2008, p.45). Conforme o autor, essa frustração é um fator necessário à expansão da empresa, pois promove o consumo.

Ao mesmo tempo em que o Mundo-Empresa se sustenta em meio às promessas de satisfação das necessidades humanas, especialmente por meio do consumo, produz medos, como do desemprego. As considerações de Solé (2008) sobre a centralidade da empresa na produção dos sonhos e que, ao mesmo tempo, produz também os medos modernos, aproxima-se de uma das mais difundidas entre as teses sobre a história defendidas por Walter Benjamin, a Tese IX (BENJAMIN, 1987). Nela o autor comenta um desenho de Paul Klee, “*Angelus Novus*”, descrevendo a imagem de um anjo que, em vez de perceber o decurso da história como uma sequência de eventos, o percebe como uma catástrofe única, a qual pretende controlar e reverter, mas é impedido por uma forte tempestade emaranhada em suas asas e que o empurra, de frente para o passado, em direção ao futuro, de modo que vê os destroços amontoando-se diante dele. A tempestade é a metáfora utilizada pelo autor para referir-se ao progresso.

Elaborada na década de 1940, a crítica de Benjamin (1987) contribui para a percepção da ideia de progresso como um mito, mesmo antes das catástrofes que o mundo viria a presenciar, como as bombas nucleares, as doenças decorrentes de manipulações genéticas de animais e plantas ou crimes ambientais, como o decorrente do rompimento de barragens de detritos de minérios, cujos riscos são minimizados pelo apelo à confiança na engenharia de controle. Nisbet (1985), por outro lado, considera que a fé ocidental no dogma do progresso tende ao declínio, não pelas citadas catástrofes, mas pela erosão das premissas intelectuais e espirituais que a sustentaram ao longo do tempo. As premissas a que o autor se refere são: (i) a crença no valor do passado; (ii) a convicção da nobreza e/ou superioridade da civilização ocidental; (iii) valorização do crescimento econômico e tecnológico; (iv) fé na razão e no tipo de conhecimento científico e acadêmico que dela derivam e, (v) fé na importância intrínseca e

no valor da vida neste mundo¹¹. Já Adorno (1992) faz ponderações sobre a delimitação do conceito de progresso, por meio de alguns questionamentos como: progresso de que? Para que? Em relação a que? Retoma a Tese XIII de Walter Benjamin sobre a distinção entre progresso das destrezas e conhecimento e o progresso da humanidade.

Somente são verdadeiras aquelas reflexões sobre o progresso que mergulham nele sem deixar de manter distância, que evitam os fatos e significados pontuais paralisadores. Hoje as reflexões desse tipo culminaram na consideração sobre se a humanidade logrará evitar a catástrofe. Decisiva nisso é a sua constituição global consciente de si. É sobre isso que repousa inteira a possibilidade de afastar o desastre extremo total. Tudo o mais que se refira ao progresso deveria cristalizar-se em torno disso. A carência física, que há muito parecia escarnecer dele, está potencialmente afastada: no estágio atual das forças produtivas técnicas ninguém mais precisaria passar fome na terra. A decisão sobre se persistirão a carência e a opressão – ambas formam uma unidade – repousa inteira no afastamento da catástrofe, mediante uma organização racional da sociedade global como humanidade (ADORNO, 1992)¹².

A fim de melhor compreender como, apesar dos males que produz, o conceito de progresso é adaptado ao longo do tempo e permanece contribuindo para a manutenção da empresa como força organizadora central na sociedade moderna, apresenta-se a seguir diferentes considerações em torno desse conceito, desde a antiguidade até os dias atuais. Evidencia-se que o desenvolvimento e o mito do progresso são condições para a expansão da empresa, mesmo no contexto europeu, como tratado na teoria da empresarização. Porém, considerando que o processo de empresarização não ocorre de forma homogênea, propõe-se a apropriação da teoria ao contexto brasileiro, considerando-se o caráter periférico e dependente do desenvolvimento no país, marcado pela dupla articulação entre a dependência externa – econômica e cultural – e a desigualdade interna. A essa formação alinham-se o mito do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974) e o “*élan* modernizador” (FERNANDES, 1976) como especificidades da empresarização nesse contexto.

1.1.1 Adaptações do conceito de progresso e a permanência de um mito

¹¹ Essas premissas são melhor apresentadas no capítulo seguinte, referente à permanência do mito do progresso ao longo do tempo.

¹² Texto traduzido por Gabriel Cohn em 1992, elaborado por Theodor Adorno em 1969. Essa constatação sobre a disponibilidade técnica para a erradicação da fome no mundo está expressa na fala de Milton Santos exposta no documentário dirigido por Silvio Tendler, “O Mundo Global Visto do Lado de Cá”: “Nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo da dignidade humana, apenas essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas, que decidiram construir um mundo perverso. Cabe a nós fazer dessas condições materiais a condição material da produção de uma outra política”.

No livro “O Mito do Progresso”, Dupas (2006) se propõe a realizar a exegese do conceito de progresso em busca de diferentes significados a ele atribuídos e procurando identificar a quem ele tem servido, “quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (DUPAS, 2006, p. 26). Para o autor, a ideia de progresso pode ser compreendida tanto como mito quanto como ideologia. O progresso é entendido como mito, uma “forma atenuada de intelectualidade, usada como instrumento de controle social” (DUPAS, 2006, p. 23) e como ideologia, considerando o sentido dado por Marx e Engels em “A Ideologia Alemã”, como “instrumento de dominação” e como “falsa consciência” (DUPAS, 2006, p.24).

A partir dessas considerações, Dupas (2007, p. 77) define o progresso como “um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso”. Dupas (2006) analisa o conceito de progresso como uma ideia-força - algo que representa os anseios dos seres humanos num determinado momento e que interfere de forma representativa na orientação dos acontecimentos históricos. Para Dupas (2006, p. 30), “[a ideia de] progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de pessoas felizes”.

Considerando principalmente as posições de John Bagnell Bury em “*The idea of progress: an inquiry into its origin and growth*” e de Robert Nisbet em “*History of idea of progress*”, Dupas (2006) analisa diferentes posições sobre a noção de progresso desde a antiguidade até o século XX. Para Nisbet (1985) diferentes civilizações, desde os gregos, teriam sido influenciadas pelo conceito de progresso, por uma ideia de presente como estágio superior em relação aos períodos anteriores e que pressupõe o acúmulo de conhecimentos científicos e tecnológicos bem como melhores condições morais e espirituais aos homens e que fazem com que ele seja mais feliz e mais tranquilo. A ideia de progresso é considerada por Nisbet (1985) como uma parte essencial para que os povos se desenvolvam, mas o autor ressalta a tendência ao declínio da crença no progresso, causado pela erosão das premissas que o sustentam.

... as razões para isto [o declínio da fé no dogma do progresso] tem pouco a ver com as guerras mundiais sem precedentes, o totalitarismo, as depressões econômicas, e outros grandes problemas políticos, militares e econômicos peculiares do século XX, e reportam-se muito mais à erosão fatal – se bem que menos dramática – das premissas intelectuais e espirituais sobre as quais a ideia de progresso repousou através de sua longa história (NISBET, 1985, p. 21).

Segundo o autor, há pelo menos cinco premissas que sustentam a ideia de progresso desde a sua origem. A primeira é a crença no valor do passado. O autor ressalta que mesmo que

a ideia de progresso remeta ao futuro, o passado lembrado - seja pelos rituais ou pela história - é fundamental, pois possibilita a “consciência do movimento progressivo do passado ao presente” (NISBET, 1985, p. 327). A segunda premissa apontada pelo autor é a convicção sobre a nobreza e/ou superioridade da civilização ocidental. A referência a esta premissa não se restringe “a um preconceito etnocêntrico, já que constituiu uma realidade militar e política” (NISBET, 1985, p. 333). A terceira é a valorização do crescimento econômico e tecnológico. Essa premissa vem sendo enfraquecida, segundo o autor, desde a segunda metade do século XX, com a disseminação de estudos sobre a escassez dos recursos naturais e com a constatação de que ocorre o desinteresse crescente pelo tipo de bens produzidos e disponibilizados em larga escala pela indústria. A quarta premissa é a fé na razão, no conhecimento científico e acadêmico por ela produzidos, premissa que também está em declínio, como afirma o autor, com a diminuição da confiança pública nas diferentes formas de conhecimento organizadas racionalmente. A quinta premissa é o valor intrínseco da vida neste mundo.

O declínio da ideia de progresso pelo enfraquecimento das premissas que o sustentam é menos evidente nos locais de desenvolvimento tardio em comparação com o já vivenciado no Ocidente (NISBET, 1985), o que corrobora a ideia e que a empresarização se intensifica no contexto periférico sob o mito do progresso. Segundo o autor, “[o] desejo de escapar da ética do trabalho, a disciplina da tecnologia e os estigmas da prosperidade econômica [acabam] se tornando [universais]” (NISBET, 1985, p. 346). Para o autor, trata-se de um processo gradual e contínuo de valorização das coisas mais simples, naturais e tranquilas, ou seja, ao que Santos (2008a; 2009a) caracteriza por tempos mais lentos, ao contrário do que é oferecido e valorizado no mundo moderno.

Considerando as análises de Robert Nisbet sobre a história da ideia de progresso, Dupas (2006) ressalta que sua gênese está entre os gregos, percebida como ciclos que alternavam entre períodos de esplendor e de decadência e que essa ideia consta na obra ‘As Leis’ de Platão, quando descreve o desenvolvimento da vida social até a formação das cidades. Dupas (2006) descreve as mudanças no conceito de progresso, passando por percepções do decurso histórico como ascendente, como alternado entre períodos de declínio e progressão, como espiral ascendente - formado por ciclos em que o retorno se dá num ponto superior ao ciclo anterior ou, ainda, como resultado do acaso e desprezando a ação racional humana.

No século XVII foram adicionadas novas considerações ao conceito, alinhadas com a invenção da pólvora, da imprensa e da bússola e que conduziram à associação entre progresso e ciência, característica da sociedade moderna. No século XVIII, as discussões ocorriam em torno do aumento da influência do racionalismo, da relação entre o avanço intelectual e o

progresso. Ao mesmo tempo, surgiram discussões em torno dos conceitos de igualdade, justiça social e soberania popular que se contrapunham à ideia de progresso como algo benéfico e necessário, dominante no Ocidente nesse período.

A valorização do progresso por meio da produção de conhecimento técnico e científico foi característica do Iluminismo, movimento desafiador de posições teológicas, impulsionado pela Revolução Industrial e que torna comum o uso de termos como progresso, desenvolvimento e evolução como sinônimos (DUPAS, 2006).

Os pensadores deixaram de lado a influência de Deus e abriram espaço para que o progresso se realizasse por meio da ação humana. [...] A partir daí, os termos evolução, desenvolvimento e progresso passaram a ter o mesmo sentido, sempre muito associados à evolução tecnológica (DUPAS, 2006, p. 43).

Além do Iluminismo, movimento que concebe a história como “marcha *progressiva* para o racional” (FURTADO, 2000, p. 9, grifo do autor), outras duas correntes do pensamento europeu são apontadas por Furtado (2000) como raízes da ideia de progresso: a de acumulação de riqueza como possibilidade de projeção de um futuro próspero e a de que a expansão geográfica da influência europeia era uma possibilidade aos demais povos para o alcance de formas superiores de civilização, associando-se a expansão do comércio europeu a uma espécie de missão civilizadora. Ainda sobre o período iluminista, Dupas (2006) destaca a associação entre progresso e crescimento econômico, colocada por Voltaire pela inseparabilidade entre comércio, liberdade e progresso, até chegar à obra de Adam Smith, “A riqueza das nações”. Nessa obra, Smith (1988, 1996) trata do apelo aos egoísmos como mecanismo de troca e do necessário esforço individual pela melhoria das próprias condições de vida como modo de promoção de melhores condições para a coletividade.

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculou seus atos (SMITH, 1996, p. 44).

Para Nisbet (1985, 1986), foi Spencer quem melhor uniu as ideias de progresso e individualismo, ao propor que a liberdade individual fosse limitada apenas pela liberdade de todos, colocando-se como um crítico do Estado. Como contraponto, DUPAS (2006) retoma a perspectiva de Rousseau, para quem o desenvolvimento de instituições adequadas tornaria possível a reversão das desigualdades e da tirania promovidas pela ideia de progresso pautada na acumulação de propriedades e promoveria a recondução a uma noção de progresso que fosse

benéfica para a humanidade, ainda que orientada pelos ideais de liberdade, pois esta seria regulada também pelos ideais de igualdade.

No século XIX o lema “Ordem e Progresso” foi indicado por Comte (1978) como o caminho para a reorganização da sociedade. Conforme Comte (1978, p. 42), o estado positivo “põe como fim da ciência a previsão racional fundada em leis”. Afirma, ainda, que “o positivismo faz da ordem a condição do progresso e do progresso a meta da ordem. Assegura a ordem e garante o progresso” (COMTE, 1978, p. 65). Ele define progresso como “uma progressão contínua na direção de um alvo determinado” (COMTE, 1978, p. 69) e a filosofia positivista como aquela que indica o destino da existência humana, tanto pessoal como social.

[orientado para] o melhoramento contínuo de nossa condição e, sobretudo, de nossa natureza, enquanto comportar, em todas as esferas, o conjunto das leis reais exteriores ou interiores. Elevando, assim, a noção de progresso a dogma verdadeiramente fundamental da sabedoria humana, seja prática, seja teórica, imprime-lhe o caráter mais nobre e, ao mesmo tempo, o mais completo sempre representando o segundo gênero de aperfeiçoamento como superior ao primeiro (COMTE, 1978, p. 69).

Ainda sobre o século XIX, Dupas (2006) ressalta que a ideia de progresso foi marcada por sintomas de descrença apontados no ambiente intelectual. Além dos esforços de Rousseau pela humanização do conceito, o autor destaca alguns pensadores da sociedade moderna como influentes na elaboração da crítica ao progresso.

Apesar de Tocqueville parecer um otimista quanto ao futuro da democracia, ele apontava para o risco da tirania da maioria – que poderia ser resolvido com instituições sólidas – e para a equalização da sociedade que se arriscaria à homogeneização das pessoas, arruinando a civilização ocidental ao eliminar as particularidades dos indivíduos. Visão semelhante teve Ortega y Gasset, já no século XX, ao temer a mediocridade das massas emergindo para a cena principal da história. Buckhardt via sinais de degradação no militarismo crescente. As novas tiranias estariam nas mãos de comandantes militares que se denominavam republicanos, dizia ele. Schopenhauer, por sua vez, voltava ao modelo da história das nações como cíclica, indo e voltando do sucesso ao fracasso. Nietzsche entendia que a Europa iluminista era pior que a do Renascimento e continuaria se degradando. E, finalmente, Weber denunciava a burocratização como um vetor para a eliminação da criatividade (DUPAS, 2006, p. 56).

Especialmente após a Primeira Guerra Mundial, dissemina-se a crítica às ideias valorizadas até então, como a divisão do trabalho, o culto à tecnologia e à razão moderna e disseminação dos ideais socialistas. Porém, a decepção com a experiência soviética – que se apresentava como uma experiência de socialismo, em oposição ao individualismo – contribuiu para a retomada do mito em torno da possibilidade de construção de uma “sociedade futura do

lazer puro e intelectual, onde se poderia receber sem trabalhar, numa espécie de Terra Prometida baseada no progresso técnico” (DUPAS, 2006, p. 58).

Dupas (2006) destaca a crítica ao progresso elaborada por Walter Benjamin, uma denúncia da quantificação e mecanização da vida e das distorções que esse discurso provoca nas relações sociais. Critica a substituição da busca por realização à marcha num tempo vazio, que é como ele compreende a concepção de história atrelada ao progresso.

Benjamin (1987) elabora as treze teses sobre o conceito de história por meio da aproximação de três abordagens aparentemente antagônicas: a teologia, o materialismo e o romantismo (LÖWY, 2005). O objetivo do texto é expresso numa carta do autor a Adorno, escrita em fevereiro de 1940, que seria de “Estabelecer uma cisão inevitável entre nossa forma de ver e as sobrevivências do positivismo que povoam até mesmo as concepções históricas da esquerda” (LÖWY, 2005, p. 33).

Tanto a Tese IX, já mencionada, quanto a Tese XIII são manifestos críticos à concepção de história linear e ao progresso. Para Dupas (2006, p. 59), Benjamin “foi um crítico revolucionário da filosofia do progresso e um adversário marxista do ‘progressismo’”, mas se opunha a algumas das ideias oficiais do marxismo de sua época. Para Löwy (2005), Walter Benjamin se opõe à ideia de “revolução como o resultado ‘natural’ ou ‘inevitável’ do progresso econômico e técnico (ou da ‘contradição entre forças e relações de produção’), mas como a interrupção de uma evolução histórica que leva à catástrofe” (LÖWY, 2005, p. 23). Na Tese XIII, sobre o conceito de história, Benjamin (1987) chama a atenção para o caráter dogmático e otimista do conceito de progresso, tal como disseminado pelos partidos social democratas.

A teoria e, mais ainda, a prática da social-democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os social-democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um progresso sem limites, ideia correspondente à de perfectibilidade do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. Cada um desses atributos é controvertido e poderia ser criticado. Mas, para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum. A ideia de progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha (BENJAMIN, 1987, p. 229).

Outras abordagens que interferem na elaboração de novas concepções teóricas sobre progresso, segundo Dupas (2006), são as doutrinas psicanalíticas e dos pesquisadores da Escola de Frankfurt. As considerações de Freud sobre o uso do conhecimento para o controle da natureza e o ajuste das relações entre os homens influenciaram os questionamentos

elaborados por Marcuse sobre as contribuições do progresso técnico para o aperfeiçoamento humano e para a uma existência livre e feliz (DUPAS, 2006).

A operação dos mercados sob a lógica global e dos estados sob o neoliberalismo passaram a vigorar a partir do final do século XX, favorecendo processos de acumulação em progressão geométrica, por parte de corporações globais (DUPAS, 2005). A necessidade de requalificação e revalorização do conceito de progresso fica mais evidente na atuação das grandes corporações globais, marcada pelo acirramento das desigualdades, devastação do meio ambiente e precarização das relações de trabalho, por exemplo.

... está reafirmada a autonomia da tecnociência colocada a serviço dos atores que hoje a controlam, as grandes corporações globais. Elas têm as suas razões, justificadas pelo objetivo da remuneração adequada de seu capital. As razões da sociedade – habitualmente referidas como as do Estado – que devem se referir aos valores éticos e morais voltados ao bem-estar geral, ficam sem espaço sequer para defender o futuro da humanidade contra a degradação do seu meio ambiente e a ameaça da integridade da espécie humana (DUPAS, 2006, p. 235).

Essas condições promovem, por um lado, a mobilização social, atuando como freio aos anseios de ganho das empresas e, por outro, concepções de progresso que incorporam práticas formalmente vinculadas à responsabilidade social e à responsabilidade ambiental. A filantropia passa a ser um dos mecanismos de legitimação adotado pelas empresas, como afirma Dupas (2005).

A renovação mais recente da face da filantropia veio por um novo discurso cívico que pretende dar respostas às graves questões sociais surgidas com a globalização, uma espécie de ‘regulação moral’ do capitalismo global [...] Ela se auto-intitulou ‘responsabilidade social das empresas’, uma espécie de ‘marketing defensivo’ em busca de eficácia (DUPAS, 2005, p. 121).

Ao mesmo tempo em que as mudanças de concepção sobre progresso foram orientadas ao enfraquecimento dos movimentos sociais que se opunham às atividades prejudiciais das empresas, foram produzidas propostas de desenvolvimento que incorporassem respostas às críticas e demandas da sociedade, adicionando às proposições de desenvolvimento econômico outras dimensões como a ambiental e a cultural, por exemplo.

A percepção sobre o acirramento das diferenças entre países e possíveis relações com as de políticas de crescimento econômico que vinham sendo implementadas no período pós-Segunda Guerra promoveu a disseminação de teorias sobre o desenvolvimento mais orientadas à promoção da dignidade humana ao redor do mundo.

A reflexão sobre o desenvolvimento no período subsequente à Segunda Guerra Mundial teve como causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como a mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização e outros logo foram lembrados, o que contribuiu para amalgamar ideias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim, tudo o que sugeria acesso às formas de vida criadas pela civilização industrial (FURTADO, 2000, p. 25).

É também no período após a Segunda Guerra que são criadas as organizações mundiais de regulação e auxílio monetário e de controle das relações de convivência entre países, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945. Disseminam-se as práticas de desenvolvimento de *Welfare State*, marcadas pela forte intervenção pelo Estado na garantia do livre mercado e pela promoção de assistência social, inspiradas nas proposições de John Maynard Keynes e em resposta à depressão econômica vivenciada naquele período, reforçada pela organização e reivindicações dos sindicatos que se formaram com a expansão fordista.

A partir da década de 1970 difundem-se abordagens sobre desenvolvimento sustentável, que ganham ainda maior adesão na década de 1990. Na década de 1970 a dimensão ambiental é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que passa a trabalhar com o conceito de Eco-desenvolvimento, mas o conceito de desenvolvimento sustentável só veio a ser apresentado no Relatório Brundtland, em 1987, também elaborado pela ONU, como uma tentativa de definição de um conceito consensual de desenvolvimento a ser empregado pelos diferentes países, relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987). É neste relatório que consta a definição mais difundida sobre desenvolvimento sustentável, como o que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de atendimento de suas próprias necessidades pelas gerações futuras (SCHEEFFER, 2012).

A noção de desenvolvimento sustentado tem sua origem mais remota no debate internacional iniciado em Estocolmo [Conferência sobre o meio ambiente, realizada em 1972] e consolidado no Rio de Janeiro, na Eco 92 [...] O tema assume importância no mesmo momento em que os centros de poder mundial declaram a falência do Estado como motor do desenvolvimento e propõem a sua substituição pelo mercado, ao mesmo tempo que declaram também a falência do planejamento governamental (GUIMARÃES, 1995, p. 113).

Mesmo esses espaços de discussão teriam frustrado expectativas de mudanças nas bases do estilo de desenvolvimento considerado insustentável não apenas do ponto de vista econômico e ambiental, mas também quanto à justiça social, como afirma Guimarães (1995). Ao analisar os resultados da Convenção Sobre Mudança Climática realizada durante a Rio92 e

temas como a necessária mudança da matriz energética mundial, o autor destaca a opção por indicação de medidas moderadas para o tratamento dessas questões, não sendo enfrentados processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, o controle, o acesso e o uso de recursos naturais.

A Convenção Sobre Mudança Climática, que deveria lançar as bases para a mudança da matriz energética mundial, desfez-se a tal ponto durante as discussões que acabou em simples declaração de intenções, somente ‘recomendendo’ a estabilização das emissões de dióxido de carbono nos níveis existentes em 1990, sem sequer fixar prazos para que esta se torne efetiva (GUIMARÃES, 1995, p. 117).

A definição sobre desenvolvimento sustentável não é precisa, reunindo diversas abordagens, como antropocentrismo ou ecocentrismo (CHAVES; RODRIGUES, 2006). Conforme os autores, na visão antropocentrismo o homem é considerado superior aos demais seres vivos, por isso exploração da natureza pelos seres humanos é considerada legítima, enquanto pela visão ecocentrismo o meio ambiente é considerado tão importante quanto o ser humano, por isso a exploração predatória dos recursos naturais para o crescimento estimulado pelo sistema capitalista não é admitida.

No meio corporativo, o uso mais frequente é do conceito idealizado por John Elkington na década de 1990, pela harmonia entre as dimensões econômica, social e ambiental (CHAVES; RODRIGUES, 2006). Conforme Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012, p. 574) “[esse] modelo ficou conhecido como o tripé do desenvolvimento sustentável ou Triple Bottom Line (3BL): *Profits, People, Planet*, amarrando num único conceito os ideais da prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social”. Uma análise crítica sobre os usos do conceito revela sua essência para além da aparente conciliação entre o desenvolvimento capitalista com base no crescimento econômico e a questão ecológica (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Os danos ao meio ambiente causados pelo predomínio da lógica de crescimento acumulativo são descritos por Furtado (1974), ao tratar do mito do desenvolvimento econômico como um desdobramento do mito do progresso. A profecia de colapso, antecipada por Benjamin (1987) é retomada pelo autor.

[a]s grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados (FURTADO, 1974, p. 16).

A ideia de desenvolvimento econômico imposta pelos chamados países centrais por meio de restrições expressas em acordos internacionais, como o Consenso de Washington, é tratada por Furtado (1974) como uma ilusão, um mito. O autor critica a opção pelo crescimento orientado às exportações e pela aspiração de modos de produção e consumo estrangeiros, indicando a necessidade de atenção a fatores internos e às possibilidades de desenvolvimento orientado à valorização das potencialidades humanas.

... o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável [...] Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar a atenção da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (FURTADO, 1974, pp. 75-76, grifos do autor).

As proposições de Furtado (1974) reforçam a ideia de que o mito do desenvolvimento econômico promove a disseminação da empresa como força organizadora do mundo moderno. É principalmente por meio das grandes empresas que os países centrais impõem aos locais onde se instalam relações de dependência econômica e tecnológica, além de influenciar a determinação de leis e regras que favoreçam suas operações, de modo que são as empresas que assumem a orientação dos processos de acumulação em lugar do Estado.

A questão última está na orientação do processo de acumulação e essa orientação continuaria na mão das grandes empresas. Assumir essa orientação, vale dizer, estabelecer prioridades em função de objetivos sociais coerentes e compatíveis com esforço de acumulação, seria a única forma de liberar a economia da tutela das grandes empresas (FURTADO, 1974, p. 68).

As empresas interferem nos modos de atuação política e nas funções do Estado, a tal ponto que “[o] crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país” (FURTADO, 1974, p. 68). Entre as considerações do autor sobre essas relações, destacam-se quatro aspectos da atuação das empresas nos chamados países periféricos: (i) controle da inovação; (ii) transações internacionais; (iii) operação internacional que transcende a atuação dos estados nacionais/governos e, (iv) grande liquidez fora do controle dos bancos centrais e fácil acesso ao mercado financeiro internacional. Outro aspecto que pode ser ressaltado a partir das proposições do autor diz respeito à atenção aos países periféricos como espaços propícios à disseminação da empresa em torno dos interesses dos países centrais.

As novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes da evolução global do sistema. Contudo, parece inegável que a periferia terá crescente importância nessa evolução, não só porque os países cênicos serão cada vez mais dependentes de recursos naturais não reprodutíveis por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontrarão na exploração de sua mão-de-obra um dos principais pontos de apoio para se firmar no conjunto do sistema (FURTADO, 1974, p. 67).

Ao modo de desenvolvimento imposto pelos agentes externos, Furtado (2000) propõe uma concepção mais ampla de desenvolvimento, considerando o que chama de desenvolvimento endógeno, baseado na substituição de importações e fortalecimento do mercado interno. Por endogeneidade o autor define a “faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas (FURTADO, 1984, p. 108). Ainda que orientado às especificidades locais, a proposta de desenvolvimento endógeno mantém o crescimento econômico como aspecto a ser considerado, mesmo que subordinado às questões sociais, ambientais e culturais e que maior atenção seja indicada às possibilidades de desenvolvimento das potencialidades humanas.

Uma proposta alternativa ao desenvolvimento moderno é a ideia de bem viver. Para Gudynas e Acosta (2011), os conceitos de “Buen Vivir” põem em questão as ideias de progresso imbricadas na cultura latino-americana, que tomam o crescimento econômico como essência e as exportações e captação de investimentos estrangeiros como princípio. Segundo os autores, esses conceitos “apresentam-se como um vínculo direto com os saberes tradicionais que eram subordinados, questionam as transplantações culturais e se afastam da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico¹³” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 104, tradução nossa). Ainda conforme os autores, o conceito de bem viver - em construção - incorpora os debates que questionam os pressupostos modernos dominantes. Os autores apresentam como expressão de oposição à perspectiva dominante o fato de que a palavra progresso aparece de forma marginal na constituição do Equador e sequer é mencionada na constituição boliviana.

Iniciativas de oposição ao modo de desenvolvimento pautado no mito do progresso são, como exposto, pontuais. As experiências mais comuns são ainda fortemente orientadas pelos ideais de desenvolvimento e satisfação das necessidades de consumo sempre crescentes. No caso brasileiro, alguns acontecimentos evidenciam a manutenção e compartilhamento desse

¹³ *Los conceptos del Buen Vivir ponen en jaque todas esas ideas. Se presentan desde un vínculo directo con los saberes tradicionales que estaban subordinados, cuestionan los transplantes culturales y se alejan de la idea del desarrollo como crecimiento económico.*

modo de agir e pensar, como o crime ambiental decorrente da ruptura da uma barragem de resíduos decorrentes da crescente exploração de minérios em Mariana/MG (BRAGON, 2015), e as intervenções ambientais, sociais e culturais inerentes à instalação de grandes empreendimentos, como portos e estaleiros voltados ao suprimento das necessidades – criadas – de exploração e transporte de grandes volumes de recursos naturais, como petróleo e madeira.

O mito do progresso e seu desdobramento pelo mito do desenvolvimento econômico ganham força sob o desenvolvimento dependente pela presença de um “*élan modernizador*”, um modo de pensar compartilhado no contexto brasileiro que ajuda a compreender a receptividade ao que lhe é exterior.

1.1.2 O “*élan de modernizar*”: a empresarização sob o capitalismo dependente

O “*élan de ‘modernizar’*”, como afirma Fernandes (1976, p. 29) está por trás do incentivo à industrialização no Brasil desde os movimentos pela independência, na busca de desenvolvimento por meio da assimilação interna dos padrões de produção e consumo semelhantes aos dos chamados países centrais. Apesar da divergência de ponto de partida entre a teoria da empresarização e a teoria sobre desenvolvimento dependente, a primeira enfatizando a centralidade da empresa e a segunda do sistema econômico, a compreensão sobre a inserção do Brasil nesse sistema por meio da categoria de formação econômica e social indica elementos que contribuem para a compreensão da empresarização nesse contexto.

A instalação e expansão do capitalismo no Brasil, segundo Fernandes (1976), pode ser analisada em três fases inter-relacionadas: (i) eclosão de um mercado capitalista moderno; (ii) formação e expansão do capitalismo competitivo e, (iii) irrupção do capitalismo monopolista. A primeira é considerada uma fase de transição neocolonial, delimitada nessa classificação pelo período que se estende desde a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos até pouco depois da metade do século XIX, com a crise do sistema escravista. A segunda fase é caracterizada pelo autor como um período de consolidação do mercado competitivo, e compreende o período que Florestan Fernandes aponta como a primeira transição industrial importante no país, ocorrida em torno de 1850 e que vai até 1950. A terceira fase é descrita em função do processo de reorganização do mercado e do sistema de produção por meio de “operações comerciais, financeiras e industriais da 'grande corporação' (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista)” (FERNANDES, 1976, p. 224). A fase caracterizada como capitalismo monopolista tem início na década de 1920, mas a

industrialização ocorre com maior intensidade em outros dois períodos: um de enfoque nacionalista, nos anos 1950, especialmente na fase desenvolvimentista que caracteriza o governo de Juscelino Kubitschek; outro em 1964, com o regime militar, regido pela intervenção do capital estrangeiro, predominantemente o norte-americano.

Fernandes (1976) identifica algumas particularidades do processo de incorporação e consolidação do capitalismo no contexto brasileiro buscando compreender como ocorreu o processamento e absorção de um padrão estrutural e dinâmico de uma organização da economia, da sociedade e da cultura ocidental moderna. Para o autor, tratar da Revolução Burguesa no contexto brasileiro é questionar “*como e por que se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social*” (FERNANDES, 1976, pp. 20-21, grifos do autor).

Uma explicação sobre o desenvolvimento desigual que se realiza no Brasil é apresentada por Caio Prado Jr. em sua tese sobre o desenvolvimento brasileiro, cuja publicação teve prefácio escrito por Florestan Fernandes. Nesse prefácio, Fernandes propõe a reflexão sobre pelo menos três aspectos do desenvolvimento do capitalismo no país, apontados por Prado Junior (1989): seu caráter mercantil, o forte vínculo com trabalho escravo, e, por fim, um perfil de empresário ou “homem de negócios” característico, orientado pela acumulação e consumo imediatos. Tal tipo de empresário difere-se daquele conceituado por Schumpeter (1997) como o indivíduo que tem por função a realização de novas combinações necessárias à inovação e como sujeito que ocupa uma posição central na sua interpretação sobre o desenvolvimento econômico. Também se diferencia do tipo de empresário definido por Weber (2008), que acumula rendimentos para reinvestir e obter ganhos contínuos e duradouros.

Prado Júnior (1989, p. 34) retoma o passado colonial como elemento marcante das características do desenvolvimento capitalista aqui vivenciado, “formação demográfica, estrutura sócio-econômica, tudo isso, com os demais elementos daí derivados e que caracterizam a nossa nacionalidade, provém direta ou indiretamente [...] das circunstâncias segundo as quais o Brasil em formação se inseriu nesse sistema que é o mundo moderno saído da Idade Média...”. Nesse processo que seria marcadamente de natureza marginal e periférica, o país estaria “destinado a servir de campo para o exercício e os objetivos daquela atividade mercantil característica do mundo moderno, dos povos europeus ou de origem europeia”. Prado Júnior (1989) investiga de que maneira a inserção do país na economia capitalista como elemento periférico e subsidiário implica nas possibilidades de desenvolvimento – definido pelo autor como “a condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o

conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e a cultura modernas são capazes de proporcionar” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 15).

A formação econômica do Brasil, iniciada em torno da exploração do pau-brasil e posterior agricultura voltada para as exportações, pautada na grande propriedade rural construída em torno da produção de cana-de-açúcar e de café, constituiu o que Prado Júnior (1969, p. 22) caracterizou como “um tipo de sociedade inteiramente original”, “uma vasta empresa comercial”, de função exportadora, formada em torno de um longo período de escravidão e de uma trajetória de lucros elevados para proprietários e exportadores, além de uma cultura de subordinação de grande parte da população aos interesses desses atores e de descaso em relação às questões sociais. A consolidação de uma estrutura social em favor de privilégios para as elites permitiu priorizar grandes áreas de produção voltadas à exportação em detrimento da produção de alimentos para o consumo interno, por exemplo, demonstrando o acentuado interesse em ganhos particulares. Manteve-se a concentração dos capitais no meio rural durante a consolidação das primeiras companhias e sociedades anônimas nacionais (PRADO JÚNIOR, 1969).

A orientação da produção rural para a exportação e não para o consumo interno é uma das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no contexto brasileiro que favoreceu uma transição demorada e marcada pela baixa autonomia econômica (FERNANDES, 1976). Tal situação só viria a ser alterada com a constituição de um estado nacional e busca de maior integração da economia nacional, por meio de mudanças introduzidas nas relações entre as elites internas e externas a partir da autonomização política.

Fernandes (1976) ressalta a sobreposição, por um longo período e na maior parte da extensão territorial do país, entre o sistema colonial e o sistema de mercado competitivo, considerando que apenas nos espaços onde ocorreu a intensificação do comércio e o crescimento urbano foi onde houve maior atrito entre esses dois sistemas. As relações dos senhores rurais com as cidades ganharam nova dinâmica a partir da valorização da produção de café para exportação, impactando em novas estruturas de serviços e novas relações comerciais. Associado ao trabalho livre, esse incremento das relações comerciais caracterizou, segundo o autor, a transição para a formação e desenvolvimento de uma ordem social competitiva, especialmente pela intensificação e variedade do comércio emergente, promovendo a aproximação com as práticas do mundo mercantil que estariam na base das futuras transformações sociais e econômicas, marcadas por relações de dependência.

As relações de dependência estabelecidas no desenvolvimento do capitalismo no Brasil são também analisadas por Furtado (2013), que chama a atenção para o impacto da

incorporação da técnica estrangeira, poupadora de mão-de-obra, num contexto de intensa oferta, geradora de maior exército de reserva e contribuindo, assim, para a precarização das condições de trabalho e o desemprego. Marini (2012)¹⁴ também evidencia os efeitos da orientação externa na constituição dos meios de produção, na determinação do que será produzido e para quem. Tanto os dois autores quanto Florestan Fernandes incorporam em suas análises as relações centro-periferia, apontadas por Raul Prebisch¹⁵, cuja análise para o desenvolvimento da América Latina considerava os países cêntricos, orientados à exportação de produtos industriais, e os periféricos como exportadores de produtos primários, sendo os últimos as ex-colônias da América Latina, Caribe e África (FURTADO, 1988).

Para uma análise integrativa e totalizadora sobre o desenvolvimento econômico no país, Fernandes (1976) sugere que sejam considerados três elementos: (i) preponderância da exportação; (ii) importação como mecanismo corretivo de especialização na produção agrícola; (iii) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico, bem como os desdobramentos socioculturais dela decorrentes. Assim, o que o autor identifica, por meio da consideração de aspectos internos e externos, é a formação de um capitalismo dependente.

... boa parte dos modelos econômicos transplantados não tinham por meta criar processos econômicos de desenvolvimento interno análogos aos que eram produzidos pela integração das economias centrais. Ao contrário, suas funções latentes ou manifestas consistiam em manter e em intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas economias [...] visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronomicamente¹⁶, aos dinamismos das economias centrais [...] **Esse capitalismo não continua, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas Nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica, outra com tendências dinâmicas autônomas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de ‘capitalismo dependente’** (FERNANDES, 1976, pp. 89-90, grifo nosso).

As relações de dependência estão vinculadas a um processo de industrialização pautado na “assimilação de técnicas, instituições e valores sociais importados da Europa, ou, em menor escala, dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2008, p. 69). Essa assimilação, porém,

¹⁴ Uma análise sobre o desenvolvimento dependente realimentado por meio de obras do Programa de Aceleração do Crescimento em Rio Grande/RS sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência proposta por Ruy Mauro Marini e atualizada por Jaime Osório é apresentada na tese elaborada por Chagas (2014). Na tese ora proposta, nos atemos à teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, sustentada por Florestan Fernandes – que contempla contribuições de Caio Prado Júnior e de outros pensadores da formação social e econômica do país, a qual nos indica uma forte relação com o mito do progresso, um dos traços da empresarização que nesse contexto se revela como mito do desenvolvimento econômico.

¹⁵ Foi consultor da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

¹⁶ Fernandes (1976) faz referência recorrente ao caráter heteronômico do desenvolvimento do capitalismo no contexto brasileiro, destacando o aspecto dependente e desigual de sua disseminação.

não foi literal, considerada sua inter-relação com elementos como a reserva de trabalho, as altas margens de lucro dos empresários e “disposições subjetivas que fazem da industrialização um valor social de caráter moral” (FERNANDES, 2008, p. 75). Considerada como um valor social de caráter moral, a industrialização é tomada como o caminho seguro para o atendimento de um afã pela modernização e para o atendimento de uma vontade de tornar o Brasil um país civilizado. Esse estado de espírito compartilhado por amplos setores da população, como afirma o autor, explica a aceitação de situações de sacrifício em benefício da industrialização, na expectativa de melhores condições no futuro.

A consolidação do capitalismo no contexto brasileiro, especialmente na transição de competitivo para monopolista, sustentou-se em fatores externos e internos (FERNANDES, 1976). No âmbito externo, o autor destaca a disposição das economias centrais em investir no país a fim de intensificar seu próprio crescimento econômico e, no âmbito interno, levar a cabo a transformação capitalista permitindo e facilitando a participação das grandes corporações na dinâmica econômica. Ainda no âmbito interno, configurou-se, segundo o autor, como uma decisão econômica, mas também em duas ilusões: a primeira, de que os problemas econômicos, sociais e políticos das fases anteriores seriam solucionados e a segunda, de que o enfraquecimento das iniciativas privadas internas e do Estado seria transitório.

Fernandes (1976) destaca a participação do Estado na aceleração da irrupção do capitalismo monopolista. Essa etapa pode ser considerada em duas fases: a primeira correspondente ao governo de Juscelino Kubitschek e a segunda durante os governos militares posteriores ao golpe de 1964. A primeira, considerada uma fase de transição industrial relativamente madura, na qual as grandes corporações encontraram alguma resistência ao processo de disseminação, em função da predominância de um imaginário popular nacionalista. Já o período de abertura ao capital internacional durante a ditadura militar foi por esse regime possibilitado e impulsionado, mas também marcado por lutas dos grupos internos de resistência, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Destaca-se que durante a ditadura militar registraram-se altos índices de concentração de renda acompanhada dos piores níveis de renda para os trabalhadores, em uma fase em que era reprimida a organização dos trabalhadores e em que foi possibilitado o aumento dos salários abaixo dos ganhos com o aumento da produtividade (FERREIRA, 1993).

Sem um Estado suficientemente forte e dócil, seria difícil manter a associação com “os interesses externos” em condições de autodefesa dos “interesses privados nacionais”; esse Estado é que engendra o espaço político de que necessita a “burguesia nacional” para ter uma base de barganha com o exterior e, ao mesmo tempo, poder usar a articulação com o capital externo como fonte de aceleração do

crescimento econômico ou de transição de uma fase para outra do capitalismo (FERNANDES, 2011a, p. 232).

Apesar do aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas ao longo do processo de consolidação do capitalismo monopolista, que ocorre de forma distanciada das reivindicações das classes de trabalhadores e dos mais pobres, Fernandes (1976) aponta para um processo de ampliação das bases econômicas da classe operária como condição importante para que esta deixasse de ser apenas instrumento do desenvolvimento capitalista.

A importância do aparecimento de um novo tipo de operário é óbvia. Ele acarretará a renovação (para dizer o menos) do movimento sindical e, em um plano mais amplo e profundo, levará a sociedade brasileira, finalmente, a conhecer qual é a natureza e o sentido das pressões econômicas, sociais e políticas das classes operárias, quando estas se configuram como uma “força social” da história (FERNANDES, 1976, p.284).

Segundo Fernandes (2011a, p. 213), “a expansão da ordem social-democrática constitui o requisito *sine qua non* de qualquer alteração estrutural ou organizatória da sociedade brasileira”. Essa seria a maneira de romper com o caráter monolítico da dominação burguesa vivenciada no país que, segundo o autor, impediu processos efetivos de evolução nacional e democrática, na medida em que “serviu como um biombo, que encobria os interesses externos e a dominação externa sob o manto da ‘iniciativa privada’” (FERNANDES, 1976, p. 286). É também a maneira indicada pelo autor de ruptura e eliminação dos resquícios da ordem colonial e a emergência de mecanismos de controle sociais necessários à aplicação produtiva do excedente econômico (FERNANDES, 2011a).

Já no final da década de 1970, quando apresenta uma análise da revolução burguesa em novo estágio, ao final do regime militar instalado no país, Fernandes (2011b, p. 106) considera que houve um deslocamento do equilíbrio da ordem burguesa para baixo, na medida em que ocorreu “uma perda do monopólio do poder real pelos estratos dominantes da burguesia; e, reciprocamente, envolve o aparecimento de poder real pelo menos nos estratos de ponta das classes subalternas e nas massas populares como uma coletividade política”.

O processo de intensificação do controle externo fica mais evidente na apresentação de Florestan sobre os padrões de dominação externa na América Latina (FERNANDES, 2009). Conforme o autor, trata-se de um tipo de dominação no qual as grandes empresas corporativas implementam “um novo estilo de organização, de produção e de marketing. Com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos”. Essas grandes empresas “se apoderam das posições de

liderança – através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão e outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus ‘*policy-makers*’” (FERNANDES, 2009, p.27). Trata-se de um processo que o autor denomina de imperialismo total.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (FERNANDES, 2009, p.27).

Segundo Ianni (1975), tanto o conceito de imperialismo quanto o de dependência não apresentam uma compreensão homogênea. Ora são tratados como sinônimos, ora como pares. Ianni (1975) apresenta uma explicação para a relação entre os conceitos, caso considerados como reciprocamente referidos:

[...] as relações de dependência seriam as relações econômicas, políticas, sociais e culturais geradas no interior do país subordinado. **Para operar desde o país dominante, os interesses imperialistas (econômicos, militares, culturais ou outros) precisam criar, desenvolver e reproduzir, no interior do país subordinado, situações e relações especiais de dependência.** Assim, a burguesia imperialista precisa aliar-se a uma burguesia (ou fração) dependente para realizar os seus interesses. É claro que aquela e esta repartem tarefas e resultados. Da mesma forma, a burguesia imperialista precisa capturar, em algum grau, o aparelho estatal do país subordinado. **Daí a importância de conquistar ou cooptar políticos, burocratas, administradores, técnicos, intelectuais que operam ou podem operar nas esferas de poder** (IANNI, 1975, p. 59, grifo nosso).

O período mais recente, posterior à análise de Florestan Fernandes, também é marcado pela avidez dos interesses internacionais. As privatizações e abertura ao mercado internacional iniciadas no governo do Presidente Fernando Collor de Mello - no início da década de 90 - e posteriormente intensificadas durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dão mostras desse processo de entrega de empresas nacionais ao capital estrangeiro e ao endividamento junto às instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse processo se deu sem resistência expressiva por parte da população local, possivelmente em função da disseminação – e nesse aspecto a mídia de massa teve uma atuação central – de um discurso neoliberal de desenvolvimento, pautado na incapacidade de gestão pelo Estado e na ideia de estado mínimo, no qual se evidencia o processo de empresarização, pela promoção da empresa como a forma mais eficiente de organização e pela

disseminação dessa forma de organizar inclusive para serviços essenciais como a saúde e a educação.

Antunes (2005a, p. 9) analisa criticamente os planos econômicos praticados no governo Collor, com sentido de “dar um novo salto para a modernidade capitalista”, caracterizados pelo autor como autocráticos e bonapartistas¹⁷. Pautados num desenho econômico neoliberal, acentuam o modelo exportador que inclui “a franquia da nossa produção aos capitais monopólicos externos” (ANTUNES, 2005a, p. 9), além dos cortes de Ministérios (como o Ministério da Cultura) e as privatizações, processo continuado no governo de FHC (FILGUEIRAS, 2006), confirmando práticas de industrialização dissociadas da atenção aos aspectos sociais.

FHC iniciou, em 1994, simultaneamente ao processo de estabilização monetária, um receituário programático que teve como consequência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo no país. O Programa Collor, eliminado seu esforço aventureiro e bonapartista, foi reimplementado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi sempre destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um processo de privatização, desindustrialização, “integração” servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional (ANTUNES, 2005b, p.37).

Ainda que se possa observar, como tem alertado alguns autores, a concentração de riqueza no mundo e o crescimento da desigualdade social (DUMÉNIL & LÉVI, 2014), ressalta-se que no Brasil esta foi uma característica estruturante do desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, o crescimento econômico no país não foi acompanhado pelo desenvolvimento de uma economia interna que possibilitasse certo nível de atuação e de melhores condições de vida para a população. Isso porque os ganhos acumulados, concentrados e exportados são dependentes da existência de uma grande camada de população miserável, ou sem força política, e dominada pelas relações estabelecidas, definindo outra característica do desenvolvimento do capitalismo no país: a produção e o acirramento de desigualdades regionais.

Algumas iniciativas orientadas à redução das desigualdades regionais produzidas pelo modo de desenvolvimento do capitalismo no país foram empreendidas no âmbito do Governo Federal, como a criação das agências de planejamento do desenvolvimento regional e por meio da descentralização da atuação de empresas públicas (VAINER, 2007). Ainda conforme Vainer (2007), seguiram-se a essas iniciativas os anos de crise na década de 1980 e, posteriormente, os ajustes indicados no Consenso de Washington, que, em vez de promoverem

¹⁷ Em referência ao sobrinho de Napoleão Bonaparte, Luís Bonaparte, responsável por um golpe de Estado na França e cujas práticas em favorecimento de uma ordem estabelecida se assemelham, segundo o autor, com as praticadas pelo Presidente.

o desenvolvimento e a integração nacional, contribuíram para maior fragmentação e a intensificação das relações de dependência em relação aos atores externos. Pouca resistência se apresenta contra a fragmentação do território e às relações estabelecidas, pois são aceitas como “conformação subordinada às formas contemporâneas de globalização” (VAINER, 2007, p.2).

Segundo Vainer (2007) as agências e órgãos regionais criados como mecanismos para redução das desigualdades acabam por contribuir para a sua manutenção, transformando-se em mecanismos de reprodução das elites, na medida em que propiciam a articulação de interesses particulares. A partir dessas constatações, o autor analisa três vetores de fragmentação: os grandes projetos de investimentos (GPI), o neo-localismo e o velho regionalismo.

Vainer (2007) refere-se aos grandes projetos de investimentos, como as iniciativas de reconfiguração do território nacional por meio da atuação das indústrias nacionais de infraestrutura dos setores elétrico, mínero-metalúrgico e petroquímico, além das intervenções viárias e os empreendimentos hídricos que atuaram e ainda atuam como enclaves de desenvolvimento regional. Segundo o autor,

[...] os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões. Por sua própria natureza, projetam sobre os espaços locais e regionais interesses quase sempre globais, o que faz deles eventos que são globais-locais – ou, para usar a feliz expressão cunhada por Swyngedouw (1997), *glocalizados* (VAINER, 2007, p. 5).

As considerações do autor indicam a manutenção do tipo de relação estabelecida ao longo do desenvolvimento do capitalismo dependente. As articulações econômico-financeiras e políticas envolvidas nas relações entre atores locais e externos são aspectos das práticas de desenvolvimento regional considerados por Vainer (2007).

O exame da economia política de cada grande projeto permitiria identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam elites locais e regionais, para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que decompõe o território nacional em novos fragmentos glocalizados (VAINER, 2007, p. 5).

As disputas entre estados e municípios por recursos e novos empreendimentos são definidas por Vainer (2007) como neo-localismos. Vainer (2007) critica a falta de um pacto territorial democraticamente estabelecido, o que acaba propiciando o favorecimento de empresas privadas que se beneficiam das disputas estabelecidas por meio da oferta de vantagens tais como: benefícios fiscais, facilidades na concessão de licenças ambientais e

fundiárias. A concentração de recursos de arrecadação pela União e manobras fiscais que dificultam o repasse aos níveis subnacionais, além das dívidas acumuladas por estes junto ao Governo Federal, são fatores apontados por Vainer (2007) como facilitadores de busca por soluções ilusórias para o atendimento das demandas sociais no âmbito local, tais como o incentivo ao progresso por meio da instalação de novos empreendimentos.

Neste contexto de uma federação que, ela também, se desconstitui, estados e municípios reiteram a inviabilidade de qualquer pacto federativo e tributário, lançando-se a uma fuga para frente que não lhes oferece senão saídas ilusórias. Governantes de estados e cidades, magicamente transmutadas em empresas pela retórica dos consultores, agem como se operassem num mercado livre e concorrencial de localizações. E, destarte, a guerra dos lugares contribui de maneira decisiva para multiplicar as rupturas sócio-territoriais e aprofundar a fragmentação do território (VAINER, 2007, p. 7).

Mais do que favorecer os interesses das empresas, Dupas (2005) afirma que o Estado está a serviço das corporações. Os Estados hegemônicos atuam na proteção de seus mercados e nos demais “tentam empurrar os Estados nacionais para a situação de Estado mínimo, uma espécie de Estado de fachada, empregando todos os meios para tentar legitimar politicamente suas prioridades” (DUPAS, 2005, p. 113).

Se, por um lado, são recentes as práticas que valorizam a atuação das empresas privadas no planejamento e organização dos territórios, por outro, as relações que se estabelecem são características de momentos passados da formação socioeconômica do país. Essa constatação é reforçada na análise de Vainer (2007), ao afirmar que elementos característicos do coronelismo (LEAL, 1975) e das relações entre grupos de interesse externos e grupos tradicionais locais são, ainda, recorrentes.

[...] regionalismo e clientelismo tradicionais, longe de serem meros fantasmas de um passado que teima em assombrar nossa sociedade e nosso Estado, por paradoxal que pareça, se reatualizam e enrijecem a partir do momento em que a democratização reforça o papel das eleições e, em consequência, daqueles chefes e grupos políticos locais ou estaduais que conseguem montar máquinas eleitorais eficazes. Evidentemente, o problema não está nas eleições e, menos ainda, na democracia; ao contrário, está, pelo menos em parte, no déficit de democracia que consagra um estado que permanece fora do alcance de controles sociais efetivos. Apropriado, patrimonialístico ou tecnocraticamente, por elites – tradicionais, modernizantes, não raras vezes híbridas – o fato é que esta forma de estado nacional, contraditoriamente, contribui ela também para a fragmentação política, econômica e, certamente, territorial da nação (VAINER, 2007, p. 10).

Embora a teoria de Florestan Fernandes refira-se a um momento histórico distante do atual, muito do que foi apontado pelo autor pode ainda ser percebido em vários aspectos da sociedade brasileira. Mesmo que ele tenha analisado o modo de desenvolvimento do

capitalismo no Brasil, é possível identificar a partir de suas considerações algumas especificidades sobre o modo como o processo de empresarização é aqui vivenciado. Considerando-se o processo de empresarização tanto como uma forma de disseminação da empresa como força organizadora quanto como a expansão geográfica da empresa, identificam-se particularidades da disseminação da empresa no Brasil nesses dois sentidos. Verifica-se que a forma de organização empresarial se consolida no país nos diferentes setores, especialmente sob as políticas neoliberais, mas com características particulares, tais como as destacadas por Fernandes (1976, 2008) como fatores irracionais: busca não sistemática por lucros elevados e imediatos, baixo reinvestimento nas empresas em detrimento de gastos pessoais elevados, incompatibilidade entre cargos, salários e capacidade técnica, indicando que as decisões são orientadas por relações pessoais e para a manutenção de privilégios, como observado por Vainer (2007). Sobre a expansão geográfica da empresa, é visível nas diferentes regiões do país o caráter desigual e combinado desse processo, conforme os interesses de ganhos das elites internas e externas, destacando-se a atuação do Estado nessa distribuição.

Essas características manifestam-se em diferentes fases da industrialização no Brasil e contribuem para uma percepção particular de empresa no país, marcada, como afirma Fernandes (2008), por fatores irracionais na sua gestão os quais evidenciam que “a ‘grande empresa’, na realidade, só existe entre nós na aparência” (FERNANDES, 2008, p. 80). Isso porque, ao analisar a industrialização no Brasil, o autor considera duas diferenças fundamentais: a primeira que se reflete no desenvolvimento urbano lento, descontínuo e superficial e a segunda relacionada à assimilação de técnicas, instituições e valores estrangeiros.

[...] técnicas, instituições e valores sociais foram importados e explorados praticamente, em escala coletiva, antes de adquirir o homem noções definidas sobre o significado e a utilidade delas. Mas não ocorreu somente isso. Às vezes as transformações se consumaram antes mesmo de termos possibilidades concretas de redefinição psicossocial dos elementos importados. Isso se deu, especialmente, com técnicas, instituições e valores, cuja compreensão requer certo progresso prévio na esfera do pensamento secularizado e racional. A assimilação das invenções culturais recentes se processou, portanto, com um ritmo acentuadamente mais acelerado que o do desenvolvimento do horizonte intelectual do homem brasileiro.

Essa condição constituiu o patamar básico, no qual se alicerçou a introdução e a expansão da empresa industrial no Brasil (FERNANDES, 2008, p.77-78)

Para Cardoso (2014), assim como para Perez e Lara (2015), o controle internacional do padrão tecnológico é o fator preponderante da manutenção da dependência atualmente no Brasil, marcada pela “combinação entre pagar o preço da modernização produtiva e se especializar em ramos em que possuem vantagens comparativas estáticas” (CARDOSO, 2014, p. 46). Essa assimilação da técnica imposta pelas empresas transnacionais

reforça o endividamento interno e externo pelo Estado, a opção pela exportação de bens primários e a superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. “O que vemos é a continuidade do padrão de desenvolvimento conservador e dependente considerado por Florestan Fernandes como *inelutável* nos limites do capitalismo brasileiro” (PEREZ; LARA, 2015, p. 55).

Perez e Lara (2015) destacam a relevância da interpretação de Florestan Fernandes para os estudos sobre a realidade social brasileira e ressaltam a sua atualidade por meio das análises realizadas por Cardoso (2014) e por Albuquerque (2015). Cardoso (2014) analisa as características da burguesia brasileira nos anos 2000 por meio do estudo de quatro grupos industriais: Cosan (agronegócio/sucroalcooleiro), JBS (agronegócio/carnes), Gerdau (siderurgia) e Vale (mineração), tendo como referência a produção de pensadores sobre a formação nacional, como Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Constata que esses grupos prosperaram por meio de investimentos de “base financeira internacional e apoio complementar de recursos oriundos do Estado” (CARDOSO, 2014, p.08). Ainda conforme o autor, as correntes caracterizadas como neodesenvolvimentistas apontadas a partir de 2000 “cumpram o terrível papel de reavivar a teoria do crescimento aplicada à periferia, apontar a modernização e o mito do desenvolvimento como saída para os problemas brasileiros” (CARDOSO, 2014, p.). A partir da análise da dinâmica desses grupos, Cardoso (2014) caracteriza a fase após os anos 2000 por um novo tipo de dependência.

A reflexão sobre a nova dependência passa, portanto, sobre o caráter assumido pelas burguesias locais. A nova configuração da ordem global coloca pouquíssimo raio de manobra para uma burguesia como a brasileira e a faz mais dependente de negócios gerados pelo capital transnacional: ela se torna crescentemente uma classe que aproveita oportunidades na intermediação de mercadorias (comércio exterior), de ativos financeiros e de patrimônio, próprio ou estatal. Com a desarticulação da industrialização dependente, a burguesia brasileira sai em busca de todo tipo de negócio especulativo – comercial, financeiro ou produtivo – no mercado interno ou externo. A questão colocada nos anos 2000 é justamente a intensificação deste padrão de movimento, que fortaleceu os vínculos da burguesia com o capital internacional, como vimos na seção anterior (CARDOSO, 2014, p. 61).

Cardoso (2014) parte do conceito de neodesenvolvimentismo apresentado por Sampaio Jr. (2012), que define desenvolvimentismo “um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento”. Já o neodesenvolvimentismo é caracterizado por Sampaio Jr. (2012, p. 678) como “um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000”.

Acima de suas diferenças e idiossincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

Apesar de não romper as estruturas que mantêm o desenvolvimento dependente e de estar de acordo com a pauta neoliberal, o neodesenvolvimentismo é caracterizado por Sampaio (2012, p. 680) como um “esforço para atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial e a desigualdade social”. É o projeto que caracteriza os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC's) e distribuição de renda pelos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff. Esse período se caracteriza por uma nova dependência em três dimensões: (i) o descompasso com o processo internacional de modernização e aceleração do progresso técnico que expõe as periferias a um padrão de concorrência, favorecendo a desindustrialização; (ii) o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos e (iii) renovação do mimetismo cultural (CARDOSO, 2015).

Após a análise das características principais que diferem o modo de desenvolvimento do capitalismo e da expansão da empresa industrial no Brasil daquele ocorrido na sua origem, nos chamados países centrais, é possível indicar que algumas das instituições consideradas necessárias ao processo de empresarização, como aponta Abraham (2006), aqui se apresentam de forma também particular. A autonomização da esfera econômica, marcada pela inversão de valores apontada por Dumont (1980), aqui se expressa de forma ainda mais intensa, como na avidez pelo lucro crescente e imediato, e na busca por acumulação e consumo particular, por parte do empresário brasileiro. Ao mesmo tempo, essa inversão não é acompanhada de relações predominantemente funcionais e impessoais, sendo permeada por processos aparentemente irracionais tais como os destacados por Fernandes (2008) e evidenciados em situações recentes de privilégios associados a posições econômicas e políticas.

Ocorre a expansão da empresa no país, mas em torno de comportamentos egoístas ainda mais intensos, um tipo de comportamento que se pode considerar predador, tipicamente extrativista, dissociado de uma ideia de continuidade, sendo o excedente direcionado ao

consumo de bens suntuários. Os reinvestimentos em atualização, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento ficam predominantemente a cargo do Estado. Destacam-se também as características das relações de assalariamento baseadas na superexploração dos trabalhadores, o descompasso entre a assimilação da técnica, instituições e valores estrangeiros, uma vez que a industrialização não foi acompanhada das relações impessoais e regulares consideradas necessárias à sua expansão no sistema de acumulação capitalista, mas de relações deformadas entre meios e fins (FERNANDES, 1976; 2008; 2009).

A precarização das relações de trabalho e a concentração social de renda na longa transição entre trabalho escravo e o trabalho formalmente livre também é uma característica que interfere na disseminação da empresa sob o desenvolvimento dependente. Esse longo processo, associado à importação de técnicas poupadoras de mão-de-obra (FURTADO, 1974; MARINI, 2012), colocou à disposição da indústria que aqui se instalou uma massa de trabalhadores que foi incorporada ao sistema de produção por meio de salários muito baixos. Esse tipo de desenvolvimento, marcado pela concentração de recursos e desigualdades sociais se expande dessa forma não somente por imposição externa, mas apoiado em relações com os interesses egoístas das classes dominantes. A conformação com a dupla articulação entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa se sustenta na disposição das elites internas para obter vantagens diretas e imediatas por meio da economia competitiva. Sobre a dominação imperialista externa, destacam-se as considerações de Fernandes (2009) sobre as diferentes fases em que ela se realiza nos países da América Latina. Sua análise compreende desde o sistema básico de colonização, exploração e dominação, voltado à garantia de interesses entre colonizadores e a Coroa, baseado na transferência de instituições ibéricas e o trabalho forçado ou o trabalho escravo até a expansão das grandes empresas “muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos das indústrias leve e pesada” (FERNANDES, 2009, p.27), que introduzem no país seus sistemas de organização, produção e de *marketing*.

O tipo de sociedade estabelecida em torno da propriedade rural e da escravidão apresenta influências na formação de um tipo particular de empresário que, segundo o autor, não é criativo, implicando em uma análise que extrapola a definição apresentada por Schumpeter (1961; 1997), tal como interpretado por Solé (2008) e Abraham (2006), pela qual o empresário é responsável por processos inovadores, o que lhe diferencia do administrador. No contexto analisado por Florestan Fernandes, o homem de negócios não é ousado e é pouco inventivo, destacando o contrário como exceção, exemplificado com o caso do Visconde de Mauá (FERNANDES, 1989). Conforme Fernandes (1976, p. 26), considerando-se o “horizonte

cultural engendrado e universalizado pelo sistema colonial, iniciativas econômicas arrojadas, de teor capitalista mais puro, suscitavam desconfiança, temor e desaprovação”. Isso porque poderia colocar em risco as estruturas de poder formadas por meio do sistema colonial.

Outras tendências quanto ao perfil do empresário brasileiro são apontadas por Fernandes (2008), como: (i) propensão a reduzir o alcance dos reinvestimentos na própria empresa, um comportamento que compromete o desenvolvimento de uma empresa em regime capitalista, a qual depende de reinvestimentos para obter ganhos de produtividade; (ii) baixa relação de lealdade quanto aos interesses da sociedade como um todo, agindo egoisticamente, na medida em que busca garantir ganhos particulares elevados, comportamento este que tende a repetir-se, uma vez que não é limitado nem pelos ideais do próprio indivíduo nem por pressões sociais; (iii) conversão dos rendimentos da empresa em bens suntuários, como residências e carros luxuosos que expressam uma inclinação à conjugação entre recursos pessoais e da empresa. Mesmo não sendo características exclusivas do empresário brasileiro, estas são potencializadas pela busca de resultados imediatos e egoístas, um comportamento justificado por um contexto de incerteza marcado por alta inflação e insegurança com relação ao futuro. Todas elas apontam, segundo o autor, para uma tendência mais sutil, relacionada ao desinteresse por uma política de aceleração da indústria no país. Esses comportamentos ainda podem ser apontados como fatores de retração de investimentos na atualidade.

A comparação entre os dois períodos – o analisado por Fernandes (1989) e o atual, requer a consideração quanto à ampliação do acesso à educação em todos os níveis no país e dos investimentos em ciência e tecnologia, atualmente colocados à disposição das empresas. Além de assumir a formação de mão-de-obra especializada para as empresas, o Estado assume parte dos riscos dos investidores, reduzindo impostos e oferecendo benefícios para a instalação de mais empresas e para a expansão da ideia de empresa. Para Bresser-Pereira (2015), por exemplo, não há problemas quanto à capacidade inventiva do empresário brasileiro, mas com sua hesitação diante das incertezas quanto ao futuro econômico.

Ainda sobre as relações de trabalho e o empresário no Brasil, destacam-se particularidades como a garantia de privilégios, proteção e indicação de pessoas dentro das empresas, práticas que são comuns na atualidade. Em grandes empresas brasileiras há postos ocupados exclusivamente em decorrência da ação de grupos de pressão política que criam espaços para que seus representantes considerados importantes, mas inaptos, ganhem dinheiro e status. Isso mostra, de certa forma, distorções em relação à ideia de empresa como organização racional e mais valorizada por ser pautada por critérios de eficiência. De acordo com Solé (2008), o vínculo entre empresa, racionalidade e eficiência está fortemente impregnado no

espírito do homem moderno. Porém, o autor questiona a racionalidade atribuída à empresa e que lhe confere caráter de maior eficiência entre os diferentes tipos de organização possíveis. Os aspectos apontados como irracionais por Florestan Fernandes reforçam esse questionamento e dizem respeito às especificidades da formação da sociedade brasileira que implicam em relações particulares, como a dificuldade de manter a impessoalidade nas relações e de planejar ganhos sistemáticos.

Diante dessas considerações sobre as especificidades do processo de empresarização no contexto brasileiro, evidencia-se que a retomada de uma abordagem sociológica do processo de consolidação do capitalismo no Brasil tal como a realizada por Fernandes, e aqui complementada pela visão de autores contemporâneos, contribui para a compreensão do fenômeno para além dos aspectos econômicos. Reforçam-se as considerações de que a expansão da empresa não é um fenômeno natural, mas promovido de forma deliberada, por decisões de atores dominantes sustentadas num conjunto de traços que favorecem um tipo de desenvolvimento no qual ela ocupa uma posição central.

Além dos aspectos apontados por Florestan Fernandes como irracionais, destaca-se o mito do progresso como um traço representativo, na medida em que o “élan de modernizar” impulsiona a receptividade ao que vem do exterior e reforça as relações características do desenvolvimento dependente, como as imposições tecnológicas e culturais e garantem posição privilegiada às empresas nos espaços de decisão. Assim, as empresas ocupam lugar central na organização do espaço, especialmente nas cidades locais cuja gestão é orientada para a ocupação de novas posições nas disputas interurbanas.

Se, por um lado, a teoria sobre o Mundo-Empresa proposta por Solé (2000; 2003; 2008) e apropriada ao contexto brasileiro responde à questão sobre “**por que** ocorre a empresarização do espaço em cidades locais?”, resta saber **como** ocorre esse fenômeno. Para melhor compreender como a implantação de grandes empreendimentos em uma cidade local, nas quais se supõe que a força organizadora da empresa seja ainda mais intensa, transformando o espaço, propõe-se a análise sobre como a empresarização ocorre nessas condições por meio de teorias propostas por Milton Santos.

O geógrafo brasileiro Milton Santos é mundialmente reconhecido por ter destacado a centralidades do conceito de espaço para os estudos na área de geografia humana e sua obra tem sido considerada relevante para avanços na área de estudos organizacionais, seja em estudos sobre desenvolvimento, seja em estudos sobre organização do espaço em contexto periférico. Entre as categorias de análise indicadas na obra de Milton Santos foram escolhidas

aquelas que melhor pudessem contribuir para a compreensão do problema em questão, como será detalhado posteriormente, no capítulo sobre o método.

1.2 O ESPAÇO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO MUNDO-EMPRESA

Compreender o mundo atual como Mundo-Empresa implica em considerar que a empresa é sua força organizadora central. Essa centralidade é tão evidente e naturalizada que o conceito de organização é muitas vezes utilizado como se fosse sinônimo de empresa (SOLÉ, 2003). Essa força se expande tanto nas dimensões objetivas quanto subjetivas, na medida em que implica na expansão da empresa e dos modos de pensar e agir a ela relacionados e que ao mesmo tempo a constituem. Essa constatação indica a utilização de uma abordagem teórica que permita compreender a expansão da empresa nessas diferentes dimensões, tais como as teorias sobre espaço propostas por Milton Santos.

Há uma profusão de interpretações sobre os conceitos de espaço e território. Ambos têm reduzidas ou ampliadas suas possibilidades de análise, ora limitadas à noção de delimitação territorial ou suporte da ação humana, ora incorporando a dinâmica de relações que implicam na configuração espacial. Para este estudo optou-se pela elaboração teórica de Milton Santos, dedicada à consolidação do espaço como categoria central para a análise geográfica (SANTOS, 2009a). Esse tipo de concepção contribui para a compreensão da dinâmica de relações e configuração do espaço no contexto do Mundo-Empresa, uma vez que a empresa se expande em múltiplas dimensões: como forma, como linguagem, como norma, como comportamento... Os elementos que compõem o conceito de espaço (sistemas de objetos e sistemas de ações) orientam a análise nessas múltiplas dimensões.

O espaço é uma categoria histórica, sendo seu conceito modificado ao longo do tempo pelo acréscimo de novas variáveis (SANTOS, 1994). Inicialmente, Santos (2009a) propõe que o espaço seja analisado como conjunto de fixos e fluxos, onde os elementos fixados em cada lugar permitem ações que o modificam, por meio de novos fluxos ou fluxos renovados que recriam as condições do ambiente e as condições sociais. “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam” (SANTOS, 2009a, p.61). Num segundo momento, o espaço é analisado sob duas categorias: a configuração territorial e as relações sociais, onde o território é configurado a partir dos sistemas naturais existentes em um lugar e associados aos acréscimos realizados pelo homem. Por fim, o autor define espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no

qual a história se dá”, (SANTOS, 2009a, p. 63). Segundo o autor, a análise combinada desses sistemas a análise simultânea da interação entre sistemas de objetos e ações, “como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da variedade de situações e de processos” (SANTOS, 2009a, p. 64).

O conceito de espaço ganha destaque na geografia na década de 1950 e torna-se a categoria central na renovação da geografia humana no Brasil, tendo a obra de Milton Santos como produção mais significativa sobre o tema (SAQUET, 2007). Na abordagem elaborada por Milton Santos, o trabalho, a técnica, a relação entre o interno e o externo, o novo e o velho e o Estado e o mercado como mediadores são “alguns elementos da dialética que caracterizam o movimento do espaço” (SAQUET, 2007, p. 91), refletindo, conforme o autor, um esforço teórico e metodológico pela superação da dicotomia entre geografia física e geografia humana.

Tal esforço tem inspiração nas proposições de Lefébvre (2007) sobre espaço social, definido pelo autor como conjunto de formas e relações. Lefébvre (2007) afirma que, apesar de parecer uma tautologia, é preciso considerar que o espaço (social) é um produto (social). O autor considera que, sendo o espaço formado também por relações sociais, para compreender sua formação é preciso analisar quais são, como são e por que se estabelecem essas relações. Esta também é a compreensão de Soja (1993) sobre a organização do espaço como produto social, que emerge da ação deliberada:

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo (SOJA, 1993, p. 101).

Da mesma forma que o conceito de espaço, o conceito de território e de outras categorias analíticas consideradas por Milton Santos não apresentam uma definição estanque ao longo da produção teórica elaborada pelo autor. Moraes (2013) destaca que a referência de Milton Santos ao conceito de território é inicialmente restrita à indicação da delimitação física dos estados nacionais ou à configuração territorial caracterizada pelo conjunto de objetos. Esse conceito é apresentado de forma mais ampla e equivalente ao conceito de espaço, como território usado, a partir do livro “A Natureza do Espaço”, considerado por Moraes (2013) uma das obras que sintetiza teorizações mais completas de Milton Santos, junto com os livros “O Espaço Dividido” e “Por Uma Geografia Nova”. Destaca-se também o artigo “O retorno do território” (SANTOS, 2008a), no qual o autor reafirma essa interpretação do território como sinônimo de espaço, sempre que considerado como território usado: o território e a vida que o

anima. Para Milton Santos, a categoria espaço é central, divergindo de Raffestin (1993), para quem o conceito de espaço é considerado anterior ao de território, pois define território como o “espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O espaço é um meio dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana, que compreende sistemas de objetos naturais ou fabricados e sistemas de ações, deliberadas ou não (SANTOS, 1994). A cada época, novos objetos e novas ações juntam-se às formações pré-existentes, “modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 1994, p. 23). O espaço não deve ser compreendido como uma coisa ou sistema de coisas, nem como o resultado da interação entre homem e natureza bruta, mas “como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988a, p. 9). Também nesta consideração, a proposição de Santos (1994) se aproxima da ponderação de Lefébvre (2007) a respeito da formação do espaço social.

[O] espaço social não consiste numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma ‘forma’ imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física (LEFÉBVRE, 2007, p. 51).

A materialidade compreende objetos e coisas, “[as coisas] sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social”, as coisas da natureza e os objetos resultantes do trabalho (SANTOS, 2009a, p. 64). O autor considera que tudo tende a ser objeto na atualidade, inclusive a natureza, à qual é atribuído um valor, ironicamente, como ressalta o autor, pelo próprio movimento ecológico.

Para Santos (2009a), são os eventos que mudam as coisas, transformando os objetos, dando a eles novas características e configurando novas situações. Os eventos podem ser naturais ou sociais, sendo os primeiros resultantes dos movimentos da natureza e os demais comandados pelos movimentos da sociedade. A situação é um conjunto de condições, “uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história de sua produção” (SANTOS, 2009a, p. 48).

Santos (2009a, pp.72-73) afirma que os objetos “são tudo que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação que se objetivou”, como instrumentos materiais na vida do homem e que não podem ser analisados senão enquanto continuidade, ou seja, enquanto existência. Conforme o autor, os objetos são criados com uma intencionalidade pré-estabelecida, configurados para ações bem definidas. Ainda de acordo

com Santos (2009a), são as ações que definem os objetos, na medida em que lhes atribuem um sentido, mas aos objetos cabe a possibilidade de atribuição de valor às ações em função do conteúdo técnico. Objeto e ação, materialidade e evento, são categorias que devem ser tratadas em conjunto.

O espaço deve ser considerado como um híbrido, “algo que participa igualmente da condição social e do físico” (SANTOS, 2009a, p.98), que incorpora o ideal e o real.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados, aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados (SANTOS, 2009a, p. 109).

Para a compreensão do espaço como híbrido, composto por formas-conteúdo, a noção de **intencionalidade** é apontada como fundamental por Santos (2009a). A ação é considerada como um comportamento dotado de intencionalidade, “um processo dotado de propósito” (SANTOS, 2009a, p. 78), subordinado a normas escritas ou não, formais ou informais, e que implicam em um gasto de energia (trabalho), pelo qual o agente muda alguma coisa e a si mesmo. Santos (2009a) ressalta que a ação é própria do homem, mas não está restrita aos indivíduos, incluindo empresas e instituições, realizando-se por meio deles. Ainda segundo o autor, as “ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos” (SANTOS, 2009a, p. 82), ou seja, os objetos não são formas puras, mas formas-conteúdo, cujas funções são previamente definidas, conforme as necessidades (naturais ou criadas).

A consideração da necessária articulação interdependente entre sistemas de objetos e sistemas de ações é intrínseca à transição entre as noções de Formação Econômica e Social (FES) e Formação Espacial (SANTOS, 2008a). O autor parte de uma definição de FES como categoria explicativa da “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”, cuja explicação é dada principalmente em função da produção, que é “o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 2008a, p. 22). Conforme o autor, é preciso considerar que o movimento do espaço é, ao mesmo tempo, efeito e condição para o movimento da sociedade como um todo e, por isso, trata-se então de um processo de formação sócio espacial ou **formação espacial**.

[é o] lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras, O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou *marketing*, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas "técnicas industriais", são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar (SANTOS, 2009a, p. 58).

É por isso que, mesmo predominando um modo de produção, convivemos com uma ampla diferenciação entre os lugares. De acordo com Santos (1988b, p. 6), “[o] modo de produção tende a ser único, mas a ação sobre os diversos territórios desse modo de produção tendencialmente único passa pela mediação das formações sociais constituídas sob a égide do estado nacional”¹⁸.

O geógrafo ressalta a necessidade de consideração de “categorias analíticas que permitam ver o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (SANTOS, 2009a, p. 77). Por isso a proposta do autor de uma análise do espaço enquanto uma conjunção entre a materialidade (sistema de objetos) e a vida que a anima (sistema de ações), não restrita às relações entre forças produtivas e relações de produção, mas também a elas relacionada. Segundo o autor, um conjunto de conceitos inter-relacionados é necessário à compreensão da dinâmica espacial. Alguns desses conceitos – considerados importantes para a compreensão do processo de empresarização do espaço – serão incorporados na definição de categorias que favoreçam a análise tanto de aspectos relacionados à (re)organização espaço quanto sobre a empresarização em cidades locais.

1.2.1 Compreendendo a dinâmica espacial

Para a análise do espaço enquanto processo, Santos (2009a, p.77) afirma que é necessário um conjunto de conceitos “que dê conta do todo e das partes em sua interação”. As

¹⁸ Entre os estudos sobre formação social na América Latina até meados da década de 1970, Santos (2009a) refere-se ao livro “A Revolução Burguesa no Brasil” como o mais completo. Outra referência sobre formação socioeconômica é o estudo de Caio Prado Júnior publicado no livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, realizado ainda na década de 1942, portanto anterior à formulação do conceito de formação espacial (CRUZ, 2003).

categorias básicas que, segundo o autor, representam o movimento da totalidade e, ao mesmo tempo, permitem fragmentá-la, são: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 1988b; 2014). Algumas categorias analíticas internas também são indicadas para a compreensão das dinâmicas espaciais, como “a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (SANTOS, 2009a, p. 22). Para o autor, devem ser reconhecidos processos originalmente tratados como externos ao espaço, como “a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e a totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia” (SANTOS, 2009a, p. 23).

Santos (2009a) faz uma diferenciação entre os conceitos de paisagem e de espaço. O autor define **paisagem** como “a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2009a, p. 103), ao mesmo tempo em que pode ser considerada como sinônimo de **configuração territorial**, pois “é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2009a, p.103). A paisagem é transtemporal, como afirma o autor, pois agrupa objetos do passado e do presente. Já o espaço é sempre presente, compreende o “sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 2009a, p. 104).

... o palimpsesto formado pela paisagem é a acumulação de tempos passados, mortos para a ação, cujo movimento é dado pelo tempo vivo atual, o tempo social. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e renova-se continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente (SANTOS, 2008b, p. 63)

Santos (2009a) define a configuração territorial (ou paisagem) como totalidade, como resultado, e o espaço como totalização. A primeira como totalidade produzida e como resultado das ações precedentes num dado momento, o último como totalidade em produção e como processo de constante transformação, do qual o próprio espaço é ao mesmo tempo resultado e condição para novos acontecimentos.

A **divisão do trabalho** é outro aspecto a ser considerado na análise da configuração do espaço, pois, segundo Santos (2008a), conduz a alterações dos processos sociais. Ainda conforme o autor, essa análise deve incluir “o estudo das diversas instâncias do processo produtivo e as características que adquirem em face de uma nova divisão do trabalho”, permitindo “compreender o papel dos atores e o seu jogo recíproco a cada momento da evolução social” (SANTOS, 2008a, p. 65).

Formas resultantes da divisão do trabalho no passado compõem a paisagem atual, expressas por Santos (2009a) como **rugosidades**. O autor define rugosidade como “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2009a, p. 140). Este meio construído se coloca como fator a ser considerado na localização de eventos atuais, ou seja, “a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores” (SANTOS, 2009a, p. 141).

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o “valor” desse lugar muda; e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia, ou, em todo o caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares (SANTOS, 2008a, p.66).

Os objetos que compõem o espaço guardam as ações pretéritas que permitiram a sua configuração, sendo, assim, definidas como **formas-conteúdo**. É dessa forma que se reafirma a inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações que compõe o espaço, um híbrido, “um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2009a, p. 42).

As teorias sobre formação espacial propostas pelo autor têm por princípio que o espaço se constitui a partir de uma configuração possibilitada por um meio técnico-científico-informacional desenvolvido e disponível num certo momento histórico, sugerindo a compreensão da técnica como um todo, enquanto fenômeno técnico. As técnicas são, segundo o autor, “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaço” (SANTOS, 2009a, p. 29).

É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras [...]. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Os respectivos ‘tempos’ das técnicas ‘industriais’ e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. Mais uma vez, todos os objetos e ações veem modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar (SANTOS, 2009a, p. 58-59).

As características do espaço geográfico num determinado período histórico podem ser compreendidas, segundo Santos (2009a, p. 171), pelo conjunto de técnicas do passado e do

presente, sendo o entendimento das sucessivas técnicas “essencial para o conhecimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios”. Destaca, ainda, a dimensão política relacionada à distribuição da técnica.

As condições pré-existentes, heranças de situações passadas, são formas, isto é, resultam de divisões do trabalho pretéritas. As novas divisões do trabalho vão, sucessivamente, redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial. O princípio da diferenciação entre os lugares, dentro de uma mesma formação social, é dado, sobretudo, pela força de inércia representada pelas heranças do passado, a começar pelo espaço construído, que acaba por ser um dado local, e pelos elementos de transformação, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais. Como a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho dependem, em proporção crescente, de decisões políticas, o presente e a evolução futura das cidades dependem, em proporções semelhantes, do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como, respondendo a essas determinações, o espaço urbano é, a cada momento, reorganizado (SANTOS, 2009b, p. 121).

São também as condições pré-existentes que interferem na diferenciação entre lugares. A modernização tecnológica implica em mudanças que ocorrem de forma diferente nos países periféricos em comparação aos locais onde a industrialização e modernização ocorreram inicialmente (SANTOS, 2008b, p. 38). Nos chamados países subdesenvolvidos, “o fenômeno da modernização tecnológica cria estruturas novas que se impõe às estruturas preexistentes nas cidades, provocando sua modificação ao contato com novas realidades”, criando dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços: circuito superior e circuito inferior, de forma integrada. O primeiro é resultado direto da modernização tecnológica e “consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles”, enquanto o segundo é um resultado indireto do processo de modernização, “que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (SANTOS, 2008b, p.38).

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não- “capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2008b, p. 40).

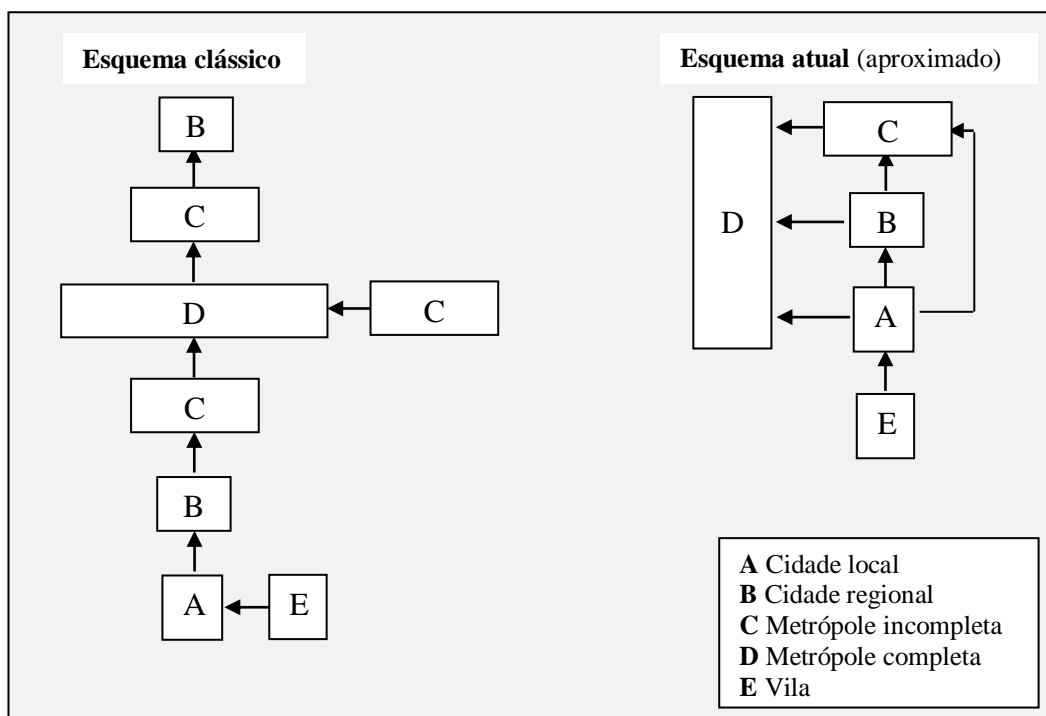
Cada circuito é definido (i) pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto e (ii) pelo setor da população que a ele se relaciona quanto a sua atividade e seu consumo. Duas variáveis são apontadas por Santos (2008b) para a caracterização de cada

circuito: as diferenças de tecnologia e de organização. Santos (1988a) define organização como “conjunto de normas que regem as relações de cada variável, dentro e fora de uma área”.

O circuito superior utiliza tecnologia importada, de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 2008b, p. 43).

Ainda tratando de processos de formação espacial no contexto do que chama de países do Terceiro Mundo e para escapar aos reducionismos da classificação dos tipos de cidades em termos relacionados ao tamanho - pequenas ou grandes, Santos (2008b) considera quatro tipos de cidades compondo a rede urbana: (i) as metrópoles completas; (ii) as metrópoles incompletas; (iii) as cidades intermediárias ou regionais e, (iv) as cidades locais. Segundo o autor, “a definição e o conteúdo de cada um desses níveis é função das condições da organização do espaço no atual período tecnológico”, onde “as metrópoles representam as formas de concentração e as cidades locais são representativas principalmente das formas de dispersão” das “formas modernas de vida econômica, social e política” (SANTOS, 2008b, p. 332). Conforme o avanço técnico, das ciências, das comunicações e transportes, muda a dinâmica das relações na rede urbana. O autor sugere um esquema de relações que se alteram no contexto da globalização, momento para o qual adiciona outro tipo de estrutura urbana de tecnologia ainda mais dispersa que as cidades locais: as vilas (**Figura 2**).

Figura 2: As relações entre cidades em uma rede urbana



Fonte: Santos (1988a)

As relações entre cidades e definição de regiões passam a ser consideradas menos em função da proximidade, mas pelo tipo de relações estabelecidas em torno da produção, distribuição e consumo e da formação de áreas de especialização produtiva. Considerando aspectos característicos do neoliberalismo, Santos (1994, p. 92) afirma que “O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais”. Essa ideia é complementada pelo autor no livro “A Natureza do Espaço”, ao afirmar que esses arranjos organizacionais “são criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento de sua existência e definição” (SANTOS, 2009a, p. 285). Santos (1988a) ressalta que a velocidade e o volume das comunicações e transportes tornam possível a flexibilização dos fluxos nessa rede. As cidades do circuito superior, intensivas em tecnologia atual, incorporam os circuitos inferiores. Significa, por exemplo, que uma metrópole completa integra diferentes níveis inferiores de relação à sua composição.

A maior ou a menor concentração de conteúdo moderno define a fragmentação dos espaços também em termos de temporalidade: espaços lentos ou espaços da racionalidade. Conforme Santos (1994), a noção de racionalidade comporta diversas situações intermediárias, definidas a partir de agentes hegemônicos. No contexto da globalização, o meio técnico-científico apresenta-se de forma unificada, “com idêntico conteúdo de racionalidade, graças à intencionalidade na escolha dos seus objetos, cuja localização, mais do que antes, é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional” (SANTOS, 1994, p. 14). Santos (2008a, p. 165) afirma que a racionalização da sociedade “foi pouco a pouco ocupando todos os recantos da vida social e alcança, agora, um novo patamar, com o que podemos chamar de racionalização do espaço geográfico”.

Essa matematização do espaço o torna propício a uma matematização da vida social, conforme aos interesses hegemônicos. Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas, também, as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija (SANTOS, 1994, p. 14).

No contexto da globalização, quando a informação ganha importância como elemento da configuração territorial, Milton Santos sugere novas dimensões para tratar a fragmentação dos espaços, que são as **horizontalidades** e **verticalidades**. As horizontalidades

representam os lugares contíguos, vizinhos, “reunidos por uma continuidade territorial”, enquanto as verticalidades representam os lugares em rede, “pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2008a, p. 139).

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância (SANTOS, 2008a, p. 150).

A informação passa a ocupar um papel semelhante ao da energia em períodos históricos anteriores, enquanto elemento de reunião de diferentes porções do território (SANTOS, 2009a). É por meio da disponibilidade de recursos no atual período técnico-científico-comunicacional que se definem novas possibilidades de regionalização que não estão necessariamente limitadas pela proximidade. É o acontecer solidário que passa a definir um subespaço, região ou lugar, apresentando-se de três formas: o acontecer homólogo, o acontecer complementar e o acontecer hierárquico. Os dois primeiros criam o que Milton Santos chama de horizontalidades enquanto o acontecer hierárquico as verticalidades.

O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados (SANTOS, 2009a, pp. 166-167).

Considerados esses tipos de acontecimentos possíveis, o autor define três níveis de solidariedade: o mundial, o nacional e o local (MORAES, 2013). Para Santos (1994), a separação entre escala da ação e do ator se impõe pela dissociação geográfica entre produção, controle e consumo, e torna o lugar ao mesmo tempo o quadro e o limite à ação harmônica, mas não harmoniosa, de todos os agentes: homens, empresas e instituições.

O cotidiano é delimitado pelo espaço contínuo e não por um espaço de pontos, ou de fluxos. É no espaço contínuo, onde todos os tipos de homens, todos os tipos de empresas, todos os tipos de instituições trabalham juntos, funcionam juntos e juntos estruturam a vida da comunidade e o espaço ao mesmo tempo. É o que estou chamando de horizontalidade e se completa com as verticalidades formadas por pontos discretos povoados por agentes hegemônicos desinteressados da vizinhança, despreocupados da co-presença (SANTOS, 1996, p. 11).

Esse espaço contínuo, Santos (1996, p. 9) define como espaço banal, “o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; [...] de todos os homens, não importam as suas diferenças; [...] de todas as instituições, não importa a sua força; [...] de todas as empresas, não importa o seu poder”. É o espaço dos homens, considerados em três dimensões: a corporeidade, a individualidade e a socialidade, dimensões que, segundo o autor, contribuem para a compreensão do cotidiano sob a perspectiva espacial: “o fato de estarem juntos dentro de uma área contínua tem reflexos na maneira como a espacialidade se dá, como a individualidade evolui e como a corporeidade é sentida” (SANTOS, 1996, p.9).

De acordo com Santos (1994), o processo de globalização promove a mundialização do espaço, que passa a apresentar as seguintes características: (i) tendência à formação de um meio técnico-científico-informacional; (ii) transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; (iii) intensificação das especializações produtivas no nível do espaço; (iv) concentração da produção em áreas cada vez menores, com o aumento da relação entre produto e superfície (citando a agricultura como exemplo); (v) aceleração das formas de circulação e de seu papel na regulação de atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e social do trabalho e sua dependência em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões; (vi) produtividade espacial como dado importante para a escolha das localizações; (vii) recorte horizontal e vertical dos territórios; (viii) importância da organização e dos processos de regulação na constituição das regiões e, (ix) crescente tensão entre localidade e globalidade à medida em que avança o processo de globalização.

Apesar das divergências com relação a conceitos-base trabalhados entre a teoria da empresarização e a teoria sobre espaço, é possível identificar uma convergência entre as constatações a que chegam seus autores, como a articulação entre empresa – mercado – Estado e suas implicações e a disseminação de valores como a competição, o individualismo e a eficiência, por exemplo.

1.2.2 A empresa como forma e como norma de (re)organização do espaço

A disseminação de estudos sobre a competição entre cidades e empresariamento urbano (HARVEY, 1996), cidades de exceção (VAINER, 2011) e cidades como negócio (CARLOS, VOLOCHKO, ALVAREZ, 2015) indicam que as cidades são geridas por princípios empresariais, tais como a competição, a eficiência e a busca por maior rentabilidade.

Além da disseminação desses princípios entre as cidades, ocorre a expansão geográfica da empresa, na medida em que as cidades competem também pela maior concentração de organizações do tipo empresa em seus territórios.

A possibilidade de distribuição atrelada ao desenvolvimento técnico-científico-informacional, que, de acordo com Santos (2008b), modifica também o fluxo de relações no espaço, caracteriza a globalização. Essa condição permite a reversão de tendências à concentração de organizações do tipo empresa nos centros urbanos e as periferias passam a ser considerados como espaços de expansão da empresa, especialmente por meio de políticas de descentralização e distribuição produtiva induzidas pelo Estado e conforme os interesses das grandes empresas.

Para Santos (2000a) a globalização pode ser compreendida de três formas: como fábula, como perversidade e como possibilidade. A globalização como fábula corresponde ao mundo tal como nos é feito crer por meio de um aparato ideológico – como o mundo da homogeneização e da morte do Estado; a globalização como perversidade que se caracteriza pela adesão a comportamentos competitivos e a globalização como possibilidade, relacionada à esperada emergência de uma nova orientação política do progresso técnico, fundada na solidariedade em oposição aos diferentes individualismos: o individualismo na vida econômica, individualismo na ordem política e na ordem do território.

A globalização atual é perversa, porque é “fundada na tirania da informação e do dinheiro, da competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas” (SANTOS, 2000a, p. 15). Na medida em que (SANTOS, 2000a, p. 14) define política como “a arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torna-las efetivas”, as proposições do autor vão ao encontro da ideia de que são principalmente as empresas que orientam as mudanças no mundo atual.

[...] estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores. Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas. Como essas normas rígidas são associadas ao uso considerado adequado das técnicas correspondentes, o mundo das normas se adensa porque as técnicas em si mesmas também são normas. Pelo fato de que as técnicas atuais são solidárias, quando uma se impõe cria-se a necessidade de trazer outras, sem as quais aquela não funciona bem. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento, envolve suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novas formas de relacionamento. O mesmo se dá com as empresas. É assim que também se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade. Muda a estrutura do emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, afetando igualmente o orçamento público, tanto na rubrica da receita como no capítulo da despesa. Um pequeno número de grandes

empresas que se instala acarreta para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio.

Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexos das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada. À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da noção e da prática da solidariedade, estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo as precondições da fragmentação da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento dos territórios, isto é, da crise praticamente geral dos estados e dos municípios (SANTOS, 2000a, p. 14).

Apesar do potencial efeito desorganizador da globalização no contexto das cidades locais, ávidas por modernização e mais suscetíveis às promessas de desenvolvimento por meio da empresa e aos efeitos de suas decisões, outros tipos de relação podem emergir da interação entre grandes empresas e o espaço em condições periféricas. Para Santos (2000a, p. 8) uma nova globalização é possível porque considera “a emergência de novas variáveis centrais e o papel dos pobres na produção do presente e do futuro”. Nesse sentido, chama a atenção para a atuação dos considerados “de baixo”, uma inversão na perspectiva eurocêntrica (e norteamericanocêntrica) dominante.

Para Solé (2008), globalização (mundialização) é empresarização e o Mundo-Empresa, “é a organização resultante da relação de três principais organizações: a empresa, o Estado e o mercado” (SOLÉ, 2003, p. 9), sendo cada uma necessária às outras duas e são, ao mesmo tempo, complementares e mutuamente exclusivas. Ao mesmo tempo em que pressupõe o mercado e o Estado, a empresa busca eliminar o mercado e conduzir as ações do Estado, conforme os próprios interesses. Para Santos (2000a), o mundo vigente é o de um tipo de competitividade que reforça o individualismo e a ausência de compaixão. Trata-se de um mundo no qual a disputa entre as empresas se dá em escala exponencial, alimentada na corrida por inovação para aumento da lucratividade, pautada na fragmentação da produção e na unidade política de comando.

Se a produção se fragmenta tecnicamente, há, do outro lado, uma unidade política de comando. Essa unidade política do comando funciona no interior das firmas, mas não há propriamente uma unidade de comando global. Cada empresa comanda as respectivas operações dentro da sua respectiva topologia, isto é, do conjunto de lugares de sua ação, enquanto a ação dos Estados e das instituições supranacionais [Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio] não basta para impor uma ordem global. Levando ao extremo esse raciocínio, poder-se-ia dizer que o mercado global não existe como tal (SANTOS, 2000, p. 26-27).

O autor considera a centralidade do mercado, mas de um mercado que não existe como ator e sim como ideologia, como símbolo. Segundo Santos (2000, p. 33) os verdadeiros atores são as empresas globais “que não tem preocupações éticas nem finalísticas” e que, por isso, o que se realiza é uma não-política, feita pelas empresas em consonância com seus próprios interesses. Perde-se a visão de conjunto inerente à definição de política.

A empresa, de um ponto exterior ao lugar onde se instala, define condições para a sua atuação e permanência, pautada pela busca por competitividade. Conforme Santos (1994, p. 15), “a exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro”. A competitividade é, segundo o autor, a guerra, basta-se a si mesma e opõe-se à ideia de competição característica da noção de livre mercado. Nessa intensa disputa, segundo Santos (1994, p. 24), “o mundo oferece as possibilidades: e o lugar oferece as ocasiões”, ocasiões essas disponibilizadas por meio de uma produção intencional do espaço, na qual “cada fração do território é chamada a se revestir de características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico” (SANTOS, 1994, p.24).

A competitividade entre os lugares, tal como definido por Santos (1994; 2000) caracteriza um tipo de medo vivenciado no Mundo-Empresa. “As reações que se expressam hoje na França com relação à China, não se devem, em sua essência, ao temor de ver as empresas chinesas competirem com as nossas, e criarem o desemprego aqui? ”, questiona Solé (2008, p. 43). No atual período técnico-científico-informacional, cada lugar torna-se passível de uma avaliação pela empresa em relação à mais-valia desejada. Como afirma Santos (2000), a mundialização do crédito, da dívida, do consumo e da informação possibilitou a definição de um motor capitalista único que é a mais-valia universal. Nesse sentido, o autor diferencia o processo de globalização em relação ao imperialismo.

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol, etc., que eram todos motores do capitalismo, mas que empurravam as máquinas e os homens seguindo ritmos diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal.

Esta tornou-se possível porque a partir de agora a produção se dá em escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. As que resistem e sobrevivem são aquelas que obtêm a mais-valia maior, permitindo-se, assim, continuar a proceder e a competir (SANTOS, 2000, pp. 29-30).

De acordo com Santos (2009a), um movimento de desorganização no âmbito do local é favorecido, na medida em que cada vez mais as decisões partem de um ponto distante, ou centros frouxos de decisão, como chama o autor, principalmente as grandes empresas. Isso “não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto referência” (SANTOS, 2009a, p. 334).

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem no lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (SANTOS, 2009a, p. 80).

A atuação de grandes empresas na configuração de novas relações de horizontalidades e verticalidades e a subserviência do Estado aos interesses das mesmas são relações evidenciadas por Santos (2009a). Num contexto de competição entre cidades por recursos e novos empreendimentos, as empresas são favorecidas por diversos tipos de subsídios, tais como os destacados pelo autor.

Ao ser adotada a ideologia do crescimento pela maioria dos países do Terceiro Mundo, o Estado prepara o caminho para que os ‘modernizadores’ possam instalar-se e operar. A estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infra-estruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população. Isso sem mencionar os subsídios diretos, como isenção de impostos, baixas taxas de juros, exportação protegida e financiada, etc. (SANTOS, 2008a, p. 46).

Mais do que favorecer as grandes empresas por meio de orientação dos gastos públicos para o investimento em infra-estrutura que sirva aos seus interesses, reduzir a arrecadação em função das isenções oferecidas, o Estado acaba por financiar as suas atividades, aumentando “o seu lucro e o seu poder, inclusive o poder político que elas vão utilizar em novas discussões com o aparelho do Estado” (SANTOS, 1980).

Para Santos (2009a, p. 335) as mudanças no mundo ocorrem, sobretudo, por meio das grandes empresas, sendo que “essas empresas globais produzem privatisticamente suas normas particulares, cuja vigência é, geralmente e sob muitos aspectos, ‘indiferente’ aos contextos em que vêm inserir-se” e caberia aos lugares responderem a essas imposições seguindo a sua própria racionalidade. Mas, considerando-se a expansão da ideia de empresa, a emergência de outras formas de organização é dificultada. Ao mesmo tempo, tal como

destacado sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente, é preciso considerar a necessária articulação entre os atores externos e os atores internos.

Santos (1996) ressalta que, apesar do discurso neoliberal de estado mínimo e desregulação, o mundo é fortemente regulado, orientado por normas públicas empresariais, “normas das empresas que se impõe por sobre ou que orientam as normas do poder público” (SANTOS, 1996, p. 11). Estas influenciam um par de dimensões, o pragmatismo e a originalidade, na medida em que a normatização conduz ao empobrecimento simbólico. O pragmatismo, segundo o autor, é pautado por comportamentos verticais e conduz ao utilitarismo, à competitividade e ao egoísmo, enquanto a originalidade está relacionada a comportamentos que conduzem à generosidade, à busca dos valores, ao projeto e à comunhão (SANTOS, 1996).

Aproximando-se as teorias sobre espaço e a teoria da empresarização, pode-se então falar em **empresarização do espaço**, considerado em função da expansão da empresa como forma e como norma orientadora dos atuais processos de formação espacial. Entre as características apontadas por Santos (1994), consideram-se como relevantes para a compreensão da relação entre cidades locais e empresarização no contexto do capitalismo dependente aspectos como: (i) a transformação desses locais em espaços da economia internacional, (ii) a intensificação da atuação de atores externos na regulação de atividades localizadas, em relação às formas espaciais e às normas sociais; (iii) a produtividade espacial como fator tensão entre a empresa e a cidade, configurando-se como uma ameaça constante (o poder de dizer não, como ressaltado por Dupas (2005); (iv) a empresa como orientadora do estabelecimento de horizontalidades e verticalidades.

A reativação ou formação de polos navais - por meio da intervenção do Estado - com a instalação de grandes empreendimentos, como os estaleiros, é uma das propostas que tem interferido na organização espacial de diferentes tipos de cidades no Brasil. Entre os anos de 2003 e 2014, o número de estaleiros em operação no país passou de 2 para 10, salto impulsionado pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)¹⁹ (PETROBRAS, 2014). Alguns exemplos dessas transformações podem ser observados na região dos lagos, no estado do Rio de Janeiro, com as mudanças referentes às atividades do setor naval na cidade de Macaé; no estado de Pernambuco, com o complexo portuário-industrial de Suape, e no Rio Grande do Sul, com o Polo Naval do Rio Grande.

¹⁹ Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, instituído pelo Decreto 4.925, de 19/12/2003.

Como tratado nas discussões sobre a renovação do conceito de progresso e sobre implicações do caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo no contexto brasileiro, pode-se considerar que a instalação de grandes empreendimentos em uma cidade local intensifica a tensão entre empresa e lugar. Para Santos (2008a), o crescimento econômico orientado para as necessidades locais e a capacidade de formar uma economia local é o que caracteriza uma verdadeira cidade. A dependência empresas do setor primário - como a extração, ou industriais - como no caso da indústria naval - e a incapacidade de gerar um crescimento auto-sustentado caracterizam o que o autor chama de pseudocidades. Uma vez comprometida a produtividade oferecida pelo lugar, instala-se a ameaça de interrupção das atividades pela empresa. Um agravante para essa tensão é a atuação desse empreendimento em função de projetos, como é o caso dos estaleiros, lidando com a desmobilização de pessoal²⁰ a cada intervalo ou interrupção na produção.

Mesmo que alguns traços da empresarização estejam presentes em organizações da sociedade muito antigas, é com o fenômeno da disseminação das grandes empresas que a ideia se consolida e se realiza com maior intensidade, ainda que esteja presente em qualquer empreendimento econômico e possa se alastrar para um número muito grande de relações e organizações.

²⁰ Termo utilizado para amenizar os anúncios de demissões em massa realizadas pelas empresas.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir da problematização realizada e do referencial teórico escolhido para a análise da questão orientadora proposta, apresentam-se a seguir o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como a empresarização se expressa na (re)organização do espaço de uma cidade local brasileira, como São José do Norte.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para o alcance do objetivo geral, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever elementos da **formação espacial** da cidade de São José do Norte;
- b) analisar os **acontecimentos** considerados representativos do processo de (re)organização do espaço na cidade de São José do Norte;
- c) analisar as **relações** entre os atores que participam do processo de (re)organização do espaço (pessoas, empresas e instituições);
- d) identificar **traços representativos do processo de empresarização** do espaço na cidade de São José do Norte;
- e) identificar e caracterizar as **intencionalidades** orientadoras das ações que definem novas situações ao longo do processo de empresarização do espaço em São José do Norte.

3 MÉTODO DE PESQUISA

A aproximação aqui proposta, entre a teoria da empresarização e sua apropriação ao contexto brasileiro se dá por meio de reflexões sobre a formação econômica e social do Brasil. Essa formação é considerada principalmente a partir da análise realizada por Fernandes (1976) e de categorias de análise inspiradas nas teorias sobre espaço desenvolvidas por Santos (2009a), implicando em uma abordagem transdisciplinar.

A principal obra de referência de Florestan Fernandes neste estudo é o livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, em que o autor realiza uma análise sociológica das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo no país. A interpretação do autor nessa fase caracteriza-se por um viés de análise sob o materialismo histórico, tendo como categoria fundamental a de formação econômica e social. Também Milton Santos recorre a esta categoria e a ela adiciona a dimensão espacial, redefinindo-a como formação sócio-espacial ou simplesmente formação espacial, na medida em que o espaço é social (SANTOS, 2008a).

Milton Santos recusava a classificação de sua obra sob o viés marxista ortodoxo e se autodenominava um marxizante. A influência de diferentes perspectivas epistemológicas em sua obra é ressaltada por Grimm (2011), tais como o estruturalismo, a fenomenologia e o existencialismo, contribuindo para a elaboração de uma epistemologia própria. A influência do existencialismo é enfatizada nas suas elaborações teóricas sobre a compreensão dos objetos como formas-conteúdo, por exemplo. Reflete teoricamente sobre a geografia, mas sempre pela mediação entre teoria e manifestações do real, retornando ao real para atualizar as categorias com que trabalha (GRIMM, 2011). É assim, por exemplo, seu exercício de atualização dos conceitos de espaço e território.

Já a teoria da empresarização é qualificada como idealista, pela qual Solé (2003) caracteriza a empresa por um conjunto de traços e relações, definida por meio da elaboração de um tipo ideal composto por características que, em conjunto, permitem identificar uma organização como tal. Nas suas elaborações teóricas sobre a empresa, o Mundo-Empresa e a empresarização do mundo, recorre a um conjunto plural de abordagens teóricas, como o marxismo, o anarquismo e o estruturalismo. Recorre a diferentes disciplinas, como a economia, a antropologia e a sociologia. Recorre também a evidências empíricas, como o número de trabalhadores assalariados, às manifestações de trabalhadores pela permanência da empresa num determinado local, aos hábitos de consumo, ao poder da mídia e à cultura, por exemplo, como complemento aos seus argumentos.

Apesar das especificidades de enfoque em cada perspectiva, sendo a teoria da empresarização centrada na ideia de empresa e não de sistema econômico ou de mercado - apesar de reconhecer sua existência como organização necessária à empresa, assim como o Estado - considero pertinente recorrer às proposições de autores brasileiros que dedicaram suas pesquisas à compreensão da formação econômica e social no contexto periférico e dependente que caracteriza a inserção do Brasil no sistema capitalista, destacando-se as contribuições de Florestan Fernandes e Milton Santos. Esses autores foram escolhidos porque oferecem caminhos para a compreensão das relações que caracterizam a organização do espaço em contextos específicos. A categoria de formação espacial, um desdobramento da categoria de formação econômica e social utilizada por Florestan Fernandes para promover um debate sobre as diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é um exemplo.

Considero equivocada a oposição entre idealismo e materialismo, quando se trata do materialismo dialético, porque este incorpora a coexistência sujeito-objeto. O conceito de espaço, por exemplo, sugere sua compreensão tanto como ator quanto como objeto da ação (SANTOS, 2013).

O território usado [sinônimo de espaço] constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio espacial e o mundo (SANTOS, 2013, p.104, grifo do autor).

Por essas características é que para o autor o conceito de espaço como categoria de análise permite revelar a estrutura global da sociedade e a complexidade do seu uso (SANTOS, 2013).

O espaço resultado da produção, e cuja evolução é consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa práxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida. Assim, o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca de uma compreensão do fato tal qual se dá, mas uma busca que vai além da apresentação e nos permite chegar à representação (SANTOS, 1988b).

A proposta de Milton Santos para a análise das dinâmicas espaciais de modo que se compreenda a realidade para além das aparências é de que o ponto de partida seja o concreto – as formas ou objetos, em direção à análise dos processos que conduzem à compreensão da “estrutura social que dá ao objeto uma vida social (SANTOS, 1988b). O autor indica a consideração de um conjunto de categorias fundamentais que são: (i) forma; (ii) função; (iii) processo e, (iv) estrutura. Segundo o autor, “esses instrumentos permitem tomar como ponto de

partida o concreto das coisas [...] Da forma à estrutura e desta, de novo, à forma, temos o caminho que conduz a uma fenomenologia do espaço e à sua construção teórica” (SANTOS, 1988b, p. 13).

A abordagem de Milton Santos, de inspiração fenomenológica-estrutural, e não exclusivamente materialista, como poderiam indicar as teorias propostas pelo autor, permitem a articulação desta com a teoria da empresarização, de base idealista, pela qual se compreende que a ideia de empresa orienta a organização do mundo moderno. Pela análise das formas, funções, processos, estruturas e demais variáveis que permitam a compreensão da organização do espaço, propõe-se identificar como ocorre o processo de empresarização na região, supondo-se a vinculação dos sistemas de ações (e relações) com o mito do progresso e seu desdobramento como mito do desenvolvimento econômico, assim como a permanência de relações características do desenvolvimento dependente.

Para a investigação proposta será realizada uma pesquisa qualitativa, que, segundo Vieira (2009, p. 15) “atribui importância fundamental à descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem, aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos, aos significados e aos contextos”. Neste capítulo são apresentados elementos como “a definição explícita das perguntas de pesquisa, dos conceitos e das variáveis, bem como uma descrição detalhada dos procedimentos de campo”, que, conforme Vieira (2004, p.18), são importantes para uma boa pesquisa em administração. A abordagem adotada apoia-se numa análise interpretativa das entrevistas, documentos e matérias publicadas em jornal (ALVES; SILVA, 1992; GOMES, 2008), assim como no uso de fotografias que ilustram mudanças ocorridas durante a atividade de observação.

A interferência de grandes empreendimentos numa cidade local, expressa tanto pela área construída (ou a ser explorada) quanto pelo volume de recursos econômicos envolvidos, apresenta-se como possibilidade singular para a análise sobre como e por que ocorre a empresarização do espaço nessas condições.

A seguir serão apresentadas as questões de pesquisa e o método de análise, bem como o detalhamento das técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados.

3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA

Para a pesquisa foram consideradas as seguintes questões, definidas a partir dos objetivos específicos propostos:

- a) Como se caracterizam elementos da formação espacial de São José do Norte?
- b) Quais são e como se caracterizam os acontecimentos considerados representativos do processo de (re)organização do espaço na cidade de São José do Norte;
- c) Como ocorrem as relações entre os atores que participam do processo de (re)organização do espaço (pessoas, empresas e instituições);
- d) Quais são e como se expressam os traços de empresarização do espaço na cidade de São José do Norte;
- e) Que tipos de intencionalidades orientam as ações que definem novas situações ao longo do processo de empresarização do espaço?

3.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada a partir da análise de dados primários e secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo. Foram coletados dados em meio impresso e eletrônico, como jornais impressos e sítios eletrônicos institucionais: jornais eletrônicos, Prefeitura Municipal de São José do Norte, Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo Federal, entre outros. Para a coleta de dados foram utilizadas diferentes técnicas, como observação, fotografias e entrevistas. Foi realizado também um levantamento de notícias publicadas em meio eletrônico sobre o processo de instalação de grandes empreendimentos no município de São José do Norte, além de dados sobre o Polo Naval instalado na região sul do Rio Grande do Sul.

Para que sejam captadas possíveis implicações de processos de mudança no contexto das relações globais, Santos (1988, p. 17) sugere que seja detalhada a formação espacial no âmbito regional, “enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo”. Ainda segundo o autor, alguns elementos que compõem a formação do espaço precisam ser considerados, como os homens, as firmas, as instituições e o meio ambiente. Tendo em vista essas considerações, um esforço de compreensão de elementos da formação espacial foi empreendido especialmente por meio de técnicas como a observação e a realização de entrevistas.

Em visitas realizadas no período de maio de 2014 a janeiro de 2017 foram feitos registros em fotografias para o acompanhamento das mudanças na paisagem local. Em maio de

2014 uma visita ao município de São José do Norte, com o objetivo de buscar uma aproximação com os atores locais envolvidos no processo de instalação do estaleiro EBR, permitiu conhecer suas obras de instalação e obter informações sobre os outros empreendimentos que tinham projeto de construção no município. Por meio dessa visita inicial, buscou-se identificar as condições apresentadas e expectativas de mudanças na perspectiva de diferentes atores. Antes do início das visitas foi realizada uma busca de notícias referentes à instalação da empresa EBR em São José do Norte e de dados demográficos e econômicos do município, que inspiraram os questionamentos iniciais e atores a serem consultados.

Durante a primeira visita foram consultados: um representante da direção empresa EBR no local, um representante dos moradores dos bairros Veneza e Cidade Baixa²¹ e representantes da gestão pública municipal. Foram disponibilizadas pela empresa EBR fotos das obras de construção do estaleiro e pela Prefeitura Municipal uma pasta com material de divulgação, contendo um boletim informativo com notícias referentes à instalação do estaleiro EBR e de outros empreendimentos com perspectiva de instalação no município, como a Rio Grande Mineradora e um parque de energia eólica.

Com base nos dados preliminares, coletados a partir da primeira visita a campo e de notícias veiculadas sobre o tema foram escolhidos os atores considerados importantes para a realização das entrevistas, selecionados entre diferentes grupos: representantes dos moradores das áreas mais diretamente afetadas pela instalação do estaleiro EBR; representantes da gestão pública municipal; representantes de empreendimentos comerciais instalados no município; representantes dos empreendimentos de grande porte instalados ou em fase de licenciamento; representantes de organizações prestadores de serviços; representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS (FEPAM); Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e representante da Superintendência do Porto de Rio Grande e o Prefeito de Rio Grande.

A proposta de coleta de dados é sintetizada no **Quadro 1**. As categorias são apresentadas separadamente, mas foram analisadas em conjunto, de forma complementar, considerando-se que os sistemas de objetos e sistemas de ações afetam-se mutuamente na (re)organização do espaço. Como afirma Santos (2008a, p. 49), é preciso “subdividir a realidade de forma que ela possa ser reconstruída quando novamente juntarmos suas partes”.

²¹ Um grupo de moradores dos bairros Veneza e Cidade Baixa promoveram a interrupção do acesso ao estaleiro, chamando a atenção para os riscos e prejuízos – como rachaduras nas suas residências - causados pela intensificação do fluxo de veículos pesados no transporte de materiais para a construção do estaleiro EBR.

Quadro 1 – Síntese da Proposta de Coleta dos Dados

OBJETIVO	FONTES DE DADOS	O QUE ANALISAR?
a) caracterizar elementos da formação espacial da cidade de São José do Norte, considerando a instalação do Estaleiro EBR como evento crítico que evidencia a empresarização do espaço;	<ul style="list-style-type: none"> - fotografias; - documentos; - bibliografia. 	<ul style="list-style-type: none"> - identificar e caracterizar objetos que compõe a paisagem do município e as principais atividades que se realizam no uso do território; - definir, a partir da paisagem atual – que é composta por elementos novos e do passado – períodos caracterizados pelas atividades predominantes no município em diferentes momentos e as condições socioeconômicas a eles correspondentes;
b) analisar os acontecimentos considerados representativos do processo de (re)organização do espaço na cidade de São José do Norte;	<ul style="list-style-type: none"> - jornais on-line; - sites institucionais; - blogs; - redes sociais; - entrevistas. 	<p>Caracterizar os principais acontecimentos (e relações de horizontalidades e verticalidades) que tenham interferido na organização do espaço, considerando fatores como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tentativas de instalação de novos empreendimentos; - modificações em serviços oferecidos no município, como hospedagem, alimentação, sistema viário e de transportes; - inserção do município em planos e projetos nas esferas regional, estadual e nacional.
c) analisar as relações entre os atores que participam do processo de (re)organização do espaço (pessoas, empresas e instituições);	<ul style="list-style-type: none"> - mídia (jornais on-line; páginas institucionais; blogs; redes sociais); - documentos; - entrevistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a participação de empresas locais e regionais em projetos, planos, programas organizados no âmbito municipal; - Caracterizar a participação de representantes do município nas esferas de decisão sobre atividades locais e regionais; - caracterizar a participação de atores externos (vinculados às esferas de governo Estadual e Federal) nas decisões sobre mudanças no município.
d) identificar traços representativos do processo de empresarização do espaço na cidade de São José do Norte. ((i) a transformação do local em espaços da economia internacional, (ii) a intensificação da atuação de atores externos na regulação de atividades localizadas, em relação às formas espaciais e às normas sociais; (iii) a produtividade espacial como fator tensão entre a empresa e a cidade, configurando-se como uma ameaça constante (o poder de dizer não, como ressaltado por Dupas (2005); (iv) a empresa como orientadora do estabelecimento de horizontalidades e verticalidades).	<ul style="list-style-type: none"> - jornais on-line; - sites institucionais; - blogs; - redes sociais; - documentos; - entrevistas. 	<p>Detalhar os principais fatores que possam caracterizar tais acontecimentos como representativos do processo de expansão da empresa (como forma e como norma), como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tipos de empreendimentos; - registros de emprego no município e região; - novas normas, planos e regulamentos orientadores da formação espacial no município, como programas de formação profissional, planos de zoneamento portuário e planejamento urbano.
e) identificar e caracterizar as intencionalidades que orientam as ações que definem novas situações ao longo do processo de empresarização do espaço.	<ul style="list-style-type: none"> - jornais on-line; - sites institucionais; - blogs; - redes sociais; - entrevistas. 	<p>Identificar e caracterizar as justificativas e posicionamentos apresentados frente às mudanças observadas no município (mídia/entrevistas), relacionando-os com argumentos que caracterizam o mito do progresso.</p>

Ao longo dos anos de 2015 e 2016 foram realizadas visitas ao município, em 2016 com maior período de permanência para a coleta de dados, tanto por observação quanto por entrevistas temáticas, como meio para identificação e caracterização de atores, objetos e relações que contribuíssem para a análise e compreensão da questão de pesquisa proposta. A técnica de observação foi considerada não sob a perspectiva objetiva, mas como diálogo, pois incluiu as intenções de pesquisa e busca de compreensão do contexto dos acontecimentos (ANGROSINO; PÉREZ, 2003).

Um dos recursos de coleta de dados foi a realização de entrevistas semi-estruturadas (gravadas e transcritas), totalizando 29 entrevistas realizadas – **Quadro 2**. Foi elaborado um roteiro norteador das entrevistas (**Apêndice A**), considerando-se os objetivos da pesquisa.

Quadro 2 – Entrevistas realizadas

ORGANIZAÇÃO	ENTREVISTADO	DATA
Comissão de Moradores – Vila Nova	Representante da comissão de moradores	16/06/201
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-morador A	09/09/201
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-moradores B e C	09/09/201
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-morador D	16/09/201
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-moradora E	16/09/201
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-moradora F	16/09/201
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-morador G (não quis gravar a entrevista)	-
Comissão de Moradores – Vila Nova	Ex-morador H (não quis dar entrevista)	-
EBR (por e-mail)	Ex-Coordenadora (1ª funcionária no local)	23/07/201
EBR	Coordenador de Meio Ambiente	10/06/201
Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam/RS	Engenheira responsável pelo projeto EBR	03/05/201
Grupo Flopal/Âmbar Florestal/Ventos do Atlântico	Diretor	14/12/201
Fundação Hospitalar Getulio Vargas	Diretor	06/12/201
Hotel Arpini	Proprietário do Hotel H	24/11/201
Hotel Swan Express	Gerente Rio Grande do Hotel I	07/12/201
Imobiliária JP Imóveis	Proprietária da Imobiliária J	17/11/201
Imobiliária Porto Brasil	Proprietário da Imobiliária K	17/11/201
Pousada Bozzano	Proprietária da Pousada L	09/06/201
Prefeitura Municipal de Rio Grande	Prefeito de 2013 a 2017 e de 2017 a 2020	28/12/201
Rio Grande Mineração	Geólogo (único funcionário local)	03/11/201
RS Brasil – Prestador de Serv. EBR	Gerente local	21/11/201
Secretaria Geral de Governo – SJN	Secretária	06/12/201
Secretaria Municipal de Fazenda – SJN	Secretária	16/06/201
Secretaria Municipal de Planejamento – SJN	Secretário	24/06/201
Secretaria de Desenvolvimento do RS	Secretário 2016 – Ex-Prefeito de Rio Grande	24/06/201
FGTAS/Sine	Funcionária	06/08/201
STIMMERM (Rio Grande)	Presidente interino – junho de 2016	13/06/201
STIMMERM (São José do Norte)	Diretor – São José do Norte	17/11/201
Superintendência Porto do Rio Grande (SUPRG)	Assessor SUPRG-Novos Projetos de 2011 a 2014	09/10/201
Transnorte	Diretora	09/06/201

Alguns entrevistados demonstraram certo constrangimento diante da possibilidade de gravação da entrevista, sendo bastante sucintos nas declarações. Em alguns casos, as conversas informais contribuíram de forma representativa para a compreensão dos acontecimentos, como no contato com um morador da Rua Luiz Gautério. As entrevistas e conversas informais foram realizadas com representantes de diferentes grupos de moradores, gestores públicos e gestores de empreendimentos instalados no município, assim como de organizações vinculadas ao Estado como a Fepam e o FGTAS/Sine.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS



São José do Norte – 06/01/2017

A paisagem atual é um *puzzle* de formas de diferentes idades, uma forma residual de uma distribuição seletiva de variáveis. Se as formas pudessem mudar cada vez que o conteúdo muda, forma e conteúdo apresentariam uma tendência a confundir-se em um dado momento e em um dado lugar. Na verdade, algumas formas desaparecem, mas outras permanecem como tantas relíquias do passado (SANTOS, 2008a, p. 48).

Compreender esse quebra-cabeças para além do que é evidenciado em um registro estático da situação atual requer a articulação entre diferentes abordagens teóricas e diferentes métodos de análise. O que orienta essa distribuição de variáveis? A que interesses responde? Neste estudo propôs-se a articulação entre teorias aparentemente antagônicas quanto às suas bases epistemológicas, mas que mostrou-se enriquecedora das possibilidades de análise sobre o objeto estudado, porque aguça o olhar e a reflexão por meio de conceitos e métodos que se constroem e atualizam em consonância com as mudanças no mundo.

O conjunto de ideias articuladas na teoria da empresarização indica o porquê da centralidade da empresa como força orientadora do mundo, ocorrendo com maior intensidade em cidades locais. As proposições de Milton Santos, apesar de orientadas pela ideia de mercado [como símbolo] não negligenciam a força (des)organizadora imposta pela empresa [ator] nos locais em que repercutem suas ações e decisões. Santos (1988a, 2008a, 2009a, 2014) indica algumas categorias e métodos de análise das formações espaciais, considerando em suas reflexões especificidades do contexto periférico, no qual se insere o objeto em análise.

Considerando as diferentes formas como se dá a empresarização, variando conforme as características dos locais em que ocorre, ressaltando a necessária desnaturalização da empresa e contenção desse fenômeno que pode ser considerado totalitário, a teoria da empresarização não é propositiva, no sentido de que não indica modos de reversão desse processo. Já as considerações de Milton Santos apontam uma possibilidade de reversão, considerando que são justamente os de baixo, as periferias, que podem trazer à tona as possibilidades de resistência às perversidades que tem orientado a organização do mundo.

Para a análise de possíveis implicações de processos de mudança no contexto das relações globais, Santos (1988a, p. 17) sugere que seja detalhada a formação espacial, no âmbito regional, “enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo”. Ainda segundo o autor, alguns elementos que compõem a formação do espaço precisam ser considerados, como os homens, as firmas, as instituições e o meio ambiente, tendo em mente a “interdependência universal dos lugares” (SANTOS, 2008a, p. 137).

Uma revisão bibliográfica foi realizada para a compreensão sobre os diferentes ciclos produtivos vivenciados no município. Essa revisão foi relacionada com os dados coletados por entrevistas e imagens, compondo uma leitura sobre sua trajetória econômica e social. As entrevistas foram analisadas pelo Método de Interpretação de Sentidos (GOMES, 2008), que sugere a sua realização em três momentos: (i) **leitura compreensiva do material**, pela qual se busca perceber as particularidades do material, destacando-se os trechos possivelmente relacionáveis com a estrutura de categorias analíticas do estudo; (ii) **exploração do material**, a fim de revelar elementos não explicitados na fala, mas implícitos e relacionáveis a outras perspectivas sobre o tema e, (iii) **elaboração e síntese interpretativa**, realizada pela articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica e os dados empíricos.

O primeiro momento equivale ao que Alves e Silva (1992) sugerem como passo fundamental para a análise de entrevistas pelo pesquisador: deixar-se impregnar pelos dados

coletados, “o que vai acontecendo à medida que ele faz ‘leituras’ da fala dos sujeitos ao longo da entrevista, detendo-se ora numa análise mais imediata do conteúdo expresso, ora nas teias de relações que se evidenciam” (ALVES; SILVA, 1992, p. 66). As autoras sugerem também a checagem, ou seja, a comparação desses dados com outras perspectivas referentes ao tema estudado, tal como Gomes (2008), quando se refere ao momento de exploração do material. Por fim, o momento de elaboração e síntese interpretativa pode corresponder ao que as autoras indicam como a composição dos dados pela redação, em que se faz a amarração entre objetivos, dados coletados nas entrevistas e o referencial teórico.

Em diferentes momentos de observação, foram realizados registros por meio de fotografias. Essas fotografias em algumas situações ilustram e propiciam a melhor compreensão sobre as condições em que ocorrem as mudanças. Em outros, permitem ir além da aparência, na medida em que a leitura da imagem é associada à teoria e às questões que se colocam durante a pesquisa. Os registros visuais permitem ainda a comparação entre situações constituídas em diferentes momentos ao longo da pesquisa, como no caso das obras de construção do estaleiro e da plataforma P-74, as obras de restauração, o incremento da presença de estabelecimentos comerciais, entre outras.

Trata-se da consideração de recursos visuais em conjunto com diferentes tipos de dados, complementando a análise de base qualitativa. Bell e Davison (2013) consideram que as pesquisas com base em recursos visuais vêm se desenvolvendo rapidamente nas pesquisas em administração, inclusive na área de estudos organizacionais, considerando diversas ramificações possíveis como comunicação visual, estudos visuais e métodos visuais. Eles analisam a trajetória dos estudos visuais, desde o momento de transição a partir de uma ênfase linguística. Neste estudo, consideram-se esses recursos para a compreensão sobre a formação e a transformação do espaço, a partir dos acontecimentos e registros fotográficos realizados a partir de 2014 no município. Ressalta-se o uso complementar das fotografias para a análise neste estudo, pois ilustram algumas observações que contribuem para a compreensão da (re)organização do espaço ao longo dos acontecimentos.

Compreender a formação econômica e social de São José do Norte é o primeiro objetivo específico considerado na análise sobre a **empresarização do espaço em uma cidade local**. Posteriormente, analisam-se as formas, acontecimentos e relações observados, em três diferentes momentos: o anúncio da instalação do estaleiro EBR; as implicações da instalação e operações do estaleiro e, por fim, a frustração e os prejuízos vivenciados na cidade, especialmente pela redução e eminente interrupção das atividades no estaleiro EBR.

4 A EMPRESARIZAÇÃO DO ESPAÇO EM UMA CIDADE LOCAL

Considerando-se o referencial teórico e os dados coletados na pesquisa de campo, apresenta-se neste capítulo a análise das mudanças que vem ocorrendo no município de São José do Norte, especialmente após a instalação do estaleiro EBR. Inicia-se o capítulo com a descrição do percurso histórico de formação espacial do município, passando por diferentes períodos e tipos de atividades produtivas até à inserção do município no polo naval. Além do estaleiro EBR, outras propostas de empreendimentos foram apresentadas no município, seja na área portuária, na mineração ou na geração de energia eólica. A instalação do estaleiro EBR envolveu a mobilização de diversos atores, nos diferentes níveis de governo, sociais e territoriais, seja na instalação, seja na desmobilização dos funcionários com o encerramento das etapas de obras no único projeto realizado, referente à integração de módulos ao casco da plataforma P-74. Como será destacado a seguir, a caracterização do município como precário assim como a valorização de propostas de modernização para o município estão presentes ao longo da formação espacial de São José do Norte.

4.1 SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA CIDADE LOCAL

Percorrendo, agora, a península, observam-se em toda a parte sinais de franco progresso. As comunicações intra e intermunicipais são hoje diárias. O telefone liga a cidade de Mostardas com o Estado, o país e o mundo. Desapareceu, afinal, o antigo isolamento (BUNSE, 1981, p. 8).

Decorridos mais de 20 anos da pesquisa de campo realizada por Bunse (1981) no período entre 1957 e 1959, o autor retorna ao município de São José do Norte e percebe a necessidade de atualização de algumas das características apontadas inicialmente, como a reversão da condição de isolamento acima mencionada. Mesmo decorridos mais de 35 anos da revisão feita pelo autor, São José do Norte mantém algumas particularidades, muitas delas relacionadas à sua forma geográfica peninsular. Mesmo após o asfaltamento da BR 101²² - uma demanda ainda ressaltada pelo antropólogo naquela época - a cidade não alterou significativamente suas características demográficas, mantendo um ritmo de crescimento muito inferior ao registrado nas cidades vizinhas de Rio Grande e Pelotas, permitindo a caracterização

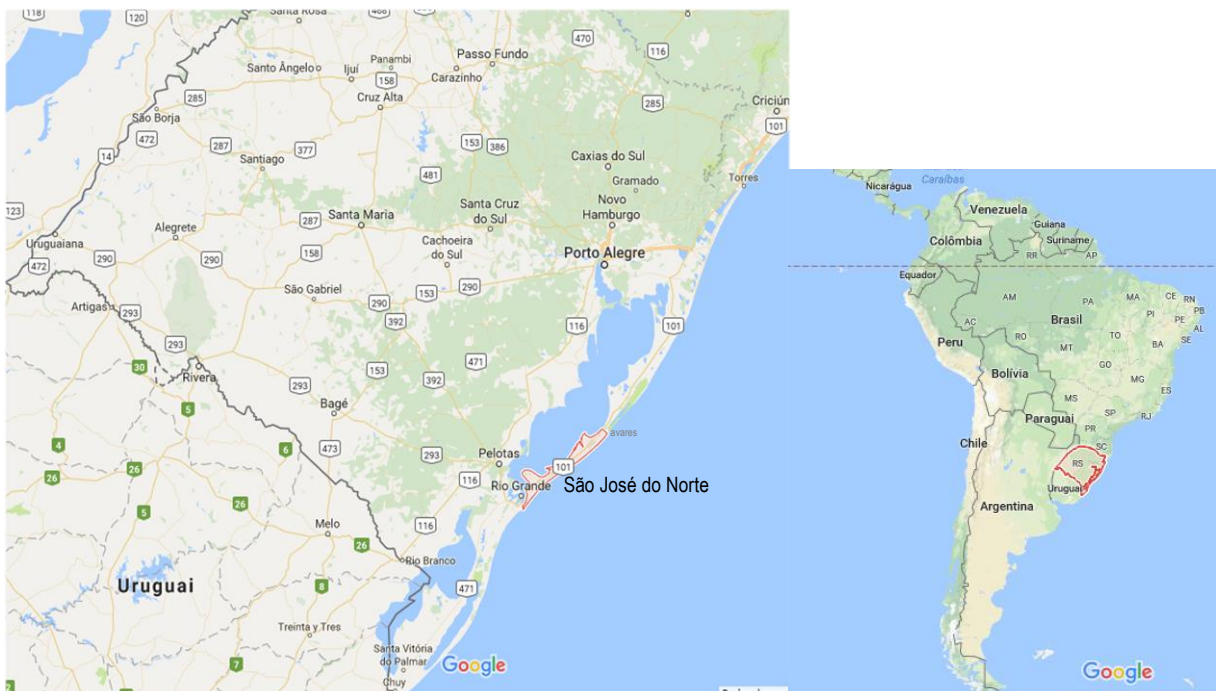
²² Rodovia que liga a cidade de São José do Norte à capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. A estrada - de terra - ficou conhecida como “Estrada do Inferno” pela precariedade das condições para o tráfego.

de São José do Norte como uma cidade de tempos lentos (SANTOS, 2008a; 2009a), com baixa concentração de tecnologia atual, periférica, ou caracterizá-la como uma cidade local.

Contextualizar, por meio da revisão histórica, a formação espacial de São José do Norte, considerando suas características territoriais, indicar como sucederam-se os diferentes processos produtivos, como se caracterizam o território e a população local, bem como as possíveis políticas indutoras de desenvolvimento planejadas e realizadas na região são alguns passos para a compreensão do espaço como efeito e condição para novas transformações, tal como sugerido por Santos (2009a).

Localizado ao sudeste do estado do Rio Grande do Sul (**Mapa 2**), o município de São José do Norte faz fronteira por terra com o município de Tavares. Porém é com a cidade do Rio Grande sua relação mais intensa, da qual está localizada a uma distância de 5 Km pelo Canal Miguel da Cunha, na Lagoa dos Patos (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015). O município é formado por uma área urbana que está localizada ao redor do terminal hidroviário pelo qual é feita a conexão por meio de lanchas de passageiros com a cidade de Rio Grande. É formado também por uma área rural que se estende em direção ao município de Tavares, por uma região chamada de litoral médio do estado do Rio Grande do Sul.

Mapa 2: Localização da cidade de São José do Norte



Fonte: Google Maps

A ocupação da área que hoje corresponde ao município de São José do Norte deu-se inicialmente por índios carijós, charruas e minuanos, sendo mais tarde povoada por tropeiros com o objetivo de defesa do território e criação de gado para a Coroa Portuguesa (MACHADO; RIVERA, 1992). Segundo os autores, a área que atualmente corresponde à cidade formava com os atuais municípios de Rio Grande, Mostardas e Tavares a **Vila do Rio Grande**, e foi emancipada por meio do Decreto Regencial em 1831, com a criação da Vila de São José do Norte e elevada à categoria de cidade em março de 1838, pelo Decreto nº 7199.

Um relato sobre a formação da região de São José do Norte é detalhado por Prado Junior (2011) quando descreve a composição e o povoamento do litoral brasileiro durante o processo de colonização. Conforme Prado Junior (2011), o país se insere na grande empresa comercial da qual participaram os navegadores europeus, que perceberam o continente americano inicialmente como obstáculo às mercadorias valorizadas na época, buscadas no oriente. Daí uma ocupação esparsa e orientada à exploração, conforme “os gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 21) e que concentrou maior população no litoral, pelas riquezas ali disponíveis e também por uma necessidade de proteção militar.

Ao sul dos campos de Viamão estende-se a lagoa dos Patos. Sua margem oriental, beirando o oceano, é formada por uma restinga, que, exclusivamente arenosa na sua extremidade sul, cobre-se de vegetação rasteira e pobre da localidade do estreito para o norte. Estabeleceram-se nesta restinga algumas estâncias de gado, que sofre consideravelmente na estação das chuvas quando o terreno, baixo e quase no nível do mar, se cobre de água, deixando poucos espaços enxutos. Trata-se por isso de um povoamento escasso e de poucos recursos. A população se concentrou mais pra dentro das terras, na outra margem da lagoa, ou antes, nos dois extremos dela; ao norte, no largo estuário do rio Jacuí, o Guaíba, onde se edificou a capital Porto Alegre; e ao sul, onde a lagoa se abre para o mar e onde se situou, embora as péssimas condições para que não houve alternativa, o porto marítimo da capitania, São Pedro do Rio Grande. Pouco afastado dele, no rio São Gonçalo, que é o canal que liga as lagoas dos Patos e Mirim, está uma zona que em princípios do século XIX, aliás já desde fins do anterior, se povoava e desenvolvia intensamente. Isso graças às *charqueadas* onde se prepara e seca a carne fornecida pelas estâncias do interior e cuja exportação para todos os portos da colônia se inicia em larga escala naquele período. Ali se formaria, pouco depois, a cidade de Pelotas. A igreja local, elevada a paróquia em 1811, indicava o progresso do lugar (PRADO JUNIOR, 2011, pp. 125-126).

As condições naturais da península, tanto pelo clima quanto pelas condições do solo, mostraram-se pouco interessantes para a exploração, sendo a pecuária a principal atividade comercial realizada na região nessa fase inicial de ocupação induzida pelo império (PRADO JUNIOR, 1989). Além da pecuária, destacou-se a produção de trigo, mas esta teve curta duração. A substituição da estrada litorânea pela via marítima por meio da Lagoa dos Patos também contribuiu para a decadência da região, como relata Bunse (1981).

Esta península, uma vez povoada, tomou um rápido incremento graças à sua localização privilegiada e a operosidade de sua gente. Freguesias como Mostardas e Estreito – pertencentes às mais antigas do Estado – floresceram, contando, em fins do Séc. XVII, entre os maiores produtores de trigo do Estado [...]. De importância vital era, também, o caminho que ligava Rio Grande a Porto Alegre, percorrendo toda a região. Assim, tudo prometendo um futuro próspero para a península, foi ela desmembrada do Rio Grande em 1832 para constituir o município de São José do Norte [...]. Mas a sorte não favoreceu o novo município. Decaiu a produção de trigo. A antiga estrada foi substituída pelo caminho marítimo através da Lagoa dos Patos e do Guaíba. Jamais o município reconquistou a antiga importância. O povoamento do Estado processou-se em outras direções, preferindo a imigração regiões mais indicadas para o desenvolvimento de uma nova fase da agricultura rio-grandense. O município teve de ficar à margem desses movimentos e vemos a sua estagnação: não se tornou foco de expansão, tampouco era visado pela imigração (BUNSE, 1981, p. 28).

As características naturais do território, como o formato peninsular e a precária conexão com os municípios vizinhos é mencionada por alguns entrevistados para justificar a manutenção das condições de isolamento e estagnação econômica do município, apesar de sua localização estratégica para a defesa durante o período colonial. A cidade recebeu em 1845 o título de “Mui Heroica Vila” pela resistência ao ataque dos Farrapos durante a Revolução Farroupilha, beneficiando a Coroa Portuguesa na batalha pela posse do ponto estratégico que representava o porto de mar da região, ocorrida em 1840. O título foi entregue pessoalmente por D. Pedro II (MACHADO; RIVERA, 1992; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2015). Apesar do reconhecimento da importância do porto marítimo representada pelas lutas e pela homenagem, não há registros de investimentos no porto de São José do Norte nesse período, sendo a área posteriormente ocupada por algumas famílias de pescadores e agricultores.

Por compor essa trajetória histórica vinculada ao período colonial, o patrimônio arquitetônico de São José do Norte é reconhecido como relevante para a memória sobre esse período histórico, sendo a região central do município tombada como patrimônio cultural junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE²³. Essa característica associada às demais condições de crescimento urbano, como aos aspectos socioeconômicos e de baixa regulamentação fundiária, tem mantido no município uma formação horizontalizada, com o predomínio de casas e alguns sobrados.

²³ Em março de 2014 foi encaminhado pela Prefeitura de São José do Norte ao Secretário de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul um pedido de reconsideração do tombamento, ponderando que “diversos prédios situados no perímetro não apresentam características necessárias para a preservação da intensidade pretendida” e que é preciso contribuir “para a preservação cultural em consonância com o desenvolvimento urbano” (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 17/03/2014).

Além do patrimônio referente à memória do período imperial, mantida na arquitetura, a religiosidade é outro aspecto representativo na caracterização do município. Anualmente, no dia 02 de fevereiro, é realizada uma festa em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes (**Fotografia 2**). A reverência dos pescadores à padroeira é evidenciada na decoração dos barcos que fazem a travessia até a cidade do Rio Grande, reunindo os pescadores e as comunidades dos dois municípios. No dia 1º de fevereiro ocorre também a Festa de Iemanjá, organizada pelos centros de umbanda e pela Prefeitura Municipal, com o transporte desses centros em carreta até à Praia do Mar Grosso, balneário do município, onde são instaladas tendas ao longo da praia para a realização de suas atividades e comercialização de comidas típicas aos visitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2017).

Fotografia 2: Festa de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Blog Hidrovias Interiores – RS (hidroviasinteriores.blogspot.com.br).

Além da pesca, por muitos anos a base econômica de São José do Norte foi a produção agrícola. Desde o período de colonização diversas culturas agrícolas foram iniciadas, como a mencionada produção de trigo, assim como a pecuária. Entre essas iniciativas, a produção de cebola foi a atividade que mais se disseminou no município, justificada pela produtividade obtida nas condições de solo disponíveis naquela região.

Conhecido no passado como o maior produtor de cebolas do Brasil, o município tinha uma população de origem açoriana, predominantemente de origem rural, isto 65,6% ou 13.969 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 1980. A população urbana, segundo a mesma fonte, era de 7.302 hab. ou 34,4%². A maioria destes habitantes vivia direta ou indiretamente de cebolicultura (FONTOURA, 2009, p.31).

Até o ano de 1977 o estado do Rio Grande do Sul foi o maior produtor de cebola do país e São José do Norte contribuía com a maior parte dessa produção. Entre 1977 e 1987 essa atividade produtiva foi liderada pelo estado de São Paulo e posteriormente pelo estado de Santa Catarina (FONTOURA, 2009). O autor atribui essa mudança ao fato de que por muitos anos São José do Norte foi o único município a ofertar cebola para venda no período do verão, passando a competir na década de 80 com o Estado de Santa Catarina. Um programa de inovação em produção e produtividade foi oferecido aos cebolicultores catarinenses pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), enquanto os produtores nortenses mantiveram seus mecanismos de produção de baixa tecnologia e negociando individualmente sua produção com os comerciantes – atravessadores (FONTOURA, 2009). A maior proximidade da localização de Santa Catarina em relação aos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro também foi considerada pelo autor como fator determinante na formação de preços no setor, reduzindo a capacidade de remuneração dos produtores nortenses.

Essas mudanças e a conseqüente precarização das condições de subsistência no campo favoreceram o movimento de êxodo rural no município de São José do Norte, especialmente durante a década de 90 (**Tabela 1**). Mas ao longo dos anos 2000, possivelmente pelo incentivo obtido por meio de programas do Governo Federal de assistência ao pequeno produtor rural, como benefícios previdenciários e financiamentos, bem como pelos investimentos em infraestrutura, como a instalação de redes de energia elétrica no meio rural e o acesso viário beneficiado pelo asfaltamento da BR-101, a população rural foi estabilizada e passou a crescer mais que a população urbana (**Tabela 1**).

O aumento do número de domicílios em São José do Norte pode ser observado na comparação entre os anos de 1991 e 2000 (16,66%) e entre 2000 e 2010 (18,74%), acompanhando o crescimento das cidades mais populosas da região, como Pelotas e Rio Grande. Uma ressalva é necessária, na medida em que se compararem os percentuais de habitações urbanas entre as três cidades, pois enquanto Pelotas e Rio Grande crescem mantendo aproximadamente 95% dos domicílios na área urbana, São José do Norte apresenta um maior equilíbrio nessa distribuição, mantendo cerca de 35% dos domicílios na área rural até 2010, percentual próximo ao mantido pelos municípios de Mostardas e Tavares no mesmo ano.

Entre 2000 e 2010, o crescimento no número de domicílios no meio urbano em Rio Grande foi de 18% e de 15% em Pelotas, enquanto em São José do Norte o número de domicílios cresceu em 12%. Considerando-se exclusivamente o número de domicílios no meio rural, São José do Norte teve um crescimento de 34% entre 2000 e 2010, bem maior que em Pelotas e Rio Grande, onde o crescimento foi de 14% e 9%, respectivamente (**Tabela 2**).

Tabela 1: Número de Domicílios Particulares Permanentes

Município	Domicílios Particulares Permanentes								
	Urbanos			Rurais			Habitações Urbanas		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Mostardas	1.229	2.146	2.748	1.321	1.418	1.380	48%	60%	67%
Pelotas	76.148	93.166	107.157	6.345	5.946	6.794	92%	94%	94%
Rio Grande	47.256	54.570	64.154	2.176	2.248	2.452	96%	96%	96%
São José do Norte	3.744	5.230	5.874	2.605	2.177	2.921	59%	71%	67%
Tavares	567	882	1.211	956	868	752	37%	50%	62%

Fonte: FEE (2010).

Tabela 2: Crescimento no Número de Domicílios Particulares Permanentes (%)

Município	Total 1991/2010	No meio urbano		No meio rural	
		1991/ 2000	2000/ 2010	1991/ 2000	2000/ 2010
Mostardas	38%	75%	28%	7%	-3%
Pelotas	38%	22%	15%	-6%	14%
Rio Grande	35%	15%	18%	3%	9%
São José do Norte	39%	40%	12%	-16%	34%
Tavares	29%	45%	47%	-9%	-13%

Fonte: Adaptado de FEE (2010).

Outra especificidade a ser considerada sobre a economia no município é a expansão da silvicultura. Desde a década de 70 vêm aumentando as áreas de produção de pinus. Conforme dados da Associação Gaúcha de Empresas de Florestamento (AGEFLOR), essa atividade representava em 2007 cerca de 70% do PIB municipal (GIANUCA, 2009). Atualmente estas florestas vêm sendo utilizadas tanto para extração de resina quanto para a extração de madeira. Uma expectativa quanto à expansão da cadeia produtiva por meio da

instalação de fábricas de produção de pallets na região foi apresentada tanto pelo entrevistado representante da empresa quanto por representantes do setor público.

A produção de arroz irrigado e de camarão em cativeiros são iniciativas de produção que foram introduzidas, com auxílio técnico, como alternativas para as pequenas propriedades na região de São José do Norte. Embora interfiram na economia do município, essas atividades são concentradas em poucas unidades, predominando ainda a produção de cebola.

Em uma viagem realizada durante a pesquisa de campo, em junho de 2016, pela BR101 - a via litorânea de Porto Alegre em direção a São José do Norte - foi possível visualizar a disposição dessas culturas, como a presença de muitos silos de armazenagem de arroz nas regiões mais próximas ao município de Palmares do Sul, os pinus e a atividade de resinagem localizada de forma mais concentrada na região dos municípios de Mostardas e Tavares, se estendendo até São José do Norte, bem como as plantações de cebola (**Fotografia 3**, **Fotografia 4** e **Fotografia 5**).

Fotografias 3 e 4: Abrigo/Ponto de ônibus em Palmares do Sul e Mostardas/RS



Fonte: Acervo pessoal, registro em 08/06/2016.

O tamanho e a infra-estrutura das propriedades e dos equipamentos urbanos são contrastantes. Imensas propriedades e concentração de grandes conjuntos de silos de armazenagem de grãos são encontrados nas regiões mais ao norte, próximas ao município de Palmares do Sul (**Fotografia 5**). Conforme o percurso se aproxima de São José do Norte, em

direção ao sul, as propriedades se concentram em menores áreas e as condições de infraestrutura mostram-se mais improvisadas, indicando uma menor intervenção da iniciativa privada e menor investimento pelo Estado, como fica evidente na imagem referente aos dois pontos de ônibus localizados na BR 101 (**Fotografias 3 e 4**). À esquerda a expressão do improviso incentivado pela empresa, que tem sua marca exposta à maior visibilidade no abrigo instalado na região do município de Palmares do Sul e à direita a expressão do improviso dos próprios moradores na construção de um abrigo na região de Mostardas, mais ao Sul.

Fotografia 5: Silos de arroz na região de Palmares do Sul/RS



Fonte: Acervo pessoal, registro em 08/06/2016.

Os produtores da região do município de Palmares do Sul, litoral norte do RS, estão organizados em cooperativa, a Cooperativa Arrozeira Palmares. A cooperativa investiu na certificação do arroz produzido na região com o selo de origem, defendendo a qualidade do arroz produzido na região pelas características do produto possibilitadas pelas condições climáticas e do solo, como relatou o entrevistado representante do Grupo Flopal. É desse tipo de atividade e a partir da iniciativa de produtores dessa região que se dissemina a produção de pinus.

As áreas mais férteis eram muito encharcadas, né, tinham muita água, as áreas mais altas eram muito arenosas... A tendência foi a migração para as outras regiões das atividades mais importantes do estado. E acabou a primeira região se tornando uma das regiões mais atrasadas do estado, em algum momento. Mas, pela localização e pela sua vocação natural, eu sempre tive a percepção, e nós sempre tivemos a percepção de que, apesar de ser uma região que estava empobrecida, ela tinha um potencial muito grande, era só nós termos uma capacidade de efetivamente alinhar aquilo que era a vocação natural dessa gente com a vocação natural da própria região... a primeira questão que entrou aqui foi o arroz irrigado, né? Então se fez a drenagem dessas várzeas e o arroz se desenvolveu e hoje nos municípios de Palmares e Mostardas, por exemplo, tem tido, tem uma das melhores produtividades do estado, tem um arroz de maior qualidade, uma das melhores qualidades do mundo, por características regionais... Inclusive tem uma certificação de origem no arroz de Palmares [...] e se inserem nas estatísticas do estado entre os dez (10) maiores produtores de arroz. Então tu vê que a atividade de orizicultura se desenvolveu de forma bastante intensa nessa região (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL).

A caracterização da região sul do estado como atrasada é recorrente na justificativa da necessidade de instalação de novos empreendimentos, como relatou o entrevistado representante do Grupo Flopal. A participação de membros desse grupo na Cooperativa Palmares teve implicações na sua atuação política de membros do grupo Flopal em Palmares do Sul e em toda a região, passando por São José do Norte, por onde se estenderam as florestas de pinus, inicialmente plantadas para a contenção das dunas e preservação das áreas necessárias à irrigação. Foi instalada em São José do Norte uma unidade administrativa do Grupo Flopal e iniciadas as atividades da empresa no município no ano de 1976.

O arroz, por exemplo: em Palmares, o meu pai na década de 50 promoveu [a organização da cooperativa], pois lá, se estava enfrentando um problema seríssimo. A Cooperativa Arrozeira Palmares até hoje é um ícone lá, e é fundamental para, vamos dizer assim, a garantia de rentabilidade para os agricultores que trabalham na região. [...] uma empresa que começou em Palmares com o objetivo de reflorestar nossas áreas arenosas com objetivo econômico e também de alguma forma conter aquele avanço das dunas, inclusive dessa, na bordadura daquelas lagoas que fazem irrigação, [...] houve um desafio pra que nós baixássemos, e acabou então nós desenvolvendo um trabalho florestal que passou por Palmares, Mostardas, São José do Norte, Rio Grande e fomos até Santa Vitória, trabalhando com isso... (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL).

As florestas de pinus (**Fotografia 6**) perpassam todo o território da região, desde Palmares do Sul até São José do Norte, com algumas áreas de florestas mais densas, como as mais próximas ao município de Mostardas e nas áreas mais próximas ao município de São José do Norte. A participação do Estado na constituição do grupo pela expansão das áreas de florestamento com pinus é representativa, na medida em que essa produção foi realizada por meio de uma política nacional de incentivos fiscais à atividade de reflorestamento entre os anos 1970 e 1980.

Fotografia 6: Florestas de Pinus em processo de resinagem



Fonte: Sítio eletrônico da empresa Âmbar Florestal Ltda. (www.ambarflorestal.com.br/?page_id=6).

Uma contradição se coloca na medida em que não houve o reflorestamento com espécies nativas, mas com exóticas produzidas com fins lucrativos. O cultivo dessa espécie de floresta é criticado por ambientalistas pela facilidade como se multiplica, de forma descontrolada. Algumas unidades passaram a compor as atividades em propriedades vizinhas às inicialmente plantadas, como relatou o entrevistado representante da Flopal. As condições de trabalho a que são submetidos os profissionais que estriam árvores para a extração de resina são delicadas, pois são construídos abrigos de permanência nas áreas próximas às florestas, onde permanecem por longos períodos.

E esse trabalho nosso é um trabalho de doze meses por ano trabalhando, com uma sequência normal, com uma remuneração... Então, no início, o que é que a gente fez? A primeira coisa, nós criamos esse conceito da meritocracia. Quem trabalhava bastante, não tinha problema nenhum, é livre pra ti [a remuneração do trabalhador]. Ao mesmo tempo nós também criamos um conceito de que, se o cara é cebolicultor, ele pode trabalhar na empresa, faltar, sair, aí ele entra na empresa, sai, depois ele volta, sai. Se o cara é pescador, nós nos adaptamos... Aí vem ali, tem um evento de que ele foi presidiário, por exemplo. Em vez de nós rechaçá-lo, a gente se estimula a trazer para dentro. Por quê? Se nós temos esse preparo, nós temos uma psicóloga, nós temos essa sensibilidade, [...] eu acho que, se nós não pegarmos, ele não vai ter outra oportunidade. Então tem uma série de micro posturas que nós temos que nós acabamos nos tornando uma empresa de grande ação social, importante, né? Um programa de um sistema de remuneração que valoriza, ao invés de tu ter gente que é mão-de-obra, é como se fossem artesãos. Quanto melhor eles fizerem eles ganham mais (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL).

Outras iniciativas de industrialização também se destacaram na economia do município em períodos passados, onde operaram pelo menos duas indústrias de pescados e uma indústria de beneficiamento de cebolas. Atualmente, compõem a paisagem urbana do município os antigos prédios dessas instalações. O Gabinete da Prefeitura Municipal ocupa o prédio da antiga Prograsa (**Fotografia 7**), uma indústria de cebolas em conserva, que teve suas atividades encerradas na década de 70.

Fotografia 7: Antiga PROGRASA – Prefeitura Municipal de São José do Norte



Fonte: Acervo pessoal, registro em 08/06/2016.

As indústrias de pescado estão desativadas no município. Uma delas era a fábrica Moura Comércio de Pescados (**Fotografia 8**). Mas a pesca artesanal é ainda uma das principais atividades da região, realizada especialmente durante as safras de tainha e de camarão.

Fotografia 8: A antiga fábrica Moura Comércio de Pescados



Fonte: Acervo pessoal, registro em 23/02/2015.

As atividades econômicas predominantes em São José do Norte eram relacionadas à produção primária, sendo implementadas por certo tempo algumas iniciativas industriais a elas relacionadas, como o beneficiamento da cebola e da pesca. A produção de cebola foi um fator estruturante da formação econômica e social do município de São José do Norte, das relações entre cidade e campo e entre a cidade e os municípios vizinhos, como Pelotas e Rio Grande, que tiveram uma matriz econômica mais diversificada.

A necessidade de investimentos em novas etapas das cadeias produtivas foi ressaltada por alguns dos entrevistados durante a pesquisa de campo como alternativas ao desenvolvimento do município e da região. Algumas proposições de investimentos fazem referência à produção de bens como peças para aerogeradores e produção de *pellets*, por meio do aproveitamento dos resíduos de extração de madeira, ampliando a cadeia produtiva relacionada à produção de pinus na região. Outras propostas reforçam a já praticada exportação de produtos primários pelo porto de Rio Grande. Algumas dessas propostas indicam uma falta de perspectiva de desenvolvimento autônomo e sustentável para a região, reforçando as estruturas produtivas já existentes e implicações na concentração de recursos pelos mesmos grupos que já operam na região. A perda de autonomia se expressa na entrega de atividades de beneficiamento a empresas estrangeiras. Em agosto de 2017 uma empresa americana apresentou à Prefeitura Municipal do Rio Grande sua proposta de instalação para a produção de *pellets*, com previsão de início das obras em setembro de 2017 (ASSESSORIA, 2017).

A nossa região detém uma oportunidade extraordinária, pela produção de madeira, de *pellets*, também.... Vamos ampliar as estruturas para a exportação de grãos, porque cada vez mais se demanda por logística para escoamento de grãos, pela demanda mundial de alimentos [...] A parte de aerogeradores que a gente tem tentado atrair, para Rio Grande, como fábricas de aerogeradores e pás eólicas. [...] nós deveremos ter, talvez nos próximos doze anos, o início da produção de uma fábrica de placas fotovoltaicas - de energia solar, numa visão de políticas renováveis (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE).

[...] nós devemos qualificar a cadeia florestal, qualificar a cadeia da resina, no setor florestal tem madeira e resina, né? [...]. Porque, para qualificar a cadeia produtiva eu posso trazer pra cá uma indústria de *pellets*[...] Eu podia aproveitar melhor o que eu gerei de solução, né? Então a qualificação é no sentido de desenvolver melhor a cadeia. [...] A resina, por exemplo, se eu tivesse as indústrias beneficiando aqui breu e terebentina eu [estaria] distribuindo mais resultado aqui (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL).

Alguns fatores foram ressaltados pelos entrevistados como restritivos para novos empreendimentos em São José do Norte, como o transporte de automóveis entre o município e a cidade do Rio Grande. O serviço é concedido a uma empresa que faz a travessia por balsas

em horários restritos nos dias úteis e em horários ainda mais restritos nos fins de semana. A evidência dessa restrição reativou o debate sobre a construção de uma ligação a seco entre os dois municípios, culminando com a realização de uma pesquisa que auxiliou nas decisões sobre a localização e o tipo de conexão. Além do transporte, foram mencionados problemas relacionados à regularização fundiária que interferem nas negociações de terrenos ou imóveis para novos empreendimentos. Destacam-se a seguir alguns relatos referentes a estas questões.

Pensa como um cliente... Você tá chegando em Rio Grande às 17h e precisa ir de carro pra São José, o que você faz? [...] O tempo... Eu estou aqui há pouco mais de um ano e em três oportunidades foi fechada completamente a travessia de São José, por mal tempo... O que você faz nessa hora? Se tiver uma reunião lá? Então... Difícil, né? (REPRESENTANTE DO HOTEL I).

Nós temos que melhorar a barca, melhorar a lancha, porque dali é que as pessoas passam pra cá. [...] no domingo tem uma dona da barca... que decide que no domingo não vai ter barca. Como é que o cara vai vir pra cá, pra promover o desenvolvimento aqui? (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL).

[...] há quarenta anos se falava em ligação a seco, mas sempre de forma muito subjetiva... no achômetro, né? "Eu acho aquilo"; "Penso que é ligação por ponte"; "Por túnel"; "Híbrido"; "Aqui"; "Acolá"... Agora o estudo vai poder [indicar melhores opções], de forma mais detalhada... tem inclusive qual é a viabilidade econômica para sustentar um projeto que envolvesse mobilidade pela zona litorânea em direção a Santa Catarina, Osório, Palmares, né, pela litorânea. Então tem tudo isso... A distância diminui em 120Km até Santa Catarina, para quem vem do Uruguai, Argentina.... Passando por aqui serão 120Km a menos [...]. Por outro lado, a zona é plana, não é zona sinuosa... tem outras características que poderiam ser uma alternativa importante de chegada ao Porto de Rio Grande, de cargas (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE).

[...] São José do Norte, no caso específico, é muito dependente que aconteça alguma coisa externa, para que atraia novamente os olhares, para que continue o desenvolvimento... A gente tem um problema estrutural, grande. Regularização fundiária é um deles, que acaba trancando. Há 8 anos criaram um projeto de sítio histórico de São José do Norte, que acaba atravancando [...]. A intenção no início era receber mais verba em função disso, que acabou não acontecendo e acabou engessando o centro. Então, hoje, o comércio que especulou aqui, que queria uma rua de movimento, acabou se frustrando e não veio em função de não ter um prédio adequado e não poder adequar um prédio a uma situação de loja, ou de supermercado [...]. Então teria que ser uma coisa mais afastada do centro, aí a gente esbarra na questão de regularização, por não ser área urbana, ou por não ter documentação da terra [registro]. Hoje 90% dos imóveis em São José do Norte são irregulares. Isso aí tranca no outro lado. Daí a questão de moradia, a gente tem dificuldade imensa de financiamento imobiliário. Então todo aquele mercado que vinha aquecido com financiamento a gente não conseguiu aproveitar em função dessas restrições. Alguns projetos, alguns empreendedores que a gente tentou trazer para cidade para lotear, construir, acabaram também se frustrando na morosidade dos processos... Ele [o Plano Diretor do Município] tá sendo mudado desde 2006, esse plano, e é muito truculenta essa questão, porque depende da aprovação dos vereadores, e tem questões políticas que acabam atravancando e o investidor que quer fazer. Quer investir e quer ter retorno, eles não querem arriscar nessa morosidade para não saber quando vão ter, ou se vão ter prejuízo (REPRESENTANTE DA IMOBILIÁRIA K).

Apesar das restrições ao crescimento mencionadas pelos entrevistados e justificada pelo esgotamento das áreas disponíveis para ampliação das atividades ao longo do porto da cidade vizinha, Rio Grande, vem sendo impulsionada a instalação de estaleiros e terminais portuários em São José do Norte (GIANUCA, 2009; CARVALHO, CARVALHO e DOMINGUES, 2013). A comparação entre a ausência de empreendimentos na área do porto marítimo localizada no município de São José do Norte e a quase total ocupação em área construída localizada no município de Rio Grande foi mencionada por alguns dos entrevistados, sempre exaltando a expectativa de que se construam novos empreendimentos. Alguns projetos foram rejeitados ao longo do tempo, como mencionado por um representante da Prefeitura Municipal de São José do Norte durante a realização das entrevistas de aproximação com o campo de pesquisa, em maio de 2014, como a construção de um pequeno estaleiro e um terminal que funcionaria como um atracadouro de navios em espera para operação na área do porto em Rio Grande, pois, conforme relato do entrevistado, não gerariam empregos nem o desenvolvimento esperado para o município. Foram mencionadas pelo entrevistado outras tentativas de industrialização empreendidas no município com o apoio de instituições como a EMATER e o SEBRAE, como a produção de conservas de figo e abóbora.

O primeiro empreendimento com área específica para a atividade proposta prevista no plano de zoneamento portuário foi o projeto da empresa Celulose Riograndense, do grupo CMPC Celulose do Brasil Ltda., que tem sede na cidade de Guaíba/RS. Este projeto, porém, não se viabilizou em função da opção do empreendedor pela instalação em outro município, evidenciando que, mesmo com a intervenção do Estado e a oferta de condições favoráveis ao empreendedor é este quem detém o domínio sobre as informações relativas a diferentes ofertas e condições, decidindo a sua localização por meio do cálculo sobre a melhor rentabilidade possível.

A não efetivação de projetos de grande porte em momentos anteriores, como o empreendimento referente ao porto privado para o transporte de madeira pela empresa Celulose Riograndense - inicialmente previsto para a área portuária de São José do Norte e posteriormente reorientado para a área do Porto Novo do Rio Grande (COMUNELLO, 2015) – gerou entre os moradores do local certa descrença na possibilidade de realização do projeto de construção do estaleiro EBR. Um amplo trabalho de divulgação de novos empreendimentos foi realizado por meio da articulação entre empresas, poder público e meios de comunicação.

A síntese sobre os diferentes ciclos econômicos vivenciados em São José do Norte ajudou a compreender a composição da paisagem observada no momento atual e as mudanças geradas a partir da expectativa de entrada de novos empreendimentos no município. Mesmo

essa expectativa tornou-se mais clara, dadas as tantas frustrações de tentativas de industrialização iniciadas em momentos anteriores à instalação do estaleiro EBR, por exemplo. Essas expectativas e o detalhamento sobre a chegada de novos empreendimentos serão analisados a seguir.

4.2 O SONHO: EXPECTATIVAS GERADAS PELO ANÚNCIO DE INSTALAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS EM SÃO JOSÉ DO NORTE

O anúncio da construção de um grande estaleiro em São José do Norte foi realizado no ano de 2010, como promessa de modernização para a cidade, geração de empregos e dinamização das atividades econômicas na região. Assim, o município de São José do Norte passou a integrar o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno com a instalação de um grande estaleiro de produção de embarcações e equipamentos para a exploração de petróleo, a empresa Estaleiros Brasil S.A. (EBR). O projeto de construção do estaleiro foi confirmado em novembro de 2010, com assinatura de um convênio entre a empresa e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A Estaleiros Brasil Ltda. (EBR) é parte da TS Participações e Investimentos SA, empresa brasileira formada pela sociedade em 50% com a empresa japonesa Toyo Engineering Corporation e 50% com a empresa brasileira SOG – Óleo e Gás (SETAL). A TS Participações e Investimentos SA atua no país por meio da Toyo Setal Engenharia - em operações *Onshore* EPC (projeto, aquisição de materiais e serviços de obras e equipamentos para operação em terra) e *Offshore* EP (projetos de equipamentos para operação no mar) - e pela empresa Estaleiros do Brasil (EBR) na fabricação e integração de módulos – *Offshore* (EBR, 2014).

Uma análise sobre os efeitos de políticas neodesenvolvimentistas, baseadas em grandes projetos de desenvolvimento (GPDs) sobre o município de São José do Norte é apresentada por Santos *et. al.* (2016). Segundo esses autores, baseados na análise proposta por Gerhardt (2014), a instalação de grandes empreendimentos segue uma espécie de cartilha de ações que desmobilizem possíveis conflitos “diluindo e deslegitimando qualquer organização popular que possa comprometer a imagem, ou, até mesmo, a instalação do empreendimento” (SANTOS *et.al.*, 2016, p. 84). No caso do estaleiro EBR, a mídia televisiva, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, expressou uma posição favorável à instalação da empresa, destacando possíveis benefícios para o município:

Uma palavra sobre a verdadeira revolução urbana, econômica e social que começa a viver um pequeno município, que estava esquecido há décadas, lá no sul do estado: São José do Norte. A instalação do mega estaleiro da empresa Estaleiro Brasil S.A. agora só depende da licença ambiental - que deve chegar - e então começar a construção em seis meses.

E a corrida de empreendedores à região de São José do Norte já começou. Só pra dar uma ideia: o preço do hectare por lá cresceu mais de 1000% em um ano. O futuro é muito auspicioso para lá, mas vai precisar a região de hotéis, restaurantes, escritórios, residências, calçamentos, etc., e por isso o Prefeito Ferrari já vive dias movimentados e vibrantes, porque estão lá vivendo o renascimento de São José do Norte. Que bom! (MARTINS, 2011).

São José do Norte já havia passado pela frustração em relação aos ciclos industriais anteriores, como o beneficiamento de cebola e a indústria da pesca, além de outras propostas, como o terminal portuário projetado pela empresa Celulose Rio Grandense, que havia anunciado a construção em São José do Norte, mas transferiu a sua localização para o município de Rio Grande. Mesmo tendo como causa a rejeição do projeto por órgãos ambientais, a não realização do empreendimento de mineração proposto pela empresa Paranapanema, o Projeto Bojuru²⁴, reforçou uma percepção negativa sobre a viabilidade de investimentos no município.

Essa era uma obra muito esperada na cidade, que via Rio Grande se desenvolver e nada ir para o lado de São José do Norte. Mas a população também tinha muita desconfiança, pois a cidade tinha um histórico de empreendimentos que desistiram do município por diferentes motivos (EX-FUNCIONÁRIA DO ESTALEIRO EBR).

O anúncio da instalação do estaleiro EBR em São José do Norte se deu em meio à consolidação do polo naval construído em Rio Grande e a retomada da indústria naval Brasileira para atender à demanda por embarcações e equipamentos para extração de petróleo e gás natural pela empresa Petrobras. Conforme relatório da Agencia Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimentos (AGDI, 2013), este setor “constituiu-se nos últimos anos como o mais dinâmico da economia gaúcha, injetando bilhões em investimento e gerando milhares de empregos a partir das encomendas da Petrobras” (AGDI, 2013, p.4).

Segundo Spolle e Fabres (2014), o desenvolvimento da indústria naval foi impulsionado desde a abertura da Petrobras a capitais privados em 1997, com a Lei do Petróleo, ganhando um novo incentivo a partir de 2000 com o Programa Navega Brasil. Pela Lei do Petróleo são instituídos o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) – “órgão de assessoria e consulta da Presidência da República, com atribuição de propor políticas nacionais e medidas específicas para o setor [de] petróleo” (CRUZ; SARMENTO; MOREIRA, 2012), e a

²⁴ Em referência ao distrito do Bojuru, em São José do Norte, área prevista para exploração pela empresa.

Agência Nacional do Petróleo (ANP) – “órgão regulador da indústria do petróleo, que definiria diretrizes para a participação do setor privado na pesquisa, exploração, refino, exportação e importação de petróleo e derivados” (CRUZ; SARMENTO; MOREIRA, 2012). O Programa Navega Brasil foi criado para promover o acesso a crédito no setor da indústria naval por meio da ampliação dos limites de financiamento oriundos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e do aumento do período para a quitação de empréstimos, de 15 para 20 anos (SPOLLE; FABRES, 2014). A Política Nacional de Conteúdo Local também se destaca como mecanismo de promoção do desenvolvimento da indústria brasileira, por meio da definição de percentuais mínimos de conteúdo produzido no país para a pontuação das empresas em licitações.

A escolha de São José do Norte para a instalação do estaleiro EBR em São José do Norte foi justificada pelo empreendedor pelas condições naturais do calado e da área disponibilizada para a sua instalação. A proposta se deu pela inserção da região sul do estado do Rio Grande do Sul num programa do Governo Federal de indução ao desenvolvimento, o Plano Brasil Maior, conforme relato do Prefeito de Rio Grande, responsável pela gestão no município entre os anos de 2013 a 2017 e 2017 a 2020.

Na prática, nós tínhamos uma política que passava pelo Plano Brasil Maior [...] que encaminhava uma política de desenvolvimento de país, né, e, dentro desse plano de desenvolvimento estava lá a política de desenvolvimento de áreas de depressão econômica, entre as quais a metade sul do Rio Grande do Sul (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE).

Conforme o relato do representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - que foi também Prefeito de Rio Grande durante as gestões de 2001 a 2005 e de 2009 a 2013 - a escolha do município de São José do Norte para a instalação do estaleiro EBR ocorreu após ponderações sobre a viabilidade de instalação do empreendimento em Rio Grande. Conforme o relato do entrevistado, foi indicada, inicialmente, uma área no município do Rio Grande, no Bairro Mangueira (**Mapa 3**), escolha que foi indeferida pelo Governo do Estado, por considerar possíveis embates com os moradores do local e a área necessária, maior que a área disponível.

Eu fiquei sabendo que eles queriam fazer um estaleiro no Brasil, que eles estavam interessados em fazer um estaleiro no Brasil [...] Na verdade foi uma ligação que eu recebi de um membro do conselho... acho que de Óleo e Gás, da FIERGS [...] Ele estava numa feira em Aberdeen, na Escócia [...] Ele me ligou de lá dizendo que estava interessado e eu fui ao encontro desse investidor, porque eu queria levar pra Rio Grande. [...] Já tinha um processo, já, de implantação de outro estaleiro... Pra criar um complexo maior de estaleiros, lá, em Rio Grande. Convidei eles pra irem a Rio Grande, fizemos uma visita, nos locais que eram possíveis implantação, né... Uma das que nós elencamos a área que era possível a implantação era ali na Mangueira [...] E aí eu trouxe aqui no estado [Governo do Estado], na Secretaria dos Transportes... Na época seria a Secretaria de Infraestrutura, numa, porque era uma área de estado, nós

fizemos uma reunião. Na verdade, aquela área, da Mangueira, o estado - e eu também concordei, no final - achou muito complexo a sua instalação, até porque já tinham pessoas morando lá, que ia ser uma, talvez levasse muito tempo, né, e não tinha um projeto de realocação, e o pessoal então não quis fazer esse enfrentamento. Então o estado indeferiu de imediato, não concordou com a implantação naquele local, porque era a única área que nós tínhamos sobrando pra poder fazer a instalação de um estaleiro daquele porte que eles estavam querendo (REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO RS).

Mapa 3: Localização do Bairro Mangueira, em Rio Grande/RS



Fonte: Google Maps.

Trata-se de uma fala que evidencia a articulação entre investidores internacionais e lideranças internas. Ainda segundo o entrevistado, diante dos entraves para a instalação no município de Rio Grande, foi indicada ao empreendedor a área localizada no município de São José do Norte e mobilizados esforços para que o empreendimento fosse realizado na região, em vez de o projeto ser transferido para outro estado, neste caso, para a Bahia. As tensões mencionadas ressaltam as disputas entre os lugares pela presença de novos empreendimentos assim como a escolha pela empresa, de acordo com as condições oferecidas.

[...] Quando não teve área em Rio Grande, eles disseram que iriam pra Bahia... E eu disse que não... "Então, quem sabe, vou mostrar pra vocês a área de São José do Norte". Aí que eu levei eles em São José do Norte, mostrei... porque lá também tem calado, tinha área bem localizada, e que era possível a instalação lá. E aí no final eu fui fazer a visita em São José do Norte, levei eles em São José do Norte, fizemos um sobrevoo... Eles gostaram da área de São José do Norte e aí que iniciou todo esse processo, lá, para se viabilizar. A partir da decisão deles, nós voltamos de novo, à Superintendência do Porto e estado, aqui, na época, pra "startar" porque tinha já um decreto de, da ampliação do Porto de Rio Grande, nesse, nessa área [...] Mesmo que não tivesse lá porto, mas era área portuária, já, por decreto, dentro do plano diretor do

complexo portuário de Rio Grande [...] Não tinha uma área, nenhuma área definida pra nenhuma atividade, porque não tinha nenhum projeto... Esse foi o primeiro... Na verdade foi o segundo... O primeiro projeto era da área florestal... da Votorantim, na época (REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO RS).

Tanto a Prefeitura Municipal de São José do Norte quanto os empreendedores envolvidos nos novos projetos mobilizaram recursos para comunicar à população as mudanças pretendidas. Para a apresentação do projeto do estaleiro EBR, por exemplo, foram realizadas audiências públicas – obrigatórias, conforme requerido pelo órgão de licenciamento ambiental, eventos e material de divulgação impresso (ANEXO V), exaltando os potenciais benefícios do empreendimento para o município e para a região.

A receptividade e o otimismo em torno da instalação do estaleiro foram ressaltados pelos entrevistados. Expectativas positivas relacionadas à entrada de novos empreendimentos no município, como parques eólicos e uma mineradora também foram recorrentes nas suas falas, que revelam a importância atribuída à presença da empresa na cidade, evidenciando a empresarização como caminho único e necessário à felicidade.

[...] eu acho que a política da construção naval no Brasil foi importante, desenvolveu a indústria, gerou mão-de-obra, e eu acho que ela foi importante, mesmo com todos os seus percalços, e da maneira como foi implantado, que a gente não concorda [...] é uma atividade que precisa ser bem olhada com carinho, né, pra que, mesmo com todas as dificuldades, se demonstrou que nós temos competência pra construir. Eu acho que é uma evolução pra ter produtividade, pra nós sermos competitivos - e esse era o projeto que eu sempre imaginei, né - nós sermos competitivos globalmente, para trazer serviço de fora pra ser construído nesse setor, nessa região, região sul, Rio Grande e São José do Norte, a partir de uma qualificação de mão-de-obra, produtividade, tecnologia aplicada e competir com o mundo todo, a partir dessa consolidação, ou esse aprendizado, que a Petrobrás possibilitou fazer essas construções desses navios, ou plataformas, cascos que estão sendo construídos (REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO RS).

[Na] época foi feita uma pesquisa: noventa e poucos por cento da população aprovava o projeto, porque se verificava a possibilidade de se ter uma reversão num cenário de dificuldade econômica fortíssima que a região de São José do Norte, não diferente disso, vinha vivenciando, uma estagnação econômica vivendo principalmente do setor primário, né, que era a cebola e a pesca [...] Quando surge uma indústria de ponta daquela magnitude [...] Evidentemente que nós temos que encontrar uma equação, e conseguir compatibilizar o desenvolvimento de uma nova economia com as economias já existentes (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE).

Não são relatadas, porém, as iniciativas realizadas no sentido de preparar a população local e da região para que melhor pudesse usufruir desse novo projeto de desenvolvimento, como a disponibilização de cursos profissionalizantes na área da indústria naval. Apesar da oferta de cursos para a especialização dos possíveis trabalhadores locais para o polo naval, este não alcançou o mais expressivo número de registros de empregos, estes

sendo ocupados predominantemente por trabalhadores experientes no setor, vindos de outras regiões do país ou ainda de outros países, a depender da atividade envolvida. O aproveitamento da mão-de-obra disponível na região já experiente pelo trabalho nos estaleiros instalados em Rio Grande foram, inclusive, considerados como vantagem para a instalação do estaleiro em São José do Norte.

Apesar do despreparo, muitas expectativas foram construídas em torno da instalação do estaleiro, sendo identificada uma projeção de crescimento/desenvolvimento que envolveu a entrada no município de mais empresas, de maior oferta de serviços, de maior acesso ao consumo, de atualização da forma de viver na cidade: novas relações com o tempo e com o espaço. O crescimento passa a ser tomado como certo no planejamento da infraestrutura, sendo contratados serviços de consultoria para a elaboração de um novo plano diretor para o município, por exemplo. A exaltação ao progresso/crescimento é expressa na fala de alguns entrevistados.

Aqui basicamente tem algumas empresas fortes, que é a de pinus... Nós temos previsão/expectativa para dois grandes investimentos que são a energia eólica e também uma mineradora. [...] Então são dois grandes investidores que já estão em andamento [...] em processo de licença ambiental, então se espera o incremento que venha através desses dois investimentos (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE SÃO JOSÉ DO NORTE).

As pessoas que são a favor elas dizem: olha, tem que vir mesmo, porque o minério está ali... Se não forem vocês que forem tirar hoje vai ser outra empresa que vai tirar amanhã... Tem que trazer emprego, tem que trazer desenvolvimento, tem que trazer verba, tem que trazer essas coisas, então as pessoas que são a favor do projeto elas são muito mais progressistas, nesse sentido, né? Até mesmo, mesmo sem conhecer o termo progresso/progressista, eles são progressistas. Eles entendem que, existindo com responsabilidade, o progresso não é nocivo, não diretamente nocivo. Quer dizer, outras coisas podem acontecer, e tal, mas ele não é algo nocivo, e que é necessário, também (REPRESENTANTE DA RGM).

A mídia regional também exaltou o projeto referente à mineradora, tanto quanto em relação às atividades do polo naval, como se pode analisar a partir das matérias veiculadas tanto na mídia televisiva quanto em jornais *on-line*. Sobre o Projeto Retiro, apresentado pela mineradora RGM, ressalta-se a necessidade de reversão da memória negativa da população que ficou marcada pela rejeição - por órgão ambiental - do Projeto Bojuru, apresentado pela empresa Paranapanema na década de 1990, sendo frisadas sobre o novo projeto a mudança nas técnicas de extração e a exclusão da fase de produção de pigmento, etapa que teria inviabilizado o projeto anterior. A possibilidade de instalação da mineradora, anunciada após a confirmação da instalação do estaleiro, foi divulgada como mais uma grande possibilidade de

transformação para o município e para a região. Destaca-se na matéria transcrita a seguir, tanto na fala do representante do empreendimento quanto do representante da gestão municipal, o reforço dos aspectos positivos da entrada da empresa no município, amenizando-se os possíveis danos. Essa é uma das formas como se expressa o mito do progresso. É ressaltada a possibilidade de geração de empregos, mas é minimizada a necessidade de mão de obra muito especializada. A chegada do empreendimento mobiliza grande necessidade de mão-de-obra para a construção da planta, tal como ocorreu em relação ao estaleiro EBR, mas logo após a conclusão o número de empregos é reduzido, tornando-se necessária certa especialização para o trabalho referente às atividades fim e que requer menos funcionários permanentes.

Nós aqui no sul do estado destacamos o investimento milionário que pode transformar a economia de São José do Norte. E nós não estamos falando da indústria naval e sim da mineração.

O solo arenoso da Mui Heroica Vila esconde um tesouro. E ele não está tão escondido assim. Basta escavar poucos centímetros. As listras escuras são titânio e zircônio, minerais de alto valor comercial e em grande quantidade por aqui. Pelas estimativas podem ser processadas até 600 mil ton/ano (entre os cinco maiores potenciais no mundo). “O titânio nada mais é do que a areia preta, encontrada em qualquer lugar. Só por questões geológicas, e São José do Norte tem uma concentração a nível de indústria, ou seja, ela tem capacidade econômica de ser extraída, por isso que nós estamos em São José do Norte” (Cesar Braga Dias – Diretor da Rio Grande Mineração).

O projeto é da Rio Grande Mineração, que inaugurou este local [um quiosque] no centro da cidade para tirar dúvidas dos moradores. Uma delas é esclarecer sobre a exploração. Na primeira fase a área prevista é de 4.000ha. A extração será feita com dragas. A área será alagada como grandes tanques. 97% da areia será devolvida ao local e 3% dos minérios explorados. “O processo ele é muito mais simplificado, e ele exige muito menos trabalho para retirar do que o processo de uma mina comum em que você teria que utilizar explosivos e outras coisas mais nocivas. A gente simplesmente faz separação por métodos físicos que são: peso do minério, magnetismo, resposta à corrente elétrica...” [geólogo]. A empresa comprou os estudos de investidores que tentaram se instalar em São José do Norte, como o polêmico projeto da Paranapanema. Nas décadas de 80 e 90 o investimento foi suspenso por problemas na licença ambiental.

Claudio Tarouco [então assessor de comunicação da Prefeitura Municipal de São José do Norte] acompanhou o debate: “Estamos felizes e achamos que realente a coisa vai se concretizar, porque o projeto é bastante diferente, é um projeto que não agride a natureza” [Ex. Presidente da Associação Comercial de São José do Norte]. O projeto não prevê produtos químicos, apenas a exportação na forma bruta pelo porto.

“Nós estamos lidando com essa herança da Paranapanema, né, e na verdade o nosso projeto é bastante diferente. Era um processo muito mais complexo e com riscos ambientais muito maiores. O nosso é um processo mais simples, talvez mais humilde, mas ele tem uma perspectiva bastante sólida de sucesso” (Luiz Bizzi – Presidente da Rio Grande Mineração).

A estimativa é de vinte anos de exploração, gerando 350 empregos diretos.

O projeto já foi protocolado no IBAMA, a audiência pública do projeto deve ser realizada no início de setembro e a estimativa da empresa é conseguir a licença de instalação em setembro do ano que vem e iniciar a exploração dos minérios em 2017 (MATÉRIA VEICULADA NO JORNAL DO ALMOÇO EM 23/12/2013).

Para o Projeto Retiro da empresa RGM, que planeja a exploração de cerca de 323.000 toneladas de minérios por ano (CPEA; HAR, 2014), também foi elaborado material de divulgação informativo. Foi instalado um quiosque de atendimento e foram realizadas, além das audiências públicas exigidas pelo órgão responsável pela avaliação para a concessão das licenças ambientais, algumas iniciativas para a aproximação entre o empreendedor e as comunidades local e acadêmica da região. Foram realizadas, segundo relato do entrevistado representante da empresa, visitas aos proprietários de terras envolvidas na área de atuação pretendida. Há registros de outras campanhas feitas pela empresa para aproximação com a comunidade local, como a distribuição de mudas de árvores à população de São José do Norte e o acompanhamento de grupos de estudantes das universidades da região, como dos cursos de geologia e biologia, em visitas às áreas a serem exploradas pela empresa. Uma matéria publicada em jornal da região exalta a qualidade do material de divulgação elaborado pelo empreendedor.

Através de um bem elaborado folder, a RGM (Rio Grande Mineração) está mostrando o trabalho que será desenvolvido no “Projeto Retiro”, cuja documentação já encontra-se em tramitação, visando a obtenção da Licença Prévia junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (JORNAL AGORA, 2013).

A constituição geológica da faixa litorânea dispõe de minérios valorizados no mercado nacional e internacional, aguçando o interesse de investidores pela sua exploração desde a década de 1970 (CPEA; HAR, 2014). Consta no Relatório de Impacto Ambiental elaborado para a empresa Rio Grande Mineração S.A. (CPEA; HAR, 2014) que entre os anos de 1988 a 1999 duas empresas trabalharam na prospecção e análise nas areias das regiões de Mostardas, Bojuru, Estreito e Retiro, ficando mais conhecido o Projeto Bojuru, que compreendia a extração de minérios e fabricação de pigmentos de titânio, elaborado pela empresa Paranapanema S.A.

A Rio Grande Mineração adquiriu os direitos minerários, amostras minerais e dados obtidos como resultado dos esforços exploratórios tanto da Rio Tinto (2007) quanto da Paranapanema (2010), e desde então desenvolveu sondagem e amostragem adicionais seguidas de diversos estudos ambientais, técnicos e econômicos que não só validaram os estudos anteriores, mas também identificaram importantes alternativas para o desenvolvimento integrado das propriedades minerais (CPEA; HAR, 2014, p. 7)

[...] a relação que a gente tem [com os projetos de exploração de minérios elaborados anteriormente] é que a gente adquiriu tanto o projeto da RTZ²⁵, que a Rio Tinto tinha

²⁵ Consta no Diário Oficial da União, publicado no dia 08/06/2015 a cessão dos direitos minerários da Empresa de Mineração Finesa Ltda. para a empresa Rio Grande Mineração S.A. Além dos indicados no RIMA, a publicação

aqui em São José do Norte, quanto o projeto da Paranapanema. Nós adquirimos os ativos, todos os que eles tinham de material, de prospecção de campo, todas as informações que a gente tinha a gente adquiriu junto com os direitos minerários de todas as áreas, e formamos um grande bloco, um grande projeto, digamos assim, que pega desde São José do Norte até Bojuru, dividido em blocos distintos que estão sendo desenvolvidos pouco a pouco, ou licenciados pouco a pouco. A gente optou por começar aqui, em São José do Norte porque Bojuru já é uma área mais virgem, mais complicado de lidar, a aí se a gente fosse pra Bojuru a gente viria com esse estigma de continuar o Projeto Bojuru, e porque São José do Norte tá crescendo, né, então, via de regra, existe uma tendência de que a cidade vá ter uma expansão urbana na direção norte, né, que é o único lugar pra onde pode se direcionar, e aí, na hora em que você começar a jogar isso lá pra cima você vai começar a ter a população cada vez mais próxima do depósito, então o quanto antes você puder explorar, explotar [explorar economicamente] o depósito antes que haja essa expansão urbana, tanto melhor (REPRESENTANTE DA RGM).

A referida aquisição ocorreu entre os anos de 2009 e 2010, ocorrendo a instalação de uma unidade administrativa e atuação de equipes de pesquisa no ano de 2011, realizando-se entre os anos de 2011 e 2012 os estudos sobre fauna e flora que compõe a avaliação de impactos do projeto. A etapa inicial configurou o Projeto Retiro, para o qual a empresa busca licenciamento junto ao IBAMA para a exploração como afirmou o entrevistado, da área mais próxima ao centro de São José do Norte (**Mapa 4**).

Mapa 4: Áreas de Possível Exploração Mineral em São José do Norte



Fonte: CPEA; HAR, 2014.

Segundo o entrevistado representante da empresa, a atividade é equivalente à que vem sendo realizada no estado da Paraíba, no município de Mataraca (**Fotografia 9**) – a única

faz referência a outros dois processos em tramitação no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) do Ministério de Minas e Energia que não foram localizados.

mina desse tipo em execução no país e que tem exaustão prevista para o ano de 2019. O entrevistado afirmou também que o modo de recuperação que vem sendo realizado naquela região é referência para o novo empreendimento.

No relatório de impacto ambiental (RIMA) elaborado para a empresa RGM, a exaustão da Mina de Guajú, localizada no município de Mataraca/PB tem forte influência na necessidade de autorização para a exploração das áreas localizadas em São José do Norte, sendo apontada no relatório como principal justificativa – econômica – para a realização do empreendimento, ao mencionar que “[o] Projeto Retiro permitirá a autossuficiência do mercado nacional em Ilmenita e Rutilo, mesmo após o fechamento da mina em Mataraca, no estado da Paraíba” (CPEA; HAR, 2014). Os dados divulgados no Sumário Mineral de 2015 (DNPM, 2016) indicam, porém, a baixa expressividade da produção brasileira em relação à produção mundial e nas necessidades apontadas pelo volume de importações realizadas no país, embora o Brasil seja o maior produtor (explorador) desses minerais na América Latina.

Fotografia 9: Mina de exploração de metais em Mataraca/PB



Fonte: Cristal Pigmentos do Brasil S. A. (www.cristal-al.com.br/atuacao-global)

Cerca de 90% da produção mundial de titânio é obtida da ilmenita, mineral de titânio de ocorrência mais comum, enquanto que o restante vem do rutilo, mineral com maior teor, porém mais escasso. As reservas na forma de ilmenita e rutilo totalizam aproximadamente 770 milhões de t, sendo que mais de 60% das reservas mundiais estão localizadas na: China (26,0%), Austrália (25,7%) e Índia (12,0%). As reservas lavráveis brasileiras de ilmenita e rutilo totalizam 2,2 milhões de t e representam

menos de 0,3% das reservas mundiais. Os maiores produtores mundiais de titânio (soma da produção de ilmenita e rutilo) são: Austrália (21,2%), África do Sul (15,6%), China (13,4%) e Canadá (12,1%). O Brasil é o maior produtor da América Latina, com 1,1% da produção mundial de titânio em 2014 (DNPM, 2016, p. 110)

Considerando a produção interna, é mencionada no mesmo relatório a expressividade da produção da Mina de Guaju e o domínio da empresa Cristal Global na exploração desses minérios no país, a mesma que detém os direitos minerários nas áreas de São José do Norte.

Os principais municípios produtores no Brasil são: Mataraca (PB), São Francisco de Itabapoana (RJ) e Santa Bárbara de Goiás (GO). A produção brasileira de concentrado de titânio cresceu 3,5% entre 2013 e 2014, passando de 80,2 mil t para 83,1 mil t. 2014, apenas três empresas beneficiaram titânio no Brasil: Cristal Mineração do Brasil Ltda., Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e Titânio Goiás Mineração, Indústria e Comércio Ltda. A Cristal Mineração do Brasil, empresa pertencente ao grupo internacional Cristal Global, segundo maior produtor mundial de dióxido de titânio, é responsável por quase 90% da produção nacional de titânio beneficiado (DNPM, 2016, p. 110).

Os encaminhamentos necessários ao início das atividades, como a elaboração dos estudos de impacto ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e a realização de audiências públicas são algumas das exigências do órgão de avaliação ambiental, neste caso, o IBAMA. Foram mencionadas também as estratégias de contato com a população local, orientadas à comunicação sobre as especificidades do projeto e de evitar possíveis movimentos de resistência e rejeição comuns a projetos da área de mineração, dados os riscos de impacto ambiental que costumam envolver.

Em março ou abril de 2014 o IBAMA aceitou o protocolo do estudo ambiental e em dezembro de 2014 nós tivemos duas audiências públicas, uma no município de São José do Norte e outra de Rio Grande, onde foi posto à apreciação da comunidade o projeto do ponto de vista técnico. Antes a gente tinha um estande aqui pra informações, visitamos as comunidades e tudo mais. Então todo o ano de 2014 foi um ano de contato com a comunidade. Não que entre 2012 e 2013 a gente não tivesse tido esse contato, mas até 2014 a gente tentou manter um perfil mais baixo, em função da questão de evitar gerar expectativa demais antes que o projeto tivesse solidez o bastante pra corresponder a essas expectativas da população. E a gente sabe que quando você gera expectativa você começa a adiantar certos impactos do projeto. Todo projeto ele gera impacto mesmo antes de existir, especulação imobiliária é um deles, por exemplo. A própria vinda de mão-de-obra... Aqui em São José do Norte não é tanto o caso, mas em outros locais, por exemplo, Rio Grande, se você tem uma notícia de um projeto, de uma plataforma que vai encostar, o pessoal de todos os outros estaleiros do Brasil começa a vir na busca de emprego, e tudo mais... Então esses são impactos que são relacionados aos projetos, que podem acontecer antes de o projeto se instalar. Mesmo que o projeto não se instale, o impacto já tá feito, né? Então nós optamos por fazer esse contato mais corpo a corpo com a comunidade 6 ou 8 meses antes da audiência pública pra que fosse preparando a população pra

audiência pública, se colocando à disposição... (REPRESENTANTE DA EMPRESA RGM)

A rejeição ao projeto é mencionada e, em algumas entrevistas, relacionada com o acontecimento referente ao crime ambiental ocorrido no município de Mariana/MG e região, envolvendo o rompimento da barragem de rejeitos de minérios em operações da empresa Vale do Rio Doce. Algumas ressalvas sobre o tipo de técnica e as condições físicas da área que se planeja explorar são ressaltadas na entrevista pelo representante da RGM, como segue.

Existe bastante, acho que dois pontos de incredulidade. Até o processo não é algo que gera tanta, mas eu acho que gera mais incredulidade é quanto à recuperação ambiental. As pessoas não acreditam que você pode recuperar um ambiente para que ele tenha uma função pós mineração. E aí você entra com diversos mitos... Na verdade não são mitos, são tradições, dentro da mineração, que são exceções aqui pra gente. Normalmente a mineração tira o material e fica um buraco. Não é o caso, aqui. Você vai devolver o material. Normalmente a mineração usa muito produto químico, usa explosivo, também não é o caso, aqui. Então, dado todo esse estigma que vem atrelado à atividade extrativista mineral, a gente acaba tendo muita resistência do ponto de vista do pessoal local, né? [...] Mas tem muita gente a favor, também, acham que socioeconomicamente é uma boa oportunidade, entende que o impacto ambiental é plenamente mitigável, muitas vezes reversível, que é possível a recuperação. Na hora que você coloca na balança o benefício econômico e social, versus o impacto ambiental, você consegue chegar no equilíbrio, então é plenamente *ok* de o empreendimento ir à frente, né? (REPRESENTANTE DA RGM).

Além da instalação de um quiosque e elaboração de folder explicativo sobre o projeto para esclarecimentos à população, foi realizada uma Audiência Pública com a presença da direção da empresa, representantes de órgãos públicos e empresas dos municípios da região, bem como da população local. Como o projeto em fase de licenciamento engloba uma área próxima à área urbana, envolverá a remoção temporária de algumas famílias e arrendamento de partes de propriedades. Destaca-se que uma área de possível exploração se sobrepõe à propriedade do grupo FLOPAL que, além da produção de pinus projeta a instalação de parques eólicos para o local.

Uma sede administrativa da empresa Rio Grande Mineração S.A foi instalada na região do centro histórico de São José do Norte, onde atua apenas um funcionário, à disposição da comunidade para esclarecimento de possíveis dúvidas e realização de projetos com organizações da região, como as universidades – Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Alguns entrevistados mencionaram que a empresa estaria aguardando um momento mais favorável no mercado internacional para início das atividades de exploração ou mesmo aguardando a liberação da licença de instalação pelo órgão ambiental responsável.

A Licença Provisória de Instalação foi concedida pelo período de quatro anos, em junho de 2017 e tem mobilizado grupos de resistência à efetiva operação da mineradora. Uma audiência pública para discussão e esclarecimentos à população sobre empreendimentos relacionados à mineração foi marcada para o dia 11 de agosto de 2017 e posteriormente adiada para o dia 22 de setembro do mesmo ano. Essa discussão inclui a atenção aos empreendimentos em fase de licenciamento para outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, como o projeto da empresa Votorantim Metais, em Minas do Camaquã, na região de Caçapava do Sul, que inclui o transporte de metais pesados, como o Chumbo, pelo Porto do Rio Grande.

Além do projeto da empresa Rio Grande Mineração S. A. (RGM), está em fase de licenciamento junto ao IBAMA o projeto Ventos do Atlântico, elaborado para a instalação de parques eólicos em áreas da empresa Florestadora Palmares (Grupo FLOPAL), que possui áreas de cultivo de pinus em São José do Norte desde a década de 70 e cuja sociedade compõe também a empresa de resinagem Âmbor Florestal Ltda., instalada no município desde a década de 90. Ressalta-se que a composição acionária deste grupo compreende uma elite econômica e política do município de Palmares do Sul, relacionada ao agronegócio pela produção de arroz, como menciona o entrevistado. Essas relações expressam a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes sobre a burguesia nacional, envolvidas desde a tradição agroexportadora de produtos primários e, atualmente, interessada em operações financeiras, como a negociação de áreas para a produção de energia eólica.

A expectativa de investimento de R\$ 4 bilhões na cidade para a instalação dos aerogeradores foi divulgada pela Flopal e pela Prefeitura Municipal de São José do Norte em dezembro de 2011, e a previsão de início das atividades foi anunciada para o ano de 2015 (ANUNCIADO..., 2011), o que não ocorreu até o julho de 2017, quando o projeto encontrava-se ainda em fase de licenciamento ambiental.

Então eu acho que quem enxerga o desenvolvimento, como nós tivemos essa percepção lá atrás e temos hoje, nós temos que ver qual é a vocação do nosso povo e qual é a vocação da nossa região, pra nós trazermos o desenvolvimento que seja saudável e sustentável [...] Como a região é uma região em que esse vento [...] Ele tem um potencial que ele é um gerador de energia limpa [...] Aí, por essa razão nós atraímos projetos eólicos pro litoral médio, na região de Palmares e temos um... desenvolvemos junto com a comunidade aqui um parque eólico em toda a costa do nosso litoral. Então nós temos um problema aqui, que na verdade o interior do município é feito de chácaras, de pequenas chácaras, e essas pequenas chácaras seriam muito impactadas pelos aerogeradores, não poderia botar uma turbina de aro gerador de 3 megawatts em cima de uma casa, é insuportável, porque ela tem todo um ruído, etc. Então o que a gente fez? A gente localizou justamente o parque eólico nesta faixa aqui junto com os pinus e na faixa que fique entre o mar e as chácaras. Então essa área marginal – de novo – de menor solução econômica, vai te trazer outra possibilidade, que é a geração de energia e desenvolvemos um projeto em São José do Norte de 900 megawatts de energia, nas mesmas áreas. Veja só que nós estamos intensificando

todo o desenvolvimento de São José do Norte em cima da área marginal e que o pessoal da conservação não queria fazer nada (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL)

Além da adequação dos projetos para o licenciamento ambiental, há a necessidade de investimentos em distribuição de energia desse tipo na região, o que tem reduzido o interesse de entrada de investidores, juntamente como o que o entrevistado representante da empresa Flopal chamou de segurança jurídica em relação ao local onde se instalariam os empreendimentos.

Se eu não tenho segurança jurídica... Todo mundo dizendo que nessa região aqui não pode empreender, é uma região que tem que ser só pra área ambiental, tem que ser... Sim, mas vai virar nada, então? Qual é a segurança jurídica que o cara empreende aqui? Hoje, por exemplo, tá se discutindo o zoneamento ecológico e econômico, [...] Enquanto nós não tivermos um zoneamento ecológico e econômico, regras bem definidas, com a política de uso de solo dessa região, nós vamos ter insegurança jurídica. Se tiver insegurança jurídica não tem empreendimento. Não é certo? (REPRESENTANTE DO GRUPO FLOPAL)

O que o entrevistado chama de segurança jurídica pode ser compreendido como transferência dos riscos das operações para o Estado. É possível identificar na fala do entrevistado, também, o teor restrito da noção de preservação ambiental relacionado ao projeto propostos, uma vez que desconsidera os possíveis efeitos da presença de grandes turbinas para os animais nativos. Quanto à distribuição (venda) da energia produzida, o entrevistado representante da Prefeitura Municipal do Rio Grande afirmou que vem sendo mobilizadas parcerias com investidores estrangeiros para a construção de linhas de distribuição. As falas, tanto do representante da empresa responsável pelo projeto, quando da administração pública indicam a forte relação entre empresa e estado na redução dos riscos para o empreendedor.

[...] nós temos um outro desafio, inclusive na última segunda-feira eu tratava disso, da busca de parceiros tanto chineses quanto italianos para disputar leilão da Eletrosul na perspectiva de construir o que eles chamam da linha 8, da linha 11, que é exatamente para que os parques eólicos tenham linha de transmissão e consequentemente possamos ganhar novos leilões de energia renovável aqui no Rio Grande do Sul (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE).

Essa questão também foi mencionada durante o encontro Sul Energia, realizado em novembro de 2016 pelo Arranjo Produtivo Local do Polo Naval e de Energia/RS (APL - Polo Naval e Energia/RS). Conforme o diretor-presidente desse APL, naquele momento haviam seis parques em fase de licenciamento na região compreendida pela organização. Pelo menos outros seis projetos para o Rio Grande do Sul foram licenciados pela Fepam no mês de setembro de

2016, totalizando quatorze licenciamentos no ano de 2016 para a participação em leilões (GOMES, 2016).

Esse tipo de empreendimento vem sendo induzido por uma política nacional de incentivo à instalação de parques eólicos e de nacionalização dos equipamentos, que garante a compra de energia pela Eletrobras por pelo menos 20 anos, por meio de contratação regulada (leilões). Trata-se do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), definido pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (GWEC, 2011). A escolha dos lugares para instalação desses empreendimentos, apesar da atuação do Estado como indutor do desenvolvimento é feita, em última instância, conforme os interesses da empresa.

4.3 IMPLICAÇÕES DA INSTALAÇÃO DO ESTALEIRO EBR NA (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DO NORTE

Entre os três grandes empreendimentos com projetos de instalação no município desde 2014, apenas o estaleiro EBR iniciou suas atividades durante o período em que se realizou esta pesquisa. Observaram-se nesse período algumas mudanças significativas no município e na região, como o maior fluxo de moradores e trabalhadores, mudanças nas rotas viárias e nos serviços de transporte hidroviário, a mobilização de recursos por representantes do município nos âmbitos regional, estadual e nacional que marcaram eventos considerados representativos para a análise da (re)configuração do espaço. Também foram considerados eventos relevantes para o estudo a formação de uma comissão de moradores do Bairro Vila Nova, deslocados da área onde foi instalado o estaleiro, e de moradores dos bairros Veneza e Cidade Baixa, que tiveram suas residências e rotinas prejudicadas pelo intenso fluxo de caminhões transportadores de materiais e peças utilizados para a construção do estaleiro.

A gestão municipal em São José do Norte no período entre 2013 e 2017 foi tumultuada em função dos resultados das eleições de 2012, havendo a atuação temporária de dois grupos de governo (os dois mais votados nas eleições). Inicialmente foram eleitos Jorge Madruga e Gilmar Carteri, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas foram impedidos de assumir por determinação da Justiça Eleitoral. Assumiram então Zeny Oliveira e Francisco Xavier, eleitos pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em Junho de 2015 os primeiros foram reconduzidos aos cargos por determinação da Justiça Eleitoral, permanecendo no poder até o término do mandato, entregue à Prefeita Fabiany Zogbi Roig e ao Vice-Prefeito

José Vicente Ferrari, eleitos em 2016 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A construção do estaleiro foi realizada em uma área situada a cerca de 20 km do centro histórico e comercial de São José do Norte (**Mapa 5**). Uma das condicionantes indicadas na Licença de Instalação para a liberação pela FEPAM da área onde foi construído o estaleiro envolveu um acordo entre a empresa e a gestão pública (municipal e estadual) para a construção de uma nova rota de acesso ao litoral oceânico do município, em função do interesse dos empreendedores em incorporar à sua propriedade um trecho da estrada original situada entre a área adquirida pela empresa e a área cedida pela Superintendência do Porto para a construção do píer e diques para operações de transporte e obras, necessário ao empreendimento para contato com o canal de acesso marítimo.

Mapa 5: Local do empreendimento em relação ao centro de São José do Norte



Fonte: Polar (2011)

Tratou-se de um trecho da estrada que dava acesso ao Molhe Leste, que compõe com o Molhe Oeste, em Rio Grande, os Molhes da Barra do Rio Grande (**Fotografia 10**) e à

comunidade de pescadores residente na região. As obras na via de acesso à Barra pelos moradores e visitantes agora requer contornar o estaleiro EBR, implicando em maior tempo e distância a ser percorrida (**Fotografia 11**).

Fotografia 10: Molhe Leste – São José do Norte (à direita)



Fonte: Retrato (<http://belretrato.blogspot.com.br/2012/09/extra-extra-edicao-especial-do-senta.html>)

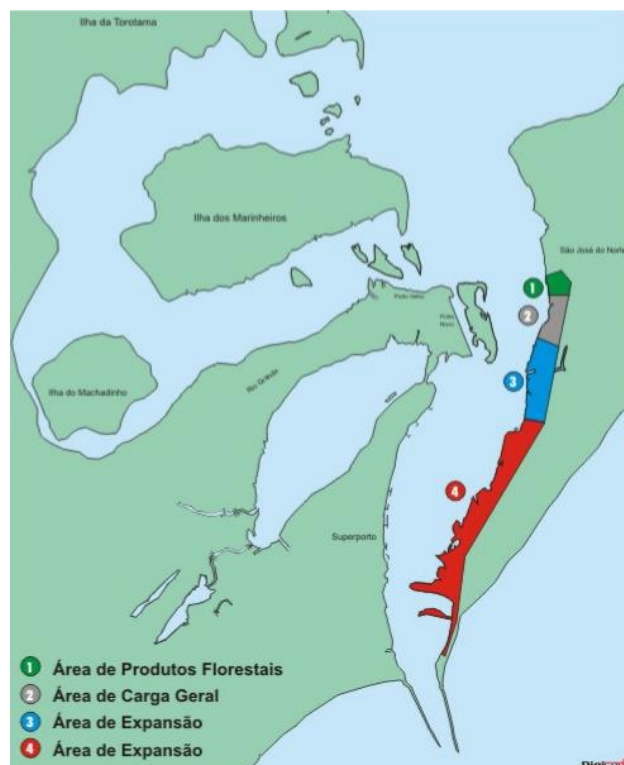
Fotografia 11: Obras de desvio da rodovia de acesso à Barra



Fonte: Acervo pessoal, registrado em: 12/05/2014

Considerando-se que a área do empreendimento instalado em São José do Norte é gerida pela Superintendência do Porto do Rio Grande e, conseqüentemente, tem relação com o Governo do Estado, observou-se a intensificação da relação de instituições dessa esfera de governo com o município. A representação do município de São José do Norte no Conselho de Autoridade Portuária só veio a ocorrer após a sua inserção no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno e com a redefinição do Plano de Zoneamento das Áreas do Porto Organizado de Rio Grande (**Mapa 6**). A área 1 – Área de Produtos Florestais – corresponde a terrenos em propriedade da empresa Aracruz, que havia projetado para o ano de 2010 a construção de um terminal portuário (SIMON, 2009), o que não se realizou.

Mapa 6: Zona Portuária de São José do Norte



Fonte: Plano de Zoneamento das Áreas do Porto Organizado de Rio Grande (SUPRG, 2011).

Consta na Ata 190 do Conselho de Autoridade Portuária, reunido em dezembro de 2011, a participação do representante de São José do Norte, o qual menciona os desafios a serem enfrentados no município bem como as expectativas em relação ao empreendimento.

[...] criação do Escritório Técnico de Planejamento Municipal, (Técnicos de todas as secretarias); Habilitação junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente–SEMARS

para o licenciamento ambiental das atividades de impacto local; Readequação do Plano Diretor, novo bairro habitacional – 6000 moradias; planejamento do Distrito Industrial; Plano de Desenvolvimento do Porto Organizado de Rio Grande no município de São José do Norte; reuniões junto ao governo estadual e federal no sentido de auxiliar o executivo municipal na implantação dos novos empreendimentos. Em continuidade citou os investimentos previstos para o município, como Estaleiro EBR, Parque Eólico e Mineração. Comentou que SJJ possui identidade muito diferente da cidade do Rio Grande, tendo em vista o isolamento de muitos anos, que provocou alto índice de analfabetismo, falta de transporte urbano, deficiência de moradias, atendimento à saúde precário, inexistência de saneamento básico, falta de hotéis e restaurantes, entre outros. Que o município possui um atraso de 40 anos em relação a outros. Que a mudança tão brusca causará alto impacto sócio ambiental, inclusive na cidade de Rio Grande, que abrigará grande parte do contingente de pessoal previsto para trabalhar no Estaleiro EBR e em outros empreendimentos, que tem previsão da geração de 15 mil empregos diretos. Falou ainda que a comunidade deve ser preparada para um crescimento integrado e sustentável, tendo em vista que haverá grandes problemas a serem enfrentados (CAP, 2011).

Sobre o início das obras, no ano de 2013, a fala do então Governador, durante a solenidade de inauguração e de uma ex-funcionária, sobre as dimensões do empreendimento em comparação às características do local onde se instala expressam o contraste de dimensões entre o empreendimento e o local onde é instalado.

“Ao enterrarmos simbolicamente as primeiras estacas desta obra magnífica, estamos enterrando definitivamente o conceito de que a Metade Sul é a metade deserdada do Estado”, ressaltou o governador Tarso Genro. Em sua avaliação, agora São José do Norte terá que enfrentar outros problemas, não mais decorrentes da estagnação, e sim do crescimento, inclusão social e emprego (JORNAL AGORA, 2013).

A ideia de instalar um estaleiro de 150 hectares, 200 milhões de dólares de investimentos, capaz de gerar 6.000 empregos numa cidade com 25.000 habitantes (8.000 no centro urbano) era quase considerada uma loucura por muitos! Foi preciso aprovar alteração em um Plano Diretor, aprovar leis, construir estradas, qualificar trabalhadores, retirar [cerca de 45] famílias que moravam na área do porto, fazer inúmeros contratos de cooperação com o governo, solucionar os problemas de logística que um município tão isolado tem, etc. (EX-FUNCIONÁRIA DO ESTALEIRO EBR)

Muitos problemas relacionados ao crescimento, inclusão social e ao emprego, como ressaltados pelo então governador foram mesmo vivenciados, especialmente pela população local. Os impasses para a instalação do Estaleiro EBR ficaram evidentes logo no início da sua construção (**Fotografia 12**, **Fotografia 13** e **Fotografia 14**). Nestas fotografias é possível observar as dimensões expressivas das obras e das intervenções realizadas pela empresa, tanto pela extensão da área quanto pela dragagem para a construção do cais.

Em maio de 2014 foi realizada uma entrevista de aproximação com o campo de pesquisa com o gestor administrativo do estaleiro, oportunidade em que o mesmo cedeu algumas imagens aéreas das obras de instalação. Naquele momento a expectativa era de

conclusão das obras no cais para o recebimento do material que posteriormente seria integrado ao casco da plataforma P-74, este em obra de conversão de navio em plataforma, realizada no estaleiro de Inhaúma, no Rio de Janeiro.

Fotografia 12: Obras de Instalação do Estaleiro EBR



Fonte: Acervo pessoal, registrado em: 12/05/2014

Fotografia 13: Vista aérea das obras de instalação do Estaleiro EBR



Fonte: Estaleiro EBR (cedida pelo Gestor Administrativo, em 2014)

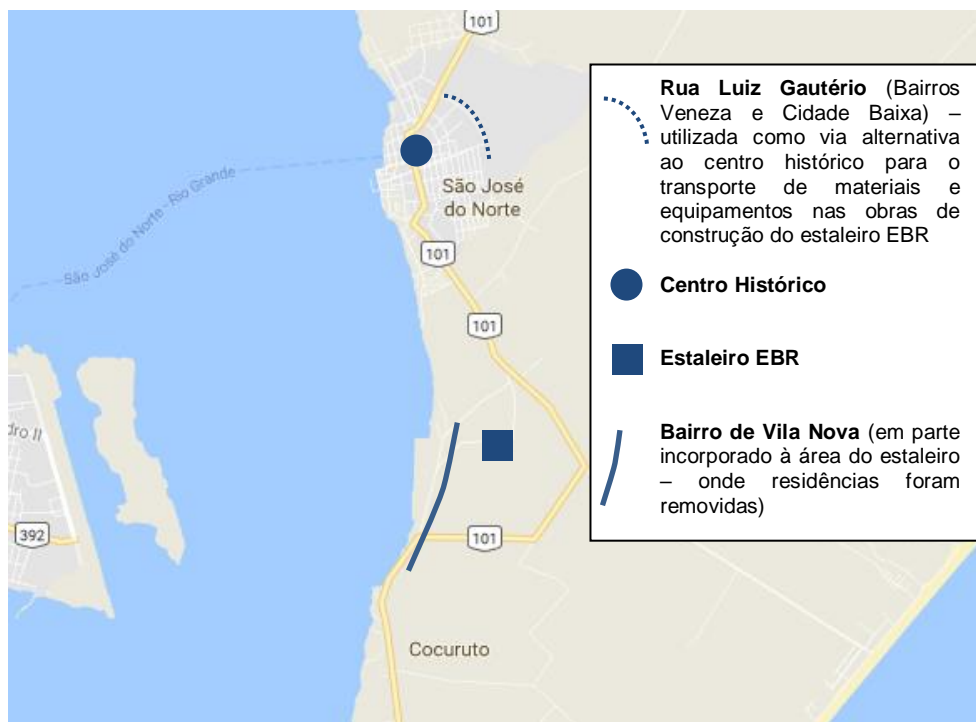
Fotografia 14: Obras de Instalação do Estaleiro EBR



Fonte: Estaleiro EBR (cedida pelo Gestor Administrativo, em 2014)

Algumas comunidades foram mais diretamente afetadas, como os moradores dos bairros Vila Nova cujas residências eram localizadas nas áreas de interesse da empresa e dos bairros Veneza e Cidade Baixa, cujas residências foram danificadas pela circulação de cargas pesadas, com materiais e equipamentos durante a construção da planta do estaleiro (**Mapa 7**).

Mapa 7: Localização dos bairros Veneza, Cidade Baixa e Vila Nova



Fonte: Google Maps - Adaptado

Tanto as relações e decisões envolvidas nas negociações de realocação/indenização das famílias do Bairro Vila Nova quanto a mobilização dos moradores dos bairros Veneza e Cidade Baixa serão analisadas no item a seguir.

4.3.1 **Compreendendo acontecimentos e novas dinâmicas de relações na cidade**

A construção do estaleiro EBR em São José do Norte envolveu a cessão pela Superintendência do Porto de Rio Grande de uma área da localidade de Vila Nova, implicando num processo de realocação/indenização de mais de quarenta famílias. Esse processo desencadeou uma série de acontecimentos, como a formação de uma comissão de moradores da área que, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública, negociaram os valores e condições dessa indenização. As negociações para a realocação/indenização de famílias da Vila Nova e a liberação da área para construção dos equipamentos de operação do estaleiro junto ao canal portuário prolongaram-se por meses e são aqui detalhadas.

É comum nos municípios de Rio Grande e São José do Norte a ocupação das áreas costeiras, principalmente por comunidades de pescadores. Essas áreas são registradas como áreas de marinha pela União, e, no caso de São José do Norte, estão predominantemente estabelecidas pelo Plano de Zoneamento do Porto Organizado de Rio Grande como áreas de expansão portuária. Muitas famílias, porém, estão estabelecidas há gerações nessas áreas, como era o caso de ex-moradores de Vila Nova, onde cerca de 45 famílias foram mobilizadas a deixarem suas casas para que pudesse ser construído o cais de operações do estaleiro EBR. Apesar dessas áreas de serem consideradas pela Superintendência do Porto – formalizadas por meio da redefinição do plano de zoneamento portuário, elaborado em dezembro de 2011, nenhum projeto havia sido apresentado até então para uma utilização favorável ao desenvolvimento de São José do Norte.

Cada família compunha um conjunto de relações com o lugar, com a natureza, com a paisagem, com a pesca e com os vizinhos, por exemplo. Entre os moradores de Vila Nova encontravam-se predominantemente famílias de pescadores, mas também veranistas e aposentados que buscaram o sossego proporcionado na região para o descanso e o lazer. As memórias do dia a dia no bairro e das lutas travadas durante as negociações que culminaram com o deslocamento dessas famílias para viabilizar as operações do estaleiro, bem como os desdobramentos desse processo de dispersão, são relatados por alguns dos ex-moradores.

Em um primeiro momento, em contato com moradores da cidade que não estavam diretamente envolvidos com as mudanças em Vila Nova, estes indicavam os ex-moradores daquela área como os principais beneficiados pela chegada do estaleiro EBR no município, em função de um suposto êxito no processo de negociação das indenizações, calculadas com o auxílio de instituições como a Defensoria Pública e o Ministério Público. Mesmo a liderança da organização de moradores que foi mobilizada para o encaminhamento das indenizações indicou como satisfatório o resultado das negociações, alegando ter sido realizada uma pesquisa para encerramento do processo junto ao Ministério Público que indicava a satisfação dos envolvidos. Porém, algumas situações decorrentes desse processo foram extremas, a ponto de alguns ex-moradores recusarem-se a dar entrevista, seja por questões de saúde, seja por questões financeiras, uma vez que tiveram suas vidas desestabilizadas ao longo das negociações. Foi o caso, por exemplo, de um ex-morador que investiu o valor obtido nas negociações pela indenização na construção de imóveis para locação a trabalhadores e a visitantes, um empreendimento frustrado pela estagnação que se seguiu no município, em oposição às expectativas de crescimento anunciadas na chegada do empreendimento. Outro ex-morador não quis gravar entrevista, mas relatou a situação delicada em que se envolveu um familiar, abalado em função das mudanças a que fora submetido. Até mesmo a morte de um ex-morador idoso foi referenciada por alguns entrevistados como decorrente de desgastes nas negociações para a sua saída do local de moradia, onde teria passado toda a sua vida e de onde teria afirmado que “só sairia morto”.

O contato com ex-moradores de Vila Nova durante a pesquisa possibilitou o detalhamento do processo de indenização/realocação das famílias de Vila Nova residentes na área de interesse para o empreendimento. A análise foi complementada por meio de documentos, relatos e notícias veiculadas sobre o mesmo no período entre o ano de 2010 – quando foi firmado o convênio entre a empresa EBR e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a instalação do estaleiro em São José do Norte – e o ano de 2013, quando ocorreu a inauguração da obra e a intensificação das relações entre moradores, empresa e Estado para a negociação das indenizações.

Após a assinatura do convênio para a instalação do estaleiro, foram apresentados no ano de 2011 os relatórios de impacto ambiental encomendados pela empresa EBR à empresa Polar. Especificamente sobre a área de instalação do estaleiro, foi elaborado o Levantamento Socioeconômico das Famílias Atingidas, documento que orientou o posterior contato com as famílias para as negociações de realocação/indenização. Também em 2011 foi formalizada junto à Superintendência do Porto de Rio Grande a formação da Comissão de

Acompanhamento da Realocação²⁶ das Famílias de Vila Nova, representada por quatro moradores. No mesmo ofício (ANEXO I) foi solicitada uma Audiência Pública para esclarecimentos aos moradores, que só veio a ocorrer em fevereiro de 2013, próximo ao início das obras de terraplanagem para a efetiva construção do estaleiro.

Após a divulgação do EIA/RIMA do empreendimento, foi firmado um acordo de cooperação entre a empresa EBR e a Prefeitura Municipal de São José do Norte, a fim de identificar possíveis áreas para a realocação dos moradores de Vila Nova, firmado em 21/06/2012 (ANEXO II). Com isso, uma reunião foi realizada em 24/06/2012 pela Comissão de Moradores, que encaminhou à Fepam um questionamento sobre o andamento do processo sem o devido esclarecimento à comunidade²⁷. Um Programa de Acompanhamento da Relocação das Moradias Localizadas na Área do Empreendimento foi apresentado pela empresa EBR à Fepam, propondo ações para a “mitigação direta dos impactos decorrentes da realocação/indenização das famílias residentes na área da União diretamente afetadas pelo empreendimento” bem como “a articulação com todas as demais instituições do poder público que possuem implicações e ou responsabilidades neste processo” (ANEXO III). Nesse documento é feita referência ao bairro de Vila Nova como Bairro do Cocuruto, uma área próxima. São ressaltadas no documento a necessidade da realocação para a realização da finalidade da empresa e as possibilidades de melhoria para as famílias com as mudanças propostas.

Como a instalação do empreendimento prevê a construção de um acesso portuário e demais estruturas físicas na área da União ocupada ilegalmente atualmente pelas residências, haverá a necessidade de [realocação] dessas famílias, justificando a existência de um Programa que vise potencializar a eficiência desse processo (ANEXO III).

Foi solicitada pela Fepam a realização de Audiência Pública para esclarecimentos à comunidade em agosto de 2012, sendo realizada em fevereiro de 2013. Até realização da Audiência Pública as dificuldades enfrentadas pelos moradores de Vila Nova e a indefinição sobre a esfera de decisão referente à cessão da área de interesse do estaleiro foram explicitadas na mídia local. A atuação da Superintendência do Porto de Rio Grande para a determinação do zoneamento e a redefinição do Plano Diretor do Município de São José do Norte foram

²⁶ Nos documentos de referência à comissão e ao programa de acompanhamento elaborado pela empresa EBR consta o termo “relocação”, mas neste texto foi utilizada a palavra “realocação”, indicando a mudança de lugar imposta a essas famílias.

²⁷ As atas das reuniões foram disponibilizadas pela 1ª Representante da Comissão

impulsionadas por esses impasses. Nesse período de indefinições, alguns relatos de moradores expressaram as condições vivenciadas pelos moradores do local.

Estamos sofrendo pressão psicológica. Pessoas chegam sem nem dar bom dia e vão medindo, sem dar satisfação ou dizer de onde é. Existem pessoas que moram lá há mais de 70 anos. O que nós queremos é mais consideração, disse um morador [...] O Seu Pedrinho mora há 33 anos na área onde vai ser instalado o EBR e diz que se fosse possível não sairia dali por dinheiro nenhum, mas tem consciência de que não pode impedir o progresso. “Eu pesco desde os 12 anos de idade. Não sei fazer outra coisa. Tenho uma parelha e sobrevivo da pesca. Então não é em qualquer lugar que vai ser bom pra mim. Tenho [andaina] de camarão que me sustenta no verão. Então onde é que vão me colocar?” (MORADORES TEMEM, 2012).

A referência ao progresso como justificativa para a concessão dos moradores às necessidades do empreendedor está presente na fala dos moradores. Da mesma forma, o representante do empreendimento apelou ao progresso para tranquilizar os moradores, sem que um esclarecimento sobre as propostas de negociação – que interessavam aos moradores – fosse mencionada.

Nós queremos que os moradores fiquem tranquilos porque não queremos prejudicar ninguém. **Nós viemos aqui para fazer progredir o município** [...]. Eu estou aguardando porque teoricamente o que deverá ocorrer é o Governo Federal transferir a autonomia para o Governo Estadual ou para a Superintendência do Porto. Nós estamos aguardando (MORADORES TEMEM, 2012, grifo nosso).

Para a reunião em forma de Audiência Pública, convocada pela Superintendência do Porto de Rio Grande, empresa EBR e Prefeitura Municipal de São José do Norte – com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – foi indicada a participação da comunidade de Vila Nova, tendo sido identificados os moradores potencialmente afetados os residentes entre os números 98 e 633 da Estrada Pública do Cocuruto, porém, constam na lista de moradores fornecida pela representante da comissão os imóveis compreendidos entre os números 98 e 590 e os de numeração 800 e 830. Após a realização da audiência, a formação da Comissão de Moradores foi formalizada junto à Defensoria Pública do RS.

Uma nova reunião foi realizada com os moradores de Vila Nova em 25 de fevereiro de 2013, na qual foram apresentados questionamentos da comunidade sobre procedimentos e prazos nos processos de realocação previstos pela empresa. No dia 19 de abril do mesmo ano foi realizada nova reunião pela comissão com a comunidade e autoridades envolvidas, especialmente para a apresentação de duas áreas identificadas pela Prefeitura Municipal para possível realocação dos moradores de Vila. Na mesma ocasião foi pronunciada pela promotoria pública a preferência por maior parte dos moradores por indenização em vez de realocação.

Com o anúncio da preferência por indenização pelos moradores foram formalizados os procedimentos indicados para as negociações em uma cartilha elaborada pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ANEXO IV) e divulgada entre os envolvidos. Por meio da cartilha foram indicados caso a caso os valores sugeridos para as negociações e as condições em que se daria a transição, como o prazo de aproximadamente 60 dias para que o morador indenizado entregasse o imóvel para o uso pela empresa.

Sugeriu-se que a pressão pela saída dos moradores tivesse sido impulsionada pelos prazos para atendimento das obras para a P-74 definidos pela Petrobras (MORADORES DA VILA NOVA..., 2013). As obras de terraplanagem e dragagem começaram a ser realizadas ainda em março de 2013 pela empresa vencedora da licitação, a Codel, oriunda da cidade de Rio Grande (CODEL..., 2013) antes mesmo da saída dos moradores. Nessa mobilização pela aceleração das obras, um conjunto de propriedades foram negociadas diretamente entre a empresa de advocacia contratada pelo estaleiro e os proprietários, o que gerou animosidades pelo rompimento do acordo de negociação coletiva, tal como definido em reunião e documentado pela Fepam, assim como tensão e apreensão entre os moradores que, conforme relatado nas entrevistas, sentiram-se pressionados a aceitar os valores estabelecidos sob pena de terem suas propostas de indenização ainda mais reduzidas, conforme o direcionamento de recursos fosse se definindo e as possibilidades de negociação fossem enfraquecidas pelos acordos já firmados.

Além de publicações na mídia regional sobre os impasses vivenciados pelos moradores de Vila Nova, uma nota de esclarecimento à comunidade foi expedida pela Comissão de Moradores. A atuação da 1ª representante dos moradores foi por vezes questionada pelos moradores por ser moradora classificada como veranista e com poucos anos de permanência no município. Segundo o relato da mesma, foi também por vezes ameaçada pelas autoridades interessadas na instalação do estaleiro. De ambos os lados, a atuação da representante parece ter sido influente nas decisões, na medida em que auxiliou na mobilização das autoridades e da comunidade durante o processo, como demonstrado nos e-mails e documentos expedidos pela Comissão de Moradores.

Entre os ex-moradores de Vila Nova entrevistados, os entrevistados **B** e **C** demonstraram satisfação com as mudanças possibilitadas pela indenização conquistada nas negociações. Como a família é composta por membros com necessidades médicas especiais, a aproximação do novo endereço com o centro da cidade foi considerada um fator importante. Os imóveis adquiridos lado a lado pelas duas famílias (**Fotografia 15**) também foram indicados como aspectos positivos.

Fotografia 15: Duas residências e veículo adquiridos pelas famílias de ex-moradores B e C



Fonte: acervo pessoal, registro em 09/09/2016.

O acesso ao consumo, facilitado pela indenização recebida, como a compra de móveis e utensílios domésticos, materiais de construção e mão-de-obra para alterações na planta da casa e a aquisição de um automóvel da categoria luxo, revelam a satisfação desses ex-moradores em poder se inserir – pelo consumo - em um novo conjunto de relações, com novos lugares, novos percursos e outras pessoas. Ao mesmo tempo, a referência aos locais de residência e trabalho de onde esses moradores foram afastados é mencionada, seja pela saudosa relação que era estabelecida entre os vizinhos de Vila Nova, seja pelas dificuldades enfrentadas por aqueles que ainda sobrevivem da pesca. O pedido de um filho adolescente da família do ex-morador C, foi o registro de algumas dessas memórias na parede do seu quarto, com uma pintura que remete à paisagem da moradia anterior, em Vila Nova (**Fotografia 16**). No registro, a evidência de elementos da natureza e a proximidade entre a moradia e os meios de trabalho: o barco e o canal de acesso entre o mar e a lagoa.

Fotografia 16: Pintura em referência às condições de moradia em Vila Nova



Fonte: acervo pessoal, registro em 09/09/2016.

Também em referência às memórias afetivas sobre o lugar e aos sonhos de aposentadoria realizados, pelo menos temporariamente, o ex-morador A cedeu algumas fotografias do álbum familiar, onde exalta as características da antiga moradia. Além das reuniões e festividades em família, amigos e vizinhos, são guardados pelo ex-morador alguns registros do dia-a-dia no passado, como o trapiche por ele mesmo construído (**Fotografia 17**), a relação com a natureza e com a vizinhança, agora dispersa.

Fotografia 17: Trapiche construído por ex-morador de Vila Nova



Fonte: acervo familiar do ex-morador A.

Fatores como a tensão envolvida na mudança, como a busca de novo local e obras de construção da nova moradia (**Fotografia 18**), além da dispersão de relações de vizinhança afetando a dinâmica familiar foram causadores de desgastes para a família dos ex-moradores **D** e **E**. A ex-moradora **E** menciona sua preferência pela antiga residência (**Fotografia 19**), enquanto o ex-morador **D** destacou especialmente os prejuízos da distância que precisa percorrer com o barco até o canal por onde precisa navegar para realizar a pesca. Mencionou também o quanto os moradores das extremidades da área de interesse pelo estaleiro interferiram nos desdobramentos das negociações que culminaram na indenização das famílias envolvidas.

Fotografia 18: Nova moradia e embarcações dos ex-moradores D e E



Fonte: acervo pessoal, registro em 16/09/2016.

[...] nós moramos ali há 53 anos, viemos pra cá faz 3 anos, eu não me acostumei ainda, né? A minha mulher, mesmo, não se acostumou até agora... Tá louca pra vender, tem hora que quer vender... Fica ruim, né? Aqui mesmo do nosso porto são 600 metros pra chegar no costão... Ali [em referência ao local onde morava], logo em seguida a gente saía e pegava o canal, né? Agora aqui não, é baixo, né? [...] tem dia que não dá nem pra sair pra pescar, porque é baixo. Se a água baixa ninguém sai... É mais difícil, o canal é longe [...] o cara não sai, né? É difícil sair daqui... Ali o cara saía, ia na casa de um, na casa do outro; aqui é longe... (EX-MORADOR D)

[...] pra mim foi uma mudança muito ruim, muito ruim... Em tudo... Na convivência, no hábito, mudou tudo... Eu até assim, eu achava que quem ia sentir mais era ele, porque [vivia lá] há cinquenta e tantos anos eu vinte e poucos, mas eu acho que quem sentiu mais fui eu, porque aqui é tudo diferente... A gente, os vizinhos, o acesso pra chegar, a dificuldade de tudo, tudo mais longe, tudo... Então, assim, pra mim foi muito ruim, não foi nada bom, nada, nada. Eu preferia tá naquela casinha que eu estava, uma casa bem menor, mas era uma casa que fazia três anos que eu tinha construído, de alvenaria... Eu ainda estava curtindo, né? (EX-MORADORA E)

A entrevistada mencionou o quanto a família sente falta da relação com os vizinhos, que era muito próxima harmoniosa em Vila Nova. Além da distância a percorrer para o acesso ao canal, relatam que o acesso a outros pontos da cidade, como o centro, ficou mais difícil para eles. As relações de proximidade e integração horizontal, que eram características entre os moradores antes da mudança, foram substituídas por novas relações, determinadas de acordo com as necessidades de operação do estaleiro, ou seja, foram recortadas por verticalidades.

Fotografia 19: Antiga residência dos ex-moradores D e E, no bairro de Vila Nova



Fonte: Cedida pela representante da Comissão de Acompanhamento da Relocação das Famílias de Vila Nova

Além das condições e decisões de alguns moradores que propiciaram acordos que foram ao encontro dos interesses da empresa, dada a localização estratégica dessas residências em cada extremo da área de abrangência que interessava às operações do estaleiro, o ex-morador **D** ressalta a posição do líder do poder executivo municipal naquele período, alinhado aos interesses do empreendedor e pouco sensível às necessidades da população do local.

[...] eles vieram conversar, primeiro, né? Vieram conversar, que a turma queria tirar a gente dali... A gente era obrigado a sair dali, né? E o Prefeito, mesmo, disse que a gente era invasor... O cara morando 53 anos ali? O cara não é invasor... A gente morava tudo ali, tinha muito morador [...] Nasci ali... Aí é difícil acostumar, né? [...] eu preferia tá lá... Eu mesmo disse... Nem se dessem um milhão pra mim eu saía dali... Aí começou a sair um, sair o outro... Aí fica difícil, né? Se o cara fica por último aí fica ruim... Não tem mais nada... Baixaram o preço [...] Eu acho que fui o quarto a sair dali... Mas aí a gente estava com medo de ficar por último [...] Aí já quiseram dar uma mixaria pra eles, porque eles ficaram lá no meio... Ficaram sozinhos... Aí o cara tem medo [...] O preço que nós pedimos eles não deram... Eu falei com advogado, mas disseram que nós saímos dali porque quisemos... Se fosse todo mundo unido, né? (EX-MORADOR D).

O ex-morador **D** mencionou como ponto de ruptura nas negociações entre moradores e a empresa no momento em que os moradores dos dois pontos extremos da área de interesse do empreendimento cederam à oferta feita pela empresa, permitindo o avanço das obras em direção às áreas das demais residências. O ex-morador sugere que uma melhor articulação entre os moradores poderia ter evitado a entrega das áreas à empresa. Note-se que não foi criada uma organização de defesa dos interesses dos moradores daquela região, mas uma comissão de acompanhamento das negociações para realocação, o que indica um inevitável processo de entrega das propriedades pelos moradores, conforme o interesse da empresa, restando apenas um acordo sobre a indenização, delimitada pelo valor máximo disponibilizado pela empresa para tal fim, em acordo com a SUPRG.

A representante dos moradores na Comissão de Acompanhamento da Realocação dos Ex-moradores de Vila Nova relata o início das negociações e sobre como foi acordada a cessão das áreas na esfera pública. Após mais de 50 anos de usos do território por moradores da região sem qualquer intervenção do poder público, nem mesmo para a regularização, diferentes instituições passam a garantir o uso da área pela empresa.

[O acordo de cessão da área pelo porto ao estaleiro] partiu deles no impasse sobre quem acertaria com os moradores. Era o Governo Federal? Era a Marinha? Era o Porto ou era a EBR? Então eles fizeram o acordo de que o estaleiro indenizaria os moradores, né, e realocaria todos eles de uma forma assim bem estruturada, dando assistência, psicológica - coisa que não aconteceu, mas, foi a promessa, né? (REPRESENTANTE DOS EX-MORADORES NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO)

Esse relato evidencia a falta de planejamento para a chegada do empreendimento, característica do desenvolvimento dependente. Além das incertezas mencionadas pela entrevistada e direcionamento das negociações conforme os interesses da empresa, essa falta de planejamento passou pela irresponsabilidade social diante das necessidades dos moradores da região. Até a realização da primeira Audiência Pública, em fevereiro de 2013, a população local era descrente da efetiva instalação do empreendimento no município. Porém, iniciadas as obras foram sentindo-se pressionados à entrega das suas moradias.

[...] a gente custou a acreditar, né? A gente dizia que não, não vão tirar nós, não é assim... Que não é bem assim pra tirar, mas não era como a gente pensava, né? Foi tudo muito rápido, aquilo... Acho que saiu em maio a decisão, o troço certo, daí em maio eles já começaram em cima de todo mundo, e teve algumas que ficaram pra trás, foram negociando, e aí, depois a gente negociou e tinha 20 dias pra entregar a casa... e daí a gente teve que correr, achar a casa de aluguel, mudança e... Foi tudo muito assim... (EX-MORADORA E)

Fatores como a especulação imobiliária e a situação formalmente irregular de imóveis interferiram nas negociações sobre indenização/relocação. A busca por novos imóveis por esses moradores se deu em meio ao chamado *boom* imobiliário no município. Boatos sobre os valores negociados nos processos de indenização também teriam influenciado a definição de preços para os imóveis de interesse dos ex-moradores de Vila Nova. Uma prática que se relaciona com o que Fernandes (1976; 2008) chama de fatores irracionais do processo de desenvolvimento no contexto dependente, cujas práticas buscam ganhos elevados e imediatos, de curto prazo e não considerando a possibilidade de ganhos sistemáticos de longo prazo.

Conforme relato dos ex-moradores consultados, muitos preferiam não ter saído do local, mas foram pressionados, seja por argumentos relacionados à situação formalmente irregular das propriedades, seja pelo risco de perda de valor monetário a ser restituído, à medida que outros moradores cedessem às propostas. Além disso, alguns moradores sentiam-se obrigados a sair do local, pensando estar impedindo o progresso da cidade e da região.

Eles fizeram uma proposta, mas depois fizeram outra. Quando partiu pro escritório [de advocacia contratado pela empresa] apresentaram outra proposta, aí nós trancamos. O que eles ofereceram pra nós não comprava nem... Nem casa comprava, porque através deles [da instalação do estaleiro] subiu o custo de vida aqui na cidade... Completamente, em tudo. E aí o Ministério Público trancou. Liberaram de novo, aí partimos pra negociação de novo, aí a negociação uns aceitaram, outros não... Eles foram cercando... (EX-MORADOR A).

Outra situação que se destaca em meio às negociações para a indenização das famílias de Vila Nova envolve a propriedade de um estabelecimento comercial, um minimercado que atendia à região. Para manter a freguesia, a ex-moradora F optou por

permanecer entre os imóveis remanescentes de Vila Nova, em um terreno próximo à área desocupada para uso pelo estaleiro EBR (**Fotografia 20**).

Fotografia 20: Nova residência e empreendimento da Ex-moradora F



Fonte: acervo pessoal, registro em 16/09/2016.

A ex-moradora **A** relatou momentos de tensão pelos quais passou durante as mudanças impostas pela chegada do empreendimento.

[Eles] andaram muito tempo fazendo visita, reunião, tiveram muito tempo, só que eu nunca dizia nada, não ia a reunião também, eu não dizia nada. Só quando chegaram na minha porta, eu fui uma das últimas a sair dali... Eu não saía porque mesmo eu tava amarrada: pra onde que eu vou ir? Eu não tenho casa, não tenho terreno, não tenho dinheiro, também! Não tinha dinheiro... A última coisa que eles fizeram foi negociar pra colocar o dinheiro na Caixa pra depois a gente se mexer... Me conta só? Daqui que se mexesse pra procurar casa... Aí até que aluguei esse aqui, fiquei de aluguel um tempo bom ele subindo, subindo o aluguel... Pois é... Até que eu tive... O dinheiro esgotando, porque sai, sai e não entra... E eu vendo que o dinheiro ia indo e eu ia ficar sem casa e sem nada, fui obrigada a comprar dele... Mas não que fosse do meu agrado... Mas nada tem a fazer mais (EX-MORADORA F).

Os relatos dos ex-moradores **A** e **F** indicam que, apesar da participação do Ministério Público e da Defensoria Pública, não houve orientação adequada àqueles que não desejavam deixar o local sobre os seus direitos. Durante a entrevista, a ex-moradora **F** relatou os abusos que sofreu durante o processo, sendo pressionada a deixar o antigo estabelecimento e residência (**Fotografia 21**).

Fotografia 21: Antiga residência e empreendimento da Ex-moradora F



Fonte: Cedida pela representante da Comissão de Acompanhamento da Relocação das Famílias de Vila Nova

[...] Todo mundo diz pra mim, pelo mínimo, um milhão, eu sei que deviam me pagar disso pra cima, porque era um comércio registrado, de anos, e eu sem terreno e sem casa e eles me... pra eu sair... Vocês já pensaram? Vocês pararam pra pensar isso aí? Eu fiquei num mato sem cachorro... Fiquei num mato sem cachorro, guria! Perdi do comércio que tu não queira imaginar... Veio um advogado lá de Porto Alegre e entrou lá ele e o filho, veio dentro da venda, destampou freezer por freezer pra ver, filmou tudinho, tudinho, levou... Chegou lá e foi lá no escritório deles... Chegou lá e mostrou pra eles... Como é que essa criatura vai sobreviver com esse comércio aqui perdendo... Porque eu perdi, perdi tanto do comércio [...] O que era de freezer, o que era de mercadoria vencendo também... Tu precisava ver... Eu fiz cômodo de caixas de coisas... E as firmas não trocavam, porque passou tempo de validade, muito... Então o caminhão de lixo levava e cortava o coração [...] o meu umbigo eu perdi em Tavares... vim criança pra cá e foi a minha moradia, por aqui me casei, criei os filhos... Filhos e netos, foi tudo ali... Ah... Eu tinha uma sombra ali... As crianças, os meus netos, dizem: vó... e aquele nosso balanço, vó? Os meus netos, coitadinhos, dizem: vó, e o nosso balanço lá? Cortaram o mato, vó! Tadinhos [...]. Volta e meia convidam pra ir lá ver: vó, vamos lá onde era a tua casa? Ver o que? Ah... Pra que a senhora foi sair dali, vó? Deixou, não tem mais o nosso balanço, a nossa sombra... Tadinhos... (EX-MORADORA F).

Tanto a ex-moradora **F** quanto os ex-moradores **D** e **E** estão vivendo sob eminente ameaça de novos processos de realocação/indenização, já que os terrenos adquiridos estão delimitados pela Superintendência do Porto de Rio Grande como áreas de expansão portuária. A ex-moradora **E** mencionou que já foram feitas medições na área em que está situada sua nova residência, sendo alegado pelo funcionário encarregado pela medição o possível uso para armazenagem de contêineres por uma empresa de origem japonesa. Até junho de 2016 restavam poucas residências no bairro de Villa Nova, se estendendo a partir do estaleiro em direção ao bairro Cocuruto (**Fotografia 22**).

Fotografia 22: Paisagem a partir do bairro de Vila Nova com estaleiro EBR em Operação



Fonte: acervo pessoal, registro em 16/06/2016.

Próximo ao estaleiro restou apenas a propriedade de uma família, a qual - por não ter conexão com a praia - não foi inserida nas propostas de realocação/indenização elaboradas pela empresa (**Fotografia 23**).

Fotografia 23: À esquerda, propriedade não inserida nas negociações de indenização



Fonte: acervo pessoal, registro em 16/06/2016.

As comunidades dos bairros Veneza e Cidade Baixa também mobilizaram recursos para a proteção de suas residências, afetadas por rachaduras causadas pelo intenso trânsito de cargas para as obras de construção do estaleiro. A construção do estaleiro implicou no transporte de cargas pesadas pelas ruas do município, afetando as estruturas das casas e o dia a dia dos moradores. Em nota, a empresa avisou à comunidade sobre o início das obras em agosto de 2013.

A EBR informa à comunidade de São José do Norte que, a partir deste mês (agosto de 2013), será instalado o canteiro de obras do consórcio GPO/COMSA, responsável pela construção do cais do estaleiro. Por esse motivo, durante 18 meses, haverá um aumento no fluxo de caminhões vindos da BR101, que acessarão a Rua Luiz Gautério, passarão pela Rua Onze (bairro Cidade Baixa) e seguirão pelo Beco do Matadouro até a Estrada do Cocuruto. Ainda neste mês, está prevista a chegada de 30 carretas. O EBR desculpa-se pelo transtorno causado, agradece a compreensão de todos e lembra à comunidade que a implantação do estaleiro trará grande desenvolvimento ao município (INSTALAÇÃO..., 2013).

O transtorno mencionado implica naquilo que é fundamental à vida dessas pessoas: a moradia. Das 30 carretas/mês anunciadas em nota pela empresa em agosto de 2013, o fluxo de veículos pesados passou para 731 no mês de novembro, no mesmo ano, ou seja, uma média de quase 25 carretas por dia passando por essas comunidades (**Fotografia 24**), por ruas não pavimentadas. Na nota a empresa não menciona sua necessária participação na construção prévia de uma via alternativa, que contornasse a cidade e minimizasse os transtornos, tal como previsto na licença de instalação.

Teve uma questão das vias para acesso ao empreendimento, né? Porque, o que acontece? O empreendimento grande que iria transportar material, insumos na própria fase da obra, então no EIA/RIMA estava previsto que algumas vias de circulação ou iam ser construídas ou iam ser recuperadas. Houve um atraso em algumas vias, mas também existia uma contrapartida, um convênio com o Governo do Estado, em que nesse convênio o governo se colocava como um parceiro do empreendedor pra que as vias estivessem em condições... (REPRESENTANTE DA FEPAM).

Além dos danos materiais, as famílias reivindicam indenização por danos morais a que foram submetidas. Há relato sobre o tráfego de caminhões sem restrições de horário ou velocidade na região. A poeira e os demais riscos à saúde e à integridade física a que estiveram expostas foram algumas das razões para o encaminhamento de ações judiciais por pelo menos oito famílias, como relatou um dos moradores da Rua Luiz Gautério, a mais atingida. Uma escola da comunidade chegou a ser atingida por um dos caminhões, tendo seu muro danificado. Essa situação resultou na mobilização da comunidade e encaminhamento de solicitação de

providências por diferentes órgãos municipais, como Secretaria de Educação e Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Algumas ações mitigatórias desses danos foram implementadas pela Prefeitura Municipal, como sinalização, aplicação de jatos de água pela rua, a fim de controlar a poeira, e a disponibilização de veículos da secretaria de transportes para o controle da velocidade dos caminhões. Além de dispendiosas para o município, essas ações não impediram os transtornos gerados aos moradores.

Fotografia 24: Vista a partir da BR 101 em direção aos bairros Veneza e Cidade Baixa



Fonte: acervo pessoal, registro em 22/08/2017.

O atraso nas obras de construção da via alternativa que poderia ter pelo menos minimizado os transtornos causados aos moradores é atribuído ao Governo do Estado. Essa justificativa foi apresentada pelo empreendedor em processos judiciais movidos por famílias que tiveram as estruturas de suas casas comprometidas pela trepidação outros danos causados pelo intenso fluxo de caminhões para as obras de construção do estaleiro, ou seja, além de arcar com o ônus financeiro, o Estado arca com o ônus de imagem junto à opinião pública. Com a intenção de ilustrar o menor fluxo de veículos a partir da ação movida pelos moradores, o empreendedor apresenta também os expressivos volumes de cargas transportadas até o local entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014 (**Tabela 3**). A empresa declarou um pico de

recebimento de carretas com materiais em fevereiro de 2014, alcançando 1.177 carretas no mês, ou seja, um fluxo médio de quase 40 carretas por dia.

Tabela 3: Transporte de Cargas EBR (número de carretas recebidas/a receber)

Carretas (unidades)		2013		2014							
		Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.
Mensal	Prev.	731	947	1.177	765	500	350	300	250	150	100
	Rec.	731	947	1.177	765						
Acumulado	Prev.	731	1.678	2.855	3.620	4.120	4.470	4.770	5.020	5.170	5.270
	Rec.	731	1.678	2.855	3.620						

Fonte: Empresa EBR²⁸

Esse fluxo de veículos causou muitos transtornos à população local, como o comprometimento estrutural de suas residências. Um dos moradores improvisou o reforço das paredes com cabos de aço (**Fotografia 25**) e outros reparos, como a troca de aberturas e o revestimento de paredes internas como forro de PVC. Mesmo inseguros quanto à propriedade efetiva de suas residências, pela não regularização de registros de imóveis, os moradores da região mais afetada – no bairro Veneza – mobilizaram-se para exigir junto à Prefeitura Municipal e à empresa uma alternativa de acesso que não comprometesse sua segurança e as suas moradias (**Fotografia 26**). Foi realizado também o bloqueio da Rua Luiz Gautério, como forma de protesto dos moradores e reivindicação de soluções à empresa e ao setor público (**Fotografia 27**).

Fotografia 25: Reparo improvisado por morador da Rua Luiz Gautério



Fonte: acervo pessoal, registro em 22/08/2017.

²⁸ Compõe o processo de Ação Indenizatória nº 126/3.14.0000064-8 – Cópia autorizada pelo Fórum Municipal de São José do Norte.

Fotografia 26: Reunião de moradores do Bairro Veneza com o Executivo municipal



Fonte: Jornal Agora, publicado em 29 de março de 2014.

Fotografia 27: Interrupção do fluxo de veículos em protesto realizado por moradores



Fonte: Jornal Agora, publicado em 29 de março de 2014.

Após as manifestações e reivindicações realizadas pelos moradores, uma rota alternativa para o transporte de cargas a partir da BR-101 foi estabelecida no município. Mesmo considerando-se o êxito dessas ações, os transtornos causados poderiam ter sido evitados com o planejamento prévio e minimização de impacto pela empresa. As ações foram reativas paliativas aos danos causados pelo transporte de cargas pesadas, primeiro no centro histórico, depois em área residencial sem pavimentação, sem fiscalização e sem a participação profissional para o suporte necessário. As vias alternativas foram sendo definidas às pressas, conforme os objetivos da empresa. Mesmo após assinado um Decreto de Situação de Emergência (ANEXO VI), foram concedidos, com a anuência de moradores, dez dias para que a empresa seguisse transportando os materiais de construção, como cimento e peças prontas de concreto e ferro para o canteiro de obras, passando pelas residências já reconhecidamente comprometidas.

Aspectos econômicos e sociais foram utilizados pela empresa e reforçados por representantes da gestão municipal como argumentos para a não interrupção das atividades pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e posteriormente pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tais argumentos constam no Ofício 27/2014, elaborado pela Secretaria Municipal da Fazenda e endereçada ao Coordenador de Defesa Civil do município.

Somente os empreendimentos diretamente relacionados ao estaleiro EBR movimentam mensalmente uma folha salarial de mais R\$ 7,2 milhões, distribuída entre mais de 900 postos de emprego diretos e 200 indiretos. Movimenta quase R\$ 30 milhões em insumos e equipamentos a cada mês que se passa, o que proporciona uma arrecadação também mensal de aproximadamente R\$ 571 mil em tributos municipais e 426 mil em tributos estaduais, não podendo deixar de citar os tributos federais e sobre a folha de pagamentos (continua).

(continuação) Os impactos econômicos indiretos não são menos importantes, uma vez que seria ingênuo desconsiderar justamente um dos aspectos que mais se perpetuam na economia, uma vez que o brasileiro consome cerca de 86% dos seus rendimentos. O impacto de pelo menos parte deste consumo, apenas como alguns dos números expressivos nesta análise, estima-se um aumento na arrecadação de cerca de R\$ 171,5 mil aos cofres municipais somente em função da instalação da indústria naval.

No entanto, talvez um dos impactos indiretos mais expressivos seja o aumento dos postos de emprego na economia local em função do aumento da demanda gerada pelo número de trabalhadores trazido pelas obras e o aumento do nível de renda geral da economia. Um esboço deste tremendo impacto pode ser visto ao perceber que, no período anterior às instalações do complexo da EBR, foram gerados apenas 9 empregos no comércio e 5 no setor de serviços, situação completamente contrastante com os 100 empregos formais no comércio e 37 no setor de serviços somente até o momento, desde o início das obras da EBR e somente nesses dois setores.

Além desses impactos indiretos, muitos outros se estendem de tão variadas formas que nos impossibilita de elencá-los de modo adequado, dado o pouco tempo. No entanto, é pertinente citar a título de exemplo final o notável aquecimento do mercado imobiliário, o desenvolvimento do antes praticamente inexistente serviço de transporte privado de passageiros e de todos os outros impactos nos transportes, como o intermunicipal e a arrecadação nas praças de pedágios. O PIB do município, que em 2011 alcançou a marca de R\$ 260.065 mil, espera chegar ao patamar superior a R\$ 304.308 mil, sendo estes e muitos outros impactos são certamente visíveis na economia do município, e todo este incremento foi gerado pelo advento da construção do EBR Estaleiros em praticamente sua totalidade.

É consenso afirmar que optar por uma interdição do trecho de acesso ao canteiro de obras de instalação do estaleiro EBR - ou de qualquer outra operação que possua uma relação estreita com os prazos assumidos pelo EBR Estaleiros -, na tentativa de corrigir eventuais externalidades negativas geradas pelo empreendimento acarretaria em retroceder em quase todos esses avanços econômicos, o que significa, em suma do citado anteriormente, em uma perda mensal de mais de 1300 postos de trabalho com uma folha salarial que passa tranquilamente dos 8 milhões, quase R\$ 1,1 milhões de tributos das mais diversas espécies e o desaquecimento com a perda de movimentação de quase R\$ 30 milhões de mercadorias ao mês, a conseqüente perda de um projeto de R\$ 1,7 bilhões, sem citar o desaquecimento agressivo da economia, aos patamares de anos atrás (ANEXO VIII).

Entrevistados representantes da gestão pública municipal e do estaleiro EBR fizeram referência à atuação integrada dessas organizações, eventualmente formalizada por meio de acordos de cooperação, seja para a viabilização do empreendimento, seja para o

atendimento de demandas da comunidade – muitas delas relacionadas às mudanças advindas da entrada desse novo tipo de atividade no município. Os aspectos que mais se destacaram foram as obras necessárias às operações do estaleiro, como a construção da via alternativa de conexão entre a BR 101 e a área portuária e a via de acesso à estrada Barra, bem como a necessidade e a possibilidade de contratação de pessoal – pela realização de concursos públicos, necessidades fortemente relacionadas às demandas originadas pela instalação de uma empresa com as características do estaleiro. As possibilidades de incremento do orçamento gerado pelas operações desse novo empreendimento e a dinamização econômica do município formaram argumentos recorrentes em defesa do atendimento dessas demandas.

A interação entre a prefeitura, a comunidade e os órgãos gestores de diferentes atividades e esferas de governo também foi incrementada a partir dessas mudanças. As necessidades de planejamento urbano e de infraestrutura, como adaptações nos serviços básicos de transporte, saúde, energia elétrica, água e esgoto foram as principais requisições mencionadas nos contatos com os representantes da prefeitura municipal. Consideradas as dimensões do empreendimento em relação às condições disponíveis até então no município, algumas dessas demandas foram inseridas como condicionantes nos processos de licenciamento ambiental pela Fepam.

A atuação de organizações de regulação e fiscalização, além da Fepam, também foi requerida, como da Metroplan, que durante o período de intensificação do uso do transporte hidroviário orientou as adaptações necessárias à empresa de transporte. Essa atuação não ocorreu de forma espontânea, mas por atuação da comunidade diretamente afetada pela precariedade dos serviços oferecidos até então, compondo inclusive a pauta de protestos do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande e São José do Norte, com o bloqueio do acesso ao estaleiro em janeiro de 2015.

Cerca de 500 trabalhadores do estaleiro e desempregados participaram de uma assembleia promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Eles reivindicam melhores condições de trabalho em dias de calor, estrutura nas lanchas que realizam o transporte de passageiros entre Rio Grande e São José do Norte e, principalmente, a contratação de mão de obra local (AVILA, 2015).

A mudança no perfil de empregos gerada no município com a instalação do estaleiro EBR tem implicações nessas diversas áreas e, conseqüentemente, na configuração espacial do município, sua forma e normas. Essa inversão será detalhada a seguir.

4.3.2 A modificação no quadro de registros de empregos em São José do Norte

Um dos principais argumentos utilizados para justificar a presença de grandes empreendimentos nos diferentes territórios é a geração de empregos para a população local e não foi diferente no caso de São José do Norte. Essa prática tem forte relação com a ideia de assalariamento e com a ideia de felicidade associada ao consumo, que são aspectos mutuamente relacionados que sustentam a empresa e caracterizam o mundo atual, conforme aponta a teoria da empresarização (SOLE 2008).

Mesmo com a modificação no quadro de registros de emprego no município, a percepção da população local, conforme relato de alguns dos entrevistados, foi de frustração quanto à contratação de mão-de-obra local pela empresa EBR, ou seja, a percepção de que poucos empregos foram gerados. Outro fator destacado por alguns entrevistados foi a interferência da instalação desse empreendimento na possibilidade de manutenção das rotinas de trabalho comuns aos pescadores da região.

Alguns seguem atuando como pescadores, outros alegam que devido à própria dragagem que aconteceu eles alegam que não tem mais, que prejudicou a atividade deles. Então muitos retomaram à pesca mas em outros locais (REPRESENTANTE DOS EX-MORADORES NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO).

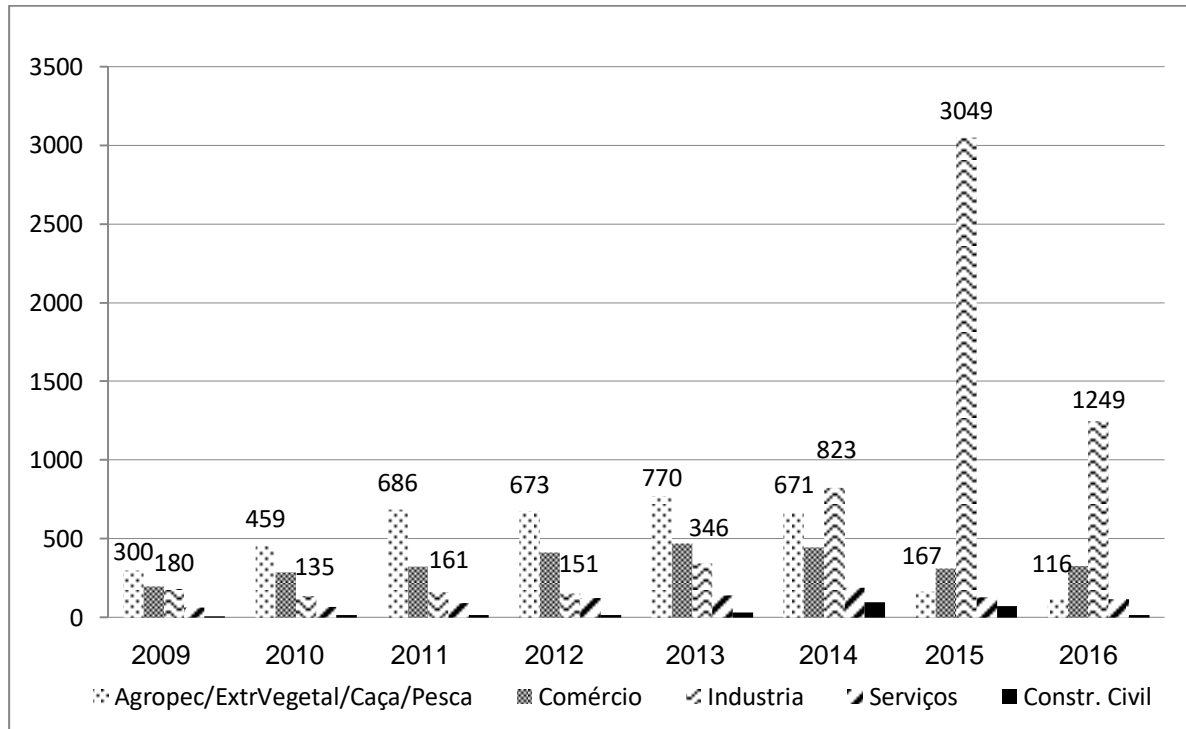
[Teve] mobilização, teve protesto. Porque eles prometeram, não sei a quantia, quanto por cento de trabalhadores nortenses, mas aí a maioria de empregos lá [foi ocupada] por baianos, cariocas, paulistas, que são os caras preparados pra isso, né? (EX-MORADOR A).

O quadro de registros de empregos no município vem se modificando, como indicam os dados do Ministério do Trabalho, sobre admissões entre os anos de 2009 e 2016 (**Gráfico 1**). Neste gráfico se pode perceber o elevado crescimento no número de registros de emprego na área da indústria, que passa a se destacar como atividade mais representativa para a economia do município a partir de 2014 e alcança um número ainda mais expressivo em 2015. É importante relacionar também essa dinâmica com a dos registros de emprego no estado do Rio Grande do Sul e no país, especialmente no período mais recente, a partir de 2014, em que se dissemina um período de crises econômicas e políticas.

O trabalho no estaleiro se caracteriza pela sazonalidade de vagas, vinculadas às etapas de realização do projeto, mas um grande número de demissões começa a ocorrer no ano de 2016 e, acompanhando o declínio do mesmo setor no município de Rio Grande, que registrou mais de 3.000 demissões em dezembro de 2016, coloca a região em altos níveis de

desemprego. Os demais setores, como a construção civil, também passam a registrar redução no número de admissões a partir de 2016.

Gráfico 1: Admissões em São José do Norte, entre 2009 e 2016



Fonte: Adaptado de CAGED(2017).

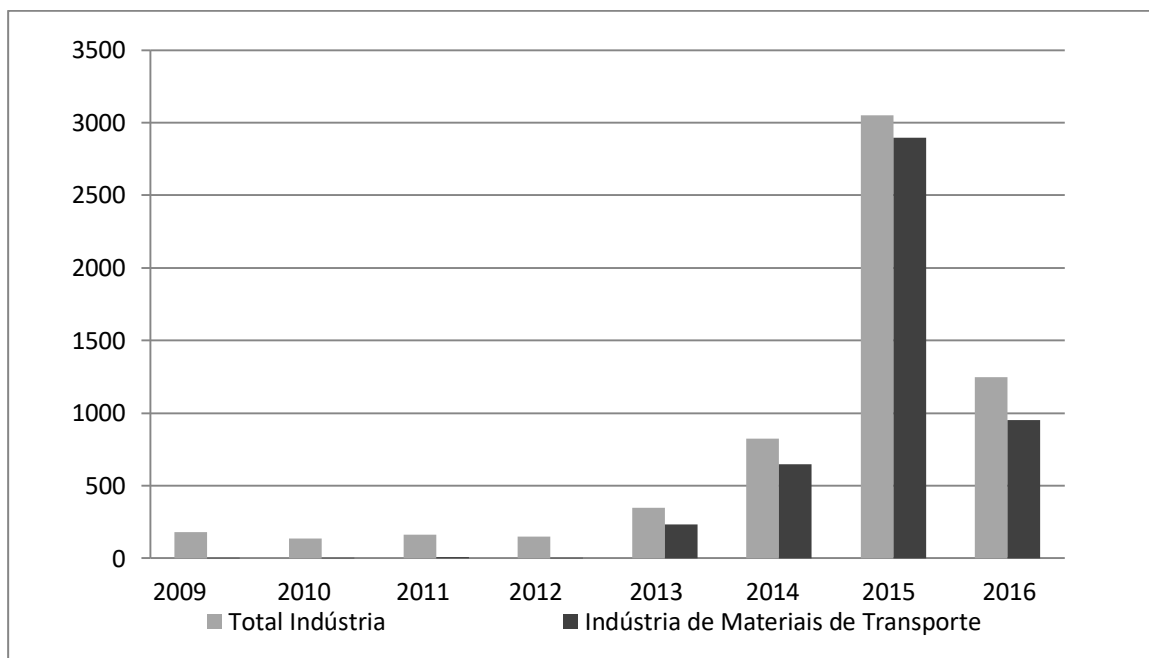
O ciclo mais recente, relacionado ao polo naval, encontra-se numa fase decrescente, tanto em Rio Grande quanto em São José do Norte. Os dados sobre admissões no município apresentados no **Gráfico 1** demonstram o crescimento do número de empregos registrados em São José do Norte até 2015, tendo quase triplicado entre os anos de 2009 e 2014 e ganhando ainda mais expressividade no ano de 2015, como o registro de 2.898 admissões no setor naval. Esse número cai a menos de um terço no ano seguinte, com o registro de 952 empregos. Destaca-se que o crescimento do número de registros de empregos na indústria superou o número de empregos no setor de agropecuária/extração vegetal/caça e pesca em 2014 e se manteve o mais elevado na geração de postos de trabalho até 2016. Cresceu também o número de registros de admissões no setor de construção civil, quase inexistente – formalmente – no município até o ano de 2012.

Mesmo com a queda no número de admissões no ano de 2016, o setor de comércio vem se modificando no município, com a instalação de novos empreendimentos, como farmácias, lojas de móveis e eletrodomésticos, franquias e serviços de hospedagem. Por um

curto período houve um rápido crescimento no mercado imobiliário, especialmente impulsionado pela construção e operação do estaleiro EBR e favoreceram a instalação de uma nova imobiliária no município somando-se às outras duas já existentes. No ano de 2016, no entanto, aumentou muito a oferta de imóveis para venda e locação na cidade, seja pelos investimentos feitos por moradores, diante das expectativas geradas quanto ao possível aumento da população, seja pela conclusão de etapas nas obras da P-74 e consequente dispensa de trabalhadores.

Ressalta-se que entre os registros de admissões na indústria até o ano de 2008 não havia registros no setor de indústria de materiais de transporte, no qual se verifica o maior crescimento nos anos de 2013 e 2014 (**Gráfico 2**). O período desse crescimento coincide com o de início das obras de construção do estaleiro EBR. Verifica-se, também, que o crescimento no número de registros de empregos no setor de indústria de materiais de transporte é quase equivalente ao crescimento no número total de registros de emprego no município, evidenciando a importância da análise sobre a influência dessa empresa na produção do espaço, tal como se propõe verificar a partir desta pesquisa.

Gráfico 2: Proporção de admissões registradas na indústria de materiais de transporte



Fonte: Adaptado de CAGED(2017).

No ano de 2015 o número de admissões no setor de Indústria de Materiais de Transporte, no qual se inserem as atividades do polo naval, São José do Norte alcançou quase o

dobro das admissões realizadas na cidade do Rio Grande, onde as obras da Empresa Ecovix já começavam a apresentar restrições causadas pelo início das investigações da Operação Lava Jato que envolviam alguns de seus dirigentes. No ano de 2016 as admissões nos dois municípios foram reduzidas a menos da metade do número alcançado em 2015. Comparados os números de admissões e demissões no setor industrial em São José do Norte, Rio Grande e os totais do setor no Estado do Rio Grande do Sul e no país, fica evidenciado o período de retração das atividades em todos os níveis (**Tabela 4**).

Tabela 4: Admissões e demissões na indústria, em diferentes níveis

Atividade			São José do Norte	Rio Grande	RS	Brasil
2015	Mat.	Admissões	2.898	1.053	9.534	84.211
		Demissões	1.233	2.782	18.269	163.343
	Transporte	Admissões	3.049	3.829	275.277	2.709.465
		Demissões	1.380	5.734	328.016	3.315.586
2016	Mat.	Admissões	952	854	7.903	71.373
		Demissões	1.222	5.212	17.007	121.575
	Transporte	Admissões	1.249	3.928	232.601	2.292.841
		Demissões	1.467	8.294	259.202	2.614.344

Fonte: Empresa EBR²⁹

Ainda que seja considerada a prática de demissões e admissões por etapas a serem realizadas nas obras em plataformas, a comparação entre demissões e admissões possibilita verificar o número significativo de demissões nos anos de 2015 e 2016, especialmente na cidade do Rio Grande. Esses números indicam uma intensificação das disputas pela ocupação das poucas vagas disponibilizadas no setor em que se insere a atividade do polo naval. Acaba por ser constituída uma quantidade expressiva de trabalhadores dispensados no setor, que passam a disputar vagas de trabalho também em outros setores da economia, como o comércio nas duas cidades ou, ainda, atuarem como autônomos e no setor chamado informal. O entrevistado representante do STIMMERG no município de São José do Norte relata algumas iniciativas empreendidas a fim de garantir algumas vagas para a população local nos processos de contratação.

Apesar de constarem no registro do CAGED como dados referentes ao município de São José do Norte, essas vagas não foram necessariamente ocupadas por moradores da cidade. Os entrevistados representantes do STIMMERG tanto na sede em Rio Grande quanto

²⁹ Compõe o processo de Ação Indenizatória nº 126/3.14.0000064-8 – Cópia autorizada pelo Fórum Municipal de São José do Norte.

em São José do Norte relataram a criação de procedimentos e normas para a garantia de ocupação de algumas das vagas disponibilizadas por moradores da cidade e da região.

E a gente sempre procurou isso aí, tentar empregar o pessoal local. Mas, infelizmente, aqui, em São José do Norte, São José do Norte não tava bem preparada pra isso. O que é que acontece? O EBR chegou aqui, eles trouxeram a maioria do pessoal deles tudo de São Paulo. Hoje, nós temos bastante gente desempregada, aqui, agora nós fizemos um acordo com eles, assinado por ambas as partes, sindicato e EBR que iriam priorizar o pessoal daqui (REPRESENTANTE DO STIMMERG SÃO JOSÉ DO NORTE).

Recentemente esses trabalhadores [mostra um conjunto de currículos] foram a São José do Norte, a empresa disse: olha, tô precisando de maçariqueiro e soldador. A gente pegou um banco de dados que a gente tem aqui e encaminhou: olha, a gente tem esse bando de dados aqui... Desses eles chamaram quatro (4) pra fazer o que eles chamam de pré-teste e desses quatro três passaram. É o mais estranho é a condição que esse pessoal fez o teste lá, uma condição bem absurda, bem assim, [dificultando] totalmente... Ao mesmo tempo eles continuam trazendo o pessoal de fora. Por quê? Porque a gente ainda não tem um encarregado de solda da região, a gente não tem um gerente. Porque esse pessoal quando vem... Tu tem a tua equipe que já trabalhou contigo em outro contrato, então tu vai trazer o teu encarregado e todo o pessoal da tua confiança (REPRESENTANTE DO STIMMERG RIO GRANDE).

Considerados os dados sobre empregos no país entre agosto de 2016 e julho de 2017, verifica-se a continuidade da retração, comparados totais de admissões e desligamentos no diferentes setores da economia brasileira (**Tabela 5**).

Tabela 5: Evolução do emprego por setor de atividade econômica no Brasil

SETORES	EM 12 MESES (agosto/2016 a julho de 2017)			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	33.594	41.244	-7.650	-3,84
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.367.874	2.499.600	-131.726	-1,77
SERV INDUST DE UTIL PÚBLICA	69.127	76.783	-7.656	-1,82
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.331.194	1.585.939	-254.745	-10,33
COMÉRCIO	3.665.432	3.713.013	-47.581	-0,53
SERVIÇOS	5.905.563	6.074.878	-169.315	-0,99
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	67.180	80.480	-13.300	-1,51
AGROPECUÁRIA	991.549	978.263	13.286	0,81
IGNORADO	0	1	-1	0,00
TOTAL	14.431.513	15.050.201	-618.688	-1,58

Fonte: Adaptado de MTE (2017).

O período entre 2015 e 2016, considerado um momento de crise econômica e de geração de empregos no país, favorece a disseminação do mito do progresso, principalmente vislumbrado como possibilidade de reequilíbrio das contas públicas, atualmente comprometidas com o pagamento de dívidas internas e externas. Especialmente no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, propostas de privatização de disponibilização de novas áreas para a exploração mineral tem sido as alternativas apresentadas à população para a recuperação da dinâmica econômica no estado.

Há, porém, um aumento da ocupação das vagas oferecidas no comércio por moradores da cidade de Rio Grande, que passa por um momento de baixa oferta de postos de trabalho no comércio. Isso ocorre especialmente em função da desmobilização de trabalhadores do setor naval, que implica em uma redução de fluxo de recursos no comércio de produtos e serviços na cidade.

Uma zona industrial foi vislumbrada para a área de margem marítima, onde já está instalada a empresa EBR. Não houve confirmação nas entrevistas sobre os tipos de empreendimentos planejados para as atividades do porto nortense, mas foram mencionadas a venda de uma área próxima ao estaleiro para um grupo português, o interesse de outros investidores estrangeiros e a mobilização pela Superintendência do Porto de Rio Grande para a sua expansão.

A matriz econômica do município passa a ser caracterizada pela Prefeitura Municipal considerando as transformações oriundas das atividades da indústria naval.

A matriz econômica do Município de São José do Norte passa por um momento de grandes transformações. A cidade, que possuía uma economia fundamentalmente primária, orientada pelas tradicionais atividades de cultivo de cebola, pesca e, mais recentemente, o monocultivo de eucalipto e pinus, tem seu perfil modificado após a introdução da indústria naval como uma das principais atividades da economia nortense, já se apresentando como o segundo setor que mais contrata e o setor responsável por quase toda a criação de postos de trabalho, criando 91% dos novos empregos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2017).

A pesca, que também já foi uma atividade econômica expressiva na região, hoje apresenta dificuldades para quem dela depende para a subsistência. Nos anos de 2014 e 2015, pelo menos, os pescadores recorreram a benefícios do Governo Federal, como cestas básicas e benefícios financeiros em função da baixa safra de camarão e de peixes (AUTORIZADO..., 2015). O relatório de impacto ambiental relacionado à instalação do estaleiro EBR em São José do Norte confirma a interferência do empreendimento na atividade pesqueira da região, ao

mesmo tempo em que minimiza tais efeitos em função das operações portuárias no mesmo canal de conexão marítima com a lagoa, pelo Porto de Rio Grande.

No relatório está expresso que “este impacto indireto foi caracterizado como de baixa significância e baixa magnitude, devido ao nível de antropização [perturbações] da região já proporcionado pelas atividades do Porto de Rio Grande” (POLAR, 2011, p. 37). Em conversas com pescadores locais foi possível identificar que estes atribuem as baixas safras às condições climáticas como maior ou menor volume de chuvas, não apontando relações diretas entre a dragagem do porto de Rio Grande ou aterramento para construção do píer do estaleiro EBR, por exemplo.

Com o início das obras de construção do estaleiro em São José do Norte, no ano de 2013, a população do município passou de 25.503 habitantes, em 2010, para uma população estimada de 26.853 no ano de 2014 (IBGE/Cidades, 2015). A expectativa durante o anúncio de instalação do estaleiro era de um crescimento populacional ainda maior, uma vez que a construção do estaleiro foi anunciada com uma perspectiva de geração de cerca de 5.000 a 7.000 empregos diretos nos picos de produção. Mas o que se observou sobre o pico de atividades no ano de 2015 foi a permanência de um número expressivo de trabalhadores no município de Rio Grande, deslocando-se diariamente para o trabalho em São José do Norte. Com a disponibilização de um serviço de transportes entre o terminal hidroviário de Rio Grande e o estaleiro, muitos dos trabalhadores não passavam por outras áreas do município de São José do Norte. Em 2016, a estimativa de população para o município era de 27.095 habitantes (IBGE/Cidades, 2017), um crescimento próximo ao dos anos anteriores.

Novos concursos públicos foram realizados em São José do Norte, principalmente após a instalação do estaleiro no município ter despertado expectativas de maior demanda por serviços públicos, como planejamento, saúde e educação. A oferta de novos cargos atraiu muitos candidatos da cidade vizinha, Rio Grande, e de outros municípios da região. Para o concurso realizado em setembro 2016 houve um grande número de candidatos buscando o serviço de transporte hidroviário, acarretando uma demanda superior à capacidade de atendimento, que não foi adaptado para essa situação. Muitos candidatos que não realizaram a travessia a tempo da realização das provas solicitaram a anulação das mesmas, justificada pela dependência do serviço de travessia.

Com essas contratações, tanto no comércio local, quanto no setor público, ou mesmo no polo naval, intensificou-se o fluxo de pessoas entre os municípios da região, possibilitando a dinamização econômica principalmente no setor do comércio, como será analisado na sessão seguinte.

4.3.3 Mudanças observadas quanto ao comércio e oferta de serviços no município

A relação entre a população de São José do Norte com o comércio e os serviços disponíveis na cidade vizinha, Rio Grande, pode ser observada nas especificidades quanto ao transporte hidroviário de passageiros entre as duas cidades, que permite o transporte de cargas variadas (**Fotografia 28**). Nos últimos anos, porém, seja pelo asfaltamento da BR 101, seja pela maior circulação de trabalhadores na cidade, percebe-se o incremento da oferta de pontos comerciais.

Fotografia 28: Transporte hidroviário de cargas e passageiros



Fonte: acervo pessoal, registro em 11/11/2016.

Tudo aconteceu meio junto, né? São José do Norte é uma cidade que depende quase exclusivamente de safra [cebola e pesca], né, tem uma população rural muito grande que tá evadindo pra cidade. Paralelo com o polo naval que começou em Rio Grande e hoje tem uma unidade instalada aqui, o estaleiro EBR, tem a questão da energia eólica, que é uma coisa que tá muito ativa, apesar de não tá aparecendo ainda, existem indícios de que vai acontecer, e a mineração, que tá aguardando liberações do IBAMA, e tal, que vão gerar principalmente renda pro município. Paralelo com isso a gente teve um incremento de comércio, né, várias lojas de muitos setores: roupas, mercados, clínicas, clínicas dentárias, laboratórios... Antes eram algumas lojas de familiares, tinha um laboratório, hoje são três; clínica de fisioterapia não tinha nenhuma, hoje tem cinco ou seis, então houve uma demanda desses serviços. Imobiliária não tinha nenhuma, a minha foi a primeira. Chegou a ter cinco, fecharam algumas, são três agora, na cidade. O ramo de hotelaria cresceu bastante, em função de hospedagem de trabalhadores (REPRESENTANTE IMOBILIÁRIA K).

O transporte hidroviário entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte também foi modificado. Uma das condicionantes indicadas na licença emitida pela Fepam para a operação do estaleiro EBR no município de São José do Norte dizia respeito a esse serviço. A prestação do serviço vem sendo realizada pela empresa Transnorte, instalada em São José do Norte, e fiscalizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul por meio da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Com a extinção da Metroplan entre as oito fundações extintas pelo Governo do Estado, em dezembro de 2016, a fiscalização passou a ser realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

As lanchas que faziam o transporte de passageiros e cargas até o ano de 2011 (**Fotografia 29**) foram gradualmente substituídas e criados novos horários de travessia para o atendimento nos horários de pico: pela manhã no sentido de São José do Norte para Rio Grande e no fim da tarde em sentido contrário (ZIEBEL, 2012). No ano de 2015 foi reativada uma empresa do grupo, a Navegantes, para o transporte exclusivo dos funcionários do estaleiro EBR, utilizando o cais do empreendimento e não a hidroviária municipal.

Fotografia 29: Lancha de transporte de passageiros em uso no ano de 2011



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/60253108>

Em Rio Grande foi estendido o terminal de embarque e desembarque, que passou a operar até três lanchas (**Fotografia 30**). Até janeiro de 2017 quatro (4) lanchas faziam o transporte público de passageiros entre os dois municípios e duas lanchas foram disponibilizadas para o transporte privado de trabalhadores do estaleiro EBR.

Fotografia 30: Lanchas em operação no terminal hidroviário de Rio Grande/RS. À esquerda, uma das lanchas fretadas pela empresa EBR para transporte exclusivo de funcionários entre a hidroviária de Rio Grande e o píer do estaleiro.



Fonte: acervo pessoal, registro em 09/09/2016.

[...] eram três empresas que faziam o transporte aquaviário aqui no município: era a Roig, que era de um tio meu, a do [...] Manoel e a do pai, que é a Transnorte. Eram três empresas. Depois, devido a algumas interferências dos órgãos reguladores, aqui, eu acho que eles de repente não tavam tão adequados assim... Foi feito algum tipo de estudo, assim, eles saíram do serviço, a Roig e o Maneca [Manoel], e ficou só a nossa empresa, né? [...] Então nós tínhamos lanchas o suficiente pra carregar 33% da população, porque eram três empresas, e aí, tipo, do dia pra noite a gente teve que começar a carregar toda a população... E aí, com a função da tarifa, que já tá há nove anos que nós estamos com a mesma tarifa, sem aumento, sem ajuste, então hoje acaba que tu não consegue melhorar o serviço. A empresa tem consciência que o serviço tem que ser melhorado, que tem que investir em transporte porque realmente aumentou bastante a demanda, só que com a função do valor da passagem, hoje tu fica nesse entrave de não conseguir melhorar [...] as lanchas que a gente tinha, claro que a gente aumentou depois disso... depois desse acontecimento a gente aumentou, mas talvez não o suficiente como a gente gostaria, né, porque uma lancha hoje é cara, né... (REPRESENTANTE TRANSPORTANTE).

A mudança no tipo e no número de embarcações que fazem o transporte de passageiros e cargas entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte é detalhada na **Tabela 6**. A constatação de irregularidades pelos órgãos fiscalizadores ocorreu após dois incidentes com lanchas em travessias, impedindo a operação de duas delas, em 2011. Um acidente entre a lancha Mara e uma embarcação de pesca ocorreu em outubro de 2011 e no

mesmo ano ocorreu um incêndio na casa de máquinas da lancha Princesa Daiana, que foi interdita, mas voltou a ser utilizada para a travessia de passageiros até o ano de 2012.

Tabela 6: Transporte de Passageiros entre Rio Grande e São José do Norte

Empresa	2011	2012	2015	2017
Irmãos Roig	Betânia (desabilitada em 03/2011)	-	-	-
	Mara 110 passageiros (acidente em 08/10/2011)	-	-	-
	Noiva do Mar 175 passageiros	-	-	-
Transribeiro	Princesa Daiana	-	-	-
Transnorte	-	Princesa Daiana (apenas convés inferior)	-	-
	Dona Armandina	Dona Armandina	Dona Armandina	Dona Armandina 251 passageiros
	-	Noiva do Caí	Noiva do Caí	-
	-	Bela Catarina	Bela Catarina	Bela Catarina 270 passageiros
	-	-	Brisa El Shaday	Brisa El Shaday 250 passageiros
	-	-	-	Violet Louise 160 passageiros
Navegantes	-	-	EBR1	EBR1
	-	-	EBR2	EBR2

Fonte: Entrevista e notícias veiculadas na mídia regional (Jornal Agora, Jornal do Almoço e Zero Hora).

O relato da entrevistada representante da empresa Transnorte indica a permanência de operação apenas dessa empresa que passou, sob orientação da Metroplan, a investir em novas embarcações. A capacidade de transporte das lanchas também foi modificada. As lanchas que operavam na travessia entre os municípios atendiam em média 150 passageiros. Já as lanchas em operação a partir de 2015 passaram a atender em média 240 passageiros. As novas

lanchas oferecem serviços como wi-fi (em fase de testes) e televisão. No ano de 2017 as passagens passaram a custar de R\$ 2,00 para R\$ 3,20 e foi adquirida uma nova embarcação no mês de junho, a Violet Louise, com capacidade para atender 160 passageiros, em substituição à lancha Noiva do Caí.

A melhoria na qualidade das embarcações é um dos aspectos para a comunidade local, mas foram recorrentes as reclamações quanto aos serviços, como lotação das lanchas e atrasos nos horários de saída, formando filas de pessoas em direção às ruas do entorno da hidroviária, especialmente no período inicial das atividades no estaleiro.

Os dados indicam a concentração das operações pela empresa Transporte. Duas lanchas foram adquiridas pela empresa Navegantes - pertencente à mesma família proprietária da empresa Transporte - e fretadas pela empresa EBR para o transporte exclusivo dos trabalhadores (**Fotografia 31**).

Fotografia 31: Lancha fretada para o transporte de funcionários do Estaleiro EBR pela Empresa Navegantes – Desembarque e embarque no terminal hidroviário de Rio Grande



Fonte: acervo pessoal, registro em 08/07/2017.

É comum a concentração de trabalhadores no centro da cidade de Rio Grande nos horários de troca de turno nas operações do estaleiro. Ocorre também a presença de veículos de transporte coletivo no entorno da hidroviária nesses que fazem o transporte de trabalhadores para outras cidades da região, como Pelotas.

Além do transporte de passageiros e de pequenas cargas realizado por meio de lanchas, é feito o traslado de veículos e cargas entre os dois municípios por meio de balsas (**Fotografia 32**). Esse serviço vem sendo realizado pela empresa F. Andreis e as embarcações não foram modificadas no período, tendo os horários sido regulados por portaria municipal em 2013 – mantendo aos domingos apenas três horários de viagens em cada trecho, interferindo nas possibilidades de dinamização da economia local.

Fotografia 32: Balsa – travessia de veículos e cargas entre Rio Grande e São José do Norte



Fonte: acervo pessoal, registro em 18/11/2016.

A intensificação do fluxo de pessoas e das relações entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte, indicam a influência dos vetores de modernização mesmo sobre as horizontalidades, tal como indicado por Santos (2008a). A construção de unidades para moradia endereçadas inicialmente aos trabalhadores do estaleiro em São José do Norte, sejam pousadas ou alojamentos, não foi planejada de forma que se considerasse a disponibilidade e opção dos trabalhadores por residir em Rio Grande, cidade vizinha. O transporte de passageiros por lanchas fretadas pela empresa EBR permitiram a conexão entre o terminal hidroviário de Rio Grande diretamente com o píer do estaleiro, sendo reduzida a passagem de trabalhadores pelo centro histórico e comercial da cidade, sem que se promovesse a dinamização econômica anunciada para o local.

Ainda sobre o transporte hidroviário, ressalta-se a obra de revitalização da estação hidroviária realizada pela Prefeitura Municipal (**Fotografia 33**), uma obra que evidencia as perspectivas de progresso pela transformação da paisagem de chegada à cidade. Essa postura da gestão municipal em exercício no período de instalação do estaleiro é evidenciada no *slogam* adotado, “Embarque nesse Progresso” (**Fotografia 34**), convidando novos empreendedores, comunidade e visitantes a se integrem ao novo *status* vislumbrado para o município.

Fotografia 33: Chegada ao terminal hidroviário de São José do Norte



Fonte: acervo pessoal, registro em 11/11/2016.

Fotografia 34: Placa de inauguração da hidroviária revitalizada, com destaque para o selo com o slogan adotado pela Prefeitura Municipal de São José do Norte



Fonte: acervo pessoal, registro em 23/02/2015.

No entorno da hidrovíaria permanecem os galpões de pescadores e as carroças que fazem o transporte de pequenos objetos até móveis e eletrodomésticos trazidos de Rio Grande pelos moradores (**Fotografia 35**).

Fotografia 35: Carroceiros transportam pequenas cargas trazidas de Rio Grande



Fonte: acervo pessoal, registro em 30/11/2016.

Observou-se também a renovação e ampliação da frota de táxis (**Fotografia 36**). Na década de noventa e início dos anos 2000 era comum ver carros mais antigos e caminhonetes que faziam o transporte do centro para a zona rural do município.

Fotografia 36: Ponto de táxis, próximo à hidrovíaria



Fonte: acervo pessoal, registro em 30/11/2016.

Na área da saúde, a mudança na gestão do Hospital Municipal de São José do Norte (**Fotografia 37**), que passou a ser conduzida pela Fundação Hospitalar Getulio Vargas, está relacionada com a perspectiva de aumento da população de São José do Norte, principalmente pela instalação do estaleiro EBR. Em abril de 2013 foi divulgado o fechamento da maternidade do hospital, cuja associação gestora já vinha atrasando o pagamento de salários e encargos (HOSPITAL..., 2013), fato que foi utilizado para justificar a mudança na gestão, juntamente com a expectativa de aumento da demanda por serviços em função das atividades do estaleiro EBR no município.

O secretário de Saúde do Estado, Ciro Simoni, destacou o investimento que o Estado fará no setor de saúde de São José do Norte, principalmente no hospital, em decorrência do crescimento que o EBR vai gerar no pequeno município de 26 mil habitantes. "É uma resposta a todo o investimento que os empresários estão fazendo aqui", afirmou, anunciando, em seguida, um repasse emergencial de R\$ 2,6 milhões à Prefeitura e ao hospital, para que este último tenha condições de atender à demanda que virá em decorrência do empreendimento da EBR. Simoni também lembrou que no mês passado foi assinado contrato com a Fundação Hospitalar Getulio Vargas para fazer a gestão do hospital nortense, com o intuito de qualificar o atendimento no local (JORNAL AGORA, 2013).

Fotografia 37: Fachada do Hospital Municipal de São José do Norte



Fonte: Acervo pessoal, registro em 23/11/2016.

O representante da Fundação Hospitalar Getulio Vargas relatou o processo de transição, destacando as dificuldades enfrentadas e a frustração da expectativa de aumento na demanda por serviços.

A chegada em São José do Norte foi em 2013, por contrato de gestão com a Prefeitura pra gerir o Hospital de São José do Norte e aí tem um contrato que vai se renovando ano a ano... No começo foi bem difícil, né? Primeiro por toda a questão de funcionários, segundo por uma questão estrutural do hospital, porque faltava muita coisa, processos que eram mal feitos e muita coisa errada e que com o tempo a gente foi corrigindo, de acordo com os procedimentos corretos de um serviço de saúde. Mas foi bastante traumática no começo. Foi bastante traumática, mesmo. Também tinha que estabilizar a parte financeira, conseguir recursos para o hospital que só agora ficou todo estabelecido e bastante estável. [...] O Governo do Estado ele fez o meio campo, mas o contrato é da Prefeitura com a Fundação, porque o município de São José do Norte tem gestão plena da área da saúde, então é feito direto com a Secretaria Municipal de Saúde. [...] Na verdade foi nesse contexto que se procurou auxílio por parte do Município e do Estado para a Fundação assumir aqui o serviço. O município com uma perspectiva de aumento populacional, que haveria de requerer aumento de serviços previstos de saúde, e aquele hospital não tinha preparo nenhum para o possível aumento de demanda. [...] o hospital era público-privado, atualmente é 100% SUS e todo o atendimento público (REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS).

Além da mudança na gestão do Hospital municipal, outros serviços foram alterados, como a instalação de uma sede para a empresa de transporte de passageiros Palmares, empresa que faz o traslado de passageiros por ônibus entre São José do Norte e Porto Alegre. Possivelmente pela redução no fluxo de passageiros, a unidade da empresa que no mês de junho/2016 ainda estava instalada na cidade, em dezembro/2016 já havia sido desativada.

Duas agências de Correios fazem o serviço de postagem no município, uma no centro da cidade e outra no distrito do Estreito, inaugurada em fevereiro de 2016 (EXECUTIVO..., 2016). Serviços antes realizados na cidade vizinha, Rio Grande, passaram a ser oferecidos em São José do Norte, como os relacionados à Previdência Social, por meio da instalação de uma agência inaugurada em 22/05/2014 (SÃO JOSÉ DO NORTE..., 2014). Um posto de atendimento da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE) foi renovado. Embora a instalação do posto de atendimento tenha sido realizada em convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal para a atuação predominante no registro de pescadores para o recebimento do seguro defeso, com pico de atividades no ano de 2010, conforme relato funcionária entrevistada, um movimento mais intenso foi registrado com as atividades do estaleiro EBR no município.

A gente trabalha sem oferta, porque a cidade é pequena, nessa época já tem pouco trabalho. A EBR ali tá no momento meio parada, também, estão aguardando a chegada do casco [...] Teve melhor no ano passado, teve cadastro de bastante vagas,

do EBR, mesmo, assim que começaram a fechar a montagem de módulos, mas agora terminou, estão com poucos funcionários, mais pra manter, ali, agora. E acredito, eles estão dizendo que agora no final de julho/agosto, talvez, venha outra plataforma, aí vai ter, vai entrar bastante vaga pra gente [...] sempre divide, um pouco pra São José do Norte, um pouco pra Rio Grande, e um pouco pro Sindicato, mais as vagas restritas pra eles ali, mesmo, né, que eles deixam pra eles também... Agora, no momento, nós estamos meio... Mas é geral, né? (REPRESENTANTE FGTAS/SINE).

Uma expectativa de crescimento foi observada até à chegada do casco da plataforma P-74, que mobilizou a procura por trabalho no município em agosto de 2016, mas o movimento no município foi inferior ao esperado. Mesmo assim, a possibilidade de entrada de novos empreendimentos como a mineradora – apesar das críticas ao tipo de produção – e o parque eólico – apesar do baixo potencial de geração de empregos – ainda foram referenciados como possibilidade de um futuro melhor. Empreendimentos relacionados às atividades já instaladas também foram mencionados, como a produção de *pellets*, o comércio e a promoção do turismo. O melhor, nesse caso, está relacionado ao aprofundamento da inserção da comunidade nas melhorias que a empresa pode oferecer, como estar empregado e ter acesso ao consumo.

Fatores como a expansão da silvicultura, o asfaltamento da BR-101 e a instalação de energia elétrica no interior do município de São José do Norte já vinham interferindo na dinâmica espacial do município mesmo antes da construção do polo naval na região, mas entende-se que é a partir desse empreendimento que as mudanças ocorrem de forma mais expressiva. Diante das mudanças ocorridas desde a assinatura do contrato entre o estaleiro e o governo do estado em 2010 e o início das obras em 2013, verifica-se a intensificação das relações entre a gestão municipal e outras esferas de governo, como a relação com instituições de planejamento e gestão vinculadas ou relacionadas com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É o caso, por exemplo, de organizações como: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e a empresa de consultoria M. Storti, por meio da qual foi elaborado um relatório de análise de viabilidade e planejamento para a instalação do EBR em São José do Norte - posteriormente complementado pela avaliação da empresa Global Urban Development (GUD, 2012) - e o projeto de construção de um bairro planejado para o município, considerando as expectativas de crescimento econômico e populacional da região. Foi elaborado pela Prefeitura Municipal de São José do Norte um material de divulgação sobre as expectativas de progresso na cidade. Nos meios de comunicação, nos diversos níveis, inclusive nacional, São José do Norte passou a ser citada como local potencial para se trabalhar e empreender.

Alterações na paisagem do município são evidenciadas ao longo dos últimos anos, como a reforma da hidroviária municipal e dimensões/capacidade de transporte das lanchas que fazem a travessia entre Rio Grande e São José do Norte (**Fotografia 38** e **Fotografia 39**). Acompanharam essas mudanças a construção de novos imóveis para locação, como o prédio amarelo próximo ao terminal hidroviário (**Fotografia 39**), clubes sociais e novos empreendimentos comerciais que coloriram a paisagem vista na chegada à cidade.

Fotografia 38: Paisagem de São José do Norte até 2011



Fonte:

Prefeitura Municipal de São José do Norte

Fotografia 39: Paisagem de São José do Norte em 2017



Fonte: acervo pessoal, registro em: 06/01/2017

O estaleiro EBR e as obras de integração de módulos da P-74 também se destacam por suas dimensões e pelo contraste que formam com o entorno (**Fotografia 40** e **Fotografia 41**).

Fotografia 40: Preparação e integração dos módulos à plataforma P-74



Fonte: acervo pessoal, registros em: 2015 (acima) e 2016 (abaixo).

Fotografia 41: Rua Marechal Deodoro, ao fundo as obras da plataforma P-74



Fonte: acervo pessoal, registro em 26/10/2016.

A construção de novos edifícios orientados ao uso comercial também é recorrente na paisagem mais recente do município (**Fotografia 42; Fotografia 43; Fotografia 44; Fotografia 45 e Fotografia 46**), apesar das mencionadas dificuldades quanto à regularização de imóveis e terrenos. Sobre o tema da regulamentação das propriedades, foi mencionada nas entrevistas a realização de um projeto de usucapião coletivo para o município, em parceria com a FURG. Em janeiro de 2017 foi divulgada pela universidade a intenção da gestão municipal de dar andamento em projetos de regularização fundiária no município que tem cerca de 80% da sua área não regularizada (Batista, 2017).

Fotografia 42: Prédio comercial, construído em meio ao anúncio de grandes empreendimentos no município



Fonte: acervo pessoal, registros em 06/12/2016 e 22/07/2017

Fotografia 43: Prédio reformado para abrigar ponto comercial



Fonte: acervo pessoal, registros em 09/06/2016 e 03/11/2016.

As obras vêm sendo realizadas em curtos espaços de tempo, o que requer investimentos financeiros expressivos e se sobrepõe as possibilidades de planejamento de forma integrada com a comunidade local. Destaca-se a entrada de redes comerciais regionais e nacionais podem ser consideradas verticalidades agindo com e sobre o local.

Fotografia 44: Restaurante O Farol, construído após a instalação do estaleiro EBR



Fonte: acervo pessoal, registro em 16/06/2016.

Fotografia 45: Restaurante Roberta, ampliado em 2015



Fonte: acervo pessoal, registro em 06/12/2016.

Fotografia 46: Laboratório de Análises Clínicas Analisa



Fonte: acervo pessoal, registro em 23/11/2016.

Serviços relacionados à saúde, como odontologia, especialidades médicas, análises clínicas e academias também passam a ser oferecidos no local, beneficiando a população que antes dependia da travessia para o acesso. Além desses empreendimentos, ressalta-se a já mencionada entrada de agências imobiliárias – que no início de 2017 eram 3 no município, a construção e reforma de padarias/cafés, lancherias e a construção de pousadas e condomínios para a locação de quartos ou vagas, considerando possíveis contratações de novos trabalhadores. Porém, a demanda não acompanhou a expectativa dos empreendedores. Ao longo do ano de 2016 foi possível observar pelas ruas uma quantidade expressiva de placas e faixas com oferta de venda ou locação de imóveis.

Quanto às operações de imobiliárias no município, algumas informações mencionadas pelos proprietários indicam que a instalação desses empreendimentos foi motivada pelas demandas apresentadas a partir da entrada de grandes empreendimentos no município, que atraíram moradores de outras cidades e regiões. Entre os nortenses não é comum a locação de imóveis por meio desses estabelecimentos comerciais, sendo mais comum o contato entre moradores conhecidos entre si, por meio de acordos informais, ou seja, uma ênfase nas relações entre pessoas, na confiança mútua, sem a mediação por contratos.

Mesmo não atendendo às expectativas de todos os empreendedores, a instalação desse conjunto de estabelecimentos comerciais e de serviços tem alterado a paisagem e a

dinâmica do município. As relações mudam em função da entrada de novos estabelecimentos comerciais vinculados a redes nacionais e regionais, como lojas de eletrodomésticos e farmácias, pouco comuns até então, o que se pode considerar um processo de verticalização, uma vez que as centrais administrativas desses empreendimentos não são locais. O fluxo entre moradores de São José do Norte em direção à cidade vizinha de Rio Grande era mais comum, principalmente em direção ao comércio e às oportunidades de trabalho. Esse fluxo se intensifica no sentido contrário, de moradores de Rio Grande em direção a São José do Norte, seja em função da ocupação de postos de trabalho no comércio, seja para o consumo, especialmente de refeições e lanches. A Padaria Nortense, bastante frequentada na cidade, inaugurou em 2017 uma nova unidade para atendimento da população local e de visitantes.

Sobre a mudança na dinâmica entre as populações rurais e urbanas no município são possíveis algumas ponderações a partir do relato da entrevistada representante da Secretaria da Fazenda de São José do Norte, no qual a mesma explicita uma nova distribuição quanto à regulamentação fundiária e redefinição do Plano Diretor do Município, com nova delimitação entre essas áreas. Segundo relato do entrevistado representante da Secretaria Municipal de Planejamento, a falta de regulamentação fundiária teria inviabilizado o recebimento no município de um projeto de habitação para população de baixa renda pelo programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Ainda não há disponibilidade de dados do IBGE ou FEE sobre esses registros em número de domicílios a partir de 2010 e até 2017, mas somadas a entrada de novos empreendimentos e a essa nova delimitação no Plano Diretor indicada no relato da entrevistada e consideradas as observações de campo, há de se indicar um crescimento do número total de domicílios total e no meio urbano ainda maior que nas demais cidades da região.

Na verdade, o que ocorreu também foi o lançamento daquela área do EBR, como área urbana. Porque, antes da vinda do EBR aquela área foi tratada pelo plano diretor e então transformada em área de expansão industrial, se não me engano é o que está no plano diretor. Com isso, ela virou área urbana, e aí houve os cadastros no IPTU. E aí o cadastro da própria área do EBR chegou a 1 milhão de Reais de IPTU. Então na verdade foi o IPTU da área do EBR que fez levantar a arrecadação. Hoje, em 2016, o valor é em torno de R\$ 1.200.000 de IPTU daquela área toda. [...]. E algumas atualizações no sistema, no cadastro imobiliário do município, né, que também fizeram aumentar, mas o grande aumento, a diferença que se percebe na arrecadação do IPTU foi devido ao cadastro daquela área do EBR (ENTREVISTADA REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA FAZENDA DE SÃO JOSÉ DO NORTE).

Apesar de atribuir o incremento na arrecadação de IPTU à área onde está instalado o estaleiro EBR, a entrevistada relatou a revisão sobre o registro de domicílios em área de

expansão urbana. O recolhimento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) requer o atendimento dos requisitos mínimos para os quais são necessários investimentos em infraestrutura e saneamento. A definição de áreas de expansão, porém, tal como relatado pela entrevistada, faculta esse atendimento, dando margem à cobrança do imposto mesmo que não sejam cumpridas essas exigências.

Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos itens seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos especificados acima (BRASIL, 1968).

A formalização de novas porções do território nortense como áreas de expansão industrial e urbana refletiu-se na arrecadação tributária do município referente ao IPTU, conforme o referido relato da entrevistada representante da Secretaria da Fazenda do Município. Apesar do incremento na arrecadação no período após a instalação do estaleiro EBR, houve a frustração das projeções de maior arrecadação em impostos sobre serviços (ISSQN), comprometendo novos investimentos em infraestrutura e serviços básicos, além do orçamento municipal destinado à folha de pagamentos.

A oferta de uma variedade maior de serviços para a população local foi uma das mudanças mais significativas no município e que não foi restrita a entrada de unidades de redes externas, mas também pelo incremento de atividades empreendidas por moradores da cidade. Porém, uma das principais expectativas da população que foi frustrada e que recorrentemente foi relatada nas entrevistas foi a não disponibilização de uma maternidade na cidade, tornando a população local dependente de deslocamento até a cidade do Rio Grande para o atendimento desse procedimento fundamental. O entrevistado representante da fundação gestora teceu críticas ao serviço anteriormente ofertado no município e indicou a inviabilidade da oferta segura desse serviço, seja pelas restrições para aquisição dos equipamentos seja pela necessária disponibilização de profissionais em turno integral.

Restrições quanto ao uso do patrimônio tombado no município são apontados por entrevistados como entraves ao crescimento no município. Mesmo a revisão do tombamento do

patrimônio foi considerada por alguns entrevistados, especialmente do setor imobiliário. Essa tensão entre preservação e crescimento será tratada no item a seguir.

4.3.4 A tensão entre inovação e preservação do patrimônio

A instalação do estaleiro EBR teve implicações no direcionamento de recursos para a preservação do patrimônio histórico de São José do Norte, expresso na sua arquitetura. Considerando a expressão do patrimônio arquitetônico de São José do Norte, muitos dos prédios históricos foram inseridos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) elaborado junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) para o licenciamento de instalação do Estaleiro EBR no município, sendo a sua restauração ou a solicitação de projetos de revitalização incluídos como condicionantes (**Quadro 3**).

Quadro 3 – Condicionantes quanto às questões do meio antrópico referentes ao patrimônio.

Licença de Instalação LI nº 838/2015-DL
<p>...</p> <p>O empreendedor deverá comprovar a execução dos seguintes projetos, relativos ao patrimônio material, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Restauração da Antiga Intendência [Fotografia 47]: apresentar a aprovação do IPHAN até 15/01/2016; • Execução da Antiga Intendência – apresentar Relatório Fotográfico em 30 dias, a contar da aprovação do Projeto pelo IPHAN, para comprovar o início das obras; • Projeto Restauração Solar dos Imperadores [Fotografia 48]: apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Jan/2016; • Projeto Restauração Anexo Prefeitura – apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Jan/2016; • Projeto Intervenções Urbanísticas - apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Set/2016; • Projeto Restauração Igreja Matriz de São José [Fotografia 49]: apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Mar/2017; • Projeto Restauração Igreja Imaculada Conceição - apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Jun/2017; • Projeto do Inventário de Referências Culturais de São José do Norte, bem como o documentário, em DVD, sob a perspectiva da atual política de valorização do Patrimônio Imaterial, para compor o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, conforme instrução sob parecer IPHAN-RS-Nº30/2011, de 1º/12/2011 - apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Dez/2017; • Projeto Restauração Nossa Sr.ª Conceição - apresentar o protocolo de entrega ao IPHAN até Dez/2017.

Fonte: FEPAM, Processo 5748-05.67/15-1.

Fotografia 47: Antiga Intendência e, ao fundo, a fábrica Moura Comércio de Pescados



Fonte: acervo pessoal, registro em 03/11/2016

O Solar dos Imperadores é referido como local de estadia de D. Pedro II na ocasião de entrega do título de Mui Heroica Vila ao município.

Fotografia 48: Solar dos Imperadores



Fonte: acervo pessoal, registro em 29/07/2016.

Fotografia 49: Igreja Matriz de São José



Fonte: acervo pessoal, registro em 17/02/2017.

Vem sendo realizada a restauração de alguns dos prédios históricos do município, como o Sobrado Gibbon (**Fotografia 50**) e a antiga Frigoria, prédio de 1849 (**Fotografia 51**). Outros seguem em estado de deterioração, como é o caso da única sala de cinema da cidade que permanece desativada e em ruínas (**Fotografia 52**). Ressalta-se que estes não estavam entre os projetos elencados como condicionantes a serem realizadas pelo estaleiro EBR na licença de instalação elaborada pela Fepam, sendo acompanhadas pelos institutos de preservação do patrimônio, tanto no âmbito estadual quanto federal, mas que refletem o reconhecimento da necessidade de preservação em paralelo à esperada modernização e ao crescimento do município.

Fotografia 50: Restauração do Sobrado Gibbon



Fonte: acervo pessoal, registro em 26/10/2016.

Fotografia 51: Etapas de restauração do prédio da antiga Frigoría (à direita)



Fonte: acervo pessoal, registros em 09/10/2015, 28/01/2016 e 30/11/2016.

Fotografia 52: Indicação de restauração do Cine-teatro Miramar



Fonte: acervo pessoal, registro em 10/06/2016.

A intensão de valorização do patrimônio histórico volta a ser apresentada, como na fala da Prefeita durante a audiência pública Situação e Perspectivas do Polo Naval de Rio Grande, realizada em março de 2017, pela aposta no turismo como forma de investimento permanente no município, especialmente no contexto de incertezas em torno das atividades do polo naval. A empresa EBR não apresenta projetos de novas obras além da P-74, que tem conclusão prevista para janeiro de 2018. Ao mesmo tempo em que a empresa RGM é apresentada como alternativa ao cenário de desemprego e dificuldades financeiras enfrentadas pelo município e na região, tem se tornado crescente o movimento de rejeição à mineradora, fortalecido pela realização de nova audiência pública após a aprovação da licença prévia de instalação pelo IBAMA. Essas condições permitem o questionamento sobre os argumentos iniciais apresentados durante a instalação de novos empreendimentos.

4.4 FRUSTRAÇÃO E MEDO: A FORMAÇÃO DE UMA PSEUDOCIDADE?

A frustração em torno das expectativas de crescimento econômico, geração de empregos, oportunidades de melhoria das condições de vida, acesso ao consumo, etc. propagadas durante o anúncio da instalação de novos empreendimentos em São José do Norte foi repetida entre os entrevistados. Em diferentes perspectivas consideradas, seja do ponto de vista dos gestores públicos locais e da região, seja por parte de empreendedores locais, a não realização das promessas de desenvolvimento para o município e cidades vizinhas foi associada às condições políticas vivenciadas no mesmo período, que teriam inviabilizado a realização de novos projetos, aparecendo nas entrevistas poucas referências à lógica de acumulação inerente às atividades da empresa.

O impedimento da liberação de recursos do Fundo da Marinha Mercante pelo BNDES (ACI-SJN, 2015) em função do envolvimento das empresas Toyo e Setal nas investigações da Operação Lava Jato³⁰ gerou apreensão na região. As obras de construção e integração dos módulos da plataforma P-74, com conclusão programada inicialmente para 2015, tiveram o pedido de prorrogação autorizado até 2016 (KLEIN, 2015a).

Após um longo período de incerteza sobre a efetiva vinda do casco da P-74 para integração dos módulos pelo estaleiro EBR, ocorreu a chegada do mesmo em agosto de 2016.

³⁰ Operação conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal para a investigação de um conjunto de irregularidades envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos.

A expectativa de conclusão da obra foi prorrogada para janeiro de 2017, com a possibilidade de ser prorrogada para atividades de pintura dos tanques internos, como relatou um representante de uma prestadora de serviços para o estaleiro. Essa prorrogação foi realizada e a obra teve a conclusão estimada para dezembro de 2017. Atualmente, a previsão de conclusão das obras da P-74 é de até janeiro de 2018, como mencionado anteriormente.

Além das incertezas provocadas em torno das decisões sobre a realização de novas etapas das obras na P-74 e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de trabalho no estaleiro, a contenção de recursos para as atividades implicou em ajustes no orçamento municipal (KLEIN, 2015b). No período das obras de instalação houve um incremento significativo no orçamento devido à arrecadação de impostos sobre serviços. Segundo o relato do Representante da Secretaria de Planejamento, algumas contratações de pessoal passaram a comprometer o orçamento nos períodos seguintes, em que a arrecadação foi reduzida. Esta consideração foi feita também pela entrevistada representante da Secretaria Municipal da Fazenda. Além disso, foi ressaltado o embate pelo recebimento de impostos sobre serviços, referentes à empresa operadora dos guindastes em uso na obra, que estaria em trâmite judicial, pois a empresa alega o recolhimento na cidade do Rio de Janeiro/RJ, cidade de origem, enquanto a Prefeitura de São José do Norte requer o recolhimento, dado o fato gerador local.

Pra nós tá fazendo muita diferença, porque a gente tá com dificuldades financeiras, de pagamento inclusive de empresas que prestam serviços de coleta de lixo, aqui na cidade, de varreção de rua, e outros fornecedores, entre tantos, que a gente tá tendo dificuldade de pagar, né, em função de não ter esses recursos. Pra São José do Norte foi muito ruim. Sem contar outras coisas, como a questão do ICMS, que... Toda a empresa, assim, o Polo Naval, Energia Eólica... Essas empresas elas demoram um pouco a ter o resultado final da operação. Então, à medida que entra muita mercadoria, insumos no município, o nosso valor adicionado pra fins de cálculo do ICMS cai, porque o cálculo do valor adicionado é uma conta de subtração: tudo o que entra, menos tudo o que sai, qual é o resultado? Então as saídas tem que ser maiores que as entradas pra que o resultado seja positivo pro município. Então tu tens que produzir mais do que tu compras, né, tu tens que vender mais do que tu comprou. E no caso do EBR até agora tudo só tá entrando, porque a saída vai ser do produto final: a plataforma. Então, enquanto isso não acontece, nós estamos ficando com o valor adicionado negativo de ICMS [...]. Só não foi tão pior porque o nosso valor adicionado foi tão baixo que levou a baixar o de outros municípios. O valor adicionado total do município ficou negativo, e aí a lei estadual indica que quando acontece isso o valor tem que ser pelo menos zerado, o município tem que ficar com valor zero. O município tem atividade comercial tão menor que o EBR que o negativo do EBR pegou todo o positivo do restante das atividades comerciais do município e ainda ficou negativo. E isso foi muito ruim (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA FAZENDA DE SÃO JOSÉ DO NORTE).

As condições de negociação sobre as entradas e saídas de ICMS para o município de São José do Norte não tiveram o mesmo tratamento concedido pelo Governo do Estado ao município de Rio Grande, para as mesmas operações, sendo a concessão para o lançamento de

saídas por etapas de conclusão da obra não autorizadas. Essa negociação foi relatada pela representante da Secretaria da Fazenda local.

Nós tentamos, via estadual, que eles fizessem com que o EBR assinasse um regime especial de ICMS que seria uma forma de eles lançarem como saídas os adiantamentos que eles recebem da Petrobras [...] Mas, em princípio, a empresa foi um pouco resistente, a empresa entendia que não deveria, ou por algum outro motivo, tinha preocupação que pudesse conflitar com o Imposto de Renda, que na verdade são coisas diferentes... Mas enfim, tivemos uma grande batalha e, por fim, o [governo do] estado acabou nos chamando, eu e o Prefeito fomos na secretaria do estado em Porto Alegre e tivemos a notícia de que o estado não daria o regime especial, em função da passagem do tempo, o estado entendeu que na época que foi dado regime especial para Rio Grande, que todas as empresas do Polo Naval de Rio Grande assinaram, mas o estado depois disso entendeu que não poderia mais fazer isso, que estaria contrariando o regime de ICMS, então o estado nos deixou essa frustração de que não seria permitido, mesmo que a empresa resolvesse assinar naquele momento não seria permitido [...]. Então se a empresa não tivesse sido tão resistente lá no início, pode ser que tivesse acontecido essa assinatura... Então a gente foi prejudicado também no ICMS, o que no início a empresa alegava que nos traria um retorno enorme, e na verdade não. Quando a plataforma for concluída e sair, realmente, vai nos dar um valor adicionado positivo e que vai refletir no nosso ICMS, mas esse reflexo ele é pra frente, porque o cálculo sobre o valor que deve ser transferido aos municípios ele é bem complexo e ele não reflete de um ano pro outro, ele tem reflexo dois ou três anos após o resultado da operação. Caso a plataforma saia em 2017, porque eles concluem a obra e emitam essa nota pra Petrobras em 2017, isso só vai ser declarado ao estado em 2018, só vai ser computado para o índice em 2019 e repassado ao município em 2020. Até lá vai seguir operando com dados negativos. Então isso também é um problema. E pelo que nós andamos estudando e conhecendo, acontece também na energia eólica essa mesma situação, porque são muitos insumos pra começar a operar, e até que a empresa opere e consiga realmente vender energia, a gente acaba operando também no negativo, em função da energia eólica. Nos parece que a energia eólica tem um resultado melhor no ISSQN, porque o próprio serviço, além da construção dos cata-ventos, eles depois pagam uma espécie de aluguel para os proprietários dos imóveis onde são instalados (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA FAZENDA DE SÃO JOSÉ DO NORTE).

A arrecadação de ISSQN referente ao arrendamento de propriedades localizadas em áreas de instalação de futuros projetos é vista como uma possibilidade de reequilíbrio das contas do município, mas depende do conhecimento detalhado sobre os mesmos, sejam os ligados à mineração seja sobre a produção de energia eólica.

É mencionada nos relatos destacados a preocupação com a ação integrada entre as diferentes esferas de governo e em parceria com a iniciativa privada para o desenvolvimento sócio ambiental ou sustentável do município e da região, mas o que se observa é a orientação ao atendimento prioritário das necessidades de operação de grandes empreendimentos, como o estaleiro.

A alteração na via de acesso à barra envolveu a atuação da Fepam - que incluiu a construção dessa via como condicionante na Licença de Instalação, do Governo do Estado do

Rio Grande do Sul e da Gestão Municipal com o acompanhamento das obras e oferta de máquinas, equipamentos e mão-de-obra.

A expansão da empresa por meio de incentivos fiscais, de infraestrutura e de formação de mão-de-obra, assim como a valorização de condições naturais que favoreçam as atividades do empreendedor puderam ser observados e indicam uma ênfase ao atendimento das necessidades do investidor. Segundo o entrevistado representante da Superintendência do Porto de Rio Grande, mesmo a formação de um setor específico para o melhor atendimento das demandas dos potenciais empreendimentos do Rio Grande do Sul foi criada a partir das necessidades de articulação entre secretarias e órgãos provedores de serviços no âmbito do Governo do Estado, a Sala do Investidor.

[...] Então essa foi a minha participação efetiva, que foi muito mais de mostrar pros empreendedores que ali era possível, e que tudo aquilo que necessitavam na sua implantação já, por ter uma construção em Rio Grande, facilitaria muito a sua implantação, seja na construção, porque já tinha empresa ali, seja na mão de obra, que já tinha mão de obra formada, já tinham construído plataformas lá, então já tinham experiência em coisas concretas... Nada que eram suposições, coisas concretas que tinham (REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO RS).

Agora, Rio Grande fica no meio do caminho pra quem vai pra Punta, quem vai pra Buenos Aires, quem vai pra Montevideo... Atrai muitos aventureiros, pessoas que viajam de moto... Semana passada eu encontrei duas pessoas aqui na sexta-feira, dois motociclistas daquelas motos *big trail*, grandonas, estavam aqui, vindo de Curitiba, indo pra Buenos Aires, pra embarcar em navio as motos pra irem pra África... Todos os meses esse tipo de aventureiro na cidade. Da mesma forma o pessoal do 4x4. Santa Catarina compra muito Rio Grande. Se a cidade olhar pra isso como um mercado, participar de eventos específicos, feiras específicas... É um baita nicho! (REPRESENTANTE DO HOTEL I)

A preocupação é de um processo de continuidade... Identificar com a Petrobras o que é que ela tem como política pro futuro. Entendo que tem algumas coisas que nós temos que atuar como nossa vocação e que a gente tenha condições de dar produtividade e qualidade no serviço que se tenha e não queira fazer tudo, né, e poder dividir isso por setores pra tornar o projeto mais competitivo e em melhores condições pra empresa Petrobras. Acho que isso é um processo ainda que vai levar algum tempo, principalmente pela condição da Petrobras, hoje, neste momento. Tem um agravante, muito sério hoje aí: o preço do barril, também, né? O preço do barril caiu bastante... Então com isso também não indica, ou não acelera esse processo da necessidade da Petrobras poder... Até porque o pré-sal tem um custo maior, então tem toda... Tem que fazer conta e saber da viabilidade (REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO RS).

A rentabilidade oferecida pelo lugar define o interesse de investidores pela instalação de novos empreendimentos. A referência à necessidade de uma política pública de indução ao crescimento, especialmente por incentivos fiscais, mas também por oferta de mão-de-obra e de possibilidades de capacitação técnica. No momento em que não se realizam as

expectativas de crescimento e demandas por serviço vislumbradas anteriormente, novas possibilidades são requeridas por e para os investidores.

Principalmente da parte de compra e venda teve uma queda muito grande, também atribuída à crise que é nacional, mas muito em função de as pessoas terem perdido o interesse na região [...] A gente já teve uma sondagem muito maior do que se tem hoje, de empresas, redes, que hoje não demonstram mais interesse no município, pelo menos por enquanto, né? (REPRESENTANTE DA IMOBILIÁRIA K).

Acho que é importante a retomada da navegação da lagoa [Lagoa dos Patos] que é uma alternativa de mobilidade importante... para barateamento de custos, né? São algumas questões... Pela questão da madeira... E o nosso Oceantec, que é o Parque Tecnológico que tá começando a ser implantado pela Furg, que é um parque tecnológico por si só, ele pode se tornar a joia da coroa, um diferencial pra aproveitar o que a academia produz, e articulado com as empresas poder diversificar a economia a partir dele. Prefeito: Muita gente que se qualifica aqui vai embora, pra tudo que é lado, tá espalhada no mundo... Nós queremos ter a possibilidade de incubadora, que possa fomentar desenvolvimento, seja pra relacionar as áreas de pesquisa pras empresas que já estão como pra novas... (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE)

A atuação do Estado no processo de empresarização do espaço também pode ser destacada. As três frentes de expansão atuantes no município equivalem, direta ou indiretamente, às ressaltadas por Vainer (2007) como enclaves do desenvolvimento regional induzido pela esfera federal: o elétrico, o mineiro-metalúrgico e o petroquímico.

Além dos aspectos mencionados, destacam-se a prática de especulação imobiliária – evidência da maximização dos lucros imediatos e interesses individuais, tal como foi enfrentada pelos ex-moradores de Vila Nova na fase de realocação. A compra de terrenos da área portuária por empreendedores estrangeiros, como o citado caso dos japoneses interessados em operar um terminal portuário, pode ser considerada como expressão da realização de interesses externos ao lugar. A dependência das condições de investimento em relação ao mercado internacional, como se expressa na dinâmica de instalação dos empreendimentos relacionados às atividades de extração mineral e produção de energia eólica, que, além dos resultados da análise para liberação da instalação, aguardam um momento econômico favorável ao início das suas operações.

O crescimento da demanda que inspirou muitos empreendedores não se realizou da forma esperada, ocorrendo um breve momento de crescimento seguido de queda e estagnação, como relatam alguns dos entrevistados.

Bom, foi bom, gerou bastante emprego, gerou bastante farmácias, veio muito comércio, aumentou restaurantes, aumentou empresa, hotelaria, bastante, na parte de aluguéis, mesmo, tem bastante pousadas... Isso, a cidade estava com bem poucas. Tu

chegava na cidade há 3 anos era difícil tu encontrar um hotel pra tu dormir, hoje tu tens quantidade.. Não hotéis enormes, mas tem pousadas, tudo bem organizado, tudo direitinho.... Isso deu uma boa melhorada, deu uma sacudida na cidade, mas o momento agora tá meio parado, mas não é só São José do Norte, que é uma cidade pequena, é geral, né? (REPRESENTANTE FGTAS/SINE).

[...] nós começamos a empresa há dois anos e meio, aproximadamente, ela vinha em expansão desde o ano de 2015, em plena expansão, crescimento, relacionada totalmente ao estaleiro, mas aí já pro final de 2015, início de 2016, com a Lava Jato, etc. [...] aí realmente caiu bastante o movimento, a ponto de eu até entregar o prédio onde eu estava [...] Então hoje o movimento não tem nada a ver com a realidade que era antigamente, o movimento hoje é fraco, fraco não, fraquíssimo! embora eles estejam colocando gente aí no estaleiro, é muita gente de Rio Grande. Então o desenvolvimento de São José do Norte hoje tá parado, quase que estagnado (REPRESENTANTE DO HOTEL H).

A frustração entre os entrevistados que investiram na instalação ou ampliação da capacidade de atendimentos em seus empreendimentos foi identificada em relatos de representantes de diferentes setores.

[...] teve um aumento, não o esperado naquele 2013. Teve um aumento importante, mas não tanto como se previa fazer, pelo menos no serviço de saúde (REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETULIO VARGAS).

Eu vim pra São José do Norte quando começou a movimentação do polo naval, né, a minha esposa veio antes, a trabalho, também, e era pra ser um período curto, dela, principalmente, mas aí começou essa movimentação do polo naval, eu abandonei, abandonei não, me desliguei da empresa em que eu trabalhava, em Porto Alegre, e vim abrir a imobiliária em São José do Norte. A gente abriu em 2012, vai fazer 5 anos, agora, em maio [...] Hoje eu tenho, 40% é polo naval, os outros 60% estão divididos entre comércio, né, aluguéis comerciais e alguma coisa da cidade, mesmo, alguns moradores. Mas a grande maioria é gente que veio de fora, ou pra investir - comércio, lojas - ou trabalhadores do polo naval. A gente teve em 2012, principalmente, um boom muito grande na cidade de gente buscando algum lugar pra começar a investir, então teve uma movimentação bem grande, né, já espelhada no que aconteceu em Rio Grande, e aqui era pra estourar. A gente não esperava que seria tão curto o tempo. Hoje deu uma freada no polo naval e a gente tá sentindo um pouco as consequências disso [...] Teve a rede de Hotéis Swan que construiu um prédio enorme ali e até então é uma coisa meio nebulosa [...] eles estão terminando a obra, terminando, eu conversei com a filha do proprietário, ali, eles vão terminar a obra e não sabem o que vão fazer, se vão abrir ou se vão manter fechado, em função de custos. De repente são menos custos manter fechado do que rodar sem demanda (REPRESENTANTE IMOBILIÁRIA K).

A rede de hotéis Swan, considerando a demanda atendida em Rio Grande entre funcionários do polo naval na cidade, projetou a construção de uma unidade em São José do Norte, que atendesse o público projetado para as atividades do estaleiro EBR e novos empreendimentos que vinham anunciando sua instalação no município. Com a falta de previsão de novas obras de plataformas a serem construídas no local, a construção do hotel foi

interrompida com um número de andares inferior ao inicialmente projetado e o mesmo encontra-se fechado, sem acabamento e mobílias, pois não há perspectivas de início para suas operações (**Fotografia 53**).

Fotografia 53: Hotel Swan (construção interrompida)



Fonte: acervo pessoal, registro em 28/01/2016.

Conforme o relato do representante do hotel, não há previsão de retomada das obras de acabamento.

Eu acho que faltou um pouco de pessimismo nesse projeto [...] Partiu, acreditando mesmo, em replicar o sucesso que a gente teve aqui em Rio Grande, se acreditou porque deu certo, né? Os motivos que nos trouxeram pra cá eles se mostraram verdadeiros [...] Eu não quero ser engenheiro de obra pronta, mas é minha opinião, mesmo... Eu acho que faltou um pouco de pessimismo lá, no projeto... Por exemplo, variáveis como o acesso, não é? A outra seria depender de um único cliente, né, que é o EBR, que foi pra lá (REPRESENTANTE DO HOTEL I).

O principal argumento na mobilização a favor da permanência da indústria naval tem sido a respeito da legislação de apoio à produção de conteúdo local, sem a qual é alegada pelos empreendedores a perda de competitividade do setor no mercado internacional. Diante da desistência da empresa Petrobras em dar continuidade a projetos nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, tem sido mobilizada a realização de diversos eventos em defesa do polo naval, na cidade do Rio Grande, como a audiência pública Situação e Perspectivas do Polo Naval de Rio Grande, na Furg – Campus Carreiros, em março de 2017, e o Ato em Defesa do Polo Naval, realizado no centro da cidade em abril de 2017. Após esses eventos foram realizadas tentativas de contato de lideranças locais e regionais com o governador do Estado do

Rio Grande do Sul e com a direção da Petrobrás em Brasília, sem sucesso. Esteve presente na referida audiência a Prefeita de São José do Norte eleita em 2016 e entre as lideranças locais que se dirigiram à Brasília esteve o Vice-Prefeito da cidade.

A representação de São José do Norte junto ao Arranjo Produtivo Local do Polo Naval e de Energia/RS foi intensificada pela inserção do município no Polo Naval e a expectativa de instalação de novos empreendimentos na área de geração de energias renováveis. Na fala do representante do município durante evento do setor, realizado pelo APL, ficou expressa a demanda por serviços de infraestrutura que impulsionem o desenvolvimento da cidade, como a ligação a seco com a cidade de Rio Grande.

Os acontecimentos e frustrações em torno da instalação do estaleiro EBR em São José do Norte estão sendo considerados por parte da população local que rejeita a entrada da mineradora no município. Em agosto de 2017, após o anúncio da liberação da Licença Prévia de Instalação pelo IBAMA, houve uma mobilização na cidade, chamando a população local a participar desse movimento de resistência e preservação das tradições locais, pelas atividades em pequenas propriedades rurais sobre as quais pretende operar o empreendimento.

A etapa inicial das atividades previstas, o chamado Projeto Retiro, localiza suas operações em região mais próxima da área urbana, tendo contato em um dos seus limites com a costa da Laguna dos Patos. Moradores das localidades diretamente afetadas, como Tesoureiro e Retiro manifestaram-se contra o empreendimento e em defesa da produção de alimentos saudáveis, bem como da qualidade da água (**Fotografia 54** e **Fotografia 55**).

Fotografia 54: Manifestação Contra a Mineração em São José do Norte



Fonte: acervo pessoal, registro em 22/07/2017.

Fotografia 55: Manifestantes Contra a Mineração em São José do Norte



Fonte: acervo pessoal, registro em 22/07/2017.

Ao longo da manifestação realizada pelos moradores e representante de algumas entidades que atuam na região, como a Emater/RS, foi possível identificar a assimilação dos danos e frustrações envolvidos na atuação do estaleiro EBR no município. Uma nova postura diante de novos grandes empreendimentos pode ser promovida a partir dessas experiências, seja na antecipação quanto à preparação para usufruir de uma forma mais proveitosa para a comunidade uma próxima oportunidade, seja para reconhecer aquelas que não trarão benefícios no longo prazo. Um aprendizado que poderá se estender do âmbito municipal para o âmbito federal, por meio de propostas de desenvolvimento melhor integradas aos territórios para os quais são planejadas.

Em síntese, serão relacionados alguns dos acontecimentos identificados ao longo da análise como representativos da empresarização do espaço em São José do Norte, impulsionada pelo mito do progresso e que reproduz características do período de desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, tais como identificadas por Fernandes (1976; 2008a). Considera-se que o mito do progresso tem servido à expansão da empresa, de forma mais intensa no contexto brasileiro, especialmente em momentos de crise econômica, renovando ciclos de exploração, como se vislumbra por meio da liberação de novas áreas de exploração mineral.

Tal como caracterizado por Dupas (2006), o mito do progresso é uma ideia-força que representa anseios de uma sociedade em um determinado contexto e que interfere

representativamente na orientação dos acontecimentos. Trata-se de um imperativo espacial, na definição de Santos (2009) e de um instrumento de controle eficaz, na medida em que inibe manifestações contrárias, como ficou evidente no caso dos moradores de Vila Nova e dos bairros Veneza e Cidade Baixa. Mesmo as paralizações organizadas pelo sindicato dos trabalhadores vinculados às atividades do setor naval são realizadas no limite da viabilidade de atuação da empresa, acordada com dirigentes do estaleiro e das empresas prestadoras de serviços, tal como relatou o entrevistado representante do sindicato no local.

É o jeito que nós temos de chegar neles. Hoje em dia eles atendem, sabe? E até aprenderam que às vezes a paralização, que nem nós fizemos aquela paralização na frente da QGI, aquela vez, que os cascos já estavam certos pra ir pra China. Já tinham assinado e iriam pra China. Ficamos eu e o [X] 8 dias e 8 noites, lá... Tchê! Como nós vamos matar a galinha dos ovos de ouro, como eu digo? Eu não posso matar o patrão que eu vou matar o peão, né? A gente bate, sim, tem que bater, óbvio! Mas, assim ó, tudo tem hora, tem horário, tudo tem hora certa, a gente sabe. A gente, graças a Deus, somos muito estrategistas. Nós conversamos entre nós, os diretores, estamos sempre conversando... “Tchê, o que nós vamos fazer? Vamos parar a faixa, pra alguma coisa...”, a gente sabe o momento certo, entendesse? Não adianta tu chegar lá: vamos parar a faixa, lá... Tipo hoje, uma suposição: vamos parar a QGI? E aí? Parar a QGI e agora vamos embora, botam todo mundo pra rua? Como é que eu vou botar a minha cabecinha pra dormir com um monte de pai de família na rua? Tem que saber quando fazer, e quando agir, né? (REPRESENTANTE DO STIMMMERG EM SÃO JOSÉ DO NORTE).

Quanto à primeira premissa relacionada ao mito do progresso identificada por Nisbet (1985), **a crença no valor do passado**, considera-se no caso de São José do Norte um exercício recorrente, especialmente lembrado como ponto para o qual não se deve regredir. Um trecho da justificativa do pedido de não interrupção das atividades do estaleiro EBR apresentada no Ofício 24/2014 à unidade de Defesa Civil na cidade evidencia a sua persistência.

Em passado recente, São José do Norte se deparava com as dificuldades de construir para si uma perspectiva de desenvolvimento, dificuldade esta que graças a sua localização privilegiada, os esforços das esferas públicas e o empreendedorismo da iniciativa privada tem sido superada, dando lugar a um momento de prosperidade e um horizonte de desenvolvimento econômico que dificilmente houvera em algum momento do passado. Ainda no início das duas instalações, a EBR estaleiros, a construção da plataforma P-74 e todo o complexo têm proporcionado ao município passar do anonimato a figurar na capa de publicações especializadas de nível nacional (ANEXO VIII).

Sobre a **reverência à superioridade da sociedade ocidental**, esta pode ser evidenciada em menor escala, como na mencionada comparação entre o porto totalmente ocupado na cidade vizinha de Rio Grande, com investimentos em alta tecnologia para suas operações, e as áreas de expansão definidas em São José do Norte. A esta ideia se valoriza

também a terceira premissa, sobre a **valorização do crescimento econômico e da tecnologia**. Essa premissa foi também o motor para a proposta de desenvolvimento para a região sul do RS implementada por meio do Plano Brasil Maior.

A **fé na razão e conhecimento científico** pode ser relacionada com as iniciativas de formação especializada, como a ampliação das áreas de suporte ao setor naval nas universidades da região. Também se expressa nas projeções de crescimento apresentadas no período anterior à instalação do empreendimento. A contratação de grupos das universidades da região para a elaboração de relatórios ou projetos de manejo ambiental, tanto pela mineradora quanto pelo estaleiro, por exemplo, expressam essa busca por legitimação. Também a premissa sobre **o valor intrínseco da vida humana** está relacionada com as possibilidades de legitimação de uma empresa por meio da certificação ambiental, pela participação ou patrocínio de eventos locais e regionais, nas áreas de saúde, educação e esportes, por exemplo.

A valorização da vida se expressa como retórica, especialmente pelo que foi analisado nos casos de Vila Nova e bairros Veneza e Cidade Baixa, em que as famílias foram afetadas em um bem fundamental que é a moradia. Sobre esse tipo de ação das empresas, retoma-se a consideração de Santos (2000, p. 33) de que esses atores “não tem preocupações éticas nem finalísticas”.

Algumas dessas situações poderiam contribuir para a erosão do mito do progresso, como Nisbet (1985) sugere que ocorra futuramente. A mencionada assimilação da frustração da comunidade local sobre os desdobramentos negativos para a comunidade das atividades do estaleiro EBR como fator de rejeição a novos empreendimentos, porém, não se mostra suficiente para a resistência à empresarização do espaço, uma vez que a atual situação de crise econômica e política no país favorece a receptividade a novos empreendimentos, novas disputas entre cidades e regiões, novas concessões fiscais, etc. Essas condições adversas, reais ou criadas, indicam novas necessidades para quais as empresas se mostram como solução, renovando-se o mito do progresso.

5 CONCLUSÃO

O estudo sobre a formação espacial de São José do Norte permitiu compreender como ocorre a empresarização do espaço em uma cidade local, na medida em que se identifica a instalação de grandes empreendimentos como ponto de inflexão nas dinâmicas de relações observadas, especialmente após a instalação do estaleiro EBR e, por isso, este acontecimento é considerado representativo neste estudo. Após o anúncio da instalação do estaleiro na cidade e efetivo início das obras de construção do empreendimento, foram dinamizadas as relações das instituições locais com as das cidades vizinhas, do Governo do Estado e do Governo Federal. Em torno da expectativa de crescimento populacional, associada às projeções de geração de emprego no município, diversos investimentos em infraestrutura e treinamentos foram realizados com o apoio do Governo Federal, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Prefeitura Municipal, expressão de que o Estado assume parte dos custos de operações e com a formação de mão-de-obra para a empresa. Mas essas ações não foram efetivas na assimilação de mão de obra local para as atividades do estaleiro, como ressaltado pelo entrevistado representante do STIMMERG sobre as dificuldades enfrentadas para a garantia de ocupação de algumas das vagas por moradores da cidade.

As políticas de desenvolvimento implementadas nos últimos anos, como as mencionadas no Plano Brasil Maior, as políticas de fixação de percentuais mínimos de conteúdo local, os projetos realizados no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e mesmo a participação de representantes da cidade de São José do Norte em organizações orientadas à elaboração de projetos de desenvolvimento regional, como é o caso do APL – Polo Naval e Energia/RS, indicaram que houve mudanças que tiram São José do Norte da condição de cidade local, mas não promovem o alcance de índices e condições que permitam a sua caracterização como cidade regional ou metrópole. Essas mudanças indicam a sua caracterização como pseudocidade, na medida em que esta perde o controle sobre a geração de recursos que permitam o atendimento das necessidades de sua população. Essas necessidades são intensificadas pela presença de grandes empreendimentos, com maior demanda por serviços de saúde, educação, segurança e habitação.

No caso do estaleiro EBR, em São José do Norte, acontecimentos e definição de novas situações expressam o redimensionamento e redefinição de relações durante a (re)organização do espaço:

- o caos provocado no deslocamento por transporte hidroviário entre São José do Norte e Rio Grande, que só veio a se reestabelecer no ano de 2015, por meio da aquisição de

novas lanchas e reativação de uma empresa de transporte exclusiva para o fretamento de lanchas ao estaleiro, para o transporte exclusivo de trabalhadores;

- a alteração do acesso aos bairros como Vila Nova, Cocuruto e Barra de São José do Norte pela incorporação de um trecho da estrada à área de operação do estaleiro EBR, regularizada posteriormente pela construção de uma via de acesso alternativa, mas implicando em um maior percurso a ser enfrentado pela população local e visitantes;

- avarias nas casas dos bairros Veneza e Cidade Baixa que mobilizaram a atuação de moradores organizados junto à Prefeitura Municipal e em resistência à atuação prejudicial da empresa;

- a indenização dos moradores de Vila Nova, área onde se instalou o estaleiro EBR, mobilizando a formação de uma Comissão de Moradores, com expressiva atuação junto ao Ministério Público e Defensoria Pública, estimulando a participação da comunidade e das instituições relacionadas.

A tentativa de instalação de novos empreendimentos, como o Hotel Swam, instalação de novos empreendimentos comerciais e para moradia foram condicionados pela perspectiva de crescimento da população e maior fluxo de visitantes ao município. A não concretização dessa nova situação trouxe implicações sociais para as quais não houve planejamento, como o endividamento da população local.

Os incentivos do Estado, tanto para a construção e instalação do estaleiro e demais empreendimentos, quanto vinculados às suas operações indicam que o planejamento da cidade é subordinado aos interesses da empresa. A composição financeira da empresa, em associação com investidores internacionais, a tecnologia e a mão-de-obra utilizada – dificilmente assimilada pela comunidade, bem como a forma de atuação do Estado – como principal financiador, expressam a manutenção de relações características do desenvolvimento do capitalismo dependente, nas quais as elites externas aliam-se às elites locais para a condução de transformações necessárias às suas operações. Destaca-se sob esse aspecto o apoio expressivo de lideranças políticas e econômicas em diferentes níveis aos projetos de desenvolvimento vislumbrados para a cidade e região, como expresso pelo entrevistado representante do Governo do Estado do RS. A mesma fala revela as disputas por empreendimentos entre cidades no país.

Durante a instalação do estaleiro EBR, outros acontecimentos refletiram essas relações características do desenvolvimento dependente. A construção do estaleiro por meio de recursos do Fundo da Marinha Mercante é um deles, na medida em que o Estado subsidia parte representativa dos custos de instalação, além da mobilização de investimentos em infraestrutura

que atendem primordialmente os interesses da empresa, como os serviços de transporte, alteração, construção e pavimentação de vias públicas. Mesmo as negociações entre empresa, poder público e moradores só foi possível por meio de acordos entre a Superintendência do Porto do Rio Grande e o empreendedor que permitissem a indenização das famílias do bairro de Vila Nova, além da mobilização de agentes do serviço público, como assistentes sociais e promotoria pública. No caso dos moradores dos bairros Cidade Baixa e Veneza, atingidos pelo intenso fluxo de caminhões que faziam o transporte de cargas para a construção do estaleiro, destaca-se o reconhecimento da situação de emergência no sentido de acelerar as obras de construção de uma via alternativa de acesso e garantir a não interrupção das obras, enquanto os moradores ainda aguardam uma decisão sobre possível indenização por danos morais e materiais.

Os principais argumentos utilizados para a instalação de grandes empreendimentos, fortemente relacionados com o mito do progresso, e, conseqüentemente, com o fenômeno da empresarização do mundo, se expressam pela projeção significativa de novos postos de trabalho e maior arrecadação tributária nas diferentes esferas de governo. No caso das operações do estaleiro, destacou-se o alto comprometimento das contas públicas, tanto no âmbito municipal quanto estadual, pelas entradas significativas de material para as grandes obras, comprometendo a arrecadação de ICMS em São José do Norte e na redistribuição pelo Governo do Estado do RS. A frustração quanto à alardeada oferta de empregos e oportunidades no município também indicam que as intencionalidades que orientam as ações nessas condições são as mais favoráveis aos interesses da empresa no curto prazo.

A não realização de melhorias alardeadas ao longo da instalação do estaleiro EBR e perspectiva de entrada de novos grandes empreendimentos é justificada, como expressam algumas falas, por incapacidades, seja por deficiências na qualificação de pessoas, seja pelas condições do município, como sua condição geográfica, por exemplo. Por outro lado, aprendizado da população local em referência às experiências vivenciadas em torno desse tipo de empreendimento indica uma postura menos passiva diante de novas propostas de dinamização econômica como a que vem sendo delineada em torno da instalação da mineradora RGM. Mesmo assim, o mito do progresso permanece evidente, como nas falas que envolvem as expectativas de melhores oportunidades para as gerações futuras e se renova no contexto de crise econômica e política.

Alguns dados reforçam traços representativos da empresarização do espaço na cidade de São José do Norte. Tanto sobre a transformação do local em espaços da economia internacional quanto sobre a intensificação da atuação de atores externos na regulação de

atividades localizadas. Ressalta-se o poder da empresa em redefinir o direcionamento de recursos, como sobre os investimentos necessários às alterações de vias públicas para atendimento de suas necessidades de transporte de matérias e mesmo para a aceleração das negociações para a liberação da área para a instalação do estaleiro. Destaca-se também a contratação de pessoal pela Prefeitura Municipal para atendimento das demandas geradas ao longo do processo e a redefinição de normas, como a alteração no Zoneamento do Porto e do Plano Diretor do Município, com base nas necessidades colocadas pela empresa. Quanto ao aspecto da produtividade espacial como fator de tensão entre empresa e cidade destaca-se a constante ameaça de interrupção das atividades pela empresa, desde o momento do anúncio da possibilidade de instalação, em que se colocou a opção pela cidade de São José do Norte em comparação à possibilidade de instalação no estado da Bahia. Uma vez definida esta opção, outros fatores colocaram em tensão a permanência do empreendimento, como se observou no momento da construção do estaleiro e durante o período de incerteza sobre a vinda ou não do casco da plataforma para integração dos módulos. Na análise sobre a atuação da empresa na orientação da formação ou dispersão de horizontalidades e verticalidades destacaram-se acontecimentos como: a dispersão das relações de vizinhança entre os moradores do bairro Vila Nova, a atuação de representantes da gestão municipal em eventos e instituições em diferentes esferas gestão e instituições, assim como a intensificação da presença de representantes de instituições e diferentes áreas de atuação da gestão pública no município de São José do Norte.

Porém, em alguns aspectos a cidade de São José do Norte parece ter sido considerada apenas como uma extensão da cidade do Rio Grande. A travessia de trabalhadores diretamente entre o terminal hidroviário de Rio Grande até o píer particular do estaleiro EBR, assim como a permanência de trabalhadores na cidade vizinha. Observou-se durante os eventos acompanhados ao longo da pesquisa a baixa expressividade da participação de representantes do município, expressas, por exemplo, no tempo e na ordem de fala nesses eventos.

Aponta-se como uma limitação deste trabalho a não realização da análise sob uma perspectiva regional, que avaliasse a dinâmica de relações a partir de um conjunto de municípios da região envolvidos especialmente nas atividades do setor naval. Inicialmente tinha-se a proposta de conduzir a investigação por meio da análise de pelo menos três municípios da região: São José do Norte, Rio Grande e Pelotas, o que não foi possível viabilizar pela restrição de recursos tanto financeiros quanto de tempo. Destaca-se também como limitação a dificuldade de contato com os gestores de mais elevados níveis hierárquicos, tanto na gestão do estaleiro quanto na mineradora. Ainda sobre o caso do estaleiro, não foram ouvidos nas entrevistas os gestores da principal contratante, a Petrobras.

Os dados coletados permitem novas análises, seja um exercício de reanálise de dados (ÄKERSTRÖM; JACOBSSON; WÄSTERFORS, 2004), por meio das categorias aqui indicadas, seja por novas ênfases teóricas, como as relacionadas ao planejamento urbano ou ao desenvolvimento territorial. Considerando-se a análise feita por meio de recursos visuais, como fotografias, pretende-se um novo tratamento dos dados por meio do aprofundamento teórico sobre a abordagem sociológica do espaço.

Referências

ABDI. **Contribuições para a Política de Desenvolvimento Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior – Período de 2011/2014**. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/livroBrasilMaior.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

ABRAHAM, Yves-Marie. L'entreprise est-elle nécessaire? In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). **Sociologie de l'entreprise**. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.

ANGROSINO, Michael V.; MAYS de PÉREZ, Kimberly. Rethinking Observation: from method to context. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. London: Sage, 2003. p.107-154

ANTUNES, Ricardo. Collor e a aventura bonapartista. In: _____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005, pp. 7-11.

_____. FHC – 2º ato – o bico do tucano. In: _____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005, pp. 37-40.

ARANTES, Otília. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera (org.). **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 59-70.

ARAÚJO, Flavio Faria de; PFEIFFER, Claudia Ribeiro. Empresariamento Urbano: concepções, estratégias e críticas. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, **IPEA – CODE 2011**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo7.pdf>>. Acesso em 09 set. 2015.

ÄKERSTRÖM, Malin; JACOBSSON, Katarina; WÄSTERFORS, David. Reanalysis of Previously Collected Material. In: SEALE, Clive, GOBO, Giampietro, GUBRIUM, Jaber, SILVERMAN, David (Orgs.). **Qualitative Research Practice**. Londres: Sage Publications, 2004, p. 314-327.

ALVES, Zelia M. M. Biasoli; SILVA, Maria H. G. F. Dias da. Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: uma proposta. **Paidéia**, FFCLRP, USP: Ribeirão Preto, 2, Fev./Jul. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/n2/07.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

ASSESSORIA de Comunicação PMRG. Empresa de Pellets inicia as obras de instalação em setembro. **Prefeitura Municipal do Rio Grande**. Rio Grande, 19 ago. 2017. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+14ba4e6,empresa-de-pellets-inicia-as-obras-de-instalacao-em-setembro.html#.Wbe313aGPIU>. Acesso em: 21/08/2017.

BELL, Emma; DAVIDSON, Jane. Visual Management Studies: empirical and theoretical approaches. **International Journal of Management Reviews**, v. 15, p. 167-184, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas. V.1. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

BOTELHO, Adriano. A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n 16, p. 111- 124, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73958>>. Acesso em: 09 set. 2015.

BRAGON, Rayder. Prefeito de Mariana (MG) cobra punição, mas é contra fechar mineradora. **UOL**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/09/prefeito-de-mariana-mg-cobra-punicao-mas-e-contra-fechar-mineradora.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 31 de Dezembro de 1968. Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0406.htm#art13. Acesso em: 02 dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A quase estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista. *In*: BARBOSA, Nelson Marconi; PINHEIRO, Maurício Canêdo; CARVALHO, Laura (orgs.). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier/FGV, 2015, pp. 101-120.

BRULON, Vanessa; PECI, Alketa. Organizações públicas e espaços às margens do Estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 7, p. 1497-1517, Nov/Dez. 2013.

BUNSE, Heinrich A. W. **São José do Norte**: aspectos linguístico-etnográficos do antigo município. 2ed. Porto Alegre, Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1981.

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** – Perfil Municípios. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CARDOSO, Arthur Monte. Burguesia nos anos 2000: um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2014.

CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **Desenvolvimento e Dependência no Brasil**: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande/RS. Tese (Doutorado em Administração – Área de Estudos Organizacionais) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Porto Alegre, 2014.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. *In*: CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política. 1ª reimp. São Paulo: Cosac Naify, 2013, Cap. XI, pp. 201-231

CODEL dá início à terraplanagem no canteiro de obras do estaleiro EBR. **O Nortense**. Abril de 2013.

COMTE, Auguste. Discurso Sobre o Espírito Positivo. *In: Comte. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1978, p. 114-227.

COMUNELLO, Patrícia. Celulose Riograndense: nasce uma gigante. **Jornal do Comércio**, 05/03/2015. Disponível em: <jcrs.uol.com.br/noticiaphp?codn=189370>. Acesso em: 05 ago. 2016.

CPEA – Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais Ltda; HAR – Engenharia e Meio Ambiente. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Projeto Retiro**, São José do Norte. CPEA: São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://rgminer.com.br/wp-content/uploads/2014/09/rgm-2014-07-03-BAIXA.pdf>>. Acesso em: 14 Out. 2016.

CORRÊA, Roberto L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, Jul./Set. 1992.

COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. O jogo social e a produção de acontecimentos no território: o caso da Rede Arrozearias do Sul. **Cadernos Ebape**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, Dez. 2011.

COSTA, Cristiane Netto. **Organizações Culturais e (re)configuração do espaço**: o caso do Instituto Europeo di Design, na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Cristiane Netto; SILVA, Rosimeri de Fátima C. da. O Processo de Empresarização no Contexto Brasileiro: uma análise a partir do pensamento de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente. *In: III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – III CBEO*, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/folderview?id=0B617ghJ2bLE2VEsyWnVHbWR0dnc&usp=sharing&tid=0B617ghJ2bLE2VDk4M3hjMUZVMUU>>. Acesso em 04 dez. 2015.

DUMONT, Louis. Caste, Racism and ‘Stratification’ Reflections of a Social Anthropologist. *In: ____*. Homo hierarchicus: the caste system and its implications (Appendix A). Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

____. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: ROCCO, 1985.

____. Um estudo comparativo da ideologia moderna e do lugar que nela ocupa o pensamento econômico. *In: Homo Aequalis*: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru/SP: EDUSC, 2000, pp. 13-44.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. 3ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

____. **O mito do progresso**; ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. O mito do progresso. **Novos Estudos**, 77, p. 73-89, mar. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes. Cap. VII, p. 185-220, 1999.

EXECUTIVO comemora inauguração de mais um posto dos Correios. **Prefeitura Municipal de São José do Norte**. Disponível em: < www.saojosedonorte.rs.gov.br/comunicacao/noticias/2016/02/10/executivo_comemora_inauguracao_de_mais_um_posto_dos_correios>. Acesso em: 12/02/2016.

FAUCONNET, Paul; MAUSS, Marcel. Sociologia. *In*: MAUSS, Marcel. **Ensaios de Sociologia**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **O Que é Revolução**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. As Mudanças Sociais no Brasil e Obstáculos Extraeconômicos à Industrialização no Brasil. *In*: **Mudanças Sociais no Brasil**. 4ed. São Paulo: Global, 2008, Cap. I e II, pp. 28-92.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 4ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. A Sociologia como Afirmação (Reproduzido de FERNANDES, Florestan. A sociologia numa era de revolução social. São Paulo: Nacional, 1963, p. 51-88). *In*: IANNI, Octaio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 173 - 217.

_____. Repensando a Revolução Burguesa no Brasil. *In*: FERNANDES, Florestan. **Brasil em Compasso de Espera: pequenos escritos políticos**. Coleção Revisitando o Brasil – v. 4. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, pp. 99 – 107.

FERREIRA, Cândido G. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. **CESIT**, Unicamp, mar., 1993.

FIERGS. Instalação da EBR em São José do Norte exigirá melhorias em transporte e infraestrutura básica. Publicado em: 16 jan. 2013. Disponível em: www.fiergs.org.br. Acesso em: 08/12/2014.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Ago. 2006. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

FONTOURA, Luiz Fernando M. As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte. **CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio

Grande, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <www.seer.furg.br/cnau/article/view/4715/2946>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FORTUNA, Carlos. Introdução: sociologia, cultura urbana e globalização. *In: _____*. (Org.) **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997, pp. 1-28.

FREITAG, Bárbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142005000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Introdução ao desenvolvimento** – enfoque histórico-estrutural. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. *In: d'AGUIAR, Rosa Freire* (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 13-140.

GALDO, Rafael. Moradora de São João da Barra enfrenta o Porto de Açu para ficar em seu sítio. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/moradora-de-sao-joao-da-barra-enfrenta-porto-do-acu-para-ficar-em-seu-sitio-20175706#ixzz4Lr4VwN7w>>. Acesso em: 26 set. 2016.

GERHARDT, Cleyton. Grandes Projetos de Desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às “entidades-satélite”. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais da UNICAMP**, v. 8, n. 2, pp. 54 – 89, 2014.

GIANUCA, Kahuam de S. **Aspectos socioeconômicos e ambientais da exploração de Pinus sp. no município de São José do Norte e análise das alterações na paisagem em áreas adjacentes aos plantios na região do Estreito entre os anos de 1964 e 2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2009.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In: MINAYO, Maria C. de Souza* (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Catarina. Fepam emite novas licenças para geração de energia eólica. **Gabinete Digital** – Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 27 set. 2016. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br/conteudo/247299/fepam-emite-novas-licencas-para-geracao-de-energia-eolica/termosbusca=*>. Acesso em: 15 dez. 2016.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos Ebape**. v. 4, n. 3. Out. 2006. Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/7399/5875>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo M.; COSTA, Camila F.; KNOPP, Glauco. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Cadernos Ebape**. v. 8, n. 3. Jan. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-39512010000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GRIMM, Flavia. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. In: **Revista IEB**, n. 52, p. 165-182, set/mar, 2011a.

GRIMM, Flavia. **Trajetória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011b.

GUD. **Oportunidades de desenvolvimento local e regional relacionados à implementação do Estaleiro EBR de São José do Norte, no Rio Grande do Sul**: relatório do Global Urban Development (GUD) para o Grupo Empresarial M. Stortti Consultores, Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e para a Agencia de Desenvolvimento e Promoção do Investimento do Rio Grande do Sul (AGDI), dez. 2012. Disponível em: < http://www.globalurban.org/Oportunidades_de_Developimento_Local_e_Regional_Relacionados_a_Implementacao_do_Estaleiro_EBR_de_Sao_Jose_do_Norte.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2014.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, Mariano (coord.). **La Medición del Progreso y del Bienestar**. Propostas desde America Latina. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, 2011, México, p. 103-110. Disponível em: < <http://www.gudynas.com/publicaciones/capitulos/GudynasAcostaDisolucionProgresoMx11r.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa. **Journal of Sustainability Education**, Mar. 2012. Traduzido pelo Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores – Cepat. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Redução Sociológica** (Introdução ao estudo da razão sociológica). 3ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento Urbano: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, nº 39, 1996, p. 48-64.

_____. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 163-190.

HOSPITAL São Francisco desativou a maternidade. **Jornal Agora**, Rio Grande, 30 abr. 2013.

IANNI, Octávio. A produção Sociológica Brasileira. *In:* _____. **Sociologia e sociedade no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega Ltda., 1975, p. 15-83.

KLEIN, Jefferson. Conclusão da plataforma P-74 será postergada. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 09 abr. 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=193120>>. Acesso em: 09 abr. 2015a.

_____. Crise naval causa impactos em São José do Norte. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 28 abr. 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=194941>>. Acesso em: 28 abr. 2015b.

LACERDA, Daniel. Overcoming Dichotomies through Space: the contribution of dialectical materialism to Organization Studies. **O&S** [on line], v.22, n. 73, DOI: 10.1590/1984-9230732, abr.-jun., 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230732>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

LACERDA, Daniel; BRULON, Vanessa. Política das UPPs e Espaços Organizacionais Precários – uma análise de discurso. *In:* **ENEO**, 7, 2013, Curitiba/PR. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2012/2012_ENEO243.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1975.

LEFÉBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 2007.

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. The City as a Growth Machine. *In:* **Urban Fortunes: the political economy of place**. University of California Press, 1976, capítulo 3, p. 50-98.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Maria Elvira S.; RIVERA, Mara Rubia P. **São José do Norte: terra de águas claras e areias brancas**. Documento elaborado para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Norte. São José do Norte, 1992.

MARCHEZAN, Isabel. Parece milagre. **Revista Veja**. Editora Abril. Edição 2362. Ano 47. N. 9. 26 Fev. 2014. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/32109?page=100§ion=1>>. Acesso em: 04/08/2014.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In:* Ferreira, Carla; Osório, Jaime e Luce, Mathias (Orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Lasier. **Jornal do Almoço**, 27/01/2011. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=AAe3dDNd7fw>. Acesso em: 18/09/2014.

MORADORES DE VILA NOVA e Defensoria Pública fazem reunião com a imprensa. **Jornal Agora**, 29 de maio de 2013.

MORAES, Antonio Carlos R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

NISBET, Robert. **História da Ideia de Progresso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. La idea de Progreso. **Revista Libertas**. Instituto Universitario ESEADE. Out. 1986. Disponível em: http://www.eseade.edu.ar/files/Libertas/45_2_Nisbet.pdf. Acesso em: 26 nov. 2015.

PADILHA, Adalberto. EBR - Implantação do Estaleiro em São José do Norte. **Congresso Internacional Navegar 2014**. Disponível em: <http://www.navegar-congresso.com.br/upload/palestra/120112145007.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PEREIRA, Renée. Em colapso, indústria naval já demitiu quase 50 mil e tem dívida bilionária. **Estadão**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-colapso-industria-naval-ja-demitiu-quase-50-mil-e-tem-divida-bilionaria,70001817157>. Acesso em: 29 mai. 2017.

PEREZ, Davi Machado; LARA, Ricardo. Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan/jun 2015.

PETROBRAS. **Pré-sal**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PLANO Urbanístico para São José do Norte deve custar R\$ 2,07 bilhões. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 10 jul. 2014. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=166775>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Patrimônio da União: Terrenos de Marinha. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>. Acesso em: 10/10/2017.

POLAR Meio Ambiente. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Estaleiro São José do Norte, 2011. Disponível em: <http://www.ebrbrasil.com/download/baixar/uploads/download/68/rima-baixa.pdf>. Acesso em: 09/04/2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 11ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. _____. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE. Disponível em: <http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/>. Acesso em: 11/03/2015.

RAFFESTIN, Claude. O que é território? *In: Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-163.

RODRIGUES, Marcio S. **O novo ministério da verdade**: o discurso da Veja sobre o campo do ensino superior e a consolidação da empresa no Brasil. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SAHLINS, Marshal. **Economia de la Edad de Piedra**. Madrid: Akal, 1977.

SAMPAIO JR., Plínio Arruda. Desenvolvimento e Neodesenvolvimento: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.

SANTOS, Milton. Le Venezuela: profusion et pénurie. **Revue Tier Monde**, tomo XXI, n. 84, octobre/décembre, 1980, pp. 709-720.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988a.

_____. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. *In: FERNANDES, Bernardo M. O espaço em questão*. São Paulo: Marco Zero/AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), 1988b.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *In: Boletim Gaúcho da Geografia*. Associação do Geógrafos Brasileiros – Portal de Periódicos da UFRGS. Ago. 1996. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

_____. Modo de Produção Técnico Científico e Diferenciação Espacial. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun., 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. *In: Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, pp. 103-109, jul./dez., 2000a. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ed. 1reimp. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2009a.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009b.

____. **Espaço e Método**. 5ed., 2reimp. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Caio F. dos; PUCCINELLI, Vinicius R.; OLIVEIRA, Cleiton L.; MASCARELLO, Marcela de A.; MACHADO, Carlos R S. São José do Norte (RS/Brasil): meio ambiente como mercadoria. *In: Geografafes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, n. 22, v. ii, pp. 82-94, jul./dez., 2016.*

SÃO JOSÉ DO NORTE (RS) ganha agência da Previdência Social. **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: <www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/sao-jose-do-norte-rs-ganha-agencia-da-previdencia-social>. Acesso em: 18/09/2014.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e Concepções sobre o Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SASSEM, Saskia. The Global City: introducing a concept. **The Brown Journal of World Affairs**. Winter/Spring 2005.

SCHUMPETER, Joseph. O Processo de Destruição Criadora. *In: SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, Cap. 7, 1961.

____. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, Daiane R. da. Ciclo de Desenvolvimento é apresentado para a metade sul do estado. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 26/08/2011. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/117047/ciclo-de-desenvolvimento-e-apresentado-para-a-metade-sul-do-estado>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SIMMEL, . 2003.

____. 2005.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Vol. I. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

____. **A Riqueza das Nações**. Vol. II. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOJA, Edward. A dialética sócio-espacial. *In: _____. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOLÉ, Andreu. L' "entreprisation" du monde. *In: _____. Créateurs de mondes: nos possibles, nos impossibles*. Monaco: Éditions du Rocher, 2000, p. 182-194.

____. L'entreprise: une invention Latine? *In: Colóquio Internacional Sobre Poder Local, II*, 2003, Salvador. Anais... Salvador: NEPOL/UFBA, 2003.

____. L'entreprisation du monde. *In: CHAIZE, J.; TORRES, F. Repenser l'entreprise: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve*. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

SPOLLE, Marcos V.; FABRES, Ana C. O Polo Naval de Rio Grande e a utilização de trabalhadores especializados migrantes. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 38, 2014,

Caxambú/MG. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9043&Itemid=456>. Acesso em: 12/02/2015.

SUPRG. Superintendência do Porto de Rio Grande – Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Infraestrutura e Logística. **Plano de Zoneamento do Porto Organizado de Rio Grande**. V. 2. Dez. 2011. Disponível em: <www.portoriogrande.com.br/site/download.php?arq=arquivos/arquivo_768.pdf>. Acesso em: 06/04/2015.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Programa para aplicação às pesquisas em ciências da gestão de um método de caráter fenomenológico. *In*: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 97-119.

TOMETICH, Patricia; SILVA, Rosimeri C. da. Revisando o assalariamento como indício da centralidade da empresa. **IV Congresso Internacional de la Red de Posgrados de Investigación Latinos en Administración y Estudios Organizacionales**. Cartagena, Colombia. 30 de Agosto al 02 de septiembre de 2016.

VAINNER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria. *In*: ARANTES, Otília; VAINNER, Carlos; MARICATO, Emília. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 75-103.

_____. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. *In*: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 21 a 25 maio, 2007.

_____. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **XIV XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2011. Disponível em: http://www.br.boell.org/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf. Rio de Janeiro, abril, 2012.

VERGARA, Sylvia. Métodos de pesquisa em Administração. 3ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Marcelo M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. *In*: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.13-28.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ANEXO I – Ofício encaminhado pela Comissão de Moradores à SUPRG (reprodução)

OFÍCIO N° 001/2011

Ilmo. Senhor

Superintendente do Porto de Rio Grande Dirceu Lopes

Os moradores da Comunidade de Vila Nova de São José do Norte/RS, atingidos pela expansão portuária, gostariam de agendar uma Audiência com Vossa Excelência, a fim de tratar assuntos de interesse dessa comunidade. Segue anexo a ata n° 001/2011.

São José do Norte, 26 de setembro de 2011.

Representante dos Moradores de Vila Nova.

ANEXO II – Acordo de cooperação - EBR e Prefeitura Municipal de São José do Norte
(reprodução)

Prefeitura Municipal de São José do Norte – RS
Gabinete do Prefeito

TERMO DE COOPERAÇÃO

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO
NORTE E A EMPRESA EBR – ESTALEIROS DO
BRASIL LTDA.**

O Município de São José do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 88.568.902/0001-70, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 276, São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal J. Vicente de Farias Ferrari, e a empresa EBR – Estaleiros do Brasil S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 09.628.613/0001-42, com sede na Rua da Assembleia, 10/sala 4104, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado pelo seu Presidente Alberto Jesus Padilla Lizondo, visando dar seguimento no processo de instalação de Estaleiro no Município de São José do Norte,

CONSIDERANDO a necessidade de ocupação da área de Marinha contígua ao terreno da EBR para construção de cais que integra o projeto de instalação do Estaleiro;

CONSIDERANDO o levantamento socioeconômico feito pela EBR no período de 25 a 28 de janeiro de 2011, que mostrou haver 45 propriedades dentro da área de Marinha prevista para a instalação do empreendimento, sendo que 20 delas são ocupadas por famílias de pescadores;

CONSIDERANDO que a responsabilidade por esse processo é conjunta, envolvendo a EBR, o Governo do Estado e a Superintendência do Porto do Rio Grande – SUPRG, nos termos do Decreto de 25.07.2005, da República Federativa do Brasil, o que regulamenta a área do Porto Organizado do Rio Grande, mas que é o Município interessado na concretização do empreendimento, pelo potencial desenvolvimento que trará à cidade;

RESOLVEM firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO segundo as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto a colaboração e cooperação entre o Município de São José do Norte e a empresa EBR S/A visando planejar e executar a remoção das construções e famílias existentes na área de Marinha a ser ocupada pela implantação do empreendimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

Compete ao Município:

a) Prestar todas as orientações que se fizerem necessárias quanto a ordenamento espacial do Município, em consonância ao determinado pela Lei Municipal nº 456/2006 (Plano Diretor) e suas alterações posteriores;

Compete a EBR S/A:

a) Contato e negociação com representante de cada uma das unidades residenciais, a fim de definir pela realocação ou pagamento de indenização a critério de cada um, sem deixar de garantir o respeito ao modo de vida de cada família em caso de realocação;

b) Articular com o Estado do Rio Grande do Sul e com a Superintendência do Porto do Rio Grande a execução da remoção e realocação das famílias sempre prestando informações ao Município;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Cada partícipe arcará com as despesas decorrentes da execução das obrigações que lhe competem, constantes na Cláusula Segunda do presente Termo de Cooperação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de 2 anos, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, bem como aditado, no que couber, em caso de interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA MODIFICAÇÃO

Este Termo poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas, com estrita anuência em ambas as partes.

Assim ajustadas, firmam as partes, por intermédio de seus representantes, presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

São José do Norte, 21 de Junho de 2012.

J. Vicente Farias Ferrari
Prefeito Municipal

Alberto Jesus Padilla Lizondo
Presidente – Estaleiros do Brasil S/A - EBR

ANEXO III – Programa de Acompanhamento da [Realocação] das Moradias Localizadas na Área do Empreendimento (reprodução)

1.1 INTRODUÇÃO

A instalação do Estaleiro EBR em São José do Norte visa à construção e reparação de plataformas e navios os quais tem por objetivo a exploração de petróleo. Sua instalação pressupõe a ocupação de um terreno de 1.500.000 m², sendo 1.300.000 m² de área industrial e 200.000 m² de área de preservação ambiental. A estrutura do empreendimento será composta por um estaleiro e um acesso portuário.

A área destinada à instalação do empreendimento é definida pelo Plano Diretor de São José do Norte como “Área Portuária”, portanto designada às atividades industriais. Contudo, baseado no levantamento socioambiental realizado na área, na ocasião da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (POLAR, 2011), foram contabilizadas 50 propriedades de uso residencial instaladas na área da União, totalizando aproximadamente 145 moradores.

Das famílias contabilizadas, mais de 60% declararam morar na área da união há mais de 20 anos. Também todos os moradores declararam o município de São José do Norte como local de trabalho e aproximadamente a metade afirma ter sua atividade principal na pesca e agropecuária. Desta forma é evidente o vínculo com o município de São José do Norte e, principalmente, com o local de habitação. No entanto a área da União onde estão localizadas as propriedades não tem por finalidade a habitação e carece de serviços de infraestrutura para tal.

A instalação das estruturas do empreendimento, principalmente no que se refere ao acesso portuário, somente será possível através da [realocação] das famílias que residem na área da União. Essa ação resultará em dois aspectos importantes, em relação às famílias removidas: a mudança na condição histórica de ocupação e identidade com a área ocupada e a melhora na infraestrutura pública para a moradia, caso venham a estabelecer residência em áreas com melhores condições que a Vila do Cocuruto.

Neste sentido, para que se possa realizar um processo justo de retirada das famílias, o referido Programa torna-se indispensável. Isso porque, para que sejam proporcionados valores compatíveis com as atuais condições das habitações e evitem-se perdas de qualidade de vida e de patrimônio, será fundamental a participação dos envolvidos. E é justamente esse o foco do programa.

Objetiva-se, dessa forma, aliar a necessidade de dinamização econômica do município de São José do Norte, através da diversificação da matriz produtiva, e proporcionar segurança às famílias que residem na área da União, satisfazendo assim suas expectativas quanto ao processo de [realocação].

1.2 JUSTIFICATIVA

A realização deste programa justifica-se devido à configuração da área prevista para instalação do empreendimento, no que tange a administração da área, o uso previsto e a forma atual de ocupação. A administração da referida área da União no município de São José do Norte compete à Marinha, contudo a administração e exploração dos portos do Rio Grande do Sul foram delegadas ao Estado. Deste então, compete a este a conservação e o zelo pela integridade dos bens patrimoniais do Porto de Rio Grande.

Segundo o Plano Diretor do Município de São José do Norte, a área da União em questão tem seu uso destinado a Atividade Portuária ou Industrial de acordo com determinação do Zoneamento do Conselho da Autoridade Portuária (CAP). Destacando-se assim a

compatibilidade da instalação do empreendimento com as pretensões futuras do município para com essa porção territorial.

No entanto, o diagnóstico socioeconômico realizado para o Estudo de Impacto Ambiental (POLAR, 2011) identificou 45 propriedades de uso residencial instaladas na área da União prevista para instalação do empreendimento. Uso este que apresenta incompatibilidade com o previsto pela Legislação Municipal.

Como a instalação do empreendimento prevê a construção de um acesso portuário e demais estruturas físicas na área da União ocupada ilegalmente atualmente pelas residências, haverá a necessidade de [realocação] dessas famílias, justificando a existência de um Programa que vise potencializar a eficiência desse processo.

1.3 OBJETIVOS

Este programa tem como objetivo a mitigação direta dos impactos decorrentes da [realocação]/indenização das famílias residentes na área da União do empreendimento diretamente afetada pelo empreendimento e a articulação com todas as demais instituições do poder público que possuem implicações e ou responsabilidades neste processo.

Para atingir o objetivo principal alguns objetivos específicos tornam-se fundamentais para o Programa, tais como o acompanhamento, auxílio e documentação das seguintes atividades:

- Promoção de encontros com a população envolvida para esclarecimentos, revisão dos laudos de avaliação e dos valores;
- Envolvimento ativo da comunidade de moradores no processo, visando estimular a participação e conscientização das pessoas acerca de toda a mudança que será propiciada, garantindo a sustentabilidade na efetivação dos procedimentos previstos na [realocação] ou indenização;
- Realização de reuniões de negociação com a população envolvida;
- Documentação dos acordos propostos entre as partes;
- Execução dos acordos propostos.

1.4 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REQUISITOS LEGAIS

- O presente programa foi elaborado tendo em vista as exigências contidas na LP nº 1433/2011 - DL da FEPAM, emitida em 16 de Dezembro de 2011, primeira diretriz normativa a ser elaborada na execução das atividades deste e todos os outros Programas Ambientais do empreendimento.

- Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que definiu seus fins e mecanismos de formulação e aplicação tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

1.5 PÚBLICO ALVO

Buscando conduzir da melhor forma possível o processo de [realocação] das famílias que ocupam a área da União destinada à construção do empreendimento, o programa em questão terá o seguinte público-alvo:

- A população residente nas 50 habitações instaladas, no período da realização do Estudo de Impacto Ambiental (2011), na área de inserção do empreendimento.

1.6 METODOLOGIA E PLANO DE AÇÃO

O programa em questão prioriza garantir o respeito e a sustentabilidade das famílias localizadas na comunidade de Vila Nova, as quais se encontram, mais precisamente, na área da União do futuro estaleiro da empresa EBR, no processo de [realocação]/indenização.

O processo será encaminhado concomitantemente de forma conjunta e de forma individualizada com cada família. O processo conjunto tem papel importante no fortalecimento da identidade desta comunidade, favorece o envolvimento e o engajamento de todos e cria uma identificação com a empresa e com os empreendimentos. Além disso, é importante que se façam planos conjuntos de futuro, ressaltando sempre os benefícios da mudança, as novas possibilidades vindouras e a relevante participação desta comunidade no processo de instalação do estaleiro que trará desenvolvimento ao município. Já o processo individual tem papel fundamental no entendimento da situação de cada família, sua realidade e suas perspectivas.

A seguir a descrição das etapas de ação do programa:

1.6.1 Criação da comissão de acompanhamento dos processos de [realocação]

A primeira etapa desse Programa será a criação e estabelecimento de uma comissão de acompanhamento dos processos de [realocação]. Essa comissão será formada pelos representantes dos seguintes atores envolvidos:

- Representante do EBR;
- Representante do Município;
- Representante da SUPRG;
- Representante da Comunidade Vila Nova.

Cada entidade/ator elegerá e designará seu representante e será promovida uma primeira reunião da comissão na qual serão estabelecidos seu regimento e cronograma (regrando seu funcionamento). O objetivo desta comissão é garantir a efetiva participação da comunidade e representação de todos os atores envolvidos nas decisões tomadas.

As reuniões da comissão serão documentadas, no sentido de produzir comprovações das suas realizações, por meio de listas de presença, atas, fotos, gravações, entre outras evidências. As convocações destas reuniões serão feitas por carta, e-mail e telefone e estes contatos serão todos igualmente registrados.

1.6.2 Contatos com o(s) representante(s) de cada moradia existente na área

A EBR tomará a iniciativa de procurar os representantes de cada moradia/construção existente na área da União do empreendimento. Esse contato será pacífico e terá a intenção de apresentar a situação aos moradores, explicar de forma clara as opções existentes (indenização/[realocação]) e investigar mais a fundo os critérios sociais que guiarão

esta decisão. Esta etapa incluirá quantos contatos/reuniões forem necessárias com cada unidade habitacional.

As reuniões com a comunidade serão divulgadas aos moradores por meio de visita de um dos membros da equipe técnica deste Programa, nas quais serão entregues informativo com pauta da reunião, local, data e horário. Estas reuniões se darão no salão de eventos da Celeiro Eventos, local mais próximo à Vila Nova com capacidade de comportar um grupo numeroso de pessoas. A escolha do local se deu pela facilidade de acesso dos moradores e seu conforto, não havendo necessidade de carro ou ônibus para acessar o salão. Abaixo seguem as informações sobre o local:

Site: www.celeiroeventos.com.br - Endereço: Estrada Oceano, 2000

1.6.3 Decisão conjunta entre indenização ou a [realocação] dos moradores

A equipe designada pela EBR e o(s) representante(s) de cada unidade habitacional decidirão juntos pela indenização ou [realocação]. Esta escolha deverá se basear no tipo de moradia (fixa ou de veraneio), a história da família, sua ligação emocional com o local, seu modo de vida e de sustento e seus desejos quanto ao futuro. Esta etapa incluirá quantos contatos/reuniões forem necessários com cada unidade habitacional.

O município de São José do Norte já indicou duas áreas para [realocações], sendo elas: área de pesca e área de expansão urbana. Estas serão as áreas prioritárias para os processos de [realocação]. Todavia, existem, por exemplo, casas de veraneio no local, que são utilizadas apenas em temporadas de férias. Estas famílias possivelmente optarão pela indenização e instalarão suas residências de veraneio, por conta própria, em um local mais apropriado.

1.6.4 Avaliação e negociação das propriedades

Após a decisão, o próximo passo será a negociação das propriedades. Importante destacar que as negociações deverão se dar caso a caso, no entanto deverão seguir critérios comuns, como por exemplo a prática de preços justos, a busca de um processo sem conflitos e questões judiciais, além de evitar perdas patrimoniais e de qualidade de vida para os envolvidos.

Os valores, nos casos de opção por indenização serão balizados pelos valores históricos praticados no município, buscando sempre o alvo do preço mais justo.

Na impossibilidade de definição, neste momento, dos valores a serem indenizados para cada moradia, a EBR se compromete a garantir que todas as negociações de indenização sejam acompanhadas e avaliadas por um corretor de imóveis, que irá balizar o “preço justo” a ser praticado. Esta assessoria profissional será documentada e fará parte da documentação de acompanhamento do Programa.

1.6.5 Documentação do acordo firmado

O acordo firmado nas etapas anteriores deverá ser documentado e assinado por ambas as partes: EBR e representante da unidade habitacional.

1.6.6 Determinação de imóveis para efetivar as [realocações]

Segundo representado no cronograma deste Programa, esta etapa já inicia no primeiro momento após a emissão da LI, uma vez que envolve articulação com a Prefeitura e

outras providências. A determinação de imóveis para serem utilizados na [realocação] das famílias iniciará imediatamente após a emissão da LI.

Prevê-se nesta etapa um período de legalização urbana e adequação de infraestrutura nos locais a serem ocupados. Esta etapa está localizada no cronograma do Programa e salienta-se que a EBR arcará com os custos de eventuais aluguéis de imóveis temporários que se façam necessários para acomodar as famílias, caso haja descompasso de tempo entre as etapas do processo.

O Programa irá acompanhar e apoiar as iniciativas do município em relação à indicação de moradias e instalação de futuro “loteamento residencial” em suas fases de licenciamento, construção e apoio em projetos de engenharia. Esta etapa será incluída nos relatórios a serem apresentados à Fepam.

1.6.7 Efetivação da indenização/[realocação]

Concluída a avaliação e documentação do acordo, a efetivação da indenização/[realocação] se caracteriza como a última etapa do processo.

Conforme Termo de Cooperação assinado entre a EBR e a Prefeitura, nos casos de [realocação] será de responsabilidade da Prefeitura a indicação de locais/imóveis adequados para ocupação pelas famílias, de acordo com Plano Diretor e demais diretrizes urbanas municipais.

1.6.8 Acompanhamento da adaptação das famílias [realocadas]

Com vistas à garantia da sustentabilidade do processo, bem estar das famílias e comprometimento da empresa neste item, as famílias de pescadores [realocadas] para outro local do município serão acompanhadas pela equipe do Programa pelo período de 06 meses, a contar do dia da mudança para a nova residência (descartando nesse cálculo de tempo possíveis passagens por imóveis de aluguel).

Este acompanhamento se dará por meio de visitas mensais à família na sua nova residência, e terá o foco de verificar a manutenção do meio de vida tradicional, benefícios e possíveis desafios que a mudança trará.

1.7 INTERAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

- Programa de Gestão Ambiental: os profissionais responsáveis pelo programa de gestão ambiental acompanharão o processo de [realocação] das famílias, podendo trazer demandas dos moradores a serem discutidas e incorporadas, bem como o desempenho do processo, permitindo incorporar soluções durante o desenvolvimento do programa.
- Programa de Capacitação Técnica da Mão de Obra Feminina: afóra os responsáveis por domicílio, as mulheres são predominantes entre os moradores das residências a serem retiradas, sendo interessante incentivar à participação nos treinamentos previstos pelo Programa de Capacitação Técnica da Mão de Obra Feminina. Desta forma fortalecendo a possibilidade de permanência das mesmas no município e oportunizando a inserção nesse ramo de atividade.
- Programa de Qualificação do Setor de Serviços: assim como o Programa de Capacitação Técnica da Mão de Obra Feminina, poderá oferecer

encaminhamentos à população a ser retirada, posto que terá o foco no setor terciário, o qual deverá ter uma grande demanda de pessoal, possibilitando assim a permanência das mesmas no município, bem como a oportunidade de novas colocações profissionais.

- Programa de Comunicação Social: terá papel fundamental durante o processo de relocação, informando a população sobre as atividades a serem realizadas; os encontros e as demandas a serem discutidas.
- Programa de Mitigação dos Impactos Sociais: como este programa pressupõe um contato direto com a administração pública e os órgãos competentes, terá importante papel para resolução de situações de conflito, bem como para realizar os encaminhamentos aos responsáveis, quando as soluções não couberem ao empreendedor.

1.8 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para o sucesso do processo de retirada das famílias inseridas na área do empreendimento é fundamental a articulação do empreendedor com entidades e programas governamentais voltados especialmente para o tema. Dentre as entidades destacam-se a Prefeitura Municipal de São José do Norte e o governo do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para as suas secretarias relacionadas à assistência social. Já a gestão da articulação institucional será responsabilidade da Estaleiros Brasil (EBR), a qual garantirá o cumprimento das condicionantes e dos compromissos oriundos do processo de licenciamento ambiental.

1.9 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A equipe responsável elaborará relatórios trimestrais que apontem os procedimentos, acordos, resultados e outras informações que possam retratar o andamento do Programa em questão. Uma vez realizados, os relatórios deverão ser repassados ao responsável pelo Programa de Gestão Ambiental. Estes relatórios terão como função acompanhar o andamento das atividades propostas pelo programa, desde as primeiras etapas listadas no item 1.6 até a efetiva [relocação] das famílias.

Para efetivo acompanhamento e avaliação do Programa, todos contatos, reuniões e demais ações do Programa serão documentados, no sentido de produzir comprovações das suas realizações, por meio de relatórios da equipe do Programa, listas de presença, atas, fotos e gravações. Estes registros abrangerão todas as etapas do Programa, desde a sua publicidade/comunicação, as convocações, as reuniões realizadas, os encaminhamentos e manifestações até a efetivação das [relocações]/indenizações.

Os relatórios do Programa conterão, também, a apresentação dos acordos assinados e a planta de localização correspondente de cada residência selecionada para [relocação].

Para o cumprimento dos objetivos propostos no Programa, são estabelecidas as seguintes metas (Tabela 1):

(Tabela 1: Objetivo, Indicador, Meta, Status)

Os relatórios deverão incluir o quadro de acompanhamento e avaliação do andamento do programa no qual a coluna “Status” deverá ser preenchida com uma das seguintes categorias, de acordo com seu andamento:

- Não iniciada – prevista
- Não iniciada – atrasado;
- Em andamento – prevista;
- Em andamento – atrasado;
- Concluído.

1.10 CRONOGRAMA

O cronograma de atividades do Programa segue na Tabela 2.

(Tabela 2 – Cronograma de atividades)

1.11 RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Para a realização do Programa de acompanhamento da [realocação] das famílias localizadas na área da União do empreendimento, propõe-se a contratação de 1 assistente social, 1 profissional de ciências sociais (antropólogo ou sociólogo com comprovação de conhecimento ou atuação em comunidades de pescadores artesanais) e 1 auxiliar. Estes profissionais serão contratados pela empresa no sistema de “empreitada”, tendo obrigação de atender a todos os compromissos, reuniões, visitas, produção de material, relatórios, etc. Todas as ações do Programa serão acompanhadas por um representante designado do quadro de funcionários do EBR.

Os recursos humanos e materiais (permanentes e consumo) necessários para execução deste programa estão listados na Tabela 3.

Tabela 3 – Recursos humanos e materiais necessários para o Programa Desapropriação e Reassentamento.

Recursos Materiais	Recursos Humanos
Computador, impressão, internet, máquina fotográfica, material de escritório, pilhas e baterias, pendrive, telefone celular, GPS, transporte, alimentação e hospedagem.	(1) assistente social, (1) profissional de ciências sociais (antropologia ou sociologia com comprovação de conhecimento ou atuação em comunidades de pescadores artesanais), (1) auxiliar.

1.12 RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

A implantação e acompanhamento deste Programa Ambiental serão de responsabilidade da empresa Estaleiros do Brasil (EBR), podendo receber apoio de entidades e poder público das diferentes esferas.

ANEXO IV – Cartilha da Negociação distribuída pela Defensoria Pública do RS**CARTILHA DA NEGOCIAÇÃO****1. Identificação**

Nome: _____

Lote n.º: _____

Valor da Avaliação (Consultar a Tabela 1): _____

2. Objetivo da Cartilha

Informar as pessoas os motivos que embasaram o valor da avaliação do lote onde residem e pelo qual será indenizado, com o objetivo de melhor conduzir a sua negociação com a empresa EBR.

3. O Valor do Lote

Sobre o valor do lote é importante saber que dois foram os fundamentos da avaliação.

O primeiro foi a avaliação imobiliária, realizada abaixo da tabela do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Fevereiro de 2013, sendo os seguintes valores apurados para os lotes envolvidos na comunidade.

Média de terrenos: R\$ 200,00 m2 com benfeitorias**Média de terrenos: R\$ 150,00 m2 sem benfeitorias****Casa classe A: R\$ 1.500,00m2****Casa alvenaria com reboco: R\$ 1.220,00m2****Casa alvenaria sem reboco: R\$ 860,00 m2****Casa madeira: R\$ 600,00 m2****Galpão: R\$ 300,00 m2**

O segundo critério utilizado foram as leis abaixo relacionadas e que amparam a negociação em favor das famílias que hoje residem na localidade.

- a) art. 6º Constituição Federal, direito fundamental social a moradia;**
- b) Lei Federal 10.257 – Estatuto da Cidade;**
- c) Medida Provisória 2.220/2001.**
- d) Convenção Nº 169, OIT (Decreto nº 5.051/04), Art. 14, inciso 1;**
- e) Convenção sobre Diversidade Biológica (Decreto nº 2.519/98), Art. 8º, alínea “j”;**
- f) Decreto Nº 6.040/06 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais);**
- j) Decisões Judiciais que amparam a indenização devida pela Concessão de Uso das Famílias.**

4. Do Piso e Teto das Negociações

Durante a negociação o valor máximo da indenização deve ser o valor da avaliação, e o valor mínimo que a pessoa deverá aceitar será o 75% da avaliação, já que abaixo disto é viável a discussão judicial.

5. Da Negociação e Prazo para Aceitação das Propostas

Ofertada a proposta para o morador este poderá contrapor, e aceita a contraproposta este deverá solicitar 5 dias úteis para pensar se finaliza a negociação.

6. Do Prazo e Forma de Pagamento

Manifestada a intenção de finalizar o negócio o prazo para realização de pagamento por parte da EBR, não poderá ser maior que 5 dias úteis, já que os moradores podem estar adquirindo outros imóveis com o valor que será recebido.

A forma de pagamento deverá ser com depósito bancário em conta corrente indicada pelo morador, não devendo ser aceita cheques ou outra modalidade de pagamento.

7. Do Contrato

Finalizada a negociação entre morador e EBR, o contrato a ser firmado em Cartório, será o contrato elaborado pela Defensoria e aprovado tanto pelo morador com o apoio se necessário de pessoa de sua confiança e aprovado pela EBR, o que será utilizado para todos os moradores.

8. Das Condições e Custo de Retirada dos Móveis e Remoção dos Imóveis dos Lotes

Como condição da negociação, o custo para realização da mudança das famílias deverá ser suportado pela Empresa EBR diretamente, a menos que esta opte pelo repasse dos valores da mudança do morador, após apresentação do respectivo orçamento.

Do Prazo para Liberação do Lote

O prazo para liberação do lote não poderá ser inferior a 60 dias, uma vez que a remoção de uma família implica aquisição de outro imóvel ou locação, e tais questões necessitam de prazo para desocupação, a exemplo do que ocorre na lei do inquilinato.

Este prazo poderá apenas ser alterado se o morador possuir interesse em liberar o imóvel mais rapidamente.

10. Da Conclusão

As informações acima resumidamente expostas devem ser seguidas pelos moradores com objetivo de, dentro da negociação, o valor final seja igual ou próximo da avaliação atingida, evitando assim que o direito de cada família não seja ofendido.

Por fim, deve ficar ciente o morador que cada pessoa, em caso de sentir-se pressionada durante o prazo para dizer se aceita ou não a proposta, poderá contratar advogado de sua extrema confiança, o que também não excluíra o acompanhamento da negociação pela Defensoria Pública.

Rafael Silveira Dourado
Defensor Público

TABELA 1**VALORES DE INDENIZAÇÕES POR LOTES DE 01 a 38 - CONFORME LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.**

Terreno 01 – R\$ 1.185.000,00
Terreno 02 – LOTE A - R\$ 565.000,00
Terreno 02 – LOTE B - R\$1.020.000,00
Terreno 03 – R\$ 700.000,00
Terreno 04 – R\$ 890.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 05 – R\$ 930.000,00
Terreno 06 – R\$ 390.000,00
Terreno 07 – R\$ 535.000,00
Terreno 08 – R\$ 385.000,00
Terreno 09 – R\$ 260.000,00
Terreno 10 – R\$ 100.000,00
Terreno 11 – R\$ 100.000,00
Terreno 12 – R\$ 392.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 13 – R\$ 670.000,00
Terreno 14-A – R\$ 235.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 14-B – R\$ 465.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 15 – R\$ 425.000,00
Terreno 16 – LOTE A – R\$ 340.000,00
Terreno 16 – LOTE B – R\$ 420.000,00
Terreno 16 – LOTE C – R\$ 397.000,00
Terreno 17 – R\$ 340.000,00
Terreno 18 – R\$ 475.000,00
Terreno 19 – R\$ 745.000,00
Terreno 20 – R\$ 725.000,00
Terreno 21 – R\$ 190.000,00
Terreno 22 – R\$ 237.000,00
Terreno 23 – R\$ 290.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 24 – R\$ 415.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 25 – LOTE A – R\$ 160.000,00

Terreno 25 – LOTE B – R\$ 135.000,00
Terreno 26 – R\$ 210.000,00
Terreno 27 – LOTE A – R\$ 44.000,00
Terreno 27 – LOTE B – R\$ 655.000,00
Terreno 28 - R\$ 110.000,00 - colégio
Terreno 29 – R\$ 375.000,00
Terreno 30 – R\$ 292.000,00
Terreno 31 – R\$ 345.000,00
Terreno 32 – R\$ 370.000,00
Terreno 33 – R\$ 900.000,00
Terreno 34 – R\$ 200.000,00
Terreno 35 – R\$ 335.000,00
Terreno 36 – R\$ 155.000,00 – sem benfeitoria
Terreno 37 – R\$ 490.000,00
Terreno 38 – LOTE A – R\$ 245.000,00
Terreno 38 – LOTE B – R\$ 186.000,00

TOTAL GERAL – R\$ 19.028.000,00

TOTAL de 38 moradores com terrenos com benfeitorias: R\$ 16.186.000,00

TOTAL de 07 proprietários com terrenos sem benfeitorias: R\$ 2.842.000,00

ANEXO V – Material de divulgação – Prefeitura Municipal de São José do Norte


Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Secretaria do Prefeito - Assessoria de Comunicação e Imprensa

São José do Norte
A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO
Cidade de expansão do Polo Naval Gaúcho, geradora de Energia Eólica e área de Exploração Mineral

Em breve, a principal cidade será conhecida nacionalmente.

Integrar a comunidade nortense no processo de transformação do Município. É com esta finalidade que apresentamos nossas potencialidades naturais e o trabalho da Administração Municipal na estruturação de São José do Norte, a fim de viabilizar o desenvolvimento organizado, com a consolidação de investimentos que prometem modificar rapidamente o panorama local.

Com a situação econômica estabilizada, a Prefeitura alcançou mais um objetivo: projetar o Município para novos horizontes. Ao conhecer nossa privilegiada localização geográfica e a abundância de riquezas naturais, empresários de diversas regiões do mundo manifestaram interesse em investir aqui.



Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Secretaria do Prefeito - Assessoria de Comunicação e Imprensa

São José do Norte
A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO
Infraestrutura, trânsito, segurança pública, saúde, assistência social e turismo


Organização e funcionamento noturno do Município.

Muitas foram as melhorias e o impacto da transformação na rotina da população.

A equipe de governo do Executivo, por meio da atuação das 12 Secretarias Municipais e com o respaldo jurídico da Procuradoria Geral do Município, trabalha no planejamento de São José do Norte, visando garantir o desenvolvimento ordenado, responsável e sustentável.

Para cada área há um plano de ação que prevê melhorias e projeta o aumento da demanda, com vistas ao atendimento das necessidades futuras. Em diversos encontros junto aos órgãos responsáveis, o grupo definiu prioridades com vistas à elaboração de projetos, prevenção a expansão da infraestrutura e direcionando os encaminhamentos, de modo a garantir o retorno e o cumprimento dos prazos.

O Executivo articula apoio dos governos estadual e federal, especialmente na captação de recursos para a execução das obras. É com esta ação conjunta e inovadora, objetiva superar o grande desafio de preparar o Município para seu inevitável destino: o progresso.



Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Secretaria do Prefeito - Assessoria de Comunicação e Imprensa

São José do Norte
A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO
Investimentos em educação, apoio à agropecuária e incentivo à valorização do meio ambiente

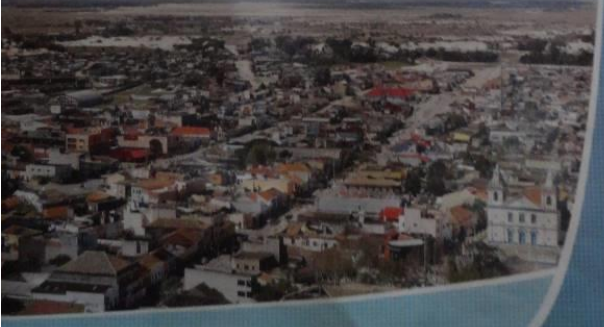
Promover uma educação de qualidade para garantir o futuro.

Investir o tempo disponível, estimulando de vez o estudo e o cultivo dos talentos.

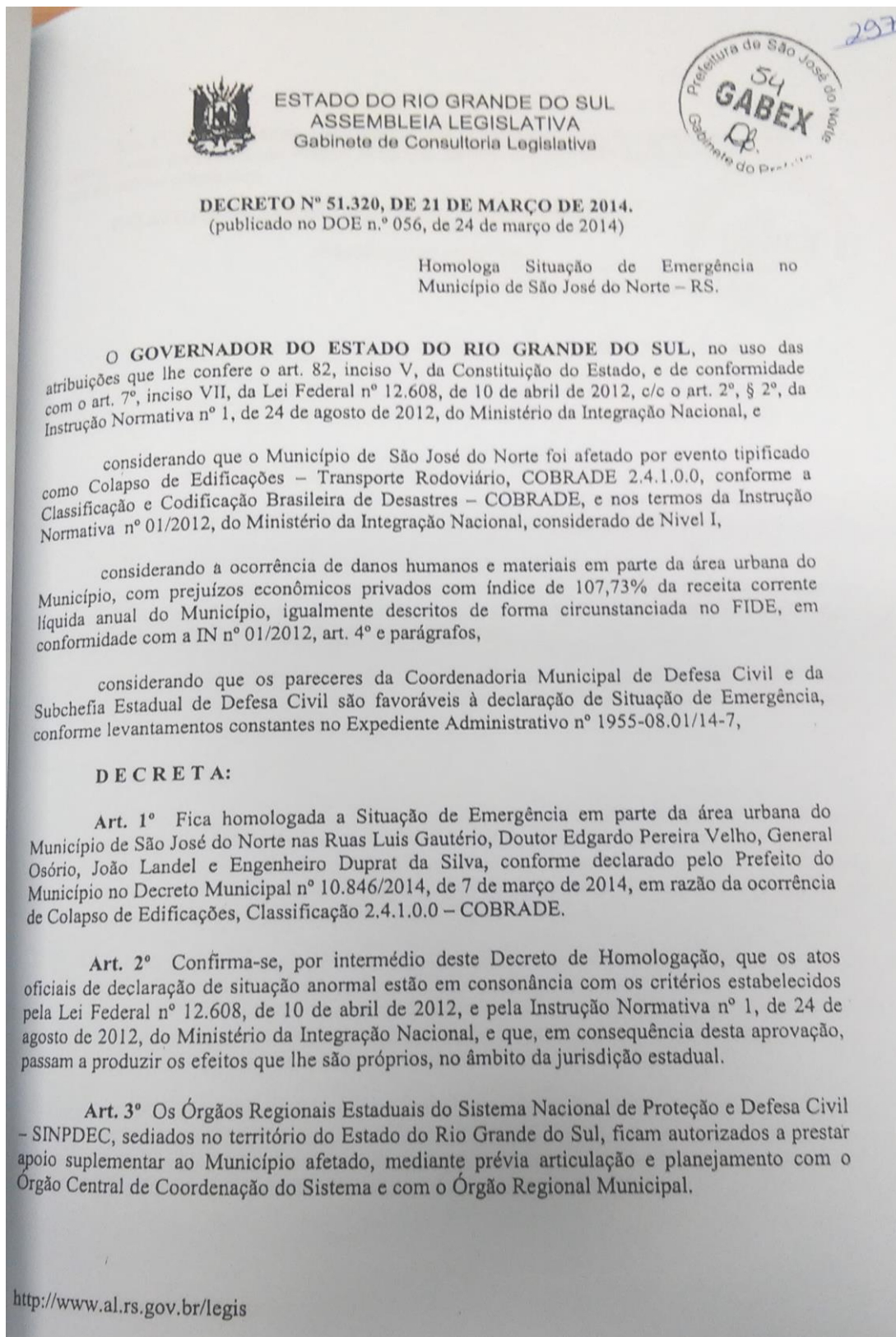
Educar é acompanhar o desenvolvimento de uma criança desde seu mundo colorido da infância até as perspectivas de futuro da juventude. Esta ação deve seguir os jovens e garantir aos adultos o direito à cidadania plena e à participação ativa na sociedade, promovendo o desenvolvimento pessoal, profissional e familiar de todos.

Educação é um esforço constante da Administração Municipal, que busca o desenvolvimento do Município não apenas com a consolidação de grandes investimentos, mas com aquilo que tem de mais valioso: o seu povo, que é a cultura e a característica viva de São José do Norte.

Investir no ensino de qualidade para os iniciantes, estimulando-os ao uso das novas tecnologias é a grande meta que o Executivo Municipal está alcançando. Promover melhorias àqueles que durante a vida se dedicaram inteiramente ao setor primário, trazendo da terra e da água o sustento de suas famílias é o dever que a Prefeitura cumpre, investindo na preparação e na qualificação de agricultores e pescadores locais.



ANEXO VI – Decreto 51.320 de 21 de março de 2014 – Governo do Estado do RS*



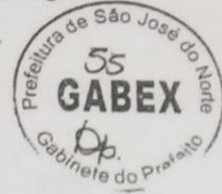
* Documento obtido por meio de cópia autorizada da ação indenizatória registrada o Foro Municipal de São José do Norte, sob o processo nº 126/3.14.0000064-8.

295b


Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do ato declaratório do Prefeito Municipal de São José do Norte, devendo vigorar pelo prazo de cento e oitenta dias.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de março de 2014.

FIM DO DOCUMENTO



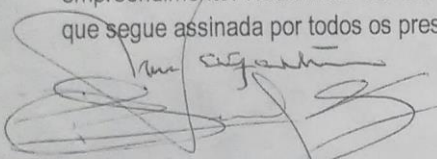
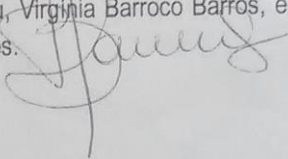
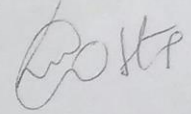
ANEXO VII – Ata de Reunião Nº 18/2014, 21 de março de 2014 – Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS*

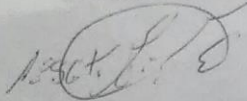
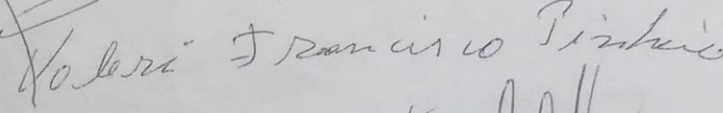


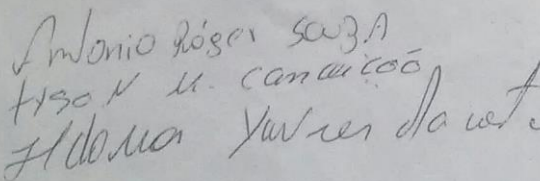
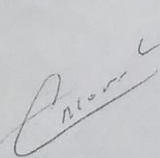
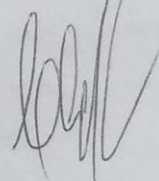
Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS
Gabinete do Prefeito

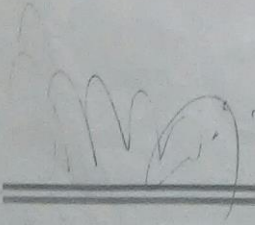
ATA DE REUNIÃO Nº 18/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e trinta minutos, na sede do Gabinete do Prefeito, presente o Prefeito em exercício Francisco Elifalete Xavier, o Vereador Ildomar Xavier, o Procurador-Geral Alexandre Machado Gonçalves, o Secretário da SMOU Christian Lemos, a Secretária da SMTT Maria Lucena Costa, os representantes da EBR Ariovaldo Souza e Senhor Carmelo Gonella, o Comandante da Brigada Militar Airton Gustavo de Oliveira Soares e Policial Militar Paulo César Leal Cazeiro, os moradores Antônio Roger de Souza, Tyson Mackenzie da Conceição e Valerim Pinheiro teve início reunião para tratar da manifestação dos moradores da Rua Luiz Gautério para o fechamento do acesso de caminhões ao Estaleiro EBR. Debatido o tema, ficou firmado que os representantes dos Moradores das Ruas afetadas levariam aos demais moradores a proposta de suspensão do movimento pelo prazo de dez dias a contar do dia vinte e seis de março de dois mil e quatorze, para o início das obras de construção de acesso alternativo por fora da Cidade, onde será construída futuramente a Av. Perimetral. Foi acordado que durante este período de dez dias, ficará suspenso o trânsito dos caminhões nos dias de chuvas pesadas, somente sendo liberados três caminhões de cimento/dia destinados ao empreendimento. Nada mais havendo, eu, Virginia Barroco Barros, encerro a presente data que segue assinada por todos os presentes.

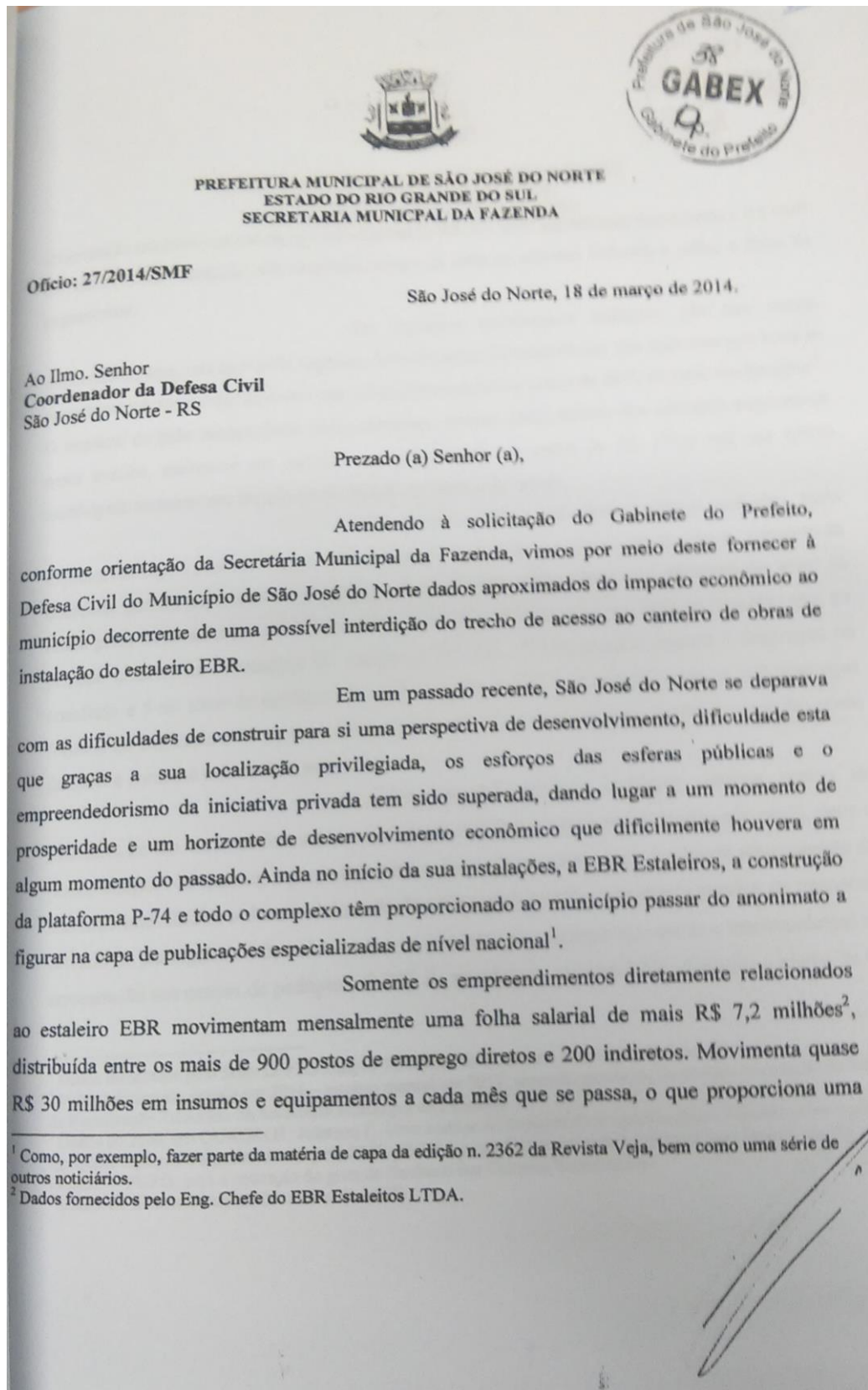






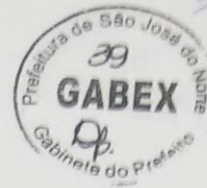
Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré - São José do Norte - RS
 gabex@saojosedonorte.rs.gov.br / www.saojosedonorte.rs.gov.br
 Fone/Fax: (51) 3738-1400 / 3738-1402

* Cópia cedida por morador da Rua Luiz Gautério, visitado em 2014 e 2017.

ANEXO VIII – Ofício 27/2014*



* Documento obtido por meio de cópia autorizada da ação indenizatória registrada o Foro Municipal de São José do Norte, sob o processo nº 126/3.14.0000064-8.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

arrecadação também mensal de aproximadamente R\$ 571 mil³ em tributos municipais e R\$ 426⁴ mil em tributos estaduais, não podendo deixar de citar os tributos federais e sobre a folha de pagamentos.

Os impactos econômicos indiretos não são menos importantes, uma vez que seria ingênuo desconsiderar justamente um dos aspectos que mais se perpetuam na economia, uma vez que o brasileiro consome cerca de 86% de seus rendimentos⁵. O impacto de pelo menos parte deste consumo, apenas como alguns dos números expressivos nesta análise, estima-se um aumento na arrecadação de cerca de R\$ 171,5 mil aos cofres municipais somente em função da instalação da indústria naval.

No entanto, talvez um dos impactos indiretos mais expressivos seja o aumento dos postos de emprego na economia local em função do aumento da demanda gerada pelo número de trabalhadores trazido pelas obras e o aumento do nível de renda geral da economia. Um esboço deste tremendo impacto pode ser visto ao perceber que, no período anterior às instalações do complexo da EBR, foram gerados apenas 9 empregos no comércio e 5 no setor de serviços; situação completamente contrastante com os 100 empregos formais no comércio e 37 no setor de serviços somente até o momento, desde o início das obras da EBR e somente nesses dois setores⁶.

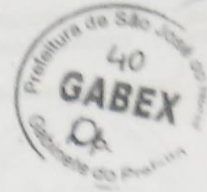
Além destes impactos indiretos, muitos outros se estendem de tão variadas formas que nos impossibilita de elenca-los do modo adequado, dado o pouco tempo. No entanto, é pertinente citar a título de exemplo final o notável aquecimento do mercado imobiliário, o desenvolvimento do antes praticamente inexistente serviço de transporte privado de passageiros e de todos os outros impactos nos transportes, como o intermunicipal e a arrecadação nas praças de pedágios. O PIB do município, que em 2011 alcançou a marca de R\$

³ Dados fornecidos pelo Setor de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda.

⁴ Valor Adicionado gerado em 2014 – retorno mensal em 2015, segundo previsões fornecidas por estudo do Setor de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda.

⁵ Dados de 2009, em QUADROS, Jeferson F. *Uma análise do impacto do programa Bolsa Família sobre a renda agregada, inflação e o poder de compra*. 2009. 86 f. Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande — FURG, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

⁶ Dados do sistema de estatística online do MTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

260.065 mil, espera chegar ao patamar superior a R\$ 304.308 mil⁷, sendo estes e muitos outros impactos são certamente visíveis na economia do município, e todo este incremento foi gerado pelo advento da construção do EBR Estaleiros em praticamente sua totalidade.

É consenso afirmar que optar por uma interdição do trecho de acesso ao canteiro de obras de instalação do estaleiro EBR — ou de qualquer outra operação que possua uma relação estreita com os prazos assumidos pelo EBR Estaleiros —, na tentativa de corrigir eventuais externalidades negativas geradas pelo empreendimento, acarretaria em retroceder em quase todos esses avanços econômicos, o que significa, em suma do citado anteriormente, em uma perda mensal de mais de 1300 postos de trabalho com uma folha salarial que passa tranquilamente dos R\$ 8 milhões, quase R\$ 1,1 milhões de tributos das mais diversas espécies e o desaquecimento com a perda de movimentação de quase R\$ 30 milhões de mercadorias ao mês, a consequente perda de um projeto de R\$ 1,7 bilhões⁸, sem citar o desaquecimento agressivo da economia, aos patamares de anos atrás.

Sendo isso que tínhamos para o momento, certos da compreensão e da parte da Defesa Civil de São José do Norte e de todos seus responsáveis, agradecemos a atenção e nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas e/ou necessidades.

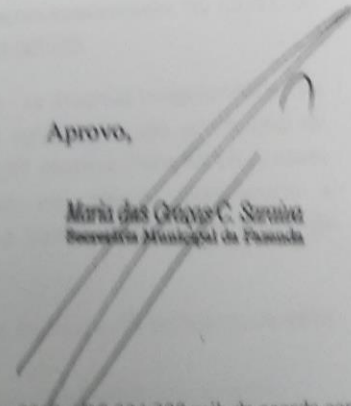
Atenciosamente,

Elaboração econômica:

Elaboração tributária:

Aprovo,


Jefferson Freitas Quadros
ECONOMISTA MUNICIPAL
CORECON/RS nº 8112


Maria das Graças C. Souza
Secretaria Municipal da Fazenda

⁷ O PIB estimado em função da Receita Realizada é de R\$ 289.974 mil em 2012 e R\$ 304.308 mil, de acordo com estado feito pelo Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda.

⁸ Valor final estimado da plataforma P-74, de acordo com o jornal Zero Hora em notícia disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/09/obras-da-p-74-comecarao-em-direito-em-sao-jose-do-norte-4260418.html>

APÊNDICE A – Roteiro para as Entrevistas (semi-estruturadas)

- identificação do entrevistado
- caracterização do grupo/ organização a que está vinculado: objetivos, estrutura, atividades do entrevistado na organização, projetos/ações da organização;
- caracterização do município de São José do Norte;
- considerações sobre a instalação de novos empreendimentos no município;
- atuação da organização em processos relacionados à instalação de novos empreendimentos no município (situações de cooperação e/ou conflito);
- se e como busca relacionar-se com outras organizações; situações que evidenciem a relação;
- oportunidades e/ou desafios percebidos no momento atual no município;
- aspectos relacionados à instalação de novos empreendimentos que considere prejudiciais (às atividades da organização e/ou à população local);
- outras considerações.